



Daniel Pinha Silva

**Apropriação e recusa:
Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira
na década de 1870**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Rio de Janeiro
Setembro de 2012



Daniel Pinha Silva

**Apropriação e recusa:
Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira
na década de 1870**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Antonio Edmilson Martins Rodrigues
Orientador
Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Felipe Charbel Teixeira
Departamento de História – UFRJ

Prof. Henrique Estrada Rodrigues
Departamento de História – PUC-Rio

Profa. Márcia de Almeida Gonçalves
Departamento de História – FFP-UERJ

Prof. Valdei Lopes de Araujo
Departamento de História – UFOP-MG

Profª. Mônica Herz
Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2012

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Daniel Pinha Silva

Graduou-se em História (Bacharelado e Licenciatura) na UERJ, em 2004. Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura pela PUC-Rio, em 2007. Atualmente é Professor de História da Rede Municipal de Duque de Caxias e Professor de História do Brasil da PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Silva, Daniel Pinha

Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870 / Daniel Pinha Silva ; orientador: Antonio Edmilson Martins Rodrigues. – 2012.

215 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Assis, Machado de. 4. Geração 1870. 5. Literatura brasileira. 6. Modernidade. I. Rodrigues, Antonio Edmilson Martins. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Para Viviane Araujo, a minha linda Vivi,
Presença de amor e companheirismo em minha vida.

Agradecimentos

Ao pessoal de casa, a quem devo tudo: meus pais, Ribamar e Raquel, minha linda titia Irlan e o meu irmão Rafael.

Aos meus alunos do Município de Duque de Caxias e da PUC-Rio, pelos ensinamentos cotidianos e por me fazerem professor.

Ao meu orientador Antonio Edmilson Martins Rodrigues, pelas aulas, conversas, indicações, leituras e convívio em mais de dez anos, mostrando-me a cada dia que a academia é um caminho possível. À Márcia de Almeida Gonçalves por ter participado ativamente de todas as etapas da minha formação, sempre generosa e disponível ao diálogo. Ao Ilmar de Mattos, pelo incentivo e por ser, talvez sem saber, presença constante neste texto. Ao Manoel Salgado (*in memoriam*) que, pelo professor e historiador que foi, ainda aparece muito por aqui e pelas coisas que troco com meus alunos. Ao Marcelo Jasmin e ao Ricardo Benzaquen, pelos cursos de formação que tive o privilégio de assistir, aos quais recorro a todo o momento. À Maisa Sá e Eunícia Fernandes, por seus ótimos cursos na Pós-Graduação na PUC-Rio e pela solicitude em trocar ideias sobre os trabalhos finais, cujos resultados também aparecem aqui.

Ao Valdei Lopes de Araujo, pelos caminhos que abriu em sua tese, os quais o presente texto é bastante devedor. Agradeço também pela leitura sensível ao projeto de qualificação desta tese. Aos demais membros da banca examinadora: Henrique Estrada, agradeço também pelos *dois dedos de prosa* que se desdobraram em muitas linhas aqui; Felipe Charbel, pela inspiradora trajetória intelectual e pelas dicas no Seminário de Mariana 2011. Nessa mesma ocasião, ouvi boas sugestões de Rodrigo Turin, a quem também agradeço pela leitura da tese e pela qualidade de seus trabalhos. Ao Daniel Mesquita e à Maria Tereza Chaves de Mello, por suas inspiradoras teses de doutorado e pela leitura atenta e generosa que dedicaram ao presente texto.

Ao Marcelo de Mello Rangel e Francisco Gouveia de Souza devo muito, pela alegria do convívio, contínua formação e trocas sobre pensamento brasileiro oitocentista. À Amanda Danelli, pelo privilégio de um convívio intelectual e pessoal marcado pelo mais profundo carinho e respeito. Ao Murilo Sebe Bon Meihy, pelas trocas sérias e pelas gargalhadas.

Aos meus queridos colegas de Departamento de História da PUC-Rio, que tornam este um ambiente especialmente agradável de convívio pessoal e intelectual: Luciana Lombardo, Romulo Mattos, Juçara Mello, Luis Reznik, Graça Salgado, Flavia Eyler e Marco Antonio Pamplona. Aos não menos queridos funcionários do Departamento de História da PUC-Rio, pela alegria e competência, merecedores de todos os afagos e elogios que sempre recebem: Claudio, Moises, Cleusa, Anair, Maria Luisa e Edna, menção especial a esta última pela paciência e orientações sobre os encaminhamentos desta tese.

Aos meus colegas de turma do Doutorado, por dividirem momentos de boas trocas e também apreensão: Ana Maria Reis, Amanda Muzzi, Antonio Senna, Gessica Gaio. Renata Moraes e Sergio Barra foram especiais pontos de apoio. Aos meus amigos Thiago Florêncio, Alessandro Ventura, Eduardo Ferraz, representantes aqui de uma turma de mestrado da PUC-Rio bastante especial. Devo à PUC-Rio o encontro de pessoas muito bacanas como Affonso Thomaz, Gustavo Naves e Janaína Oliveira.

Agradeço ao pessoal da Coordenadoria de Cooperação Social da FIOCRUZ e do pessoal de Manguinhos como um todo, com quem tenho aprendido imensuráveis lições profissionais e pessoais, fundamentais para a minha formação e maneira de ver o mundo: José Leonídio Madureira, Leonardo Bueno, Rejany Ferreira, Marcos Bhering, Monique Cruz e Alessandro Machado.

Gilda Moreira merece uma menção muito especial, pela leitura atenta desse texto, pelas dicas das mais ricas sobre literatura brasileira e língua portuguesa. Fernanda Miguens salvou-me, de maneira extremamente gentil, em muitos momentos, pela filosofia, literatura e língua inglesa.

Ao Felipe Eugênio que, além de ser um querido irmão, ajudou-me na formulação do título da tese e em conversas e indicações machadianas.

Agradeço aos meus amigos de sempre, sem os quais eu não seria nada: Alexandre Magno, Bruno Muller, Rodrigo Luiz, Rodrigo Mendes, Leonardo de Carvalho Augusto, Cassia Cardoso, Barbara Guimarães e Leon Harte.

Agradeço também à PUC-Rio, pela concessão integral da Bolsa VRAC ao longo de todo o Doutorado.

Agradeço imensamente à Secretaria Municipal de Educação do Município de Duque de Caxias, por conceder-me licença integral com vencimentos para estudos durante dois anos.

Resumo

Silva, Daniel Pinha; Rodrigues, Antonio Edmilson Martins. **Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870.** Rio de Janeiro, 2012. 215p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Esta tese trata da produção crítico-literária de Machado de Assis em sua interlocução com o debate letrado brasileiro oitocentista, em especial, na década de 1870, momento de efervescência do discurso de modernidade. A hipótese central é que Machado estabelece, com a discussão brasileira, uma relação de apropriação e recusa que lhe permite, de um lado, identificar uma herança literária brasileira comum a ser continuamente mobilizada no presente, o *pecúlio*, e de outro, deslocar-se da referência nacionalista preponderante nas letras brasileiras, que impõe a nacionalidade como valor literário. Nos termos de Silvio Romero, nos anos 1870, um *bando de ideias novas* circula no ambiente letrado brasileiro, movidas por um novo repertório intelectual europeu, reivindicando, a partir deste, uma ruptura temporal ante os pressupostos do Romantismo. A análise machadiana sobre esse contexto pode ser encontrada em três textos, que servirão como eixos norteadores da tese: “Notícia atual da literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade”, de 1873; “A nova geração”, de 1879 e “Eça de Queirós: o Primo Basílio”, de 1878. Com eles, e contando com o acúmulo de sua produção crítica anterior, Machado elucida os problemas a serem encaminhados pela tese, cuja articulação se encontra em uma compreensão nacionalista e historicizada do conceito *literatura*, comum a românticos e a nova geração de 1870: o desejo de criar uma literatura mais independente, vinculada a uma experiência do tempo, que considera a particularidade do presente como espaço possível de ruptura; a relação brasileira com o processo histórico exterior e anterior, tido como tempo da civilização, que requisita, para as ideias brasileiras, um esforço de contínua atualização ante a Europa; a associação entre literatura e realidade, conveniente aos usos éticos conferidos à literatura no debate brasileiro.

Palavras-Chave

Machado de Assis; Geração 1870; Literatura brasileira; Modernidade.

Abstract

Silva, Daniel Pinha; Rodrigues, Antonio Edmilson Martins(Advisor). **Appropriation and refusal: Machado de Assis and the discussion on modernity in the 1870s.** Rio de Janeiro, 2012. 215p. PhD Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The thesis deals with the production of literary-critical Machado de Assis in his dialogue with nineteenth-century Brazilian literary debate, especially in the 1870s, a time of ferment of discourse of modernity. The central hypothesis is that the discussion with Machado Brazilian states a relationship of ownership and refusal that allows one side to identify a common literary heritage Brazilian continually being mobilized in this, the annuity, and another move from the leading reference in the nationalist Brazilian letters, which imposes nationality and literary value. To use the expression consecrated by Silvio Romero, in the 1870s a bunch of new ideas circulating on the literate environment in Brazil, powered by a new European intellectual repertoire, claiming from this, a break before the temporal assumptions of Romanticism. The analysis Machado on this context can be found in three texts, which serve as guiding principles of the thesis: “Noticia atual da literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade” (1873); “A nova geração” (1879) e “Eça de Queirós: o Primo Basílio” (1878). With these and relying on the accumulation of its production earlier critique, Machado elucidates the problems to be referred by the theory, whose articulation is in a historicized understanding of the concept literature, common and new romantics of 1870: the desire to create a literature more independently linked to an experience of time considering the peculiarity of this area as possible rupture, and the relationship with the Brazilian historical process outside and above, taken as a time of civilization, ordering Brazilian ideas for a continuous effort to update, the association between literature and reality, convenient to use given to the ethical debate in Brazilian literature

Keywords

Machado de Assis; 1870s; Brazilian literature; Modernity.

Sumário

Introdução	12
1. Machado de Assis e a inconclusa independência brasileira	35
1.1 Do geral desejo de criar uma literatura mais independente	42
1.2 Lutas de inteligência como obra aberta	52
1.3 Machado e a recusa da modernidade como ruptura	66
1.3.1 O pecúlio	69
1.3.2 A contribuição machadiana às lutas de inteligência de seu tempo	77
1.4 Apropriação e renúncia do projeto moderno do instinto de nacionalidade	82
2. Recepção das ideias e modernidade brasileira	87
2.1 Influxo externo, imitação e o Calcanhar de Aquiles dos novos	96
2.2 Filiação brasileira à civilização	103
2.3 Capistrano e o problema da leitura apressada do repertório externo	122
2.4 Duas interrogações machadianas sobre o modo brasileiro de apreender o novo	132
2.4.1 Pecúlio brasileiro, mais uma vez	134
2.4.2 Rejeição ao impulso externo: Machado e sua aversão à ideia de progresso	142
3. “A realidade é boa, o realismo é que não presta para nada”	147
3.1 O espanto de Capistrano e a sentença machadiana	147

3.2 A literatura, o realismo e sua função orientadora para a ação	157
3.2.1 Machado e o teatro	164
3.3 Machado e o realismo de Alencar	173
3.4 “A realidade é boa”: tesouro a ser explorado pela literatura	182
3.5 “O realismo é que não presta para nada”	193
4. Considerações finais	201
5. Bibliografia e fontes	207

“As coisas estão no mundo só que eu preciso aprender.”
Paulinho da Viola

Introdução

A questão

De que modo Machado pensou sobre o estatuto do moderno na década de 1870? Como a leitura que ele acumulou sobre a experiência letrada brasileira contribuiu nessa sua compreensão sobre o moderno? Estas são as questões que, inicialmente, põem em movimento as linhas da tese que ora se inicia. Era um momento de efervescência do discurso de modernidade no contexto intelectual brasileiro. Silvio Romero distinguiu, com arguta precisão: um bando de ideias novas invadia as letras brasileiras daqueles anos, evidenciando uma vontade de romper com o passado e afirmar o novo. Era o momento de questionar a vitalidade dos pressupostos românticos, tidos como passado a ser superado, em nome da afirmação de um novo presente, inaugurado por uma geração que requisitava singularidade para a experiência em que vivia. Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) vivenciou esse contexto e refletiu sobre ele no exercício da crítica literária. Deixou para o seu leitor – contemporâneo ou posterior – valiosas contribuições sobre o estatuto do moderno no desenvolvimento das ideias. Fez isso em interlocução direta com o debate brasileiro de sua época, embora não interagisse exclusivamente com esse contexto. Ele acolhia e renunciava os pressupostos modernos de seus congêneres e contemporâneos. Há uma problematização empreendida por Machado sobre o estatuto do moderno em geral e da modernidade brasileira, em particular, incitada pelo tratamento dado a essa questão no contexto brasileiro de 1870: sobre essa experiência de leitura machadiana que pretendo me debruçar aqui.

Machado estabelece com o debate brasileiro de seu tempo uma relação de apropriação e recusa: eis a hipótese que sustenta estas linhas. Explico. Exercitando a crítica literária, ele incorpora e, ao mesmo tempo, rompe com o significado do moderno gerado pela discussão dos anos 1870. Ele incorpora porque requisita à sua leitura crítica à tarefa de constituir um repertório local, propondo o estabelecimento de uma linha de continuidade no pensamento brasileiro a partir da qual a atual geração e outras poderão desfrutar. Ao mesmo tempo, ele renuncia a um pressuposto caro aos brasileiros, sobre o balizamento do literário por critérios nacionais e temporais: à literatura cabe ser lida em sua própria trajetória de

desenvolvimento, logo, a beleza de um texto literário não se mede por ele ser mais brasileiro ou por atender a uma necessidade de atualização imposta pelo presente. O objetivo aqui não é destacar somente o sentido desse deslocamento ou o significado dessa aproximação com o debate brasileiro: enfatizo o “e” da relação entre *apropriação e recusa*. Machado põe em funcionamento um procedimento analítico que compreende qualquer experiência histórica pela égide do conflito contínuo entre dois princípios que se dispõem em desacordo e nunca se resolvem, posto que a vitória de um ou de outro represente a eliminação do essencial, isto é, o próprio conflito. Há vícios e virtudes que compõem, igualmente, o debate sobre o moderno nas letras brasileiras: suprimir um em nome do outro implica a distensão e, conseqüentemente, incompreensão do problema.

Há um pressuposto interpretativo que conforma o fio condutor dos três capítulos da tese: no caso brasileiro, a definição do moderno na literatura brasileira oitocentista passa pelo debate sobre a nacionalidade, expondo uma intensa vinculação entre literatura e história. Em outras palavras, há uma compreensão historicizada do conceito de literatura, estabelecida desde os primeiros românticos e mantida pela nova geração de 1870 que lhe contrapõe. Essa conexão reivindica do conceito de literatura três características que conferem a ela um sentido histórico: 1) que a literatura seja expressão do presente – compreendido em sua singularidade e, possivelmente, ruptura – utilizada para afirmar a inconclusa independência brasileira; 2) que ela sirva como elo entre esse presente nacional e um processo histórico que lhe é superior e anterior, isto é, atendendo ao propósito de inserir o Brasil e seu pensamento no quadro de desenvolvimento das ideias no Ocidente; 3) que ela esteja a serviço de uma orientação para ação do brasileiro no presente, definida por um papel missionário conferido ao homem de letras, fazendo prevalecer, no literário, uma dimensão realista/documental que suprime diferenças de forma entre verdade histórica e verdade estética. Ainda que interpostos e complementares, esses três pontos serão dispostos separadamente nos capítulos dessa tese, cada qual relacionado à leitura de um texto representativo do conjunto da intervenção crítica machadiana no debate da década de 1870. Serão, portanto, textos fundamentais para o presente trabalho: “Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade”, de 1873; “A nova geração”, de 1879; além dos dois artigos sobre “O Primo Basílio, de Eça de Queirós”, de 1878. Tomarei esses escritos, primordialmente, em sua

unidade de sentido, relacionando-os entre si e ao conjunto da produção crítica anterior, que já contava cerca de vinte anos na década de 1870; por outro lado, eles não serão tomados como uma espécie de programa literário que explica a consagração posterior do romance machadiano nos anos 1880, pós *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, mas sim como partes da formação de um acúmulo crítico que não foi dispensado por Machado em sua produção ficcional.

Cabe ressaltar, ainda, o papel fundamental que cumpre no argumento da tese as histórias literárias propostas por Domingos José Gonçalves de Magalhães, no texto “Discurso sobre a história da literatura no Brasil”, de 1836; e Silvio Romero, da *História da Literatura Brasileira*, de 1888, livro que reúne o conjunto do pensamento romeriano acumulado em textos esparsos, desde a década de 1870. A força e o alcance de seus textos, na época e depois, justificam a escolha deles como balizadores do debate canônico oitocentista brasileiro. Tomarei Magalhães e Romero como expoentes das duas gerações, Romântica e Realista/Naturalista, que compõem o que Machado chamou de tradição do *instinto de nacionalidade* nas letras brasileiras. Os textos do jovem João Capistrano de Abreu, por sua vez, terão papel fundamental aqui, configurando-se não só como mais uma referência dentro dessa rede interpretativa comum, mas como um interlocutor importante e em afinidade com as proposições de Machado.

Machado e a época em que escreveu: três chaves de leitura

O pecúlio e a capoeira: Machado diante do *Instinto de Nacionalidade*

A genialidade machadiana teria sofrido o mesmo ostracismo que enterrou um Joaquim de Sousa Andrade se o romancista não tivesse aprendido a usar a *tática de capoeira nas relações sociais*. *Primeiro sinal de sua esperteza: não insistir no exercício da crítica*. Se houvesse preservado em artigos como o seu “Instinto de nacionalidade” (1873), provavelmente teria multiplicado inimigos ferozes. Em troca, a criação da Academia Brasileira de Letras lhe punha em relações cordiais com os letrados e os compadres dos ‘donos do poder’. (COSTA LIMA, L.: 2006, 37)

A passagem acima, retirada do recente artigo de Luiz Costa Lima “A teoria da literatura entre nós”, de 2006, é bem representativa do argumento desse autor sobre a posição de Machado de Assis ante o debate letrado brasileiro de seu tempo: age como um *jogador de capoeira*, esquivando-se do embate direto com seus contemporâneos, em troca de notoriedade e vantagens pessoais. Obedecendo

às relações hierárquicas, comuns ao mundo da política, da sociedade e, também, das letras, Machado seria, ao critério de Costa Lima, um exímio *driblador* a despistar seus leitores com saídas conciliatórias, evitando a controvérsia pública – participando, ativamente, desse modo, da rede de clientelismo que marcava o circuito letrado brasileiro. Por detrás de sua gíngua estaria ocultado o profundo deslocamento machadiano ante o debate letrado brasileiro oitocentista; refugiou-se então em seus personagens ficcionais, decidindo por não ser entendido e incomodado por seus leitores brasileiros contemporâneos.

O uso da metáfora da capoeira¹ ressalta um traço caro ao argumento de Costa Lima acerca do profundo deslocamento machadiano em relação a seus contemporâneos brasileiros. Trata-se de um modo de ler Machado de Assis por sua excentricidade quase *genial* em relação ao contexto em que vivia. Como Machado, ao contrário de Sousândrade, teve seu mérito literário reconhecido por seus primeiros leitores, a saída costalimiana é elevar a importância de um desejo pessoal – a necessidade dele em se inserir com destaque no limitado circuito letrado brasileiro, liderando inclusive a fundação de uma Academia Brasileira de Letras – como mote de seu disfarce – desistindo da exposição que a crítica lhe submeteria – e de um desejo subterrâneo de rompimento irrestrito em relação ao que estava posto no contexto brasileiro. Eis o modo encontrado por Costa Lima de desfazer o que poderia ser um incômodo paradoxo de seu argumento: como um gênio igual a Machado pode ser não só reconhecido como consagrado por um sistema de pensamento que pregava o exato oposto que ele? Há um circuito letrado marcado pela vigência da extrema pobreza intelectual, presença marcante do Estado nas relações letradas, e veto ao ficcional – os termos de Costa Lima; é esse mesmo sistema que elege como seu maior expoente o único literato que realmente se salva de toda aquela precariedade – se salva não inteiramente, diga-se de passagem, porque age sem confrontos em nome dos benefícios que esse mesmo sistema pode lhe oferecer. É como se o texto de Machado fosse inimigo de seu contexto, instituindo uma ruptura velada em relação ao debate brasileiro.

¹ O mesmo ponto aparece em COSTA LIMA, Luiz. *Sociedade e discurso ficcional*. In *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 428-9; e COSTA LIMA, Luiz. “Machado: mestre de capoeira” In SECCHIN, Antonio Carlos (org) et all. Machado de Assis: uma revisão. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998, p.183-190.

É tópico recorrente da extensa obra de Luiz Costa Lima a *exaltação das ausências* que demarcam o pensamento brasileiro oitocentista². O trecho abaixo, também extraído de “A teoria da literatura entre nós”, é representativo de sua leitura.

Não temos, nem nunca tivemos tradição reflexiva. Cabe indagar: por que, entre nós, se estabeleceu tamanho divórcio da teoria com sua raiz primeira, i.e, seu caráter de indagação reflexiva? A resposta é tão simples como frustrante: porque não temos, nem nunca tivemos tradição reflexiva. Na verdade, para que a teoria da literatura se firmasse entre nós teria ela de contrariar hábitos que vêm desde o início das considerações sobre a literatura nacional, ou seja, desde Gonçalves de Magalhães. Em seu ‘Discurso sobre a História da Literatura no Brasil’ (1836), a literatura era apresentada como a quintessência do que haveria de melhor e mais autêntico em um povo. *E, como o país se tornara independente sem um prévio sentimento de nacionalidade que integrasse as regiões, o serviço que ela de imediato haveria de prestar seria de incentiva-lo.* Teria, portanto, de conter uma palavra empolgada, entusiasta e logo sentimental, que entrasse mais pelos ouvidos do que exigisse inteligência. Dentro deste circuito curto, o interesse se dirigia à formação de um Estado e quase nada concernia à própria literatura. (...)

Essa marca da literatura brasileira vigorou mesmo durante os anos áureos da reflexão teórica internacional – as décadas entre 1960 e 1980; ela aqui permaneceu, atravessou-as incólume e chegou até hoje. (Idem, 35-7)

O tópico da *ausência como continuidade* refaz em novos traços um tema caro a Silvio Romero que, ocupado em reafirmar a singularidade e a ruptura do presente em que vive, propõe-se a escrever a história literária brasileira em um papel completamente em branco, à luz de novos métodos tidos como modernos. A diferença é que, em Costa Lima, não houve movimentação internacional do “mundo desenvolvido” (Idem, 37), suficiente para retirar a reflexão brasileira do marasmo. A raiz de todas as ausências é atribuída a Gonçalves de Magalhães e o romantismo brasileiro que ele desencadeou, marcado, essencialmente, pelo atrelamento ao projeto de construção do Estado Nacional, liderado pelos dirigentes do Império do Brasil. Inaugurava-se um circuito letrado que primava pelo elogio e promiscuidade do oficial, algo completamente diverso ao que acontecia na Europa na mesma época. O trecho abaixo, retirado de *O controle do imaginário* ressalta a diferença inferior do Romantismo brasileiro comparado ao

² A esse respeito ver: COSTA LIMA, Luiz. *Trilogia do controle: O controle do Imaginário*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 152-164; COSTA LIMA, Luiz. *Dispersa Demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981, p. 5-15.

Europeu, realçando o paradigma europeu como ideal não concretizado em terras brasileiras.

Na Europa, o diálogo negativo com o presente impunha à auto-reflexão, decorrente do contato com a natureza, o caráter de uma exploração do imaginário. Presente, enquanto negado, o mundo contemporâneo exigia da fantasia romântica que não fosse apenas autocompensatória, autogratiificante. Entre nós, ao contrário, o desprezo provocado pela paródia da civilização, maneira como o presente era visto, impedia que a auto-reflexão fosse algo mais que a encenação fantasista das queixas do poeta. (COSTA LIMA, L.: 2007, 148) (...)

Firmado o serviço à pátria pela atenção à sua natureza, pelo respeito aos dogmas do progresso, da religião e do Estado-nação, o poeta romântico brasileiro salva-se da ausência de público por se tornar funcionário público. A seu lado, está o historiador literário que, também despojado de prática reflexiva, procura avançar o projeto que a ‘nação’ lhe confiava. (Idem, 158)

Desenha-se aqui um Romantismo apático e disseminador da palavra oficial. Na Europa o movimento é concebido pela égide da rebeldia e da libertação – “diálogo negativo do presente”; no Brasil, apenas o êxtase, o maravilhamento diante da natureza e o debate sobre a literatura servindo aos interesses do projeto civilizador do Estado – “respeito aos dogmas do Estado-nação”, buscando avançar em uma nação entre aspas, conforme colocada pelo autor. Em “A teoria da literatura entre nós”, Costa Lima repete esse argumento: diante da ausência de sentimento de nacionalidade, convinha a essa literatura oficial incentivá-lo.

No caso brasileiro, a consideração da identidade teve de atacar uma *deficiência inicial: como não havia sentimento de nação*, logo depois de proclamada a Independência, *este teve de ser construído artificialmente*. A partir da natureza, criou-se o nativismo e estimulou-se a retórica sentimental. Sócio-politicamente, alijou-se a capacidade reflexiva. (COSTA LIMA, L: 2006, 21)

A hipótese da excentricidade e ruptura machadiana em relação ao pensamento brasileiro oitocentista, conforme apresentada por Costa Lima, será questionada e confrontada em suas bases pela tese que ora se inicia. De antemão, somente pelo exposto nas linhas acima, já é possível discordar pontualmente de alguns pressupostos desenvolvidos por esse autor, tais como: 1) da suposição entre uma relação orgânica entre o projeto literário romântico capitaneado por Magalhães e a construção do Estado Nacional; como assinalei na apresentação da questão e desenvolverei adiante, uma das principais funções requisitadas à

literatura era justamente que ela contivesse um caráter missionário, orientador de novas ações do homem da boa sociedade, demonstrando uma condição de insatisfação do homem de letras em relação a seu presente, ponto comum a primeiros românticos da década de 1830 e geração de 1870 – cito como exemplo o posicionamento claramente contrário à escravidão apresentado por Magalhães e seus companheiros de *Revista Niterói*; 2) Costa Lima sugere que diante da ausência brasileira de sentimento nacional este teve de ser *construído artificialmente*, como se existisse algum sentimento nacional que pudesse não ser artificialmente produzido; 3) o autor sustenta que haja uma relação entre literatura e nacionalidade que ponha em desvantagem o contexto intelectual brasileiro em relação à Europa, gerando a dúvida se esta não é uma relação comum entre brasileiros e europeus que, ao cabo, mobilizavam o mesmo repertório teórico – ressalto a força do componente nacional cara às sensibilidades românticas europeias. Por sobre todas estas, paira uma indagação que nos coloca em um caminho de leitura diverso ao aberto por Costa Lima em relação ao pensamento brasileiro: em que medida é válido, ainda hoje, buscar em possíveis *ausências brasileiras* do século XIX as causas do atraso e subdesenvolvimento que viriam a caracterizar o pensamento brasileiro posteriormente?

A proposta aqui é bem mais modesta do que desvendar o que está por detrás da narrativa em palimpsesto conforme proposta por esse Machado capoeirista. Sobre isso, assinala o escritor maranhense em *O controle do Imaginário*:

Como Machado vivia em um meio provinciano e sob um Estado clientelístico, precisou desenvolver uma técnica que Flaubert não teria necessitado; *a técnica do palimpsesto*, i.e., *formada por duas camadas, a esconder da tinta visível a virulência crítica, deposta na segunda*. (...) Astutamente, Machado soube escapar, embora passando por frio, cerebrino e pouco nacional. Mas terá mesmo escapado ou não chegou sequer a ser entendido? (COSTA LIMA, L.: 2007, 212-3)

Em busca de uma coerência que explique o lugar machadiano (consagrado) em sua primeira recepção oitocentista (repleta de equívocos), como alguém que se dirige a um público que não lhe compreende e não sabe por que o aplaude, Costa Lima supõe que ele, intérprete, desvende a *virulência crítica escondida por trás da tinta visível* – ele se coloca acima dos primeiros leitores. Desse modo, ele cai na armadilha da busca pela intenção oculta do autor – a ideia de *narrativa em*

palimpsesto é representativa nesse sentido – como se ela pudesse ser reconstituída e levada a público pelo intérprete – no caso, ele, Costa Lima.

A hipótese a ser experimentada aqui parte da possibilidade de Machado ter desenvolvido ante o debate canônico brasileiro uma relação de apropriação e recusa. Importa compreender, nesse sentido, a interlocução machadiana com os brasileiros aos quais ele submete a sua pena crítica. Machado compartilha de um conjunto de referências comuns, de onde parte para reconhecer os avanços e as lacunas próprias à experiência brasileira; esse procedimento, que ele qualifica como *ponderado*, constitui um elemento basilar da compreensão de crítica delineada por Machado. Daí a necessidade que terei de reconhecê-lo dentro desse contexto intelectual, para perceber o efeito de afastamento requisitado por ele. Valho-me, nesse sentido, da noção de *contexto* desenvolvida por Wolfgang Iser.

Quando algo nos acontece através da literatura, então vale concentrar o interesse da análise em três problemas básicos: 1) como os textos são apreendidos? 2) Como são as estruturas que dirigem a elaboração do texto naquele que o recebe 3) Qual é a função dos textos literários em seu contexto? (ISER, W.: 1999, 10, v.I)

Iser traz para primeiro plano o caráter de *interação* que se estabelece entre texto e mundo extra-textual, como condição para o texto tornar-se um acontecimento. Nesse sentido, é fundamental compreender os elementos exteriores ao texto, tais como: a sua apreensão dentro de uma rede interpretativa, as estruturas que lhes sobrepõe dentro do primeiro contexto de recepção, a função que ocupa dentro daquele circuito, em suma, as “condições históricas da recepção documentada dos textos” (Idem, 11).

O delineamento dessa *interação do texto com seu contexto* – pensando com Iser – poderia nos fazer ressaltar a condição de rompimento e singularidade como marca dessa relação de Machado com seus interlocutores brasileiros – próximo ao que fez Luiz Costa Lima. No entanto, a opção por uma leitura que privilegie exclusivamente a ruptura machadiana – como se Machado se apresentasse como inimigo de seus contemporâneos – desfaz o traço mais marcante de sua atividade crítica: o jogo entre apropriação e recusa. A necessidade de continuidade e de ruptura com o debate brasileiro, ao mesmo tempo, só se entende a partir da compreensão desse modo de ver machadiano, que

não elimina a coexistência de polos positivos e negativos próprios a uma determinada época. Machado não se apresenta como filho de seu contexto, mas também não é inimigo dele: agindo em interação com ele, reconhecendo-lhe os avanços e lacunas, de maneira ponderada, ele põe em prática o requisito que considera essencial de sua atividade crítica. A negação do acúmulo próprio ao contexto brasileiro – conforme propõe Costa Lima – representa a inviabilidade de se pôr em funcionamento um ponto caro à atividade crítica machadiana, isto é, a existência de um *pecúlio* brasileiro.

Desenvolverei esse conjunto de questões, especialmente no primeiro capítulo da tese, a partir da leitura de “Notícia atual da literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade”, um artigo publicado primeiramente em 1873. Discuto, nesse capítulo, o tema da inconclusa independência no âmbito da literatura e do pensamento brasileiros como um todo, tendo em vista a relação entre literatura e condicionamento temporal. Desde os primeiros românticos, admite-se no caso brasileiro não só uma relação entre literatura e nacionalidade, mas também entre literatura e contexto temporal. Imbricado ao instinto de nacionalidade, há um instinto de modernidade. Machado identifica como ponto comum aos primeiros românticos e à nova geração de 1870 *um geral desejo de criar uma literatura mais independente*, que continuamente retorna ao tópico da necessidade das letras empreenderem uma segunda independência, a mental, ocupada em completar gradativamente a autonomia política ocorrida em 1822. Tal desejo consolidaria uma forma de experimentar o presente como ruptura, algo que, segundo Machado, traz como prejuízo a inviabilidade da formação de um acúmulo brasileiro – que ele chama de *pecúlio*, uma espécie de tesouro literário comum a ser mobilizado pelas diferentes gerações. Assim, a contínua afirmação do discurso de ruptura impede a edificação de algo para além do próprio tempo presente. Desse modo, Machado recusa, não só a associação imediata entre literatura brasileira e Brasil, mas também a relação direta entre modernidade e ruptura, questionando o sentido da querela entre antigos e modernos como chave explicativa para compreensão da modernidade literária. Se entendermos a proposta renovadora da geração de 1870 como uma reedição brasileira da querela entre antigos e modernos, em que o Romantismo ocupa o lugar de passado encerrado a ser ultrapassado, podemos concluir que o lugar ocupado por Machado nessa contenda é do *lado de fora*. Ao mesmo tempo, ele vê vantagens em aproveitar a linha de continuidade aberta

pelos literatos do instinto de nacionalidade, pois reconhece que, sem tomar essa decisão crítica, ele corre o risco de assumir a postura de ruptura que tanto se esforçou em refutar.

O lugar das ideias e o problema da recepção: Machado e a nova geração

A passagem abaixo, de Silvio Romero, consagra o sentido de ruptura moderna requisitado pela chamada Geração de 1870.

Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nessas plagas o mais leve abalo, a filosofia espiritualista a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo, a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo a mais individual oposição, o romantismo com seus dons enganosos e encantadores cismares a mais apagada desavença... De repente um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofrimento do Império aparece com toda a sua nitidez. *Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de ideias novas esvoaçava sobre nós de todos os pontos de horizonte.* [Grifo Meu] (ROMERO, S.: Apud. SCHWARCZ, L.: 1993, 27)

Chama a atenção aqui o manifestado desejo romeriano de rompimento com o passado romântico e imperial em todos os aspectos possíveis. Política e letras aparecem de maneira inseparável, isto é, o Romantismo representa a base mental das instituições monárquicas que, ao critério de Romero, começa a arrefecer junto com o próprio regime. O “bando de idéias novas” pairava sobre todos os lugares, abarcando o questionamento da filosofia eclética e religiosa dos românticos, pautada agora nos princípios do materialismo positivista e nos novos parâmetros cientificistas. À nova geração importava, sobretudo, 1) definir que *status quo* político e mental deveria ser superado, realizando, para isso, um diagnóstico da condição brasileira até então; 2) decidir sobre o modo de apropriação do repertório científico europeu (tido como moderno) no debate brasileiro, inserindo as experiências humanas na nova ordem do mundo pautada nas classificações das ciências da natureza. Caberia ao grupo da Faculdade de Direito do Recife ou de São Paulo, ou aos publicistas republicanos da Corte – autoproclamados membros da nova geração – promover um novo corte temporal, lido à luz dos vários “ismos” disponíveis no repertório científico europeu, tais como o determinismo, materialismo, darwinismo, positivismo e spenciarianismo.

Está em jogo, fundamentalmente, a relação entre meio brasileiro e assimilação do *bando de ideias novas*, ou seja, o modo como a nova geração de 1870 define sua relação ante o repertório intelectual a ser mobilizado no contexto brasileiro. O argumento de Ângela Alonso é importante nesse sentido.

A relação entre contexto brasileiro e teorias europeias é dinâmica. (...) Tanto o repertório estrangeiro quanto a tradição nacional são fontes intelectuais, apropriadas de maneira seletiva num processo que envolve necessariamente supressão, modificação, recriação. (ALONSO, A.:2002, 33)

Alonso destaca o que há de brasileiro na leitura empreendida das novidades tidas como modernas no Ocidente Europeu daquele contexto. Ela enfatiza a capacidade do contexto local proceder a uma decisão seletiva em relação às novas teorias, ressignificadas em acordo com as exigências políticas locais. “Qual fator determinou o sucesso de certas teorias e não de outras?” (Idem, 34), indaga a autora, ressaltando que o *bando de ideias novas* se constitui, inseparavelmente, com um pé lá e outro cá. Há, portanto, aliado ao desejo de ruptura moderna, um sentimento, comum aos integrantes da nova geração, de que as mudanças se operam com base no novo repertório europeu e em adequação à agenda político-social brasileira.

Maria Teresa Chaves de Mello acrescenta um ponto importante nesse sentido: a afirmação do novo nos anos 1870 não decorre somente da interface Brasil/Europa, mas também por uma rearrumação em relação ao que já estava posto pela tradição liberal romântica.

As ‘questões’ brasileiras foram pensadas através do *arsenal das ideias novas*. Por meio de outros conceitos e semântica, as formações discursivas foram renovadas para subverter o sentido romântico-liberal-hierárquico do Império. A linguagem cientificista por todos empregada modelou novos símbolos. Entretanto, os novos discursos só obtiveram êxito porque inovaram mais nas teses e na forma do que nos temas, retirados do repertório liberal. *O que quero dizer com isso é que a renovação simbólica colou na sociedade porque não foi construída sobre um vazio. Foi pela rearrumação da tradição liberal*, por exemplo, que se montou outra narrativa da nação. [Grifo meu] (MELLO, M. 2007, 11)

Eis um ponto central aberto por Mello a ser desdobrado aqui: a *renovação simbólica* não se constituiu a partir de um vazio, mas sim por uma *rearrumação*, ou seja, o empenho por afirmar uma ruptura radical parecia ser em vão. Por mais que pretendesse refundar o pensamento brasileiro – incluindo a literatura,

entendida de maneira ampliada – em referências completamente novas, em função da recepção de um novo paradigma científico europeu com reivindicação inovadora e moderna, a nova geração não conseguiria reescrever as letras brasileiras a partir de um vazio. Assim, partimos aqui do pressuposto de que funcionava na década de 1870 a sobreposição dos princípios modernos próprios, não só à intitulada nova geração, mas às prerrogativas das outras gerações que lhes antecederam.

Ângela Alonso e Tereza Mello enfatizam a importância do princípio seletivo brasileiro ante o novo repertório europeu, acentuando, assim, o papel central do contexto de experiência como reformuladores das novas teorias. Afastam-se da linha interpretativa que considera que a circulação de ideias no Brasil possa ser entendida pela égide da importação ou cópia em relação ao molde europeu. Está em xeque a noção de *ideia fora do lugar*, conforme proposta por Roberto Schwarz. Trata-se de uma importante chave de leitura que também institui um determinado posicionamento de Machado em relação ao contexto brasileiro.

Leiamos, primeiro, como Schwarz concebe a ideia fora do lugar enquanto descompasso do pensamento brasileiro do século XIX.

Cada um a seu modo, estes *autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do liberalismo europeu*. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas ideias – em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil – são referências para todos. Sumariamente está montada uma *comédia ideológica diferente da europeia (...)*

Essa *impropriedade de nosso pensamento*, que não é acaso, como se verá, foi de fato uma presença assídua, atravessando e desequilibrando, até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado. Frequentemente inflada, ou rasteira, ridícula ou crua, e só raramente justa no tom, a prosa literária do tempo é uma das muitas testemunhas disso. [Grifo meu] (SCHWARZ, R.: 2000, 12-3)

Como indica o título do seu ensaio, o sociólogo paulista ressalta a incoerência marcante do pensamento brasileiro oitocentista, que usa o repertório de ideias liberais europeias em um contexto de experiência escravista. Liberalismo e escravidão seriam incompatíveis, e seu convívio no contexto brasileiro revela a impropriedade do nosso pensamento. Há, notadamente, a preocupação em situar o Brasil na lógica do sistema capitalista universal; ou melhor, o posicionamento do

pensamento brasileiro enquanto periferia do capitalismo. Não por acaso, o livro de onde se extrai a famosa introdução – *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, de 1977 – é pensado por Schwarz em conjunto com outro, publicado treze anos depois, cujo título também diz muito: *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*³. A condição periférica brasileira impõe, não só diferenças, mas distorções na circulação das ideias – “uma comédia ideológica diferente da Europa”, nos termos do autor. Em suma, há um princípio de incoerência no pensamento brasileiro: *aqui as ideias estariam sempre fora do lugar*, pois a importação seria artificial e inconsistente.

Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio. É nesta qualidade que elas serão matéria e problema para a literatura. (Idem, 29)

Por um lado, ele reconhece a impropriedade como problema a ser explorado pelos estudos literários, ressaltando a existência de uma peculiaridade brasileira, em confronto com as suas condições de experiência. Por outro, a distorção entre conceito/experiência é vista como negativa e sinal máximo do atraso brasileiro: a condição periférica poria o Brasil em situação desvantajosa em relação à Europa.

É desse modo que Schwarz explica o lugar de Machado de Assis enquanto *mestre da periferia do capitalismo*⁴.

A ‘periferia do capitalismo’ é um termo tomado à reflexão social moderna e faz pensar em *condições de precariedade que nos atingem a todos*. Pois bem, Machado de Assis chegou a ser um grande mestre a partir dessas mesmas *condições desvantajosas*. (SCHWARZ, R.: 1999, 220)

Machado de Assis é anômalo em relação a seus contemporâneos *dependentes*, justamente por conseguir ter a lucidez de um *mestre* em um contexto amplamente desvantajoso. Machado é delineado aqui, como em Costa Lima, como *deslocado* de sua época.

³ Nas palavras de Schwarz, na introdução deste livro: “A metade inicial deste estudo foi publicada separadamente, em 1977, com título *Ao vencedor as batatas*. Embora um livro seja a continuação do outro, tratei de os escrever de modo a lhes dar independência. Ainda assim, se não é pedir demais, estou seguro de que ambos ganham em ser lidos juntos.” In SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1990, p. 12.

⁴ “Um mestre na periferia do Capitalismo” (entrevista). In SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 220-6.

Para Schwarz, o pensamento brasileiro estaria em *desvantagem* em relação ao centro europeu pelo *descompasso* entre conceito e experiência que lhe qualifica: chegamos ao ponto, caro ao sociólogo, do qual a presente tese busca se afastar. O deslocamento entre conceito/experiência histórica não é uma particularidade brasileira, tampouco evidencia seu atraso: o desvio constitui a história de qualquer conceito em seu uso. Os argumentos de Ricardo Salles e Elias Palti são elucidativos nesse sentido. O primeiro, pondo em relevo que a aproximação entre liberalismo e escravidão não funciona somente no contexto de experiência brasileiro oitocentista. Nas palavras de Salles:

A constatação das limitações dos princípios liberais na Europa em meados do século XIX – se comparadas com sua ampliação nos regimes democráticos que historicamente prevaleceram – suscita duas observações: 1) historicamente o liberalismo não só conviveu, como não teve o propósito de eliminar todas as desigualdades políticas e jurídicas e; 2) a aplicação concreta do ideário liberal não necessariamente deveria implicar na extensão do conceito de cidadania ao conjunto de uma formação social. A adoção de um código político e jurídico baseado nas noções de indivíduo e igualdade legal entre cidadãos disse respeito primordialmente às relações no interior das classes dominantes. Secundariamente, por efeito das lutas populares e da necessidade de regulamentação de mercado de mão de obra e produtos cada vez mais amplo, este código foi estendido ao conjunto da sociedade. (SALLES, R.: 1996, 122-3)

O cerne da divergência em relação a Schwarz é de ordem teórico-metodológica: este se pautava no princípio de coerência e adequação das ideias em seus lugares; Salles destaca o conceito em sua “aplicação concreta”, isto é, jogado e ressignificado em seu uso e contexto de experiência. Para este historiador, portanto, não há um pressuposto basilar da teoria liberal que eleve a importância do princípio de igualdade em detrimento do direito de propriedade, mas é o contexto de experiência das lutas dos movimentos populares que torna a concepção de liberalismo mais elástica, incorporando as noções de igualdade social e cidadania universal.

Com Elias Palti, a relação entre conceito e contexto particular de enunciação ganha corpo, pensada a partir da circulação do ideário liberal moderno na América oitocentista. Para Palti, uma leitura tradicional da história das ideias latino-americanas – como a concepção schwarziana de ideias fora do lugar – cobra das ideias americanas que elas apliquem corretamente a matriz conceitual que lhe é estranha. Procedendo desse modo, encontrará sempre contradições,

posto que as particularidades das experiências históricas nunca possam satisfazer à universalidade dos princípios conceituais (PALTI, E.: 2007, 290). O contexto de experiência apareceria, nesse sentido, como lugar da aplicação desses princípios, considerando apenas os conteúdos semânticos do discurso, não o funcionamento deles em seus usos.

Desde la perspectiva exclusiva de los contenidos semánticos de los discursos, entre ‘ideias’ y ‘realidad’, entre ‘texto’ y ‘contexto’, solo existiría una relación mecánica externa. El ‘contexto’ aparece aquí solo como una especie de escenario exterior para el despliegue de las ideas (que conforman el ‘texto’). Entre uno y otro nivel no hay aún verdadera interpenetración⁵. (Idem, 291)

Palti, leitor da Escola de Cambridge, em especial Quentin Skinner e John Pocock⁶, requisita das ideias que elas estejam em contínuo confronto com o contexto de experiência, sem que sejam compreendidas exclusivamente por seu conteúdo semântico e referencial, admitindo perfurações em função dos usos e atribuições que lhes são conferidos socialmente. São fundamentais para Palti, nesse sentido, as condições de apropriação, circulação e articulação dos discursos em ação; ou seja, o contexto americano oitocentista produziu, em suas condições de experiência, usos específicos de conceitos como liberalismo e de modernidade, em atendimento a necessidades próprias e diversas das da Europa, o que não implica em demérito, atraso ou explicação histórica para o subdesenvolvimento americano.

A questão deixa de ser a busca de uma *aplicação coerente das ideias em seus lugares*, para a admissão da lógica do desvio, ampliada a qualquer lugar ou situação histórica. O que aparecia em Schwarz como condição do atraso brasileiro em relação à Europa – expressão de sua condição periférica – se converte em regra universal para explicar a ambivalente relação entre conceito e experiência: as ideias estão sempre fora do lugar porque, em uso, estão sempre parcialmente desencaixadas de seu contexto matricial de enunciação.

⁵ Tradução minha: “A partir da perspectiva exclusiva dos conteúdos semânticos dos discursos, entre ‘ideias’ e ‘realidade’, entre ‘texto’ e ‘contexto’, só existiria uma relação mecânica externa. O ‘contexto’ aparece aqui apenas como uma espécie de cenário exterior para o desenvolvimento das ideias (que conformam o ‘texto’). Entre um e outro nível não há ainda verdadeira interpenetração”.

⁶ A esse respeito, ver PALTI, Elias. “La nueva historia intelectual y sus repercusiones em America Latina” In História Unisinos 11(3) 297-305, Setembro/Dezembro, 2007, 298-300.

A la historia de las ‘ideas parcialmente desencajadas’ cabe definirla como una suerte de historia de las ‘ideas de las ideas-fuera-de-lugar’, una historia de un segundo orden de ideas, en fin, una historia de los lenguagens y sus modos de articulación, circulación y apropiación social. Y también de los inevitables desfases que estos generan.⁷ (Idem, 306)

Essa discussão aberta por Palti estará presente com mais intensidade no capítulo 2 da tese, onde terá privilégio a discussão dos temas relacionados à recepção, apropriação crítica e deslocamento entre matriz conceitual/ contexto de experiência. O artigo “A nova geração”, publicado por Machado em 1879, permite-nos avançar em um segundo ponto fundamental da leitura machadiana acerca da modernidade brasileira: *a contínua presença do influxo externo europeu*, característico, não só ao movimento da nova geração de 1870, mas a outros que lhe antecederam. Se a direção das novas ideias reconhecidamente vem de fora, do outro lado do Atlântico, tal característica não implica desmerecimento ou atraso, mas sim a elevação, a primeiro plano, da tarefa da recepção. Para Machado, o calcanhar de Aquiles dos novos de 1870 está justamente nesse ponto: na capacidade deles realizarem um tipo de recepção que não apenas use o Brasil a serviço da comprovação do novo repertório científico, mas que o confronte, levando em conta as particularidades do meio brasileiro. Está em jogo um tópico recorrente ao debate letrado oitocentista brasileiro, o da integração do Brasil ao Ocidente e ao processo histórico que lhe compõe.

Com Silvio Romero e Gonçalves de Magalhães, tal inserção considera o desenvolvimento desse processo à luz do conceito de civilização, trazendo consigo a ideia de progresso e as referências de atraso/avanço, como se pairasse sobre todos os povos um processo comum de aperfeiçoamento contínuo. Dentro desse processo, e considerando as suas condições históricas, o Brasil se posicionava frente à civilização enquanto filho empenhado em adquirir a modernidade vinda do polo avançado civilizado, a Europa. À literatura e ao debate brasileiro caberá realizar um esforço de atualização, ante o processo que lhe era anterior e superior. Ainda que Machado admita a necessidade de assentar as ideias brasileiras no percurso ocidental, em contato contínuo com o pecúlio universal, com ele leremos a problematização e o distanciamento dessa

⁷ Tradução minha: “À história das ‘ideias parcialmente desencajadas’ cabe defini-la como um tipo de história das ideias das ‘ideias-fora-do-lugar’, uma história de uma segunda ordem de ideias, enfim, uma história das linguagens e seus modos de articulação, circulação e apropriação social. E também das inevitáveis defasagens que isto gera”.

perspectiva civilizatória, principalmente a ideia de progresso que lhe é intrínseca. O progresso, além de supor a automática superioridade do presente em relação ao passado, esvaziando o discernimento crítico do presente, porque impulsionado pelo movimento inevitável da modernidade, elimina o espaço de tensão constitutiva da experiência moderna, pois o futuro redentor, imaginado a partir do presente, elimina o polo negativo que constitui qualquer experiência histórica.

Machado e o problema da verdade histórica e da verdade estética

A terceira chave de leitura a ser problematizada aqui envolve diretamente um determinado modo de definir a atuação do historiador em face de textos literários. Convém iniciar, nesse sentido, lendo o prefácio assinado por Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira da coletânea *A história contada – Capítulos de história social da literatura*, publicada pela primeira vez em 1998, em claro tom de manifesto acerca de como um *historiador social deve proceder à leitura de um texto literário*.

Refletir sobre literatura na perspectiva da história social significa, já de início, adotar um pressuposto necessariamente materialista de análise. A crença na ‘transcendência’ ou autonomia da literatura, ou da obra de arte em geral – ou seja, a idéia de que para tais obras vale, em última análise, o postulado da inexplicabilidade, pois resultariam da atividade de ‘criadores singulares’, atemporais, cujas obras seriam validadas por critérios estéticos absolutos –, é tomada aqui como um problema histórico a ser explorado e analisado. Em outras palavras, a proposta é historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance –, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo. Em suma, *é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício*. Para historiadores a literatura é, enfim, *testemunho histórico*. [Grifo meu] (CHALHOUB, S. e PEREIRA, L.: 1998, 7)

O trecho evidencia a necessidade dos autores em afirmarem certa identidade de historiador social a partir da distinção de dois campos opostos, como se só existissem esses dois caminhos de apreensão do literário pela história: 1) pautado na transcendência da obra literária, em um tipo de autonomia que leva em conta a *atemporalidade* da literatura como fenômeno descolado da época em que foi escrito; 2) dimensionado pela possibilidade de historiar uma obra literária dentro

da sua dinâmica social, “sem reducionismos estéticos”, desnudada enquanto reflexo de seu contexto histórico. No primeiro, vigora o primado da inexplicabilidade; suponho que no segundo funcione o seu contrário, ou seja, a possibilidade do historiador explicar a obra, historicizando-a na perspectiva da história social da literatura. Dessa maneira, ela seria compreendida como testemunho histórico, submetido ao mesmo “interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício”. Tal ponto fica ainda mais claro e desenvolvido na passagem abaixo, retirada do mesmo prefácio.

Qualquer obra literária é evidência histórica e objetivamente determinada – isto é, situada no processo histórico – logo apresenta propriedades específicas e precisa ser adequadamente interrogada. (...)

Assim, por exemplo, ao historiador resta descobrir e detalhar *com igual afincamento tanto as condições de produção de uma página em livro de atas, ou de um depoimento em processo criminal, quanto as de um conto, crônica ou outra peça literária. Cabe o mesmo interrogatório sobre as intenções do sujeito*, sobre como este representa para si mesmo a relação entre aquilo que diz e o real, *cabe desvendar aquilo que o sujeito testemunha sem ter a intenção de fazê-lo*, investigar as interpretações ou leituras suscitadas pela intervenção (isto é, a obra) do autor; enfim, é preciso buscar a lógica social do texto. *O bê-á-bá do ofício de historiador social é o mesmo, na análise da fonte literária, parlamentar, jornalística, jurídica, iconográfica, médica, ou seja lá o que mais.* (Idem, 7)

Do ponto de vista da interpretação desse historiador social, não há diferenças entre um livro de atas, um processo criminal ou um texto literário: o procedimento de leitura é o mesmo, e ele não reconhece a natureza diferente das fontes que utiliza. Todos os textos estariam submetidos à leitura rigorosa do historiador, este dotado da singular capacidade de “desvendar aquilo que o sujeito testemunha sem ter a intenção de fazê-lo”. É decerto pretensioso esse objetivo e em coerência com os supostos positivistas de que a realidade pode ser alcançada, desnudada e desprovida das formas que a encobrem. Delineia-se aqui um modelo de atuação do historiador que não leva em conta dois pressupostos simples: 1) que o texto literário não foi escrito para ser lido como expressão fiel da realidade, pois, o literário dá conta de algo que não aconteceu; 2) não admite o exercício de alteridade no cotejo de fontes de natureza diferentes, pois traz para si, historiador social do presente, o protagonismo de ter o mesmo método independentemente do que lê; o *interrogador* assume o centro e ele parece não estar muito disposto a se deixar levar por situações inesperadas, trazidas pelas distintas formas escolhidas

por seus interlocutores. Quando lê suas fontes, esse historiador se olha no espelho e só encontra a si mesmo, ocupado em definir um campo de atuação específico para a história.

O contexto não serve para ampliar o sentido do texto literário, mas sim para submeter obras e períodos a processos históricos datados. É isso que nos propõe Pereira e Chalhoub.

Ao invés de pensar, de forma essencialista ou idealista, nas relações entre ‘literatura e história’, o que nos interessa é inserir autores e obras literárias específicas em processos históricos determinados. (...)

Autores e obras literárias são acontecimentos datados, historicamente condicionados, valem pelo que expressam aos contemporâneos. (Idem, 8-9)

Repare que, por essa passagem, não há espaço para ação do texto na sociedade – ou a simples possibilidade do texto literário não desejar dialogar com ela: a validade é medida pelo modo como o texto literário a reflete! O “datado” oferece um condicionante a ser perseguido. Além de eliminar a possibilidade de a literatura ser lida em sua forma específica, esse historiador social desenhado pelos autores aprisiona o texto literário à sua primeira recepção e ao contexto social vivido pelo literato e seus primeiros leitores – nas palavras deles, “valem pelo que expressam aos seus contemporâneos”. Além disso, revivem o velho antagonismo entre idealismo essencialista e materialismo, como se a opção por um fosse a anulação do outro. Nesse prefácio, com jeito de declaração de princípios, os autores se propõem a tomar de assalto a literatura, tendo em vista um determinado uso dela na escrita da história, como se ela pudesse ser desnudada (e vista sem forma) pelo historiador: “a principal característica desta coletânea é mesmo a disposição de se apropriar da literatura com a maior sem-cerimônia – *despudoradamente*” (Idem, 7). Com isso, recusam a fundamentação do juízo estético requerida por seu objeto, negando à literatura a possibilidade de ser pensada como forma de arte passível de ser estudada pela história.

No livro *Machado de Assis, historiador*, publicado em 2003, Sidney Chalhoub mantém coerência com os pressupostos daquele prefácio-manifesto de historiador social. Trata-se, de fato, de um título instigante, que leva a um leitor de Machado perguntar-se: “que livros de história foram escritos por Machado? Teria sido divulgado algo novo e esquecido de sua vasta produção?” Não: trata-se da

releitura dos romances *Helena, Iaiá Garcia e Memórias Póstumas de Brás Cubas*, lidos à luz dos materiais recolhidos em arquivos sobre a política de terras empreendida após a aprovação da Lei do Ventre Livre de 1871. No prólogo do livro, Chalhoub explicita seu percurso. Sem indícios documentais verificáveis que lhes permitissem entender as ideias políticas e sociais de Machado, investigou a vida do Joaquim Maria Machado de Assis, funcionário público, encontrando nos arquivos “um volume impressionante de material sobre a política de terras” (CHALHOUB, S. 2003, 11). Ia atrás dos documentos assinados pelo funcionário, para entender o sentido dos romances publicados por Machado na década de 1870.

Tinha de descobrir os pareceres sobre a lei de 1871, pelo encanto do desafio, mas também porque o meu modo de ler os romances de Machado dependia muito visceralmente de interpretar o sentido da experiência histórica da década de 1870, toda ela marcada pelos debates para a aprovação da dita lei e das consequências de sua aplicação. (Idem,11)

Os arquivos do Ministério da Agricultura, os pareceres sobre a escravidão, os papéis do Conselho de Estado eram componentes fundamentais, necessários para entender os romances ficcionais de Machado. Permanece em primeiro plano a exaltação do lugar do historiador em busca de um modo de ler os romances machadianos, como se a condição de tal procedimento analítico fosse a impossibilidade de reconhecer as particularidades da forma romance. Agindo dessa maneira, Chalhoub anula, não só a possibilidade de a escrita da história lidar com a literatura em suas particularidades formais, mas também da própria história ser pensada enquanto forma específica, posto que sua percepção se pauta no pressuposto positivista da não mediação entre fato e narrativa. Afirmando que:

Ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX. (Idem, 17)

Chalhoub simplesmente desconsiderou que a escrita da história possui uma forma e uma historicidade própria que não é nenhum pouco compatível com o que Machado de Assis solicitava de seus romances. Não há em Chalhoub qualquer problematização sobre o que se entende pela categoria historiador nos oitocentos; a análise da sociedade brasileira que Machado empreende em seus romances parece ser suficiente para que ele possa atender à pecha de historiador.

Chalhoub segue de perto a leitura do realismo machadiano conforme proposta pelo inglês brasileiro John Gledson. Em *Machado de Assis: história e ficção*, publicado no Brasil em 1986, Gledson anuncia o projeto historiográfico machadiano, dispondo em pares seus romances⁸, relacionando o contexto de escrita destes romances com o passado sobre o qual a trama ficcional se desenvolvia. Há clara pretensão em anular o efeito ficcional em nome das verdades históricas.

Mas não se trata, aqui, apenas de uma volta ao ‘romancista do Segundo Reinado’, de Astrogildo Pereira. Considero que os romances, como um todo, pretendem transmitir grandes e importantes verdades históricas, de surpreendente profundidade e amplitude. Se parece uma posição retrógrada querer inserir Machado no século XIX, em vez de transformá-lo em membro honorário do século XX, espero que a leitura deste livro modifique tal maneira de pensar. (GLEDSON, J.: 1986, 17)

Este mesmo ponto está presente também no livro *Machado de Assis: impostura e realismo uma reinterpretação de Dom Casmurro*:

Este livro almeja mudar a perspectiva do leitor, e revelar *Dom Casmurro como romance realista na concepção e no detalhe*, cujo objetivo é nos proporcionar um panorama da sociedade brasileira no século XIX. (GLEDSON, J.: 1991, 7) (...) Nos maiores romances de Machado o enredo e o retrato das personagens são determinados por fatores sociais. E é isto que quero dizer quando afirmo que Dom Casmurro está menos distante dos postulados do realismo do que se pensa: *se entendemos por realismo a intenção do romancista por revelar, através da ficção, a verdadeira natureza da sociedade que está retratando*, Dom Casmurro é romance realista, não apenas em termos genéricos, mas em seus detalhes, tanto na forma como no conteúdo. [Grifo meu] (Idem, 13)

Para Machado, “o realismo não presta para nada” quando anula o efeito do literário em função de uma realidade exterior a ele, exatamente o que desenvolve Gledson acerca do próprio romancista brasileiro.

⁸ Segue-se, desse modo, a seguinte sequência: *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880/ 1840-50) e *Casa Velha* (1885/ 1839), *Quincas Borba* (1886-91/ 1867-71) e *Dom Casmurro* (1899/ 1857-1871-1899), *Esaú e Jacó* (1904/ 1871-94) e *Memorial de Aires* (1908/ 1888-89). Nas palavras de Gledson: “O primeiro enfoca um *ancien regime*, com o domínio de uma oligarquia segura de si, baseada na escravidão (...) Já o segundo período mostra o período de crise que mais fascinava Machado, qual seja, o do final da década de 1860 e início da década de 1870, quando pela primeira vez se percebeu que ia acabar a escravidão, com uma nova classe comercial, ligada ao capital internacional, representando uma ameaça para o poder da tradicional classe dominante. (...) O último par leva essa história além de 1871, mostrando a impossibilidade de uma transformação do Brasil em benefício do povo: o que Esaú e Jacó apresenta como absurdo político e perda de contato com a direção real da História, Memorial de Aires mostra como desastre social e traição econômica.” GLEDSON, Jonh. *Machado de Assis – Ficção e história* São Paulo: Paz e Terra, 1986, p. 17.

O horizonte de dúvida e incerteza aberta ao leitor, que caracteriza a narrativa romanesca machadiana, já seria suficiente para o descarte da possibilidade de interpretação de Machado pelo prisma do realismo documentalista. O exame dos textos de crítica literária produzidos pelo Bruxo, na década de 1870 e antes, conforme teremos a oportunidade de ler aqui, apresentar-nos-á um Machado não só afastado das prerrogativas defendidas por Chalhoub e Gledson, mas também como um opositor desse uso realista do literário. As considerações negativas que ele tece, por exemplo, acerca do *Primo Basílio*, de Eça de Queirós e dos pressupostos da Escola Realista que lhe sustentam, poderiam atingir frontalmente aquele procedimento de leitura empreendido pelos historiadores sociais de Gledson e Chalhoub: empenhado ao longo de sua crítica na definição da autonomia do literário e da verdade estética, Machado veria sua própria obra engolida pelos supostos realistas que tanto combateu.

Partindo do reconhecimento do estatuto ficcional do texto literário, a indagação a ser feita aqui não será a respeito do discurso de realidade que está por trás do artifício ficcional, mas sim em relação às condições históricas de circulação do texto literário ou, em outras palavras, qual é o estatuto da literatura na peculiaridade histórica da sociedade brasileira oitocentista. No que diz respeito às diferenças entre textos de caráter expositivo, que se dispõem a explicar sobre a verdade contida na realidade do mundo, e textos de caráter ficcional – diferença esta constituinte do argumento do próprio Machado – acatarei, mais uma vez, a sugestão de Wolfgang Iser (1979). O autor sugere que uma característica marcante dos textos ficcionais é que neles não há uma organização prévia de segmentos da perspectiva do leitor. A conectabilidade leitor-texto, interrompida pelos vazios, torna-se variada, abrindo um número crescente de possibilidades, de modo que a combinação de esquemas passa a exigir a decisão seletiva do leitor. As perspectivas não se formam na tessitura textual, mas são estabelecidas entre segmentos de perspectivas diferentes. Assim, a coerência do texto ficcional se cumpre pelos atos de representação do leitor, e a plena eclosão de preenchimento do vazio se dá na imaginação dele. (ISER, W.: 1979, 108, v. I). Já os textos de caráter expositivo se ocupam, antes de tudo, em explicar um argumento ou transmitir uma informação. O pressuposto é o da referência a certo objeto dado, exigindo uma individualização contínua no ato de fala. Para que a expressão possa

alcançar sua precisão, o texto expositivo regula as conexões, de maneira que seja garantida a recepção do que se deseja dizer.

Leremos no capítulo 3 dessa tese que, em Machado, o argumento histórico, seja na peça de Castro Alves ou em *Iracema* de José de Alencar, conhece na forma romance o mesmo lugar: uma tela que serve ao poeta, um pano de fundo que pode ampliar o sentido da narrativa ficcional, submetendo-se a ela. Os critérios utilizados pela escrita da história para mensurar a qualidade de um trabalho historiográfico não poderiam ser aplicados a um romance ou qualquer outra obra que se propunha como literária – quaisquer que fosse esses critérios, inclusive os sociais e ou nacionais. Deslocando-se do realismo proposto por Gonçalves de Magalhães e Silvio Romero em suas histórias, Machado antecipa, no conjunto de sua produção crítica, aquele que será o argumento central das críticas negativas atribuídas ao *Primo Basílio* de Eça de Queirós, à Escola Realista e sua recepção no contexto brasileiro: há um sentido próprio que constitui a verdade estético-literária, sentido este que percorre um caminho próprio de desenvolvimento e que não pode ser confundido/submetido com/a qualquer outro, seja moral ou histórico. Na crítica ao “*Primo Basílio*, de Eça de Queirós”, Machado retoma e amplia um ponto central que já aparecia na “Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade” acerca da distinção de um campo especificamente literário que considere a verdade estética própria à literatura em sua autonomia. Para Machado, a Escola Realista faz a apologia do inverso dessa perspectiva e, no caso brasileiro, torna-se ainda mais problemática por ser inserida no bojo do discurso de modernidade. Não se trata de desenhar aqui um Machado absenteísta, alheio às questões de seu tempo. Há apenas a inversão de uma lógica que impõe uma condição segura à literatura, a de que ela seja o reflexo do seu contexto real. Ao defender a validade da verdade estética, Machado desfaz a possibilidade de a literatura pautar-se por outro parâmetro que não seja ela mesma, podendo atender, enquanto forma específica, a propósitos sociais.

1

Machado de Assis e a inconclusa independência brasileira: assimilação e renúncia do instinto de nacionalidade

É o estudo biográfico de Raimundo de Magalhães Junior⁹ sobre Machado de Assis que nos fornece preciosas informações sobre o contexto de escrita do artigo “Notícia atual da literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade”, cuja primeira publicação ocorreu em Nova Iorque, na edição de 24 de março de 1873, da *Revista O Novo Mundo*. O texto resultava de uma encomenda feita pelo editor do periódico, José Carlos Rodrigues.

Já para o fim do ano [1872], chega às mãos de Machado uma carta de José Carlos Rodrigues, que, dos Estados Unidos, lhe pede uma colaboração para o *Novo Mundo*, publicação ilustrada em português impressa naquele país sob sua direção. Era a única publicação em nosso idioma naquele país, onde então circulavam nada menos de 378 jornais em línguas que não a inglesa. (MAGALHÃES JUNIOR, R.: 1981, 126, V. 2) (...)

[Rodrigues] escreveu-lhe nestes termos: ‘Nova York, 22 de setembro de 1872./ (...) Este jornal (que tem chegado ao 3º ano a salvamento) precisa de um bom estudo sobre o caráter geral da literatura brasileira contemporânea, criticando as suas boas ou más tendências, no aspecto literário e moral; um estudo que, sendo traduzido e publicado aqui em inglês, dê uma boa ideia da fazenda literária que lá fabricamos, e da escola ou escolas do processo de fabricação. Como sabe, não escrevo bem sobre assunto nenhum, muito menos sobre literatura; nem tenho tempo de ir agora estudá-la. Quererá o amigo escrever sobre isso? (Idem, 128)

Era uma carta endereçada ao já respeitado crítico literário da Corte que, meses antes, acabara de publicar *Ressurreição*, seu primeiro romance. Rodrigues deixara bem claro o que queria: uma visão geral da literatura brasileira contemporânea, considerando que, provavelmente, a primeira leitura do texto seria feita por um estrangeiro e, possivelmente, alheio aos assuntos brasileiros.

Machado atendeu ao pedido de Rodrigues. Àquela altura, já se acostumara a escrever balanços sobre a produção letrada brasileira em geral, algum título ou autor específico. Machado de Assis exercitou intensamente a atividade jornalística na década de 1860 em revistas como *O Espelho*, *O Futuro* e *Revista Dramática*, mas foi no *Diário do Rio de Janeiro*¹⁰ que ele explorou de maneira mais regular a

⁹MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1981, v. 2

¹⁰ Sobre a importância do *Diário do Rio de Janeiro* na vida intelectual de Machado de Assis, assinala Lucia Miguel Pereira. “A importância do Diário do Rio de Janeiro na vida e na obra de Machado de Assis é imensa; convidando-o para lá, tirou-o Quintino Bocaiúva do amadorismo das revistas literárias, pô-lo na obrigação de enfrentar o grande público, de dar a sua opinião sobre os

crônica política e a crítica de romances, poesias e textos dramáticos. Em 1873, Machado dirigia-se a um público estranho ao debate letrado brasileiro, mas trazia em seu texto o acúmulo de uma produção crítica que já contava quinze anos – se considerarmos como estreia a publicação n’ *A Marmota* de “O Passado, o presente e o futuro da literatura brasileira”, de 1858. Há no “Instinto de Nacionalidade” um notório esforço de síntese, não só do momento literário brasileiro da década de 1870, mas de tudo o que já se produzira nas letras tupiniquins até aquele momento. Com as palavras abaixo, Machado conclui e resume a sua “Notícia atual da literatura brasileira”.

Aqui termino esta notícia. Viva imaginação, delicadeza e força dos sentimentos, graças do estilo, dotes de observação e análise, ausência às vezes de reflexão e pausa, língua nem sempre pura, nem sempre copiosa, muita cor local, eis aqui por alto os defeitos e as excelências da atual literatura brasileira, que há dado bastante e tem certíssimo futuro. (ASSIS, M.; 1962, 809, v. III)

O leitor do texto reconhece aqui, “por alto”, o que o articulista identifica como traços marcantes da literatura brasileira de sua época: desde as excelências como a “viva imaginação”, a “força dos sentimentos”, os “dotes de observação e análise”; até os defeitos, como a “ausência de reflexão e pausa” e uma língua “nem sempre pura, nem sempre copiosa”. Exposto por Machado em seus defeitos e qualidades, o debate literário brasileiro vigente teria como principal traço de distinção uma característica que comportava, igualmente, traços positivos e negativos: certo *instinto de nacionalidade* – predicado tão fundamental que intitula o artigo. De um lado, “muita cor local” – e o uso do “muita” indica excesso negativo, que revela o exagero e a falta de ponderação dos letrados brasileiros em explorar a cor local como tema literário; de outro, o reconhecimento de que esse instinto “há dado bastante e tem certíssimo futuro”, ou seja, há algo cultivado por esses literatos que pode ser aproveitado e abonado no futuro. A conclusão do artigo contém a tônica da leitura crítica machadiana sobre o debate letrado brasileiro de seu tempo e, por conseguinte, sua compreensão acerca da modernidade brasileira da década de setenta: problematização e certa recusa do instinto de nacionalidade,

assuntos do dia, fê-lo refletir, pensar. A disciplina da colaboração frequente, a sensação do contato com leitores de toda natureza amadureceram rapidamente esse rapaz de 21 anos”. MIGUEL-PEREIRA, Lucia. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 77. Ver também: MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis 1839-1870: ensaio de biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971, p. 192-4.

se este for compreendido como condição para beleza literária; reconhecimento de que, mesmo com tantos defeitos, há uma linha de continuidade aberta pelos literatos que compartilham desse instinto, o que lhes garante um “certíssimo futuro”. O rompimento maior parece ser, nesse momento, com o excesso e com a exclusividade do critério nacionalista; ao mesmo tempo, a proposta de ruptura com o “instinto” não anula a possibilidade de que novas gerações possam lançar mão dele no futuro.

Trata-se de um modo de ler a experiência literária brasileira que considera como atributo capital da tarefa crítica a ponderação, ou seja, a compreensão do convívio simultâneo entre vícios e virtudes¹¹. As famosas linhas abaixo, as primeiras do artigo e das mais citadas pela fortuna crítica machadiana, acentuam a requisição de ponderação por parte de quem examina a situação da literatura brasileira, naquele momento.

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, *certo instinto de nacionalidade*. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é *sintoma de vitalidade e abono do futuro*. As tradições de Gonçalves Dias, Porto Alegre, e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda madrega, como aqueles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. *Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo*. [Grifo Meu] (Idem, 801)

O instinto de nacionalidade é uma tradição continuada das letras brasileiras, um traço que põe em contato poetas coloniais, escritores românticos e os moços, contemporâneos seus da década de 1870. O tema da cor local, cantado por Basílio da Gama e Santa Rita Durão transforma-se, no momento pós-independência política, na cor nacional cantada por Gonçalves Dias, Porto-Alegre, Gonçalves de Magalhães e a primeira geração romântica como um todo. A geração “que ainda madrega” na década de 1870 – como, por exemplo, Franklin Távora, Castro Alves e Lucio de Mendonça – seguia o mesmo caminho e Machado nota vantagens nisso, por ver surgir, aos poucos, uma linha de continuidade que ensaia a constituição de um repertório literário brasileiro.

¹¹ A leitura machadiana aproxima-se à de um moralista antigo na forma de ver os acontecimentos. Nas palavras de Eric Auerbach: “ela não vê as forças, mas somente vícios e virtudes, êxitos e erros; a sua maneira de colocar os problemas não é espiritual nem materialmente histórico-evolutiva, mas moralista”. In AUERBACH, Erich. *Mimeses: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 32. Alfredo Bosi desenvolve exatamente esse ponto em BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007, especialmente capítulo “Uma figura machadiana”, p. 129-148.

O *instinto de nacionalidade* revela, sobretudo, um desejo de independência, que se renova no presente dos anos setenta – e que possui, ele mesmo, uma trajetória de continuidade. Falar dos assuntos nacionais parece ser a maneira encontrada pelos letrados brasileiros de reafirmar a sua condição independente – e também, como consequência, a situação colonial no passado. O passo seguinte para a compreensão do contexto intelectual brasileiro, fundamental por sinal, é reconhecer que o sentido do instinto de nacionalidade se encontra na contínua necessidade de criar uma literatura (e um pensamento) mais independente.

Reconhecido o instinto de nacionalidade que se manifesta nas obras destes últimos tempos, conviria examinar se possuímos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade literária; esta investigação (ponto de divergência entre literatos), além de superior às minhas forças, daria em resultado levar-me longe dos limites deste escrito. *Meu principal objeto é atestar o fato atual; ora o fato é o instinto de que falei, o geral desejo de criar uma literatura mais independente.* [Grifo meu] (Idem, 802)

O desejo de criar uma literatura mais independente apresenta a convicção da nova geração – e também da anterior – de que essa independência ainda não tinha sido alcançada plenamente no presente. Há outro processo de independência brasileira, ainda em aberto, que eleva a condição do presente como momento de ruptura: a independência intelectual. Não se sabe quando ela estará completa, ou ainda se ela se completará um dia. O que se sabe é que essa segunda independência não tem um fato, um símbolo apenas, um herói, uma circunstância, alguém que grite “Independência ou morte!” Ela não é obra de apenas uma, mas muitas gerações – e não é possível prever, do presente, quantas seriam.

Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. *Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.* [Grifo meu] (Idem, 801)

A constatação era que, por mais que existisse uma linha de continuidade manifestada pelo instinto de nacionalidade, o pensamento brasileiro ainda não conhecia uma autonomia plena. Havia um farto manancial de inspiração, mas ele não era suficiente. A independência mental ainda não estava completa e, como desdobramento, ela se tornava desejo reiterado das diferentes gerações letradas em

realizá-la. Tal desejo não era visto como problema para Machado. Não seria essa a dimensão negativa da atual literatura brasileira.

Machado entendia como grave problema a assertiva recorrente no debate brasileiro de que a beleza literária poderia ser mensurada por critérios nacionais, exteriores ao próprio universo literário. Em Machado, a natureza e a sociedade brasileira eram potenciais matérias brutas para a produção literária e intelectual, mas não constituiriam, por si só, a fisionomia própria ao pensamento nacional. A resposta à pergunta “O que é o Brasil?” não deveria, portanto, ter o monopólio das intervenções intelectuais brasileiras. Quando a nacionalidade se eleva como critério artístico-literário, o caminho é o completo empobrecimento – não só no Brasil dos oitocentos, mas em qualquer outro tempo e espaço.

Perguntarei mais se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Julio César*, a *Julieta e Romeu* tem alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês.

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região: *mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a emprobreçam. O que se deve exigir antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e de seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço* [Grifo Meu] (Idem, 804)

A condição primeira para elevação literária é o *sentimento íntimo*, que não se avalia por critérios nacionais ou sociais, mas sim estéticos. E se esse critério estético se define pela relação da literatura com as suas condições temporais, ele se constitui também por um valor atemporal, universal, uma forma literária que não se insere em apenas uma época, mas percorre todas. Ele não atende a nenhuma demanda específica, dele não se deve exigir compromisso com nada, além da própria experiência literária. A metáfora do sentimento íntimo se apresenta como a condição própria da experiência literária que sobrevive a todas as épocas e as extrapola; essa é a única matéria da qual nenhum literato pode fugir – nem aquele que escreve um texto literário, tampouco o que examina a obra feita.

A análise de Abel Barros Baptista acerca da metáfora do *sentimento íntimo* no “Instinto de Nacionalidade” me parece bastante convincente. Para Baptista, em Machado o problema não consiste em saber como construir uma literatura tendo em conta o que é o Brasil, mas entender e construir a literatura brasileira, tendo em conta o que é a literatura. Nesse sentido, o bruxo não exige uma postura de

escritor brasileiro, “mas a única exigência que Machado aceita é que lhe façam enquanto escritor” (BAPTISTA, A.: 2003, 109). O essencial deixa de ser o elemento nacional para se concentrar no problema da literatura, sintetizado na metáfora do sentimento íntimo. O que está em jogo é uma concepção de literatura que exige uma decisão crítica e um processo de leitura por parte do escritor.

É que o ‘sentimento íntimo’, se designa alguma coisa que não está originalmente na literatura, uma vez que deve exigir do próprio escritor, designa ainda alguma coisa a que apenas se acede pela literatura, o que implica que todo o texto, do mesmo modo que pode dirigir-se a todos os homens de todos os tempos e de todos os países, dá acesso a um homem de um tempo e de um país. (Idem, 104)

Para Baptista, um importante deslocamento machadiano é a maneira de ele pensar seu tempo e seu país, sem seguir o programa de nacionalização da literatura proposto pelo Romantismo e reiterado pela geração de 1870. Por outro lado, Machado revela uma clara confiança na edificação nacional da literatura brasileira, não mais pautada no traço substancial e descritivo dos assuntos nacionais expressos nos textos literários, mas sim na exigência do traço essencial em relação ao escritor. Para o intelectual português, em Machado, “o ‘sentimento nacional’ não é o que o escritor exprime nas suas obras, mas o que se exige dele, não é um traço substancial, mas um efeito de leitura, como tal caindo por inteiro no âmbito da responsabilidade do leitor” (Idem, 17).

A esse ponto, acrescento: a literatura brasileira conhece em Machado uma trajetória particular de desenvolvimento a partir de sua forma. Ele reconhece, de um lado, a particularidade histórica do presente brasileiro quando adverte “não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a região”; mas de outro, ele não deixa de reconhecer a dimensão incompleta dessa assertiva, isto é, a insuficiência de se considerar o critério nacional – que no caso brasileiro é inteiramente ligado ao critério temporal– como condição essencial para a afirmação da beleza literária. Shakespeare é um gênio universal sendo essencialmente inglês: isso deixaria a herança literária shakespeariana pronta para ser mobilizada por diferentes presentes, em espaços distintos, à disposição de um inglês, francês, português e, também de um brasileiro. O instinto de nacionalidade dialoga com o mérito literário, mas não o substitui.

Do brevemente exposto até agora, cabe reter três pontos, para que possamos avançar no argumento deste capítulo. 1) o deslocamento machadiano em relação ao debate brasileiro, destacado por Abel Baptista, no que tange à compreensão da literatura brasileira, pensada agora, prioritariamente, como literatura através da metáfora do “sentimento íntimo”, capaz de extrapolar o condicionamento temporal de qualquer contexto nacional, não apenas o brasileiro; 2) o desejo de independência que preside o instinto de nacionalidade, destacado por Machado, logo no primeiro parágrafo do texto, na sentença que dá o mote do argumento – nas palavras dele, “*Meu principal objeto é atestar o fato atual; ora o fato é o instinto de que falei, o geral desejo de criar uma literatura mais independente.*” Desejo este que indica a questão da independência mental como interrogação central ao debate brasileiro elevando, em 1873, a compreensão do presente como tempo de ruptura e reinício; 3) a apreensão positiva do *instinto de nacionalidade*, por este constituir uma linha de continuidade mínima, capaz de construir as bases de uma tradição brasileira, nos termos machadianos o seu pecúlio. Em Machado há, nesse instinto de nacionalidade, *sintoma de vitalidade e abono do futuro e vantagem neste universal acordo* – desde que este não iniba o essencial, ou seja, a verdade estética própria a qualquer matéria literária, contida na metáfora do “sentimento íntimo”. Os pontos 2 e 3 acentuam o diálogo constante de Machado com o contexto intelectual brasileiro e, ao mesmo tempo, mais um deslocamento, que se constrói a partir desse diálogo: Machado rompe com a tradição de ruptura instituída pelas seguidas gerações do instinto de nacionalidade, ainda que reconheça a *segunda independência* como questão inconclusa, obra de muitas gerações que não a farão *num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura*. O jogo entre independência mental inconclusa e *ruptura de uma determinada tradição de ruptura* no pensamento brasileiro nos apresentará uma determinada leitura de Machado de Assis acerca de experiência moderna brasileira na década de 1870, evidenciando, a um só tempo, uma apropriação e uma recusa de Machado em relação à historicização do campo literário no modo como ele vinha se delineando no contexto brasileiro.

1.1

Do geral desejo de criar uma literatura mais independente

Como Sísifo, os brasileiros parecem estar condenados a uma tarefa recorrente: a busca de sua própria identidade. Pelos tempos afora, sucessivas gerações associam tal empreitada a repetição daquele que, desde sempre, é apresentado como momento inicial de nossa constituição: o descobrimento do Brasil. E se a busca de uma identidade nacional não cessa de se renovar, ela está sempre associada a novos descobrimentos. Conhecer o Brasil é obra de e para descobridores. (ABREU, C.: s/d, s/p)¹²

A lucidez de Capistrano de Abreu demonstrada no trecho acima toca diretamente no ponto desenvolvido por Machado em 1873: a busca incessante pela segunda independência brasileira, a independência mental, que se renova a cada novo presente. Para Capistrano e Machado, mais importante do que acrescentar ao debate uma contribuição particular para a definição dessa identidade, seria problematizar o sentido dessa contínua busca. Na sentença capistraniana, essa busca soa como condenação, de voltar sempre ao mesmo ponto de partida, mesmo depois de tanto avançar – empreendendo esforços em rolar a pedra adiante até o momento de quase alcançar o cume da montanha, quando é impelido a retornar ao início do caminho, como fez Sísifo. Nesse sentido, eleva-se o papel do descobridor, daquele que consegue regressar ao problema da identidade brasileira, descrevendo e desvendando as novidades que encontrou em suas pesquisas, mas mais do que isso, daquele que consegue definir uma rota, um caminho a ser perseguido. Eis o que distingue a escrita da história de Capistrano como autêntica descoberta do Brasil segundo Ilmar de Mattos: “saber regressar ao mesmo destino e retornar são e salvo”¹³, ou seja, conceber o regresso como concretização do ato de descobrir, voltando às suas origens no passado para retornar ao presente com o mapa do descobrimento. Quando Machado se referia a um “geral desejo de criar uma literatura mais independente”, sabia que aos seus interlocutores contemporâneos brasileiros – tanto os da geração romântica quanto os da nova geração realista de 1870 – o sentido do desejo de independência era mais caro que o próprio mérito da literatura. Conceitos como *história*, *literatura*, *história literária* pareciam *condenados* a submeter-se a esse instinto de independência, preocupados que estavam em voltar, “sãos e salvos”, ao presente

¹² Apud MATTOS, Ilmar R. de. “Capítulos de Capistrano.” Texto disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/frame.htm>. Acesso em abril de 2012.

¹³ Idem, s/p.

oitocentista, cada qual trazendo consigo debaixo do braço o seu mapa. Parece ser o presente o ponto de partida e o destino final.

Ao analisar os primeiros textos de história da literatura no século XIX brasileiro¹⁴, Regina Zilberman ressalta que há em comum entre eles a busca incessante por um princípio ordenador, capaz de dotar de sentido as conexões entre as épocas. Em geral, o fio condutor das estórias era o conceito de nacional, que perpassava épocas nas quais nem sempre ele existia. Três seriam, assim, as atribuições principais dos nossos primeiros historiadores literários.

Nossos primeiros historiadores da literatura depararam-se com uma missão e tanto, a saber: a) listar o material, outorgando a visibilidade a um corpus, que tornaria o objeto de sua narrativa; b) elaborar uma estória (story), fornecendo-lhe um enredo coerente e aceitável; c) estabelecer as classificações, o que na linguagem dos românticos, significava ser competência deles a confirmação de que o material catalogado pertencia exclusivamente à nação brasileira, embora surgido antes de o próprio país existir; para tanto, cabia verificar a presença da cor local no interior do material incipiente com que labutavam. (ZILBERMAN, R.: 1999, 27)

A definição do mapa passava por eliminar qualquer tipo de vazio. No entender de Zilberman, privilegiava-se um tipo de escrita que visava o exame do passado como se ele fosse um bloco monolítico bem definido, harmônico, causal, cuja característica principal seria “acasalar os eventos e esclarecê-los, evitando lacunas ou contradições” (Idem, 24).

O ponto desenvolvido por Flora Sussekind sobre esse assunto também é importante, especialmente quando ela chama a atenção para a relação entre essas histórias literárias e a produção romanesca, tanto no Romantismo como no Realismo pós-1870. A produção da identidade estaria pautada, assim, não só na relação entre sujeitos que viviam no mesmo espaço e poderiam se considerar “brasileiros”, mas também entre os sujeitos do presente e seus antecessores, escolhidos conforme o parâmetro da brasilidade.

¹⁴ Zilberman examina os seguintes textos: “Résumé de l’Histoire Littéraire du Brésil” (1826), de Ferdinand Denis; “Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa” (1826), de Almeida Garrett; “Discurso sobre a história da literatura do Brasil” (1836), de Gonçalves de Magalhães; “Da nacionalidade da literatura brasileira” (1843), de Santiago Nunes Ribeiro; “Uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira” (1843), de Pereira da Silva; além d’ “O ideal do crítico” (1865) e “Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade” (1873), de Machado de Assis. In ZILBERMAN, Regina. “História da Literatura e Identidade Nacional”, In José Luis Jobim (org), *Literatura e identidades*, Rio de Janeiro, Ed. Uerj, 1999, p. 23-55.

Ao descreverem a procura de uma nacionalidade essencial, de uma identidade sem rachaduras, de uma linha reta, desvendam para quem os lê a origem da literatura brasileira. Quimera que constroem a cada novo passo, que acrescentam ao seu novo mapa de pesquisas. (SUSSEKIND, F.: 1990, 20)

O delineamento do mapa nacional ia além dos limites da natureza descrita nos romances que constituíam os contornos da paisagem do Brasil. Descobrir e devastar o país significava também se voltar para trás no tempo, com a referência do nacional. O esforço do romancista em catalogar os nomes das diferentes espécies – fazendo o leitor “viajar” e conhecer o Brasil sem sair do lugar, através das narrativas – era semelhante àquele feito pelo historiador da literatura, detentor da tarefa de elaborar o inventário dos principais personagens e acontecimentos da história do pensamento do país. Tal empenho, no entanto, seria insatisfatório, se nele não estivesse contido um sentido capaz de integrar a alteridade do passado, criando, assim, uma “unidade no tempo”. No romance, a descrição da especificidade da natureza brasileira equiparava-se à busca do diverso em um todo, neste caso, a natureza tropical em suas mais distintas formas. No caso da escrita da história literária, a exposição da diversidade do passado, capaz de balizar momentos distintos, existia no sentido de justificar uma ideia de brasilidade constituída no presente oitocentista.

Trata-se, na verdade, de uma concepção de história que se estende também à formação da história como disciplina constituída sob os ditames do Instinto Histórico e Geográfico Brasileiro. Há diversas interseções entre esse tipo de história produzido no IHBG e as histórias literárias que começavam a ser escritas a partir, principalmente, da década de 1840¹⁵. Os comentários de Manoel Salgado Guimarães, por exemplo, acerca das tensões entre os conceitos de nação e civilização como componentes fundamentais da disciplinarização da história¹⁶, ajudariam a elucidar a leitura, tanto da proposta de Gonçalves de Magalhães em 1836 quanto a de Silvio Romero em 1888; especialmente quando ele trata de uma leitura da história visando à legitimação de um sentido político instituído no presente. Um projeto que visa dar conta de uma totalidade, isto é, a nação, tendo

¹⁵ Sobre a relação entre a escrita da história literária de Silvio Romero e o arcabouço historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ver TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista* Porto Alegre: UFRGS, 2005 [Dissertação de Mestrado]

¹⁶ GUIMARÃES, Manoel L. S. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos históricos*, nº 1, Rio de Janeiro, 1988.

em vista a sua diversidade e multiplicidade de aspectos. Desse modo, a história possuía um sentido e um uso prático para a vida dos homens: estabelecer a legitimidade de um determinado presente em construção. O passado poderia oferecer o ponto de partida de uma trajetória, que possuía no presente uma continuidade ou uma ruptura.

A cultura histórica oitocentista, ao definir canonicamente os procedimentos adequados para o tratamento do passado, institui a *História como disciplina capaz de, através do ordenamento do conjunto de experiências humanas passadas, legitimar um presente em construção*.(...)

Um presente, que por estar no fim de um certo percurso, pode olhar privilegiadamente para trás e reconhecer-se na História, escrita necessariamente como origem. [Grifo Meu] (GUIMARÃES, M.: 2000, 138)

O que está em jogo de maneira central nos pontos de comentaristas contemporâneos como Regina Zilberman, Flora Sussekind e Manoel Guimarães – e que também parecia bastante claro a Capistrano de Abreu – é a centralidade que ocupa o tempo presente nas propostas de escrita da história nacional oitocentista. A construção política e social do presente brasileiro eleva-se como ponto de partida e de chegada das narrativas sobre o passado, literário ou não. O presente é o começo e o fim, o motor da pedra de Sísifo. Nesse sentido, confunde-se a todo o momento o exercício de escrita da história e da experiência histórica do homem de letras, por mais que o requisito da imparcialidade seja reivindicado como requisito essencial à tarefa do historiador¹⁷. Ao empreendimento do descobridor do Brasil, isto é, daquele que, ao mesmo tempo em que descreve, tece o fio condutor de sua história, é solicitada uma dimensão ética, que assegura a responsabilidade de tornar a literatura (e o pensamento brasileiro como um todo) mais independente, contribuindo ao seu modo, com a tarefa da independência mental empreendida no presente.

Tanto o delineamento dos mapas nacionais, nos termos de Capistrano, quanto o geral desejo de criar uma literatura mais independente, a que Machado se

¹⁷ Temístocles Cezar associa essa reivindicação de imparcialidade requisitada à tarefa do historiador a um uso político do saber histórico, em um momento de fundação da nacionalidade. Em suas palavras: “A esse respeito, é preciso inscrevê-los também em uma rede mais ampla e complexa que engloba a busca da cientificidade, como forma de se atingir a história e, ao mesmo tempo, fazer uso político do saber histórico. Ou seja, contar a história da nação; essa exercendo aqui a função de conceito organizador e de recurso narrativo àquela.” CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos” In NEVES, Lucia M.B.P. (org) [et all] *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011, p. 119.

referia no “Instinto de Nacionalidade”, amplia seu significado quando entendemos que essa forma ampliada de compreender o presente é sinal de um modo de experimentá-lo enquanto singularidade – e possivelmente, ruptura. Valdeci Lopes de Araujo (2008) abre essa discussão ao propor que, ao instaurar uma forma de experimentar o tempo como descontinuidade, a geração letrada de 1830, da qual se inclui decisivamente Gonçalves de Magalhães, distingue-se do grupo que construiu a independência política no contexto de 1822, cujo expoente é José Bonifácio de Andrada e Silva, ainda vinculado a elementos clássicos de imitação e exemplaridade, próprios ao entendimento do mundo como repetição de leis eternas e tempos cíclicos (ARAÚJO, V.: 2008, 185). O Brasil autônomo seria entendido, para o grupo de Bonifácio nos anos 1820, como a possibilidade da redenção do verdadeiro Portugal, encontrando no Novo Continente a possibilidade de retorno a sua idade do Ouro. O episódio da independência política no caso brasileiro, por si só, não teria trazido a sensação de ruptura capaz de demarcar o nascimento de um novo país – decerto que a presença do português D. Pedro I como primeiro Imperador do Brasil reforçava simbolicamente a relação de continuidade temporal entre o novo Império do Brasil e o antigo Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, existente desde o início do século. É a geração romântica da década de 1830 – ocupada em construir a nação, impulsionada pelo momento político de construção da unidade nacional e manutenção do território brasileiro¹⁸ – que inaugura uma nova experiência do tempo histórico enquanto tempo de distinção e ruptura. Afinal de contas, “os brasileiros não podiam contentar-se em serem apenas os portugueses do Brasil; por isso, a busca de novas formas de construção da identidade coletiva.” (ARAÚJO, 2008, 186)

O tripé nação/literatura/história se estabelece e se consolida com o Romantismo, especialmente após 1836, quando o programa romântico aparece reunido de maneira mais sistematizada com a *Revista Niterói*.

[Na década de 1830] era cada vez mais difícil conciliar o modelo cíclico com as exigências de uma crescente consciência da singularidade do tempo presente. (Idem, 115) (...)

A nova nação nascia com os Tempos Modernos, assumia radicalmente sua novidade, e acertava seus ponteiros com a grande narrativa de progresso que embalava a Europa e na qual Portugal tropeçava. [Grifo meu] (ARAÚJO, V.: 2008, 127)

¹⁸ Sobre a turbulência política dos anos 1830, recomendo MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994, especialmente cap.2.

Nesse contexto, conceitos como “civilização”, “nação”, “literatura” e “história” sofrem alterações de sentido condicionadas às novas formas de afirmação da identidade coletiva, pautadas na ideia de nação enquanto individualidade histórica, dentro de um processo universal de mudanças. Tais alterações dotariam esses conceitos de um sentido histórico – pois suscetíveis a mudanças – para que a partir deles se pudesse afirmar a singularidade daquele presente e, por conseguinte, do Brasil enquanto nação nascente. Afirmer essa descontinuidade temporal não significava, contudo, romper inteiramente com o projeto iniciado com a Independência, como assinala Araujo; ao contrário, a vontade de continuidade é um dos marcos fundamentais desse processo de historicização. A historicização do conceito de civilização, por exemplo, faz com que o Brasil seja chamado a contribuir, com o que teria de mais singular enquanto nação, na linha de continuidade que compõe o processo histórico do Ocidente – lançando mão, assim, do repertório conceitual da história universal (Idem, 105).

O conceito de literatura incorporará essa perspectiva historicizada de maneira acentuada. O debate sobre a literatura brasileira torna-se terreno fértil para a discussão letrada da identidade nacional, aquela mesma problematizada por Machado de Assis e Capistrano de Abreu, conforme expus linhas acima.

Transformada em processo, a literatura assume o papel de horizonte de totalidade, como a dimensão capaz de produzir e preservar a identidade de uma comunidade ao longo do tempo e do espaço. *Através dela, a história deixa de ser apenas a sucessão de acontecimentos isolados e torna-se o desenvolvimento progressivo de uma identidade, cujo sujeito maior é o povo e o resultado é a nação.* [Grifo meu] (Idem, 121)

Pensando ainda com Valdeci Araujo, concluímos que a literatura brasileira incorpora elementos conceituais fundamentais dentro de uma perspectiva moderna de história¹⁹ na medida em que: 1) reúne a diversidade do passado em torno de uma unidade e um sentido, que caminha até o presente, deixando de ser apenas a sucessão de acontecimentos isolados para ser o desenvolvimento progressivo de uma identidade – dentro daquilo que Capistrano de Abreu definiu como operação letrada de *Descobrimento do Brasil*, ocupada em estabelecer o fio condutor e o sentido da história; 2) afirma o tempo presente como singularidade, autônomo e

¹⁹ A interlocução de Valdeci Lopes de Araujo em relação a uma compreensão moderna do conceito de história é com as proposições do historiador alemão Reinhart Koselleck. A esse respeito, recomendo: KOSELLECK, Reinhart. *historia/História* Madrid: Minima Trotta, 2010.

independente do passado, uma consciência de singularidade que não consegue mais abarcar perspectivas cíclicas, o que nos ajuda a começar a entender aquilo que Machado chamou em 1873 *de geral desejo de criar uma literatura mais independente*; 3) associa-se a um determinado horizonte de universalidade, vinculada ao processo histórico da Civilização, no qual o Brasil se reivindica integrado. Em Machado, como destaquei linhas acima, não há acordo com essa perspectiva historicizada quando ela pressupõe a conversão imediata do critério de nacionalidade em valor literário. A metáfora do *sentimento íntimo* busca resguardar para a forma literária uma autonomia que admita um percurso próprio de desenvolvimento. O conceito de literatura, pela peculiaridade que contém, encontra-se em uma encruzilhada: de um lado, a universalidade das regras do gosto e da perfeição formal das obras; de outro, a representação da cor local, dos hábitos e dos costumes dos povos, aos quais as línguas nacionais devem sua origem (Idem, 114).

Tensionada por Machado na década de 70, a relação entre literatura e descoberta do Brasil conseguia associar a ruptura que o Brasil representava, enquanto nação independente, com o *instinto de modernidade* característico do conceito de literatura nos oitocentos. Para que possamos avançar, posteriormente, no funcionamento discursivo dele no contexto brasileiro oitocentista, convém realizar aqui um enorme esforço de síntese para entender as bases desse instinto de modernidade na literatura ocidental²⁰. Acato, nesse sentido, à sugestão de Hans Robert Jauss, disposto a analisar as mudanças históricas operadas no conceito de moderno ao longo do tempo, considerando esse conceito próprio não apenas a um período específico, mas capaz de admitir uma longa história filológica. Nas palavras de Jauss:

A cada novo século a sua identidade [do moderno] se constrói com a redefinição de diferenças, ou seja, pela definição de um novo campo de diferenciações, a partir dos quais se produz um novo moderno. Há sempre um espaço para a construção do moderno o qual, no entanto, não deixa de sofrer a intromissão do antigo. (JAUSS, H.: 1997, 47)

²⁰ O diálogo mais intenso aqui é com Hans R. Jauss, especialmente nos textos: “Tradição literária e consciência atual da modernidade” (1997) e “Las transformaciones de lo moderno: estudios sobre las etapas de la modernidad estética” (2004).

Para Jauss, a “Querela antigos e modernos” do século XVII na Academia Francesa²¹ institui um novo tipo de relação entre a autoridade dos escritos antigos e os valores históricos associados ao presente dos modernos. É na chamada *Batalha dos Livros* dos setecentos francêss, os modernos, liderados por Charles Perrault e Bernard Le Bovier de Fontenelle, criticavam a antiguidade como origem normativa e medida ideal da perfeição humana, elaborando, em contrapartida, uma compreensão histórica da arte aplicada aos modelos antigos. Depositando sua confiança no direito individual da interpretação, sem a influência de visões tradicionais paradigmáticas, os modernos defendiam que a beleza é atributo de cada época. O resultado dessa primeira “Querela”, segundo Jauss (Idem, 63), é uma nova percepção do presente, compreendido agora como tempo irreversível dotado de uma razão esclarecida – antecipando, dessa maneira, no contexto literário francês, o princípio iluminista de submissão dos tempos anteriores à luz do próprio século. Com o Iluminismo, os novos *modernes* incluem o futuro como dimensão própria da história, abrindo, a partir dele, um horizonte de crescente aperfeiçoamento.

No século XIX desenvolve-se uma consciência histórica que permite transformar a série de querelas entre antigos e modernos, ela mesma, em um caráter modelar provido de sentido próprio (JAUSS, R.: 1997, 48). Assim, a literatura, vista em uma perspectiva temporalizada – lembrando os termos empregados por Valdeci Araujo – terá novamente o passado como referência, não mais associado à ideia de que ele possa servir como modelo a ser perseguido, como queriam os antigos, mas um passado continuamente transformado pela dinâmica do tempo histórico. Nas palavras conclusivas de Hans Robert Jauss destacadas abaixo compreendemos o que mais nos interessa reter aqui, isto é, o novo lugar ocupado pelo presente na literatura e na arte oitocentistas a partir do Romantismo.

²¹ Para Joan DeJean, a “Querela antigos e modernos” possibilitou também uma nova relação entre a literatura e o público. Ocorreria aqui um deslocamento semântico da ideia de público, compreendida agora como uma audiência. Os leitores deixaram de ser apenas os eruditos ou especialistas, se tornando intérpretes comuns, que passavam a poder ter confiança em seu entendimento pessoal, sendo capazes de ser independentes da tradição erudita. Ocorrem, assim, mudanças na percepção da literatura como um negócio e o jornal passa a ser utilizado como espaço para querelas literárias. In DEJEAN, Joan. *Antigos contra modernos: as guerras culturais e a construção de um fin de siècle*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 103.

A la recepción liberada del arte del pasado corresponde la producción liberada del arte del presente. Entra así el arte no solo en el proceso de general de modernización social – el cambio de la experiencia del ‘mundo de la vida’ que va por delante de cualquier expectativa, en la progresiva revolución industrial –, sino que se pone al frente del movimiento acelerado de la época. El proceso estético de la modernidad discurre bajo el principio de un progresivo acortamiento del tiempo de validez de las épocas artísticas, los estilos y las escuelas. *Es un proceso en el que el arte se separa de sí mismo continuamente, en el que la pretensión de la novedad sucumbe a una puja permanente, y en el que la estética de la novedad descubre lo bello transitorio frente a lo bello eterno, y, sin embargo, cada modernidad proclamada se convierte inevitablemente en antigüedad*²². [Grifo Meu] (JAUSS, H.: 2004, 12)

Há por parte daqueles que se apresentam como *modernes*, uma nova compreensão da ideia de cânone, associada, agora, ao critério epocal, e da tradição como algo que pode ser resignificado a cada novo presente. A arte se insere no processo maior de modernização social, seguindo, gradativamente, a um processo de separação de si mesma, em conexão cada vez maior com o *mundo da vida*. A pretensão de novidade se torna a chave mestra para a afirmação de um belo transitório que adquire cada vez mais status de condição permanente.

Na recepção do romantismo europeu no Brasil e na América²³ ganha força essa pretensão de novidade moderna associada aos processos de modernização social, assinalada por Jauss, diante das condições peculiares de experiência histórica a que o repertório romântico foi inserido no Novo Mundo. A estética da novidade artístico-literária, própria desse modo de compreender a experiência

²² Tradução minha: “À recepção livre da arte do passado corresponde a produção livre da arte do presente. Assim a arte penetra não apenas no processo geral de modernização social – a transformação da experiência do “mundo da vida” que vai além de qualquer expectativa, com a progressiva revolução industrial –, mas se coloca à frente do movimento acelerado da época. O processo estético da modernidade transcorre sob o princípio de um progressivo encurtamento do tempo de validade das épocas artísticas, dos estilos e das escolas. *É um processo no qual a arte se separa de si mesma continuamente, no qual a pretensão da novidade sucumbe a uma oferta permanente, e no qual a estética da novidade descobre o belo transitório frente ao belo eterno, e, no entanto, cada modernidade proclamada se converte inevitavelmente em antiguidade.*”

²³ Jorge Myers destaca, por exemplo, sobre o caso argentino e o programa da primeira geração de escritores românticos do Rio da Prata, a chamada geração de 1837. A missão da nova geração era dupla: “Primeiro, ela devia investigar aqueles elementos preexistentes na cultura do Rio da Prata que parecessem mais adequados à tarefa de elaboração de uma identidade nacional argentina única e apropriar-se deles, tarefa esta que deveria ser executada através da intermediação das perspectivas teóricas e metodológicas mais recentes e prestigiosas desenvolvidas no pensamento social e filosófico europeu (não-espanhol). A emancipação cultural da Argentina em relação à Espanha seria atingida desse modo, ou assim acreditavam eles.” In MEYERS, Jorge. “Lingua, história e política na identidade argentina”. In PAMPLONA, Marco A. e DOYLE, Don H. Nacionalismo no novo mundo: a formação de estados-nação no século XIX Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 187. A esse respeito, ver também RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

moderna, insere-se na novidade e no começo que representam a existência do Brasil.

Nesse sentido, cabe recorrer mais uma vez a um argumento desenvolvido por Abel Barros Baptista:

O período romântico é na literatura brasileira, um momento verdadeiramente fundador, não porque só então ela comece, mas porque aí se coloca o problema do seu começo. (BAPTISTA, A: 2003, 24) (...)

O que é fundamental reconhecer é que nele [no Romantismo] encontramos um impulso que ainda se deixa situar no domínio do especificamente literário: *a orientação para o presente, a procura de uma realidade exterior à literatura capaz de sustentar a recusa do passado e satisfazer a paixão do novo e do começo radical. Numa palavra: o impulso de modernidade.*

Os românticos brasileiros viveram-no na ilusão de um duplo começo: começo do Brasil enquanto nação independente, começo da literatura brasileira enquanto literatura verdadeiramente nacional. (...)

O problema está em que, no quadro do projeto nacional inaugurado pelo romantismo, *a originalidade, a novidade e a diferença da literatura brasileira se estendem fundadas na originalidade, na novidade e na diferença do próprio Brasil*: será possível, então, acreditar que o Brasil não resiste à literatura e que esta, por sua vez, não resiste ao Brasil. [Grifo meu] (Idem, 28-9)

No caso brasileiro, a discussão literária, que inclui como princípio a originalidade epocal, mantém profundamente atrelada a ela a reflexão sobre a origem do Brasil enquanto nação moderna, de tal modo que a cada momento de consciência de ruptura literária moderna entre em cena um novo *descobrimento do Brasil*. A ilusão de um duplo começo, enquanto nação e enquanto movimento literário, a que Baptista se refere, apresenta-se como uma continuidade entre os românticos e os novos da década de 70, examinados por Machado no artigo do “Instinto de Nacionalidade”. Instinto de nacionalidade e instinto de modernidade nascem juntos e assim permanecem. A questão colocada pelos românticos desde, pelo menos, a década de 1830 – momento de virada na forma de experimentar o tempo, conforme Araujo – é reafirmada pela nova geração, justamente no momento em que ela quer acentuar as rupturas em relação ao próprio romantismo, ou seja, o renovado desejo de tornar a literatura brasileira mais independente torna os novos de 1870 cada vez mais próximos dos românticos; em outras palavras, é tentando se afastar que Silvio Romero e seus companheiros mais se aproximam de Magalhães e dos românticos, em sua maneira de compreender a experiência da modernidade brasileira. Esforço que mais parecia ao de Sísifo no momento em que sua pedra teimava em retornar ao começo do caminho, quanto mais próxima ela parecia estar de seu objetivo final.

1.2

Lutas de inteligência como obra aberta: Machado ao lado de Magalhães e Romero

Quando o jovem Joaquim Maria Machado de Assis publicou nas páginas da revista *A Marmota*, em 1858, o artigo “O passado, o presente e o futuro da literatura brasileira”, ele ainda estava longe de atender pelo desígnio de expoente máximo da literatura brasileira do século XIX. Era um rapaz de dezenove anos que saíra da condição de tipógrafo aprendiz d’ *A Imprensa Nacional* – jornal cujo diretor era o romancista Manoel Antonio de Almeida – para publicar seus primeiros versos na imprensa. Deve ter sido surpreendente ao leitor d’ *A Marmota*, acostumado aos sermões, sonetos e charadas da turma do Sr. Paula Brito, deparar-se com a arguta análise da situação literária brasileira até aquele momento, ainda mais assinada por um tal de J. M. M. d’ Assis²⁴.

No primeiro parágrafo do texto lemos a pena contundente de um Machado de Assis alinhado às questões postas pelo debate crítico do Romantismo:

A literatura e a política, estas duas faces bem distintas da sociedade civilizada, cingiram como uma dupla púrpura de glória os vultos literários de nossa história de ontem. A política elevando as cabeças eminentes da literatura, e a poesia santificando com suas inspirações atrevidas as vítimas das agitações revolucionárias, é a manifestação eloqüente de uma raça heróica que lutava contra a indiferença da época, sob o peso das medidas de um governo absoluto e bárbaro. O ostracismo e o cadafalso não os intimidavam, a eles, verdadeiros apóstolos do pensamento e da liberdade; a eles, novos Cristos da regeneração de um povo, cuja missão era a união do desinteresse, do patriotismo e das virtudes humanitárias. (ASSIS, M.: 1962, 785, v.III)

Atendendo à ordem proposta pelo título do texto, Machado começa pelo passado – eis um indicador acentuado do romantismo machadiano nesse artigo. Afinal de contas, *pensar com a história*²⁵ tornara-se característica marcante dessa discussão

²⁴ Para Lucia Miguel-Pereira, trata-se de um texto-lampejo do talento machadiano, porque logo depois da publicação, o jovem escritor retorna ao ambiente de futilidades peculiar ao periódico, publicando versos convencionais e uma novela, *Madalena*. (MIGUEL-PEREIRA, L. Op. cit.)

²⁵ Refiro-me aqui à feliz expressão forjada por Carl Schorske para caracterizar a perspectiva historicizada de diferentes ramos da cultura oitocentista. Em suas palavras: “No século XIX a história herdou o Império da filosofia. Seu modo de pensar e sua perspectiva temporal penetraram na maioria dos campos do conhecimento, enquanto os modelos do passado inspiravam as artes. Até mesmo quando a ciência desenvolveu sua própria autonomia da filosofia natural, a história natural reivindicou grande parte de seu legado. A pintura histórica e o romance histórico ganharam novo destaque na prática artística, ao mesmo tempo, que o estudo e a crítica das artes eram concebidos como história da arte, da literatura, etc. O próprio processo de modernização da

literária, travada por aqueles homens que requisitavam a tarefa de formadores do cânone romântico brasileiro. O passado a partir do qual Machado partia atendia pelo nome de *período colonial*, mais precisamente, o último quarto do século XVIII. A característica mais marcante desse tempo é a profunda vinculação entre produção letrada local e condição colonial particular à América Portuguesa, isto é, condições sociopolíticas impróprias ao desenvolvimento do pensamento e das letras. Tal situação de exploração dos colonos na região de Vila Rica teria inspirado os poetas líricos da Arcádia a utilizarem a pena como arma contra os abusos de um “governo absoluto”. Diante da adversidade do contexto, restava-lhes lutar contra a própria época, marcada pela exploração de uma Metrópole bárbara e decadente e pela apatia de uma sociedade que não ecoava as suas ideias revolucionárias; cabia-lhes expor ideias de reação.

A literatura repercutia a situação política naquela história *de ontem*, e Machado não tem dúvidas do que era necessário para superar aquela situação: “*Uma revolução literária e política fazia-se necessária. O país não podia continuar a viver debaixo daquela dupla escravidão que o podia aniquilar.*” (Idem, 785) Referia-se à dupla escravidão imposta pelo passado colonial, o aprisionamento político e de ideias. Aos que ousavam desafiar o poder da Monarquia Portuguesa, outra barreira mostrara-se ainda intransponível: a dependência intelectual: “a poesia de então tinha um caráter essencialmente europeu”²⁶ (Idem, 785), nas palavras de Machado, o que elevava a primeiro plano as condições locais, sociais e temporais para o desenvolvimento literário.

economia e da sociedade do século XIX, com os efeitos sem precedentes da tecnologia industrial sobre a terra e as pessoas, evocava paradoxalmente essa busca apressada por laços com o passado. Numa época de nacionalismo crescente, as identidades coletivas foram redefinidas como uma síntese das culturas convergentes do passado. A arquitetura das cidades se apropriou dos estilos de tempos passados para dar peso e linhagem simbólicos às construções modernas, de estações ferroviárias e bancos a parlamentares e prefeituras. As culturas do passado forneceram a roupagem decente para vestir a nudez da utilidade moderna. O historicismo na cultura surgiu como um modo de enfrentar a modernização invocando os recursos do passado.” SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história – Indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 15. A esse respeito, ver também: BANN, Stephen. *Romanticism and rise of History*. New York: Twaine Publishers, 1995.

²⁶Nas palavras de Machado: “A poesia de então tinha um caráter essencialmente europeu. Gonzaga, um dos líricos mais poetas da língua portuguesa, pintava cenas da Arcádia, na frase de Garrett, em vez de dar cor local às suas líras, em vez de dar-lhes um cunho puramente nacional. Daqui uma grande perda: a literatura escravizava-se, em vez de criar um estilo seu, de modo a poder influir no equilíbrio literário na América.” In ASSIS, Machado de. *Obra Completa em três volumes*. Afrânio Coutinho (org) Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1962, p. 785, v. III.

Política e letras não deixariam de estar juntas, também, na história *de hoje* vivida por Machado, ou seja, no contexto letrado brasileiro da década de 1850. Sobre o seu presente, segundo passo do argumento, assinalava o jovem Machado:

A aurora de 7 de setembro de 1822, foi a aurora de uma nova era. O grito do Ipiranga foi o – *Eureka* – soltado pelos lábios daqueles que se interessavam pela sorte do Brasil, cuja felicidade e bem estar procuravam.

O país emancipou-se. A Europa contemplou de longe esta regeneração política, esta *transição súbita da servidão para a liberdade*, operada pela vontade de um príncipe e de meia dúzia de homens eminentemente patriotas. Foi uma honrosa conquista que nos deve encher de glória e de orgulho; e é mais que tudo uma eloqüente resposta às interrogações pedantescas de meia dúzia de cétricos da época: *o que somos nós?* [Grifo meu] (Idem, 786)

O 7 de setembro – “transição súbita da servidão para a liberdade” – promove a ruptura com a Metrópole e encaminha o Brasil para um primeiro estágio de liberdade. Se a literatura e a política eram duas faces distintas da sociedade civilizada – como ele nos dizia, no primeiro trecho aqui destacado – a nova Era inaugurada com o Grito do Ipiranga traria uma singularidade para aquele presente²⁷. A experiência política do rompimento com Portugal era o ponto de partida, mas não suficiente. Antes, era necessário, ainda, consolidar a obra da independência política, através do esforço do Estado pela manutenção da unidade territorial brasileira, em risco pelas fraturas regionais que geravam uma série de guerras civis no interior do Império Brasileiro, como as que ocorreram na década de 1830²⁸. É como um defensor do Estado Saquarema que o moço Joaquim Maria afirmava:

²⁷Para Antonio Candido o episódio da independência política importava de maneira decisiva nessa concepção romântica de literatura, por três aspectos, todos análogos em relação ao período colonial/arcadismo: “(a) desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, agora reputados de primeiro plano, como o orgulho patriótico, extensão do antigo nativismo; (b) desejo de criar uma literatura independente, diversa, não apenas uma literatura, de vez que, aparecendo o classicismo como manifestação do passado colonial, o nacionalismo literário e a busca de modelos novos, nem clássicos nem portugueses, davam um sentimento de libertação relativamente à mãe pátria; finalmente (c) a noção já referida de atividade intelectual não mais apenas como prova de valor do brasileiro e esclarecimento mental do país, mas tarefa patriótica na construção nacional”. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte, MG: Editora Itatiaia, 2000, p. 12, vol. II.

²⁸Sobre as lutas políticas do período regencial na década de 1830, às quais Machado se referia, assinala Ricardo Salles: “Revolução e ordem pautavam seus discursos por uma outra bandeira da independência: defesa da liberdade contra resquícios do Estado Português opressor ou defesa dos interesses nacionais superiores aos particularismos locais e à anarquia que comprometiam a integridade do novo país e suas instituições. Ora a independência era associada ao princípio de liberdade, ora ao princípio de ordem.” SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Topbooks, Rio de Janeiro, 1996, p. 55.

Além disso, as erupções revolucionárias agitavam as entranhas do país; o facho das dissensões civis ardia em corações inflamados pelas paixões políticas. O povo tinha-se fracionado e ia derramando pelas próprias veias a força e a vida. *Cumpria fazer cessar essas lutas fratricidas para dar lugar às lutas da inteligência*, onde a emulação é o primeiro elemento e cujo resultado imediato são os louros, fecundos da glória e os aplausos entusiásticos de uma posteridade agradecida. [Grifo meu] (Idem, 787)

A essa época, Machado parecia não ter-se seduzido completamente pelo discurso liberal oposicionista que o encantou na década de sessenta. Jean Michel Massa (1971) chega a qualificá-lo como radical jacobino à época que assume o cargo de redator do *Diário de Rio de Janeiro*, em 1861²⁹. Enquanto olhava para a década de trinta a partir de 1858 – ou seja, vivendo o futuro *nacional* daquele passado de *erupções revolucionárias* que decompunham o povo brasileiro – Machado aplaudia a obra daqueles homens que conseguiram assegurar a unidade territorial do Brasil. O primeiro passo, dado a partir da regeneração política, portanto, não garantiria a efetividade do segundo, o da autonomia intelectual.

Chegamos ao tempo presente, época de outro tipo de luta: *as lutas de inteligência*. Para estas não bastava um grito do Ipiranga, como ele lembraria mais tarde, em 1873, no “Instinto de Nacionalidade”:

Mas após o *Fiat político*, devia vir o *Fiat literário*, a emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina. Mas como? *É mais fácil regenerar uma nação, que uma literatura. Para esta não há gritos do Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado.* [Grifo meu] (Idem, 787)

A relação entre política e letras se reafirmava no presente. Para o mundo das letras, *da inteligência* que incorporava a literatura, as mudanças seriam operadas de maneira mais vagarosa. O *Fiat literário* é ainda obra em curso, inacabada. Por ser gradativa, obra lenta do tempo, nesta dimensão intelectual, o futuro é incorporado como condição de completude do presente. As modificações operam-

²⁹ Sobre o posicionamento político de Machado nesses anos afirma Jean Michel Massa: “É certo que a partir de 1860, com pausas e retornos que tentamos caracterizar, Machado de Assis se tomou de comichão política. A partir desta data passou claramente para a oposição. Em seguida, tornou-se fiel e zeloso funcionário do Império, muito apegado ao regime e à família imperial. Então, sem deixar de se interessar pela política, como se pretende, simplificando-se ao extremo sua postura, continuou a ser um cidadão, mas se revelou menos ativamente empenhado nos vários debates.” MASSA, Jean-Michel. Op. cit., p. 276. “Desta forma, as tomadas de posição sociais, liberais, nacionais marcaram com novos traços o retrato de Machado de Assis. Ele se tornou mais enérgico, radical, jacobino. Seu caráter intransigente se afirmou através da expressão de suas ideias, guiadas pelo mesmo ideal de pureza. (...) Machado de Assis é, ponto a ponto, o contrário do mito: corajoso, ativo, engajado, idealista.” (Idem, 309).

se lentamente e não se pode afirmar ao certo se elas chegarão a um produto final acabado, tampouco qual será esse resultado. Afinal de contas, através delas, “não se chega, em um só momento, a um só resultado”.

Se o tipo de vinculação entre política e letras exposta aqui é gradualmente abandonado pela pena machadiana ao longo de sua produção crítica, o mesmo não se diz do tema da autonomia intelectual, isto é, das lutas de inteligência do presente que se abrem para o futuro. Para Machado de Assis, desde 1858, a emancipação do mundo letrado, no presente, era uma obra incompleta que, palavras da década de 70 no “Instinto de Nacionalidade”, “não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo” (Idem, 801). Se do ponto de vista político Machado consegue, em 58, definir um passado anterior (colonial) e um passado perfeito – o da independência em 1822, ruptura inauguradora de uma nova época, que já atinge certo grau de estabilidade na década de 1850 –, na perspectiva literária e intelectual todo pretérito torna-se imperfeito, todo passado é contínuo, pois, se é possível identificar no tempo o começo das lutas de inteligência, não se é capaz de prever, do presente, quando elas terão fim, ou até mesmo se terão fim algum dia.

Se considerarmos a *Historia da Literatura Brasileira* de Silvio Romero um texto representativo do futuro enunciado pelo jovem Machado, veremos o quanto o tema da independência intelectual do presente permanece central e posto em aberto no debate literário brasileiro. O prefácio à primeira edição da *História* de Romero, de onde extraí a passagem abaixo, é publicado em 1888, portanto trinta anos depois de publicado o texto do desconhecido articulista d’ *A Marmota*:

Independência literária, independência científica, reforço da independência política do Brasil, eis o sonho da minha vida. Sejam elas a tríplice empresa do futuro. [Grifo meu] (ROMERO, S.: 1902, XXVI, v.I)

Há claramente aqui um caráter de manifesto, próprio ao estilo exclamativo do escritor sergipano. O sonho de Romero adquire contornos próprios, mas na verdade não se difere essencialmente, por exemplo, do propagado por Joaquim Norberto³⁰ em 1862:

³⁰ Roberto Acízelo considera esses artigos publicados por Joaquim Norberto na Revista Popular, entre 1859 e 1862, uma importante referência para a futura sistematização empreendida por Silvio

Nossos pais nos deram uma independência política; cumpriram a sua missão, não devemos exigir mais. Somos nós, seus filhos, os que devemos dar conta às gerações futuras do emprego que fizemos de nossa época. Temos de continuar a revolução, porque a Espanha e Portugal ainda imperam em suas antigas colônias; e temos de firmar uma independência, quiçá mais cara – a independência intelectual. (NORBERTO, J.: 2002, 133)

Norberto conclama aos seus contemporâneos que continuem a revolução iniciada por seus pais que legaram a independência política; caberia a eles, agora, instituir uma independência mais cara, a intelectual. Romero, por seu turno, dedica inteiramente seu livro ao que considera como um empreendimento maior voltado para o futuro, isto é, as independências do Brasil, todas elas, literária, científica, política. Repare que, para o caso político, Romero utiliza o qualificativo *reforço*, para designar algo que já existe e necessita ser constantemente revigorado. A lembrança mais imediata que me vem à tona é a da famosa passagem de Ernest Renan, autor citado diversas vezes por Romero, que em sua famosa conferência proferida em 1882 sobre “O que é uma nação”, ressalta a necessidade de uma nação enquanto comunidade política confirmar continuamente, em um *plebiscito diário*, a vontade de permanecer unida³¹. De um lado, o perigo da desintegração completa da unidade nacional parecia afastada de Romero, mas de outro, a turbulência política era marcante na década de 1880, em meio à efervescência das questões abolicionista e republicana. Nesse sentido, a *História da Literatura Brasileira* era requisitada por seu autor a cumprir a cara tarefa de *reforçar* a autonomia brasileira dentro do quadro de lutas políticas de seu tempo.

A propósito, a indissociável relação entre política e letras foi uma das (poucas) constâncias do pensamento romeriano. No texto “O Brasil Social”, por exemplo, publicado vinte anos depois da *História*, Romero inclui jornalistas e literatos no mesmo patamar de dirigentes políticos do Estado no controle da vida mental brasileira. Eram todos responsáveis pela situação de profunda decadência

Romero em 1888. Norberto apresentava ali uma relação entre história, costumes nacionais e representatividade literária, conectada pela ideia de nacionalidade. In: SOUZA, Roberto A. Q. de (org.) *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002.

³¹ Nas palavras do pensador francês: “A nação é uma alma, um princípio espiritual. Constituem essa alma, esse princípio espiritual, duas coisas que, para dizer a verdade, são uma só. Uma delas é a posse comum de um rico legado de lembranças; a outra, o consentimento atual, o desejo de viver juntos, a vontade de continuar a valer a herança que recebemos indivisa. (...) Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente, ter feito grandes coisas juntos, querer continuar a fazê-las, eis as condições essenciais para ser um povo.” [Grifo meu] RENAN, Ernest. “O que é uma nação”. In ROUANET, Maria Helena. *Nacionalidade em questão*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: IL, 1997, p. 22.

social, política e moral na qual se encontrava aquele Brasil controlado pelas oligarquias em 1908. Em suas palavras,

as três classes que tem mais de perto dirigido a vida mental e pública do povo brasileiro – os políticos, os jornalistas e os literatos, levaram-no a um tão grau de confusão, pessimismo e desânimo, que nem eles mesmos tomam mais pé no meio dos desatinos que acumularam (ROMERO, S.: 2001, 106)

O mesmo Silvio Romero, em maio de 1879, recém-chegado ao Rio de Janeiro, atacava em artigos do jornal *O Repórter*, sob o pseudônimo Feuerbach, grandes figuras do Parlamento como Joaquim Nabuco, Visconde de Sinimbu, Francisco Otaviano, dentre outros. Ele denunciava nesses textos o que considerava como indigência mental dos protagonistas da cena pública brasileira, apontando-lhes a necessidade de conhecer as leis naturalistas e evolucionistas, como se o conhecimento do novo repertório científico moderno fosse condição para o bom exercício da política no Parlamento (MOTA, M.: 2000, 38). Nas palavras de Maria Aparecida Mota, para Romero,

O Parlamento deveria ser uma instituição onde só pudessem ‘entrar indivíduos em determinadas condições de ilustração e adiantamento intelectual’, de tal sorte que ‘os mediocres e os ignorantes fugissem dali pelo medo de fazer uma figura ridícula e mesquinha. (Idem, 39)

Retornando ao texto de 1888, para Romero, se a independência política carecia de reforço contínuo por meio da tarefa letrada, o mesmo não se poderia dizer dos temas relacionados à ordem mental. Para estes não haveria reforço, mas sim todo um caminho novo a percorrer, a começar por uma nova leitura sobre o passado literário brasileiro, sistematizada em escrita da história – caso da sua *História da Literatura Brasileira*. “Sejam elas a tríplice empresa do futuro”, exalta o historiador: eram as independências que apareciam em primeiro plano no empreendimento intelectual de Silvio Romero. Mais importante do que apurar acontecimentos marcantes do passado literário brasileiro, ou revelar episódios ainda inéditos e desconhecidos do público leitor, seria encontrar, a partir do presente de 1880, um novo modo de dar sentido àquele passado. Desse modo, ampliava-se o sentido da ação dos homens de letras do seu tempo, responsáveis por conduzir o pensamento brasileiro ao caminho da verdade, acarretando, necessariamente, no rompimento com tudo que havia se produzido até então sobre a história da literatura brasileira. O diálogo com as novidades do repertório

científico moderno seria essencial para a construção dessa forma, mas Romero não se contentava, simplesmente, em importar e aplicar tais novidades ao caso brasileiro – tema que retornarei mais profundamente no próximo capítulo. Por ora, cabe sublinhar daquela pequena passagem extraída da *História* o ponto elucidado pelo jovem Machado, em 58, e depois desenvolvido por ele em 73: ao explicitar seu *sonho* de ver realizada a independência mental brasileira, contando para isso com seu livro sobre a história literária do Brasil, Romero mantinha-se fiel às diferentes gerações do *instinto de nacionalidade* que, a cada novo presente, renovavam *o desejo de criar uma literatura mais independente* – insisto com a sentença machadiana.

Em Romero, o passo fundamental para erigir uma nova forma de refletir sobre o pensamento nacional seria superar as mazelas do passado anterior, do *status quo mental* a ser devidamente suplantado. Era a hora de transformar o Romantismo em passado-inimigo. Quando da primeira publicação da *História da Literatura Brasileira* já aniversariava mais de dez anos de dedicação romeriana em desconstruir inteiramente o arcabouço intelectual dos românticos. É isso que vemos no trecho abaixo, retirado de um escrito de 1878.

O romantismo é um cadáver e pouco respeitável; não há futuro que o salve, nem que pretenda ser o Proteu de alguma mitologia de espécie nova! (...) (ROMERO, S.: 1980, 413)

A arte funda-se hoje na intuição novíssima que a ciência desapaixonada e imparcial vai divulgando. Deve ser uma consequência e uma síntese de todos os princípios que até aqui não agitando o século. (...) (Idem, 415)

O que todos podem experimentar, se quiserem verifica-lo, é que o pensamento de hoje, chocado por outras necessidades, enlarguecido por outras concepções, dificilmente se pode agüentar naquelas velhas cadeias. Avança deixando atrás a passada intuição, condenando à impotência os antigos programas literários. [Grifo meu] (Idem, 416)

A definição do velho e a destruição dele são os passos iniciais para a construção do novo. Afirma-se aqui a necessidade de fundar um presente mental, autônomo em relação as, ditas por ele, amarras do passado romântico. Nesse sentido, para Silvio Romero, seu pensamento estaria submetido à contínua ação do tempo, sendo, portanto, secular e histórico: é a “síntese dos princípios que até aqui não agitando o século”. Se há no pensamento, ou na arte, a consciência do novo, da leitura do presente como tempo distinto, este novo se afirma pela oposição a um passado que se quer findar plenamente. Na leitura evolucionista do tempo proposta por Silvio Romero só há espaço para o Romantismo como referência

negativa a ser superada. Seria esta a característica principal da “poesia de hoje”, assunto e título do texto de onde se extrai o trecho acima, prefácio do primeiro livro de poesias de Romero, intitulado *Cantos do Fim do Século*. O Romantismo é uma “Idade das Trevas”, o pretérito perfeito, a ser morto e enterrado pelos novos.

Para Antonio Candido (1988), toda a primeira fase da obra de Silvio Romero, situada basicamente na década de 1870, é dedicada ao movimento contra o Romantismo e uma proposição crítica em bases modernas para a literatura brasileira – cujos fundamentos seriam as ideias de raça, meio e evolução histórica. Na leitura de Candido, no argumento romeriano, um estaria em função do outro, isto é, para a proposição das bases modernas, seria necessário explodir os pressupostos teóricos românticos. Em *A literatura brasileira e a crítica moderna*, livro de Silvio Romero publicado em 1880, esse ponto fica bastante claro:

Ela [a crítica moderna] aqui não deve limitar-se ao empenho de mostrar o largo caminho que nos cumpre trilhar; deve, antes de tudo, desobstruir o terreno, juncado de velhos preconceitos e falsidades; deve alçar o látego destruidor e desfazer as legendas, para afirmar a luz. (ROMERO, S.: 1978, 3)

O novo só se constrói a partir do *terreno desabitado*. Para lançar a luz verdadeira é necessário, antes, destruir todo o percurso anterior trilhado em escuridão. Trata-se de desbancar o Romantismo que teve, segundo ele, “o prestígio de falsificar e obscurecer o estudo de nossas origens, e acumular trevas sobre os três primeiros séculos de nossa existência” (Idem, 5). Para Antonio Candido, o repúdio maior de Romero, por trás de suas críticas ao Romantismo, seria primordialmente “aos padrões estéticos absolutos”, aos quais ele apresentava como alternativa, “o princípio relativista” da compreensão historicista das ideias (CANDIDO, A.: 1988, 49); ou seja, na leitura romeriana, em *A literatura brasileira e a crítica moderna*, carecia aos românticos brasileiros a devida ponderação das condições temporais no texto literário.

Esse afastamento do passado romântico aparece também na sua *História da Literatura Brasileira*, ainda que de maneira menos acentuada. No entanto, a tônica da ruptura ainda é predominante. Quando Romero, por exemplo, refere-se aos “grandes marcos de nossa evolução mental” (ROMERO, S.: 1902, 8), situa 1830 como período da “invasão completa do Romantismo na política e seu transbordamento na literatura”, o que não define “uma época literária no sentido

estrito” (Idem, 9); enquanto que, em 1870, “o Romantismo começou a receber os primeiros e mais rudes golpes (...), todos os anos cresciam o número de combatentes (...) contra o velho Romantismo transcendental e metafísico” (Idem, 9).

O presente de novidade e ruptura da década de 1870, anunciado por Romero em todos os seus textos, parece não corresponder ao que fora projetado enquanto futuro por Gonçalves de Magalhães, em 1836, no seu “Discurso sobre a história da literatura no Brasil”. O desejo de Magalhães era diametralmente diverso; para ele, parecia ser crucial que sua obra e de todo o grupo romântico tivesse um complemento no futuro, sendo reapropriada enquanto referência e ponto de partida. O inacabamento da obra da primeira geração romântica seria constantemente refeito no futuro, na busca incessante pela autonomia intelectual plena. O trecho abaixo desenvolve exatamente esse ponto.

A estrada aberta pelos nossos ilustres maiores, que podemos considerar em caracol em uma montanha, ainda não tocou ao seu cume; se aspirarmos chegar a ele, o mais seguro caminho é trilhá-la, mas com cuidado que não nos deixemos encantar pela harmonia das vozes dos cisnes que a ladeiam. Ouvindo-os para adoçar a fadiga, admirando-os, porém marchando sempre, empenhemo-nos em nos adiantar nessa estrada. [Grifo meu] (MAGALHÃES, G.: 1980, 38, v. I)

Trata-se do penúltimo parágrafo do “Discurso”, publicado pela primeira vez cerca de quarenta anos antes dos *Cantos* de Romero. Ao usar a imagem da *estrada aberta*, Magalhães ressalta a trajetória de continuidade que se inicia no passado e segue em ascensão no futuro. Em se tratando de um momento conclusivo do texto, suponho que são nessas linhas que ele abre a janela para o porvir, do que se espera dali por diante, depois de delineadas as bases de sua história literária. O fator decisivo está no modo como ele lê a sua própria contribuição no presente: por mais que se empenhe em *adiantar-se nessa estrada*, há sempre a nítida impressão da incompletude do seu empreendimento e do quanto o caminho é longo. O cume da montanha é tão somente uma aspiração, mas não é a impossibilidade de alcance um impeditivo para a contínua busca.

Ainda que leia o presente oitocentista pela égide da continuidade, como se ele representasse uma espécie de elo entre o passado e o futuro, há também em Magalhães a compreensão de que seu presente inicia um desvio de trajetória, um

novo momento de ruptura que não conta mais com as referências de um determinado passado. Em Magalhães, o passado de trevas atende pelo nome de período colonial. A colonização portuguesa no Brasil impediu o progresso material, das letras e das artes, todas completamente presas às condições coloniais às quais o Brasil era submetido por sua Metrópole. Notemos com essa questão o quanto o jovem Machado de Assis, em 1858, era tributário de Magalhães.

Mesquinhas intenções políticas, por não dizer outra coisa, ditavam leis absurdas e iníquas que entorpeciam o progresso da civilização e da indústria. (...) Para o Brasileiro no seu país, obstruídas e fechadas estavam todas as portas e estradas que podiam conduzi-lo a ilustração. Uma só porta ante seus passos se abria; era a porta do convento, do retiro, do esquecimento! (Idem, 28)

Chamo atenção, já inicialmente, para um ponto que será caro, tanto a Machado em 58, quanto a Romero em 88: o atrelamento direto entre política e letras. Parece claro a Magalhães que as condições políticas criavam totais impedimentos ao progresso intelectual no período colonial. Sem a primeira independência, não haveria qualquer condição de realização da segunda. Por isso, as riquezas literárias eram esparsas, frutos de reflexões individuais, anômalas ao contexto adverso, escritas por espíritos superiores, que brilharam apenas de passagem, “por mera inspiração celeste” (Idem, 29). A presença do *Brasileiro* em terras coloniais revela a leitura anacrônica da história, ressaltando o quanto seu interesse maior era, ao fim e a cabo, entender a caminhada do brasileiro de sua própria época.

Há um salto enorme dado por sua época, e o motivo principal é o novo estatuto político. Nas palavras de Magalhães:

Se compararmos o estado atual da civilização do Brasil com o das épocas anteriores, tão notável diferença encontraremos como se entre o fim do século passado e o nosso tempo presente ao menos um século mediara. Devido a isso a causas que ninguém ignora. Com a expiração do domínio português muito se desenvolveram as ideias. (Idem, p. 33)

A independência política, no entanto, não teria produzido ainda as condições político-sociais ideais para o desenvolvimento intelectual. O motivo era a permanência da escravidão negra e do tipo de sociedade que se construía a partir dela. A escravidão era tida por Magalhães como a principal herança colonial maldita, da qual o Império não conseguia se desvencilhar.

A Deus não praz que esse perigoso fermento que entre nós gira, esse germen de discórdia, ressaibo ainda de não apurada educação, e sobretudo *a escravidão, tão contrária ao desenvolvimento da indústria e das artes, e tão perniciosa à moral* não impeçam a sua marcha e engrandecimento. (Idem, 29)

A identificação dos prejuízos e a defesa do fim da escravidão compunham o programa liberal dos artigos de economia política do corpo editorial da *Revista Niterói*, abrindo espaço no periódico para pautas como a necessidade de incentivo à agricultura, ao livre comércio e ao equilíbrio fiscal, todos contrários à lógica escrava (RICUPERO, B.: 2004, 92). Nas suas “Considerações econômicas sobre a escravatura”, por exemplo, Torres Homem dissertava sobre os efeitos perversos do cativo, como a contrariedade ao espírito de iniciativa, o desprezo pelo trabalho industrial e a atração pelos empregos públicos (Idem, 93); ou seja, os males da escravidão para o desenvolvimento de um liberalismo de certa natureza. O trecho acima de Magalhães, entretanto, ressalta também a escravidão como *perniciosa à moral*. Nesse sentido, a análise de Marcelo Rangel (2011) é bastante válida.

[Há em Magalhães] a convicção de que a literatura era fundamental à fundação de uma sociedade justa e de um Estado justos, e, também, pela compreensão de que a escravidão era uma instituição terrível, que obstaculizava a conquista do progresso moral e material e inviabilizaria a própria possibilidade de se construir uma literatura vigorosa. (RANGEL, M.: 2011,17)

O desenvolvimento em marcha ascendente, proposto por Gonçalves de Magalhães, encontrava não só no passado colonial, mas também no presente oitocentista, o seu senão. É como se o tempo de liberdade inaugurado pós-autonomia política também se mantivesse atado àquela perversa herança colonial. Para Rangel, o argumento de Magalhães se desenrola, assim, a partir de uma tensão irreconciliável entre pessimismo e desconfiança de um lado, e otimismo e esperança de outro (Idem, 145).

Em comum a Gonçalves de Magalhães e Silvio Romero parece ser o desejo de contribuir com seu quinhão nas chamadas por Machado *lutas de inteligência* de suas respectivas épocas. Como vimos, tais lutas nem sempre resultavam em vitórias: o presente, apesar de visto como tempo de desvio positivo de rota – enquanto em Romero o presente contava com a novidade radical da crítica moderna, capaz de se estender às letras e à política, em Magalhães, o presente era comemorado como momento de liberdade em face do domínio

português – continha também os seus senões, como a escravidão e as oligarquias. Magalhães e Romero submetem suas penas, incluindo as suas histórias literárias, a serviço dessas lutas e do futuro redentor construído por elas. Leiamos agora comparativamente, primeiro o Romero do capítulo “Teorias da história do Brasil”, da *História da Literatura Brasileira*:

A teoria da História dum povo parece-me que deve ser ampla e compreensiva, a ponto de fornecer uma explicação completa de sua marcha evolutiva. Deve apoderar-se de todos os fatos, firmar-se sobre eles para esclarecer o segredo do passado e abrir largas perspectivas na direção do futuro. [Grifo meu] (ROMERO, S.: 1902, 20)

Agora, Gonçalves de Magalhães, em trecho do seu “Discurso”.

Tudo o que puder concorrer para o esclarecimento da história geral dos progressos da humanidade merecer deve a nossa consideração. Jamais uma nação poderá prever o seu futuro, se não conhece o que ela é comparativamente com que ela foi. Estudar o passado é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar para um futuro mais brilhante. (MAGALHAES, G.: 1980, 31)

As circunstâncias negativas do presente, dadas pelas condições da experiência histórica brasileira, provocavam pessimismo e desconfiança, mas pareciam não abalar a crença na possibilidade de um futuro redentor. Ambos relacionam o conhecimento do passado à abertura para um futuro vigoroso, em busca da autonomia e superação da condição colonial nas letras, marca indelével deixada pela colonização portuguesa. Magalhães conclui seu texto afirmando, “Aqui terminaremos a vista geral sobre a história da literatura do Brasil, *dessa literatura sem um caráter nacional pronunciado, que a distinga da portuguesa.*” (Idem, 35). Romero dirá, por sua vez, que a literatura brasileira atual pouco difere da colonial por motivos como “a grande pobreza das classes populares, a falta de instrução e de todos os abusos de uma organização civil e social defeituosa” (ROMERO, S.: 1902, 98). Em outras palavras, a força da marcha evolutiva parece não se abalar pelas condições negativas da experiência brasileira, do passado e do presente.

Para ambos, a literatura brasileira é um processo *em formação*, justamente porque está inteiramente suscetível à ação modificadora imposta pelo tempo. O que está em jogo decisivamente em Magalhães e Romero é uma concepção historicizada de literatura, submetida, sobretudo, às circunstâncias de tempo e espaço em que se insere. Leiamos comparativamente, mais uma vez, primeiro Romero, em 1878:

[a poesia] oriunda das faculdades indestrutíveis na espécie humana, sujeita inteiramente à ação do meio em que se desenvolve, *tem um caráter completamente contemporâneo da época em que aparece. É impossível para a arte do futuro ainda mais do que seria reproduzir a do passado*; e quando um tal projeto fosse exequível, à luz de que princípios, munidos de que filosofia iriam os espíritos tenta-lo? Com as frases do romantismo? Ora esta! (...)

As novas ideias hão de germinar e propagar-se, arrastando em seu cortejo todos os que podem sentir *as necessidades implacáveis do século*, que se vai retirando, *naquilo que ele tem de realmente sério e duradouro*. (ROMERO, S.: 1980, 413)

E agora, Gonçalves de Magalhães, em 1836.

Seja qual for a modificação que sofra a literatura, *há sempre um acordo entre ela e as circunstâncias peculiares e temporárias do povo a que pertence e da inteligência que a produz. Assim a literatura é variável como são os séculos*; semelhante ao termômetro que sobe ou desce segundo o estado da atmosfera (MAGALHÃES, G.: 1980, 25, v. I)

Compreende-se a literatura, primordialmente, como consequência da dinâmica própria de um tempo específico. Tanto o romantismo de Magalhães quanto o cientificismo realista de Romero incorporam essa perspectiva temporalizada da literatura – lembro, nesse sentido, o argumento desenvolvido por Valdeci Araujo, já exposto aqui linhas acima. O instinto de nacionalidade a que Machado se referia conta com o pressuposto fundamental de que a “literatura é variável como são os séculos” e reverbera o princípio moderno de *não reproduzir no presente e no futuro a arte do passado*. Constitui o instinto, a compreensão do presente como tempo individual, e da literatura como filha desse presente – em Magalhães, ela é “o reflexo progressivo de sua inteligência” e “único representante de sua posteridade” (Idem, 24), como ele diz no início de seu “Discurso”; em Romero, ela guarda aquilo que o século contém de “realmente sério e duradouro”. Nas duas concepções, a literatura documenta a trajetória pensante de um povo e é, portanto, patrimônio intelectual de um país em uma época – esse ponto será desenvolvido aqui no capítulo 3. Vista dessa maneira, a literatura brasileira e sua história poderiam, sim, ser usadas como instrumentos efetivos das *lutas de inteligência* travadas em suas épocas, atendendo ao propósito de completar *a segunda independência brasileira*, ou o *Fiat Literário*, para lembrar os termos daquele jovem J. M. M. d’Assis de 1858.

1.3

Machado e a recusa da modernidade como ruptura

A análise de alguns pontos das histórias literárias propostas por Gonçalves de Magalhães e Silvio Romero nos ajuda a compreender, com um pouco mais de cuidado, o “geral desejo de criar uma literatura brasileira” que constituía o instinto de nacionalidade, a que Machado de Assis se referia em seu artigo de 1873. Tal desejo de independência intelectual brasileira, associado ao instinto de modernidade literária, adéqua-se tanto ao Romantismo quanto ao Realismo Naturalista/Cientificista – que encontram no “Discurso” de Magalhães e na *História* de Romero referências fundamentais. Machado está ao lado dos dois quando o ponto é a compreensão dessa segunda independência como processo em aberto e inconcluso. A literatura brasileira – ou, nos termos de Magalhães e Romero, o conjunto maior das manifestações da inteligência nacional – é um processo em formação, que necessita de complemento a cada novo presente: “vacilante sob a ação de uma literatura ultramarina” (ASSIS, M.: 1962, 787, v. III) e que, sem Grito do Ipiranga, é obra lenta e de muitas gerações, sem chegar “em um só momento a um só resultado” (Idem, 787). Lembremos mais uma vez os termos do jovem Machado, em 58, retomados pelo reconhecido crítico literário de 1873:

Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo do Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo. [Grifo meu] (Idem, 801)

No mundo da cultura e das letras, o passado colonial e a “ação ultramarina” eram uma contínua presença, e seus desdobramentos sentidos em cada momento de busca da autonomia, fosse de Portugal ou do Ocidente Europeu – eis um mote importante recolocado por Machado em 1879, no texto “A nova geração”, objeto de análise do próximo capítulo. Até o presente da década de 1870, tempo no qual Machado se inseria e sobre o qual refletia, duas gerações trabalharam, e muito, em nome “desta outra independência”, sem, contudo, conseguir “perfazê-la de todo”. O problema da emancipação do mundo intelectual estava posto. E não se resolvia. A condição brasileira seria exatamente esta, a de conviver com essa sombra do passado e a de refazer continuamente o modo de desvencilhar-se dela.

Interessante notar que o próprio Silvio Romero, no livro que dedicou inteiramente a Machado de Assis em 1897³², identifica a recorrência da ideia de ruptura como distinção brasileira, a partir da reiterada opção pela *Querela antigos e modernos* como modelo de afirmação da condição moderna nas letras brasileiras. Tal ruptura afirma-se como uma constância, uma continuidade da qual ele participa ativamente, ainda que, aqui, ele veja essa qualidade de maneira pejorativa.

O que Magalhães fez aos últimos representantes do classicismo, praticou mais tarde Alencar com o próprio Magalhães; o que o autor do Guarani fez ao poeta da Confederação dos Tamoios, recebeu, por sua vez, das mãos de Franklin Távora; as liberdades deste para com o romancista de Iracema, pagou-as bem caro, levando, anos depois, formidáveis descomposturas de Múcio Teixeira, que por seu turno tem sido horrendamente maltratado por muitos dos chamados representantes dos novos ideais. *E, sempre assim, um valentão das letras vai tomando outros.* [Grifo Meu] (ROMERO, S.: 1992, 152).

Para Luiz Costa Lima, essa alternância em moldes antigos/modernos se constitui como um círculo vicioso, que consolida uma “cultura marco zero” nas letras brasileiras oitocentistas. Nas palavras de Costa Lima, vemos a manutenção do argumento romeriano de 1897.

Pois, antes de identificarmos cortes e mudanças paradigmáticas, devemos ter consciência de que, entre nós, elas se amiúdam por nossa intolerância ante a *evidência de termos tido pais.* (...)

Esta *morte cultural de paternidade* apresenta duas faces. Na primeira, regozijamo-nos com nossa orfandade; não temos legado, herança ou tradição; ao começarmos, a terra é outra vez virgem; marco zero, tudo em nós e de nós principia. A esta face corresponde um incessante recomeço (...) As pedras lançadas contra as janelas preparam os novos portais e estes justificam que os próximos jovens procurem ou quebrá-los ou frequentar outras paragens. O círculo vicioso repete-se assim a cada geração que surge. (COSTA LIMA, L.: 1981, 30-1)

O ponto de Costa Lima é, de fato, elucidativo, mas perde sua força no momento em que o autor o encaminha para o tópico que é, ao cabo, o círculo vicioso do seu próprio argumento: a conformação do pensamento brasileiro oitocentista ao paradigma do atraso e da ausência – ele destaca de Romero, por exemplo, a sua “incapacidade de refletir sobre os conceitos utilizados” (Idem, 39) e “incapacidade de teorizar e incapacidade de ler” (Idem, 40). Salvemos aqui, no entanto, a arguta problematização empreendida pelo autor acerca da *morte cultural de paternidade*,

³² Refiro-me ao livro *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*.

cara ao avanço deste texto – ponto central a Machado, tanto em 1873, quanto em 1879, em seu exame sobre “A nova geração”.

Em Machado, *o desejo de criar uma literatura mais independente*, manifestado pelas distintas gerações do instinto de nacionalidade, adquire novos contornos. Ele se transforma em desejo de instituir o primeiro esboço de um pecúlio brasileiro, uma espécie de tesouro comum do passado, a partir do qual os diferentes presentes poderão mobilizar. Como destaquei no primeiro item deste capítulo, Machado considera positiva a instituição de uma linha de continuidade própria às letras brasileiras – reconhecendo, nesse caso, o mérito dos literatos que compõem a *tradição do instinto*. Vale, nesse sentido, citar, mais uma vez, o trecho abaixo, contido no ensaio de 1873:

As tradições de Gonçalves Dias, Porto Alegre, e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda madrega, como aqueles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo. (ASSIS, M.: 1962, 801, v. III)

A vantagem deste *universal acordo* está na possibilidade dele instituir um esboço de acúmulo brasileiro, a partir do qual diferentes gerações poderão avançar. O proveito não está na reiteração da nação como problema literário, mas na possibilidade de instituição de uma linha de continuidade por meio de um repertório nacional – algo que Silvio Romero, seu contemporâneo em 1870, decididamente, não optara por fazer, ao tomar como ponto de partida, justamente, a recusa radical de tudo que fizesse menção ao período romântico. Assim, o pressuposto de que “a literatura é variável como são os séculos”, instituído por Magalhães e mantido por Romero, ganha um importante ponto de interrogação; no “Instinto de Nacionalidade” de 1873, resultado do caminho argumentativo que vinha empreendendo em textos anteriores, Machado cuidará de colocar em seus devidos lugares o temporal e o essencial, quando a matéria em pauta for a literária.

1.3.1 O pecúlio

Antonio Candido considera como grande vantagem de Machado em relação a seus contemporâneos a capacidade de fazer prosseguir a obra literária de seus antecessores em função de decisões literárias próprias, fincando raízes no passado³³.

Se voltarmos, porém, as vistas para Machado de Assis, veremos que esse mestre admirável se embebeu meticulosamente da *obra dos predecessores*. A sua linha evolutiva mostra o escritor altamente consciente, que compreendeu o que havia de certo, de definitivo, na orientação de Macedo para a descrição dos costumes, no realismo sadio e colorido de Manuel Antonio, na vocação analítica de José de Alencar. *Ele pressupõe a existência de predecessores*, e esta é uma das razões da sua grandeza: numa literatura em que, a cada geração, os melhores recomeçam da capo e só os medíocres continuam o passado, ele *aplicou o seu gênio em assimilar, aprofundar, fecundar o legado positivo das experiências anteriores*. Este é o segredo da sua independência em relação aos contemporâneos europeus, do seu alheamento às modas literárias de Portugal e França. Esta a razão de não terem muitos críticos sabido onde classifica-lo. [Grifo meu] (CANDIDO, A.: Apud SCHWARZ, R.: 1998, 208)

Candido refere-se, aqui, à experiência machadiana como romancista, mas ela poderia ser estendida também a suas reflexões sobre literatura e história literária. O pressuposto da existência de predecessores, a partir dos quais se deve fecundar o legado positivo, é encontrado em seu artigo capital de 1873 – e retomado seis anos mais tarde, quando irá considerar como pecado crucial da nova geração a incapacidade de ela lançar mão desse repertório.

Avancemos agora no artigo de 73, começando pela leitura do trecho abaixo, acerca dos poetas coloniais – salta aos olhos, nesse caso, a diferença ante ao seu texto de 58.

Não me parece, todavia, justa a censura aos nossos poetas coloniais, iscados daquele mal; nem igualmente justa a de não haverem trabalhado para a independência literária, quando a independência política jazia ainda no ventre do futuro, e mais que tudo, quando entre a metrópole e a colônia criara a história a homogeneidade das tradições, dos costumes e da educação. (ASSIS, M.:1962, 802, v. III)

³³ O ponto desenvolvido por Roberto Schwarz é elucidativo, nesse sentido: Machado teria conseguido, como nenhum outro, transformar a herança colonial em presente problemático, como um “universo a ser explorado por si mesmo, com os dois polos [positivo e negativo, atraso e progresso] postos em questão.” In SCHWARZ, Roberto. “Conversa sobre ‘Duas meninas’ In *Sequências brasileiras* São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 233.

Em Machado, a constituição do repertório literário brasileiro se inicia já no período colonial. No trecho acima, podemos vê-lo sair em defesa do trabalho dos árcades, ressaltando que não se poderia exigir deles, no século XVIII, o comprometimento com uma causa que não era a sua, mas sim do tempo dos escritores que lhes historiaram. Os árcades buscavam em torno de si os elementos da sua poesia, mas isso não significa que deveriam agir para a instituição de uma independência literária. O ponto central aqui é, portanto, a condenação a uma perspectiva teleológica no exame da matéria literária, elevando a importância da singularidade temporal de cada passado, não só a do presente – como fazem parecer as análises nacionalistas anacrônicas de sua época.

O segundo passo consiste em invalidar o critério nacional, não apenas em sua dimensão anacrônica na análise dos árcades, mas também porque o mesmo não pode ser utilizado como baliza literária.

Sente-se aquele instinto até nas manifestações da opinião, aliás, mal formada ainda, restrita em extremo, pouco solícita, e ainda menos apaixonada nestas questões de poesia e literatura. *Há nela um instinto que leva a aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais.* A juventude literária, sobretudo, faz deste ponto uma questão de legítimo amor-próprio. Nem toda ela terá meditado os poemas de *Uruguai* e *Caramuru* com aquela atenção que tais obras estão pedindo; mas os nomes de Basílio da Gama e Durão são citados e amados como precursores da poesia brasileira. *A razão é que eles buscaram em torno de si os elementos de uma poesia nova, e deram os primeiros passos de nossa fisionomia literária,* enquanto que outros, Gonzaga, por exemplo, respirando aliás os ares da pátria, não souberam desligar-se dos ares da Arcádia nem dos preceitos do tempo. *Admira-se-lhes o talento, mas não se lhes perdoa o cajado e a pastora, e nisto há mais erro que acerto.* ” [Grifo meu] (Idem, 801)

A compreensão nacionalista impede não só o reconhecimento das diferenças temporais e da beleza propriamente literária, mas também, a possibilidade de conversão do passado literário colonial em legado a ser mobilizado no presente, ou seja, a herança deixada pelos literatos do período colonial não deveria mais atender a critérios nacionais. Basílio da Gama e Santa Rita Durão não seriam superiores a Thomaz Antônio Gonzaga por simplesmente anteciparem os toques nacionais, ou por incluírem em seus poemas assuntos locais. Para Machado, a crítica brasileira nacionalista de seu tempo não só eleva a originalidade à condição de critério de validação literária, mas, mais do que isso, exige que essa originalidade circule em torno dos problemas nacionais. Isso os torna incapazes de valorizar a beleza dos versos de um Gonzaga, por exemplo, por este não atender a

pauta de reivindicações do novo tempo nacional. A questão não era exigir que a literatura do passado caminhasse em direção ao presente, mas sim que o presente pudesse recorrer à herança deixada por um literato colonial em sua contribuição literária – e não a favor do enriquecimento do debate sobre o nacional, até mesmo porque, este não compunha o seu campo de experiência.

A problematização machadiana acerca do indianismo literário reforça ainda mais esse ponto³⁴.

Os que, como o Sr. Varnhagen, negam tudo aos primeiros povos deste país, esses podem logicamente excluí-los da poesia contemporânea. Parece-me, entretanto, que, depois das memórias que a este respeito escreveram os Srs. Magalhães e Gonçalves Dias, não é lícito arredar o elemento indiano da nossa aplicação intelectual. Erro seria constituí-lo um exclusivo patrimônio da literatura brasileira; erro igual fora certamente a sua absoluta exclusão. (Idem, 803)

Como observa Manoel Salgado Guimarães, em meio ao circuito letrado, o tema indígena ganhava sentido por conseguir reunir temas como a integração física do território e as origens da nação, envoltos ao processo de associar as populações indígenas ao projeto nacional em construção, “definindo um saber sobre estes grupos, para ser tornado memória, a fixar e transmitir” (GUIMARÃES, M.: 1988, 20). Machado, por exemplo, se referia às discordâncias intelectuais postas por Gonçalves de Magalhães³⁵ e Gonçalves Dias³⁶ acerca do tratamento conferido aos

³⁴ Machado de Assis já realizara tal problematização acerca do indianismo literário anos antes da publicação do “Instinto de Nacionalidade”, no artigo de crítica ao romance *Iracema*, de José de Alencar, publicado pelo *Diário do Rio de Janeiro* em 23 de janeiro de 1866. Nesse texto, Machado discordava, por exemplo, que a mera reprodução do linguajar indígena fosse suficiente para qualificar a beleza literária dessa escola. Nas palavras de Machado: “Escola ou não, a verdade é que muita gente viu na poesia americana uma aberração selvagem, uma distração sem graça, nem gravidade. Até certo ponto tinha razão: muitos poetas, entendendo mal a musa de Gonçalves Dias, e não podendo entrar no fundo dos sentimentos e das ideias, limitaram-se a tirar os seus elementos do vocabulário indígena; rimaram as palavras, e não passaram adiante; os adversários, assustados com a poesia desses tais, confundiram no mesmo desdém os criadores e os imitadores, e cuidaram desacreditar a ideia fulminando os intérpretes incapazes.” (ASSIS, M. Op.cit., 848).

Ainda nesse texto, ele se contrapunha ao monopólio dos indianistas nos assuntos nacionais: “Supunham os críticos que a vida indígena seria, de futuro, a tela exclusiva da poesia brasileira, e nisso erraram também, pois não entrarem na ideia dos criadores, obrigar a musa nacional a ir buscar todas as suas inspirações no estudo das crônicas e da língua primitiva.” (Idem, 848).

³⁵ Machado referia-se ao texto “Os indígenas do Brasil perante a história”, de Magalhães, publicado pela primeira vez na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1860. Para mais detalhes sobre a querela entre Varnhagen e Magalhães ver: MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império In Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 53-72 – 2010; TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. [Tese de Doutorado]

³⁶ Machado referia-se ao texto “O Brasil e a Oceania”, publicado por Gonçalves Dias em 1866, após ser lido em nove sessões consecutivas do IHGB em 1849. In RICUPERO, B. Op. Cit., p. 139.

índios na *História Geral do Brasil*³⁷ de Francisco Adolfo de Varnhagen, cujo primeiro volume é publicado em 1854. Para Magalhães, os índios eram indivíduos com qualidades morais próprias a qualquer homem civilizado, como, por exemplo, o trabalho na agricultura e no comércio, além de possuírem, à sua maneira, religião, justiça, política e ciência, compondo a nacionalidade brasileira, não como ‘índios’, mas como ‘brasileiros’ (MOREIRA, V.: 2010, 64). Ainda que considere esse debate importante, em Machado, a demanda central é outra: não se trata de saber se os índios são selvagens ou hospitaleiros, rudes ou inocentes, mas sim o papel que teriam os indianistas nos primórdios da constituição de uma forma literária brasileira. Não se pode recusar a herança deixada pelos indianistas e pela cultura indígena em geral, mas o inventário da cultura indígena não pode ter o privilégio de ser critério exclusivo do patrimônio literário brasileiro – tendo em vista, ainda, que à literatura não cabe casamento com qualquer assunto que seja. Temas como a natureza e a sociedade brasileira e as especificidades regionais tornaram-se bons romances nas mãos de José de Alencar e Bernardo de Guimarães, por exemplo.

Compreendendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo. Não menos que eles, os convida a natureza americana, cuja magnificência e esplendor naturalmente desafiam a poetas e prosadores. O romance, sobretudo, apoderou-se de todos esses elementos de invenção, a que devemos, entre outros, os livros dos Srs. Bernardo Guimarães, que brilhante e ingenuamente, nos pinta os costumes da região em que nasceu, J. de Alencar, Macedo, Silvio Dinarte (Escragnolle Taunay), Franklin Távora e alguns mais. (ASSIS, M.: 1962, 803, v. III)

Será, contudo, na passagem abaixo, extraída de linhas conclusivas do artigo, que poderemos encontrar a síntese da proposta moderna machadiana, capaz de equacionar a questão da formação do pecúlio à compreensão do desenvolvimento da literatura em seu próprio eixo de referência. Uma literatura brasileira independente do Brasil, associada a um conjunto de referências mais extenso, tido como universal, ou seja, a defesa da possibilidade de inserção da literatura brasileira ao pecúlio comum da humanidade.

³⁷ Mais especificamente no capítulo “Discurso preliminar – Os índios perante a nacionalidade brasileira”, que compunha a primeira edição da *História Geral do Brasil*.

Escrever como Azurara ou Fernão Mendes seria hoje um anacronismo insuportável. Cada tempo tem o seu estilo. Mas estudar-lhes as formas mais apuradas da linguagem, desentranhar deles mil riquezas, que, à força das velhas se fazem novas – não me parece que se deva desprezar. Nem tudo tinham os antigos, nem tudo tem os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum. (Idem, 809)

A produção literária e a reflexão crítica sobre ela iria por o Brasil em contato com o passado Ocidental, e com o pecúlio que lhe é próprio. O princípio epocal da literatura, tão caro à experiência oitocentista, é respeitado e valorizado, pois é ele que viabiliza a possibilidade de fim e abertura da ação do tempo sobre a forma literária. Machado quer enfatizar também, no entanto, o que é comum a todos os séculos, matéria essencial, isto é, aquilo que é retido e sobrevive à passagem do tempo e se insere no pecúlio comum. Para este caso, a diferença entre escolas antigas e modernas é menor: mais importa a maneira como cada presente incorpora o pecúlio e acrescenta-lhe.

Trata-se de uma concepção de modernidade literária bastante próxima à desenvolvida por Charles Baudelaire, que provavelmente não passou imune à leitura machadiana.³⁸ Comparemos a passagem de Machado no “Instinto” ao trecho de “O pintor da vida moderna”, texto de Baudelaire, publicado postumamente, em 1869.

o belo inevitavelmente tem uma dupla dimensão. (...) O belo é constituído por um elemento eterno, invariável, cuja quantidade é excessivamente difícil determinar, e de um movimento relativo, circunstancial, que será, se quisermos, sucessiva ou combinadamente, a época, a moda, a moral, a paixão. Sem esse segundo elemento, que é como o invólucro apazível, palpitante, aperitivo do divino manjar, o primeiro elemento seria indigerível, inapreciável, não adaptado e não apropriado à natureza humana. Desafio qualquer pessoa a descobrir qualquer exemplo de beleza que não contenha esses dois elementos. (BAUDELAIRE, C.: 1996, 10-11)

³⁸ No artigo “A nova geração”, publicado na *Revista Brasileira* em 1879, Machado faz várias referências positivas a poesia de Baudelaire, como por exemplo: “Melhor do que isso, porém, vejo eu na escolha de uma página das *Flores do Mal*”. (ASSIS, M. Op. cit., p. 819). Sobre a relação entre o literato francês e a Escola Realista, Machado diz: “Digo que em parte é inexata [a afirmação de Baudelaire realista] porque os termos Baudelaire e Realismo não se correspondem tão inteiramente como ao escritor lhe parece. Ao próprio Baudelaire repugnava a classificação de realista – *cette grossière épithème*, escreveu ele em uma nota.” (Idem, p. 811). Sobre os imitadores de Baudelaire no Brasil, afirma Machado: “Quanto a Baudelaire, não sei se diga que a imitação é mais intencional do que feliz. O tom dos imitadores é demasiado cru; e aliás não é outra a tradição de Baudelaire entre nós. Tradição errônea! Satânico vá; mas realista o autor de *D. Juan aux Enfers* e da *Tristesse de la Lune!*” (Idem, p. 814).

Enquanto Machado ressaltava a importância de considerar os haveres de uns (antigos) e de outros (modernos) para o enriquecimento do pecúlio comum, Baudelaire destacara a dupla dimensão que necessariamente compõe o belo – uma eterna, outra sucessiva, epocal. Não há superioridade entre uma ou outra; simplesmente porque em Machado e Baudelaire não há disputa entre antigos e modernos. Para o brasileiro, talvez seja importante sublinhar, em um texto voltado para a análise do caso brasileiro, o primeiro elemento da fórmula baudelaireana, ou seja, “as formas mais apuradas da linguagem”, que “à força das velhas, fazem-se novas”. Reconhecendo o quanto o instinto de nacionalidade incorpora a dimensão historicizante da literatura, e que este se constitui a partir de um desejo de singularidade do presente e ruptura, parece fazer mais sentido salientar a dimensão eterna a que qualquer texto literário está inserido. O central para Machado, no entanto, é a presença desse elemento duplo como condição essencial que desfaz, a um só tempo, o molde antigos e modernos – e o requisitado sentido de originalidade buscado na arte, que destaquei do argumento de Jauss – e a tradição de ruptura própria ao instinto de nacionalidade brasileiro. Trata-se de uma decisão que implica o aproveitamento crítico do que essa tradição pode ter deixado de herança positiva – superando a *morte cultural de paternidade*, para lembrar o apropriado termo de Costa Lima – e, ao mesmo tempo, significa a decisão de romper com o instinto de modernidade, entendido como eterno recomeço do presente, ao qual o binômio literatura brasileira/ Brasil encontrava-se identificado pelas gerações de Magalhães e de Romero.

Dissertando sobre a questão do desenvolvimento da língua brasileira, Machado destaca a necessidade de se elevar a primeiro plano essa *condição dupla essencial*. De um lado, a relação da língua com o tempo e com o lugar em que se insere, alterando usos e costumes de acordo com as necessidades. Machado admite, com isso, a interferência direta do povo e da sociedade nesse processo.

Não há dúvidas que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade. (ASSIS, M.: 1962, 809, v. III)

No mesmo grau deve sobressair a intervenção do escritor nesse processo, sabendo encontrar a justa medida entre as novidades do presente e o que deve ser preservado, a dimensão eterna.

A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, *depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão*. [Grifo meu] (Idem, 809)

O esforço do escritor em depurar e aperfeiçoar a razão só se realiza plenamente se ele domina as leis eternas universais, a partir das quais a literatura, independentemente do tempo e do espaço em que estiver inserida, deve mobilizar. É ela que sobrevive à efemeridade do tempo.

Essa questão também está posta no momento em que Machado de Assis, redator da seção “Semana Literária” do *Diário do Rio de Janeiro*, analisa o teatro de José de Alencar, em março, e de Joaquim Manoel de Macedo, em maio do mesmo ano de 1866³⁹. Façamos a comparação, primeiro no texto sobre Alencar,

Há, sobretudo, um traço no talento dramático do Sr. Alencar, que já ali aparece de maneira viva e distinta; é a observação das coisas, que vai até as menores minuciosidades da vida, e a virtude do autor resulta dos esforços que faz por não fazer cair em excesso aquela qualidade preciosa. *É sem dúvida necessário que uma obra dramática, para ser de seu tempo e do seu país, reflita uma certa parte dos hábitos externos, e das condições e usos peculiares da sociedade em que nasce; mas além disto, quer a lei dramática que o poeta aplique o valioso dom da observação a uma ordem de ideias mais elevadas* e é isso justamente o que não esqueceu o autor d’O Demônio Familiar. [Grifo meu] (Idem, 871)

E depois sobre Macedo.

A peça não oferece nada de novo, a não ser uns toques carregados e falsos, umas situações violentas, nenhum conhecimento da lei moral dos caracteres; e além de tudo um estilo que requinta nos defeitos o estilo do *Luxo e Vaidade*. Quem estudar desprevenido a peça do Sr. Dr. Macedo verá que exprimimos a verdade; e quanto a conveniência de exprimi-la, o próprio poeta há de reconhecê-lo quando quiser meditar sobre as suas obras, e compará-las com as *exigências da posteridade*. *A posteridade só recebe e aplaude aquilo que traz em si o cunho do*

³⁹ O mesmo acontece na crítica machadiana aos “Cantos e fantasias” de Fagundes Varela, também publicadas na “Semana Literária”, em fevereiro de 1866. Machado exalta o apuro das leis e das regras poéticas como condição para execução bela de um poema. “Diz o autor do prefácio que os descuidos da forma são filhos de sua própria vontade e do desprezo das regras. Se assim é, o sistema é antipoético; a boa versificação é uma condição indispensável à poesia; e não podemos deixar de chamar a atenção do autor para esse ponto. Com o talento que tem, corre-lhe o dever de apurar aqueles versos, a minoria deles, onde o estudo da forma não acompanha a beleza e o viço do pensamento.” (ASSIS, M. Op.cit. p. 859)

belo; ao ler as peças do Sr.Dr.Macedo dá vontade de perguntar se ele não tem em conta alguma as leis da arte e os modelos conhecidos, se observa com atenção a natureza e os seus caracteres, finalmente, se está disposto a ser um artista e um poeta.” [Grifo meu] (Idem, 884)

O mérito de um é o demérito do outro. Alencar, observador arguto dos costumes sociais e dos “usos peculiares da sociedade em que nasce”, cumpre com maestria a capacidade de captar o efêmero, o temporário e o próprio à sociedade que o circunda. Macedo, ao contrário, revela-se como total ignorante dos caracteres sociais do seu tempo e de suas leis e convenções morais. Características epocais do texto dramático, como o senso apurado da realidade e a capacidade de refletir sobre ela são, portanto, valorizadas por Machado. No entanto, elas não são suficientes. Há um segundo movimento em ambas as análises que também deve ser realçado. Vejamos aquilo que Machado considera valor fundamental no teatro de Alencar e como pobreza cara a Macedo: a correta aplicação das leis dramáticas, *submetidas a uma ordem de ideias mais elevada*. A capacidade de alcançar esse modelo estabelecido no passado, e atemporal, eleva a condição bela da obra teatral de Alencar e retira de Macedo o seu caráter de artista e poeta digno de ser aplaudido pela posteridade.

Há, portanto, na compreensão da modernidade machadiana a sobrevivência de um modelo antigo de compreensão do belo literário, o resalte a “formas mais apuradas da linguagem, que à força das velhas se fazem novas”, para lembrar o argumento que aparece em tom conclusivo no “Instinto de Nacionalidade”. A formação do pecúlio comum, brasileiro e universal, exige, assim, que não se perca de vista o essencial: construí-lo com os “haveres de uns e de outros”, de antigos e de modernos, nulificando, dessa forma, o efeito da superioridade do presente sobre o passado ou vice-versa.

1.3.2

A contribuição machadiana às lutas de inteligência de seu tempo: a tarefa secular da crítica

Estes e outros pontos cumpria a crítica estabelecê-los, se tivéssemos uma *crítica doutrinária, ampla, elevada*, correspondente ao que ela é em outros países. Não a temos. Há e tem havido escritos que tal nome merecem, mas raros, a espaços, sem a influência cotidiana e profunda que deveram exercer. *A falta de uma crítica assim é um dos maiores males de que padece a nossa literatura; é mister que a análise corrija ou anime a invenção, que os pontos de doutrina e de história se investiguem, que as belezas se estudem, que os senões se apontem, que*

o gosto se apure e eduque, e se desenvolva e caminhe aos altos destinos que a esperam. [Grifo meu] (Idem, 804)

O diagnóstico da ausência de crítica no mundo letrado brasileiro é um dos pontos mais recorrentes da análise de Machado de Assis reunida no artigo “Notícia atual da literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade”. O geral desejo de criar uma literatura independente era pauta importante colocada no debate brasileiro, mas ela não teria encaminhado outra igualmente fundamental, acerca da instituição de um campo crítico para a literatura brasileira. À crítica caberiam ações como “corrigir”, “animar”, “apurar”, “educar” o gosto: a ela cabe realizar a ponderação, dar o equilíbrio entre os “pontos de doutrina e de história”. Eleva-se, assim, uma vez mais, a dimensão dupla essencial que compõe a matéria literária, contando agora com a intervenção decisiva do crítico em seu tempo. A crítica realizaria a mediação entre o eterno e o temporário.

A formação de um campo crítico para a literatura brasileira foi uma preocupação constante, não só do texto de 73, mas de boa parte dos escritos machadianos que o antecederam. Posso até enxergar nesse aspecto uma tinta militante, tamanha é a recorrência desse tema em artigos especialmente da década de sessenta. Segundo Jean Michel Massa, entre 1865 e 1867, Machado de Assis estava em uma encruzilhada, hesitando entre “os brilhos e as servidões da política” – que gerara, até então, vários artigos de cunho social, entusiasmados com o liberalismo e com a possibilidade de uma contribuição ética da literatura para a sociedade brasileira⁴⁰ – “e a atração de uma *liberdade sem compromissos*, que ele cobiçava” (MASSA, J.: 1971, 484). O qualificativo “sem compromissos” mostra o deslize de Massa em guardar ao empreendimento crítico uma qualidade menor, exatamente ao contrário do que defendia Machado. A guinada para a crítica literária teria ocorrido por motivos, segundo Massa, relacionados a um novo posicionamento profissional de Machado: “uma promoção de fato no Diário, seguida de uma desvinculação deste jornal em proveito de um cargo modesto de funcionário, no início de julho de 1867” (Idem, 485); garantido o sustento material em atividades profissionais estáveis, distante das disputas políticas do jornalismo combatente dos primeiros anos, abria-se espaço para o desfrute da atividade crítica plena. Não deixa de ser em tom de lamento que Massa analisa a

⁴⁰ Na crítica teatral esse traço estará bastante acentuado em Machado, conforme veremos no capítulo 3.

opção machadiana pela crítica, revelando mais uma vez a visão que menospreza essa tarefa – associada a uma solidão do mundo, introspecção, isolamento que encontra suas causas em certa decepção com a política.

Ele, que cinco anos antes lutava para transformar a sociedade, retirava-se agora à torre de marfim do estetismo. (...) O jornalismo cotidiano fatigou-o e sua esperança era criar uma obra livre e pessoal, que lhe devesse tudo. Procurou o isolamento para escrever. (526) (...) Sentia confusamente que o destino de um escritor é sobretudo individual. Era um autor em busca de si mesmo, dentro de um meio particular em que conhecia os caminhos e as saídas, o que limitava e determinava a natureza de uma obra, porque o escritor estava ligado ao seu público e a um clima intelectual, ainda que escreva para si mesmo, para os homens seus contemporâneos ou para o dia de amanhã. Machado de Assis fugiu para ser ele mesmo. (Idem, 527)

É possível encontrar em textos do próprio Machado uma leitura diametralmente inversa a essa⁴¹. A instituição da crítica será defendida por Machado como um dever intelectual, uma forma de deixar sua pena disponível a participar das *lutas de inteligência* de seu tempo. A passagem acima retirada do artigo “Instinto de Nacionalidade” ratifica esse ponto, onde ele identifica *a falta de uma crítica como um dos maiores males de que padece a nossa literatura*, urgindo a superação daquela situação.

Esse ponto fica ainda mais evidente quando lemos o artigo “Propósito”, que inaugura a série de artigos “Semana Literária”, em janeiro de 1866, no *Diário do Rio de Janeiro*. Palavras de Machado:

A temperatura literária está abaixo de zero(...); “Há decerto exceções tão esplêndidas quanto raras, e por isso mesmo mal compreendidas do presente, graças à ausência de uma opinião (ASSIS, M.: 1962, 841, v. III)

Como indica o título, o objetivo do primeiro texto era explicar o propósito dos futuros artigos que seriam publicados naquela coluna do *Diário* em 66. Convém lembrar, nesse sentido, a análise de Hélio de Guimarães Seixas. A respeito desses artigos, ele salienta o que Machado identificou como sentimento de profunda crise no presente, relacionado ao mundo exterior, mas que também encontrava fundamentos internos ao sistema intelectual – dentre os quais, os entraves

⁴¹ No artigo sobre “O culto do Dever”, de Joaquim Manoel de Macedo, publicado na “Semana Literária”, do *Diário do Rio de Janeiro* de janeiro de 1866, Machado afirma o quanto a dedicação exclusiva a matéria literária seria benéfica à produção literária de Macedo. “O que esses desejam sinceramente é que o Sr. Dr. Macedo, nos lazes que lhes deixar a política, escreva uma nova obra, evocando a musa que outras vezes o inspirou: as letras ganharão com isso; o seu nome receberá novo lustre, ficando-nos o prazer de registrar nestas mesmas colunas o esplendor da sua nova vitória.” (ASSIS, M. Op. cit, 847).

colocados pelo círculo limitado de leitores, a dificuldade de circulação e difusão de produção intelectual associada ao gosto mal formado do público (SEIXAS, A.: 2004, 110). A crítica apurada aparece, destarte, como necessidade latente do contexto literário brasileiro.

Qual o remédio para este mal que nos assoberba, este mal de que só podem triunfar as vocações enérgicas, e ao qual tantos talentos sucumbem? O remédio já tivemos a ocasião de indica-lo em *um artigo que apareceu nesta mesma folha*: o remédio é a crítica. Desde que, entre o poeta e o leitor, aparecer a reflexão madura da crítica, encarregada de aprofundar as concepções do poeta para as comunicar ao espírito do leitor; *desde que uma crítica conscienciosa e artística, guiar a um tempo, a musa no seu trabalho, e o leitor na sua escolha, a opinião começará a formar-se, e o amor das letras virá naturalmente com a opinião.* [Grifo Meu] (ASSIS, M.; 1962, 842, v. III)

A crítica aparece como elo mediador entre o escritor e o público, preparando o gosto do leitor nas suas escolhas – inserida, desse modo, na dinâmica temporal a que o texto literário interage, sem abrir mão do que está além dessa dinâmica. A metáfora do *remédio da crítica* acentua o empenho de Machado em compreender o seu trabalho como missão, no sentido de *guiar, formar e apurar o gosto do público e dos escritores, sem perder de vista o essencial*, contribuindo, ao seu modo, como magistrado da República das Letras. Quem desenvolve essa questão é Tristão de Ataíde, em seu texto “Machado de Assis, o crítico”.

O crítico era para ele um magistrado. Era um dos poderes na República das Letras. Para Machado o Poder Legislativo, nessa República, era representado pelos Clássicos, pela Tradição, pelas ‘leis poéticas’, pela Gramática. O Poder Executivo eram os autores, em prosa ou verso. E o poder judiciário, os críticos. Da harmonia desses três poderes, não explícitos, mas implícitos na estética do mestre, derivavam a paz e o progresso das letras. (ATAÍDE, T.: 1962, 780)

Na passagem destacada acima do artigo “Propósito”, Machado menciona “certo artigo que apareceu nesta mesma folha” sobre o papel da crítica. Ele, na verdade, faz alusão ao texto em que sistematizara de maneira mais eficiente sua defesa radical da tarefa crítica: trata-se do artigo “O ideal do crítico”, publicado pela primeira vez em outubro de 1865, poucos meses antes do início da série “Semana Literária”. Segundo Jean Michel Massa, Machado sintetiza neste texto o fato novo de sua carreira jornalística de então, isto é, a dedicação quase exclusiva de sua pena à crítica literária (MASSA, J.: 1972, 519). É feliz a aproximação feita por Massa sobre a exigência comum feita por Machado em relação ao papel do

homem público da política – presente em suas crônicas políticas – e do homem de letras da crítica.

Num certo sentido, por uma insinuação de pensamento facilmente explicável, pedia ao crítico as mesmas virtudes que exigia outrora do homem político. Acima das escolas, das capelinhas, das querelas, o crítico, transformado em ‘farol’ para os escritores, é um conhecedor honesto, independente, tolerante, urbano, cuja função é a de editar as leis que regem a literatura. (Idem, 519)

Este é um ponto realmente relevante para Machado, como pode ser visto no extrato abaixo do “Ideal do crítico”.

A crítica útil e verdadeira será aquela que, em vez de modelar as suas sentenças por um interesse, quer seja o interesse do ódio, quer o da adulação ou simpatia, procure reproduzir unicamente os juízos da sua consciência. Ela deve ser sincera, sob pena de ser nula. Não lhe é dado defender nem os seus interesses pessoais, nem os alheios, mas somente a sua convicção e a sua convicção, deve formar-se tão pura e tão alta, que não sofra as ações das circunstâncias externas. Pouco lhe deve importar as simpatias ou antipatia dos outros; um sorriso complacente, se pode ser recebido e contribuído com outro, não deve determinar, como a espada de Breno, o peso da balança; acima de tudo, dos sorrisos e das desatenções, está o dever de dizer a verdade, e em caso de dúvida, antes calá-la do que negá-la. (...) O crítico deve ser independente, - independente em tudo e de tudo independente da vaidade dos autores e da vaidade própria. (ASSIS, M.: 1962, 799, v. III)

Ao longo de todo o artigo é forte o apelo a não pessoalização das discussões literárias. Requisitos como sinceridade, honestidade intelectual, independência, impessoalidade são tão solicitados por Machado em seu *ideal do crítico*, que é possível inferir o quanto ele considerava marcantes e problemáticas estas ausências no circuito letrado brasileiro – confundido, muitas vezes, segundo ele, com um clube de amigos. O privilégio a questões de ordem pessoal, no final das contas, acabava adentrando ao exame crítico, o que incorria em grave problema, já presente no domínio das coisas políticas.

Dessa maneira, o objeto crítico acabava incorporando assuntos diversos e o cerne, o essencial, perdia-se em meio a enorme variedade de temas que dominavam as páginas da crítica. Essa dificuldade de discernimento manifesta, ao fim e ao cabo, outro grave problema da crítica brasileira vigente: ela não domina a ciência literária, logo, não é capaz de formar o gosto do público a partir dela.

O crítico atualmente aceito não prima pela ciência literária; creio até que una as condições para desempenhar tão curioso papel, é despreocupar-se de todas as questões que entendem com o domínio da imaginação. (Idem, 798).

Aqui, ele ocupa o papel de magistrado da República das Letras, que deve ter o domínio pleno das leis poéticas que regem a matéria literária para melhor julgá-la – agindo na formação do público leitor, tal qual o juiz de direito faz na formação moral da sociedade.

Sem conhecer a ciência literária e suas leis poéticas, o crítico se torna vulnerável ao sabor dos problemas alheios ao tema em que tributa.

Com efeito, se o crítico, nas manifestações de seu juízo, deixa-se impressionar por circunstâncias estranhas às questões literárias, há de cair frequentemente na contradição, e *os seus juízos de hoje serão a condenação de suas apreciações de ontem*. Sem uma coerência perfeita, as suas sentenças perdem todo o vislumbre de autoridade e *abatendo-se à condição de ventoinha, movido ao sopro de todos os interesses e de todos os caprichos, o crítico fica sendo unicamente o oráculo dos seus aduladores*. [Grifo meu] (Idem, 799)

Há um destaque negativo para a vulnerabilidade de ideias movidas meramente pelo curso do tempo, suscetíveis a conclusões provisórias e apressadas, transmutando-se ao vento das novidades mais atualizadas que, sem a devida ponderação, evaporam no ar. Eleva-se, em contrapartida, o papel decisivo da crítica na tomada de decisões, sabendo discernir o que enriquece ao pecúlio e o que é jogado ao vento. Não é apenas o passado que se submete à decisão crítica de ser ou não mobilizado; ao movimento do novo convém realizar uma contínua revisão. Tal ponto, como veremos, será retomado com força em 1879, no texto em que Machado analisa a apreensão do novo pela nova geração de 1870.

Para Machado de Assis, a tarefa crítica só se realiza plenamente quando sintetiza a aspiração de convívio entre novo e antigo, aberta ao seu próprio tempo e mantenedora de uma forma literária que o ultrapassa – fazendo dialogar o eterno e temporário, para lembrar a fórmula baudelairiana. Em outras palavras, cabe à crítica estabelecer a justa medida entre a historicidade da matéria literária e as suas propriedades atemporais. É dessa forma que ele, Machado, entende contribuir de maneira mais proveitosa para as lutas de inteligência, como homem de letras de seu tempo e de seu país.

Saber a matéria em que fala, procurar o espírito de um livro, encarná-lo, aprofundá-lo, até encontrar-lhe a alma, indagar constantemente as leis do belo, tudo isso com a mão na consciência e a convicção nos lábios, adotar uma regra definida, a fim de não cair na contradição, ser franco sem aspereza, independente sem injustiça, tarefa nobre é essa que mais de um talento podia desempenhar, e se quisesse aplicar exclusivamente a ela. No meu entender é mesmo uma grande

obrigação de todo aquele que se sentir com força de tentar a grande obra da análise conscienciosa, solícita e verdadeira. (Idem, 800)

1.4

Apropriação e renúncia do projeto moderno do instinto de nacionalidade

A passagem abaixo é retirada do livro *A Tradição Afortunada*, publicado por Afrânio Coutinho pela primeira vez, em 1962.

Ao atingir esse ponto alto de transparência e maturidade a crítica brasileira havia, no entanto, percorrido uma longa jornada. Estirados debates, pesquisas profundas, entrechoques de ideias, revisões e confrontos de conceitos, meditações cuidadosas, observações percucientes, comparações pertinentes, polêmicas agudas, análises substanciais; tudo se fez ao longo do século para se atingir aquela clarificação conceitual, aquela justeza das ideias, lustre e estreme de exageros, exposta no ensaio de Machado de Assis (8) (...) Desde quando se chegou àquele estágio? Que caminhos se percorreram? (COUTINHO, A.: 1968, 8)

Nesse texto, Coutinho defende que o ponto alto de maturidade da crítica brasileira se encontra no artigo “Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade”, de Machado de Assis, objeto central da análise do presente capítulo. As perguntas destacadas no parágrafo acima são, na verdade, o mote da questão que percorre todo o livro: quais os caminhos da crítica brasileira oitocentista até se chegar àquele estágio avançado de sofisticação encontrado no escrito machadiano de 1873. Nesta hipótese, Machado apropria-se diretamente do debate intelectual brasileiro, e seu texto é o resultado avançado dessa aproximação. De onde resulta a suposição da *tradição afortunada*: lançando mão da própria defesa machadiana acerca da linha de continuidade, que constitui o pensamento brasileiro, Afrânio Coutinho examina, passo a passo, a tradição afortunada, sobre a qual Machado pôde se debruçar e desfrutar, marcada sob a égide da nacionalidade.

A ideia que se resume deste exame é a da continuidade do pensamento brasileiro acerca do problema, isto é, a do nascimento e evolução de uma tradição – a da consciência nacional na literatura. (Idem, 187)

Visto deste modo, o “Instinto de Nacionalidade” não revelaria uma problematização, mas sim uma tomada de posição machadiana a favor do instinto; o artigo se torna produto do instinto. Coutinho esforça-se, assim, em encontrar elos de continuidade de Machado com seus antecessores e contemporâneos

brasileiros, ressaltando o caráter evolutivo do pensamento nacional que havia encontrado no ensaio de Machado a síntese e o auge.

Os problemas causados por essa chave de leitura ao texto machadiano já foram desenvolvidos de maneira convincente por Abel Barros Baptista⁴². Salientei, em diversos momentos deste capítulo, o afastamento de Machado ante ao instinto de nacionalidade, quando este converte nacionalidade em valor literário. Vimos aqui que o instinto de nacionalidade não é ratificado por Machado – como propõe Coutinho – mas questionado por ele. Por outro lado, se considerada fora do eixo nacional e da perspectiva evolutiva, a hipótese da tradição afortunada me parece bastante válida. Há no ponto machadiano, a defesa de uma linha de continuidade que perpassa a literatura brasileira, de uma tradição afortunada nos termos de Coutinho, sobre a qual ele se debruça para realçar o fenômeno literário em sua trajetória histórica.

Luiz Costa Lima (2007), no seu *Controle do Imaginário* apresenta perspectiva diametralmente oposta a de Afrânio Coutinho. Para ele, o texto “Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade” é sinal representativo da total disparidade intelectual existente entre Machado e seus contemporâneos brasileiros, acentuada, também, em sua produção ficcional. Reforça-se, assim, a proposição maior de Costa Lima, acerca de um Machado completamente anômalo ao debate brasileiro.

Enquanto forma, ele [o instinto] é variável, reajustável com a posição do que fala, deixando de se confundir com um modo de ser constante, originado de raízes eternas. *Mas captar numa obra o que significa ser homem de seu tempo e de seu país exigiria uma finura de apreciação desconhecida de nossa crítica.* Com o que a questão da nacionalidade permaneceu, logo recebendo o apoio mais ‘científico’ da chamada geração de 70. (COSTA LIMA, L: 2007, 160)

O artigo de 1873 evidenciaria ainda mais o abismo que separava Machado de seus contemporâneos. De um lado, uma leitura meramente substancial e estável do problema da nacionalidade, com ênfase no culto à observação, na descrição

⁴² Nas palavras de Abel Barros Baptista, os prejuízos dessa leitura nacionalista da obra machadiana: “Em traços gerais, estruturou-se dessa forma uma estratégia de apropriação nacionalista da obra de Machado, que, enquanto legado da crítica machadiana, persiste ativa. Naturalmente, não está em causa o conjunto de resultados a que esse trabalho permitiu chegar, nem sequer a possibilidade de interpretar Machado na relação com o Brasil, mas o sentido global dessa interpretação que instala o problema nacional como centro de gravidade do trabalho crítico, empenhando-o num esforço de enraizamento, de territorialização cuja finalidade é o estabelecimento da completa e harmoniosa significação brasileira da obra machadiana.” BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p. 40.

contemplativa da natureza e no documentalismo; de outro, o reconhecimento inédito da nacionalidade como forma. Para Costa Lima, a narrativa machadiana em palimpsesto ocultava uma aparente concordata machadiana com o debate brasileiro, a esconder a virulência crítica que ele guardava em relação a seus contemporâneos – conforme também expus na Introdução.

A necessidade de submeter os autores brasileiros oitocentistas ao reforço de sua hipótese central – acerca da inversão do veto ao ficcional imposta ao pensamento social brasileiro oitocentista – impede que Costa Lima reconheça a particularidade do debate brasileira fora do paradigma do atraso e da ausência – exemplo disso é a passagem acima, quando ele sublinha *a inexistência em solo brasileiro de “uma finura de apreciação” capaz de compreender o que Machado estava querendo dizer*. A crítica ao canônico indianismo romântico, tal como vimos neste capítulo, não confirma a hipótese da narrativa em palimpsesto proposta por Costa Lima: a crítica era exposta ali de maneira direta, como também o era no momento em que ele expunha a inaptidão literária de Gonçalves de Magalhães, no exame de seu teatro, em 1866 – o jovem crítico Machado de Assis indaga: “Teria ele reconhecido que não havia no seu talento as aptidões próprias para a arte dramáticas?”⁴³ (ASSIS, M.: 1962, 866, v. III). Se considerarmos que Machado levou a sério para a própria prática o *requisito da sinceridade* como componente central *ao ideal do crítico*, veremos, conforme exposto em linhas acima, que ele não só interage diretamente com as questões postas pelo debate brasileiro, como também pondera sobre os avanços desse debate, esforçando-se em delinear uma linha de desenvolvimento adequada à história literária brasileira – que leve em conta o problema da literatura, lembrando o ponto de Abel Baptista. Linha esta capaz de supor a existência de um pecúlio, a partir do qual as novas gerações não poderão prescindir – argumento a ser reiterado em 1879, no artigo sobre “A nova geração”.

Nem somente resultado, nem somente ruptura: o que procurei destacar aqui foi a tensão constitutiva do argumento machadiano, de apropriação e

⁴³ Sobre a inaptidão de Magalhães ao teatro, Machado escreve, de maneira direta, no *Diário do Rio de Janeiro* de 13 de fevereiro de 1866: “O Sr. Dr. Magalhães só escreveu duas tragédias, traduziu outras, e algum tempo depois, encaminhado para funções diversas, deixou o teatro, onde não lhe faltaram aplausos. Teria ele reconhecido que não havia no seu talento as aptidões próprias para a arte dramáticas? (...) [Magalhães] não é um talento dramático na acepção restrita da expressão. (...) Possui gênio, levado, por natureza e por estudo, à meditação filosófica, e à expressão dos sentimentos pessoais”. (ASSIS, M., Op.cit., p. 866).

renúncia ante ao instinto de nacionalidade e à leitura historicizada da literatura que lhe compõe. A sutileza dos pontos centrais contidos no “Instinto de Nacionalidade” só se compreende plenamente se o leitor se abre à possibilidade de convívio tenso entre dois polos antagônicos que, em contato, não chegam a uma síntese ou a uma sentença que supere a tensão. Nesse sentido, vale citar mais uma vez, o que para esta tese é o trecho-chave do artigo de 1873.

Escrever como Azurara ou Fernão Mendes seria hoje um anacronismo insuportável. Cada tempo tem o seu estilo. Mas estudar-lhes as formas mais apuradas da linguagem, desentranhar deles mil riquezas, que, à força das velhas se fazem novas – não me parece que se deva desprezar. Nem tudo tinham os antigos, nem tudo tem os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum. (Idem, 809)

Do enriquecimento do pecúlio depende a decisão de não colocar antigos e modernos em um tipo de oposição que descarte o que cada um tem de mais proveitoso – além da riqueza em si gerada pela condição de conflito. A decisão de Machado é de não querer superar esse confronto.

Elias Palti contribui decisivamente para a compreensão desse argumento quando sugere a existência, na obra ficcional machadiana, de um *princípio de indecidibilidade*. Segundo ele, a opção do escritor brasileiro oitocentista em seus principais romances⁴⁴ é pela disponibilização de dispositivos contrários em contínuo funcionamento, donde a opção do ponto de vista narrativo é por um sujeito vazio, incompleto, que se distingue por sua volatilidade⁴⁵.

⁴⁴ Palti analisa os chamados romances de segunda fase de Machado: *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba*, *Esau e Jacó*, *Dom Casmurro* e *Memorial de Aires*; além dos contos “O Espelho (Esboço de uma Nova Teoria da Alma Humana)” e “Teoria do Medalhão”.

⁴⁵ Palti propõe um deslocamento em relação ao chamado princípio de volubilidade dos personagens machadianos, conforme sugerido por Roberto Schwarz.

Para Schwarz, a volubilidade dos personagens e, inclusive, do narrador, compõe o princípio formal de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*: “O revezamento das poses é sem transição, um exercício de volubilidade, e o resultado literário depende da viveza e frequência dos contrastes.”; SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1990, p. 22. O leitor fica desamparado, contando, apenas, com a palavra do narrador que o conduz a situações inusitadas e imprevisíveis. “O narrador não permanece igual a si mesmo por mais de um curto parágrafo.” (Idem, 31). Tal comportamento, revela, a volubilidade do próprio sistema periférico, no qual aqueles sujeitos estão imersos: “Visto o conjunto, são situações (e vantagens) fundadas sobre escravidão e clientelismo, acompanhadas porém pela sombra – determinante – da norma burguesa oitocentista. Esta é que lhes dá a marca negativa, de coisa errada, causando o imbricamento de satisfação social e inviabilidade moral tão conhecido dos leitores de Machado.” (...) “No livro como fora dele, a forma peculiar tomada pela vida do espírito expressava o desconforto e o deleite de participar da vida moderna sem renunciar aos benefícios da iniquidade, isto é, sem pagar o tributo ao preceito de igualdade formal entre os homens.” (Idem, p. 67).

Para Ronald de Melo e Souza, esse efeito de volubilidade dos personagens se constitui como mérito máximo da ficção machadiana. O narrador age como dramaturgo que se despertaliza para vivenciar e personificar os múltiplos papéis, representados na cena do mundo histórico-social.

O ponto crucial é que o efeito de volatilidade de sua narrativa está apenas parcialmente relacionado à ‘desnecessidade de optar’ observada por Schwarz (em sua obra, não somente visões contrárias estão sempre presentes, mas dispositivos contrários estão sempre em funcionamento), que seria melhor definir como impossibilidade de optar. Ainda mais determinante para gerar o efeito de volatilidade é, precisamente, a ideia oposta, ou seja, a permanente ‘necessidade de optar’ na vida (...) – uma opção não somente sem garantias, o que inevitavelmente implica um *risco*, mas também, e fundamentalmente, uma opção por parte de um sujeito vazio (um não-sujeito, na verdade), o que representa, além de um *risco*, um *paradoxo*. Como veremos, é aqui, nessa simultânea impossibilidade-necessidade de optar, que reside o cerne problemático em torno do qual sua obra inteira gravita. (PALTI, E.: 2006, 339)

O ponto central de Palti esteve no horizonte de toda a elaboração deste capítulo. Se o historiador argentino menciona *a escolha machadiana pela simultânea impossibilidade-necessidade de optar como cerne problemático de toda a obra machadiana* – referindo-se à produção romanesca de Machado – pode-se incluir nesse todo, a sua produção crítica, que encontra no artigo “Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade”, importantíssimo esforço de sistematização. O jogo entre a impossibilidade-necessidade de optar, seja entre valores antigos e modernos ou entre instinto de nacionalidade e superação deste, parece estar em primeiro plano para Machado de Assis, em 1873, o que nos ajuda a começar a pensar na tensa relação entre aproximação e renúncia de sua obra, em relação ao debate letrado brasileiro.

“A fim de teatralizar e fazer ver a disputa dos contrários em luta que cada um dos caracteres é que o narrador se intromete constantemente com as suas reflexões dramáticas, interrompendo o fluxo inercial do estilo narrativo tradicional. Desde *Ressurreição*, e não numa suposta segunda fase, o romance machadiano dramaticamente se representa na sinfonia das reflexões do narrador, e não simplesmente na monotonia das ações logicamente concatenadas.” MELO E SOUZA, Ronalds. *O romance tragicômico de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 79.

Na mesma linha, Palti considera o princípio de volubilidade o cerne problemático da obra ficcional machadiana. “Em última instância, o aspecto realmente problemático de seus romances reside, não no seu simples abandono da ideia de Verdade (o ponto de chegada e o horizonte no qual todos os procedimentos miméticos, sejam conceituais ou figurativos, se inscrevem), mas na *indecidibilidade* entre verdade e falsidade, a natureza simultaneamente verdadeira e falsa da opinião.” In PALTI, Elias José. “O Espelho Vazio. Representação, subjetividade e História em Machado de Assis”. In *A obra de Machado de Assis. Ensaios premiados no 1º Concurso Internacional Machado de Assis*. Ministério das Relações Exteriores. Governo Federal / 2006, p. 338.

2 Recepção das ideias e modernidade brasileira: Machado e o bando de ideias novas

Foi dessa maneira que João Capistrano de Abreu se referiu ao artigo “A nova geração”, de Machado de Assis.

É possível que o artigo que o Sr. Machado de Assis dedicou à nova geração no último número da Revista Brasileira, *desperte mais de um protesto*.

Um negar-lhe-á talvez o direito de medir as raízes de alheias convicções. Outros discutirão a conveniência de tratar de política a propósito de literatura. Outro perguntará por que não julga conveniente citar Spencer sobre as tendências literárias quem aduziu a sua opinião sobre a eficácia da instrução como elemento moralizador. Talvez até haja quem diga que o ilustrado escritor serviu-se da linguagem para disfarçar a idéia, e que seus conceitos são às vezes tão vagos e sutis, que não se pode perceber bem o que significam.

Por nossa parte, congratular-nos-emos com o autor pelo ato de coragem, porque dizer francamente a sua opinião, sem descair nalouvaminha, nem tombar na descrição sintomática, é muito raro neste meio pesado que nos vicia. Reconhecemos que o desejo de acertar foi quase sempre coroado de sucesso. Declaremos que a imparcialidade vai de princípio ao fim do estudo consciencioso. (...)

Mas essa pequena restrição e muitas outras que poderíamos fazer, em nada modificam a nossa opinião favorável sobre o artigo do Sr. Machado de Assis. Se escrevêssemos sobre o assunto, não escolheríamos o ponto de vista em que ele se colocou; mas se o escolhêssemos teríamos prazer e orgulho em assinar aquelas páginas. [Grifo meu] (ABREU,C.: 1975, 110, 4ª série)

O texto de Capistrano ia a público na coluna “Livros e Letras” da *Gazeta de Notícias*, em 5 de dezembro de 1879, quatro dias depois de publicado o escrito de Machado. O jovem crítico cearense antecipava ali uma provável recepção negativa d’ “A nova geração”, prevendo protestos e reações ao que fora proposto por Machado, pois reconhecia que, àquela altura, o “bando de ideias novas” – a que Silvio Romero se referia – já contava com muitos adeptos da nova geração brasileira. Capistrano, por sua vez, demonstra simpatia pelo que lê, por encontrar em Machado voz dissonante aos modismos do debate intelectual brasileiro de então, marcado pela contínua mobilização do novo repertório científico europeu. A não adesão automática ao novo – e mais ainda, o confronto direto com o modo pelo qual estaria ocorrendo essa adesão – é definido por Capistrano como um *ato de coragem* digno de aplausos.

Os artigos publicados por José Leão⁴⁶ no jornal *A província* ratificam a afirmação de Capistrano de Abreu. Intitulados “Letras e artes – A nova geração do Sr. Machado de Assis”, os cinco escritos de Leão, publicados entre 25 de dezembro de 1879 e 23 de janeiro de 1880, cerca de vinte dias depois de Machado, direcionavam-se à defesa radical dos ideais modernos propagados pela Escola do Recife, segundo ele, o alvo predileto do crítico fluminense. Isso fica evidente no trecho:

Ou o Sr. Machado de Assis tem uma *falsa intuição dos progressos científicos do momento histórico que atravessam os povos*, ou sabe o que vai lá por fora de adiantamento intelectual e o que diz só pode ser tomado em tom de sátira pungente. [Grifo meu] (Apud. MAGALHÃES JUNIOR, R.: 1981, 270, v.2)

No terceiro artigo da série, Leão criticaria ainda o monarquismo e o anacronismo de Machado, incapaz que ele era de compreender o tempo de novidades e inevitável progresso por que passavam todos os povos na década de 1870. Essa é uma análise que se assemelha diretamente ao que Silvio Romero propôs sobre Machado de Assis, anos depois, em 1897, no livro em que dedicou inteiramente à obra do Bruxo do Cosme Velho: Romero desenha ali um Machado antiquado, síntese do prolongamento das ideias românticas em decadência, em meio a um rico momento de ebulição das novas tendências.

E são destes e de outros exageros, tão comezinhos ainda hoje entre nós, que vão provocando a reação de que o presente livro é apenas um caso. *Filho retardatário do romantismo*, Machado de Assis não é, nem podia ser, um dos novos apóstolos do sistema no Brasil; *era fatal que fosse apenas um prolongamento dele em sua decadência. Espectador do nascer e do envolver das novas tendências também não foi o provocador delas.* (ROMERO, S.: 1992, 33)

A propósito, o livro de Silvio Romero sobre Machado, publicado cerca de vinte anos depois d’ “A nova geração”, percorreu como uma sombra boa parte da recepção do artigo de Machado, como se o texto de 1879 tivesse incitado o início de uma polêmica literária entre ele e Romero. Isso fica claro, por exemplo, em Roberto Ventura:

⁴⁶ Nas palavras de Magalhães Junior: [José Leão era] “um rio-grandense do norte autor de um livro de versos *Gritos da Carne* que, a julgar pelos artigos, parecia ser um produto da Escola do Recife, tantas são as suas alusões ao movimento cultural pernambucano e a seus valores, alguns dos quais, como Martins Junior, são mencionados por Machado de Assis.” (MAGALHÃES JUNIOR, R. Op.cit., p. 269)

A polêmica [entre Machado e Romero] teve, como ponto de partida, o artigo de Machado de Assis sobre a nova geração. (VENTURA, R.: 1991, 96) (...)

Em ensaio sobre ‘a nova geração’ de 1879, Machado de Assis abordou a leva de escritores, surgidos na década de 1870. Criticou o programa literário de Silvio Romero pelo didatismo da poesia de inspiração científica, e pela falta de estilo dos seus textos críticos e literários. Tais críticas trouxeram a ira de Romero, que foi à forra com a sua obra de 1897, em que procurou demolir a vida e a obra do escritor, provocando a mais famosa de suas polêmicas, o caso Machado de Assis. (Idem, 94)

Alberto Schneider distingue “A nova geração” como um dos primórdios da desavença entre os dois literatos brasileiros:

Em ‘A nova geração’, artigo de 1879, originalmente publicado na Revista Brasileira, um Machado que ainda não havia assumido o ar do Conselheiro Aires, com seu ‘tédio a controvérsia’, embora se apresentasse como homem maduro, atacou vertiginosamente os ‘moços’, talvez particularmente indisposto com o desbragado cientificismo de um deles, que, em 1869, havia publicado um livro de poesias chamado *Cantos do fim do século*. O moço era Silvio Romero, que aos vinte anos publicara seu primeiro livro e único texto propriamente literário. (SCHNEIDER, A.: 2005,100)

No *Machado de Assis- Estudo comparativo de literatura brasileira*, o título do livro já indica o objetivo de seu autor, Silvio Romero, qual seja, investigar minuciosamente a obra do romancista mais afamado de sua época⁴⁷, examinado agora sob o critério nacionalista⁴⁸ e comparado a um gênio injustiçado, Tobias Barreto. Se Machado dedicara boas linhas de sua análise a Romero e seus *Cantos de Fim de Século*, este, definitivamente, não era o nexos central do artigo de 1879 – como veremos ao longo do presente capítulo. Em outras palavras, a ênfase dada por Romero, em 1897, acabou elevando a primeiro plano o que era secundário

⁴⁷ Para Romero, a fama literária de Machado teria causado prejuízos a sua obra, por produzir um olhar complacente em relação aos seus diversos equívocos literários. Desse modo, ele dispõe seu livro à tarefa de confrontar a obra machadiana, pondo em xeque uma unanimidade apática. Nas palavras de Romero: “Daí uma lacuna em sua carreira e uma falha em sua obra: não teve o momento de luta, o aprendizado do combate, nunca se viu contestado, nunca teve que terçar em armas; falta-lhe esse elemento dramático em sua vida, essa diferenciação do sofrimento em seu caráter. Daí a placidez, a quietude, quase pudera acrescentar, a estagnação de toda a sua obra, já hoje bastante avultada. (...) Tem recebido muitos elogios, quantos deles perfeitamente banais; mas não tem sido análises; tem sido encomiado, mas não tem sido estudado. E de tanto é que um homem de seu merecimento há mister. Quem já o estudou a luz de seu meio social, da influência de sua educação, de sua psicologia, de sua hereditariedade fisiológica e étnica, mostrando a formação, a orientação normal de seu talento?”. (ROMERO, Silvio. Op.cit., 55-6)

⁴⁸ Segue um trecho em que Romero explica o que entende por critério nacionalista: “O nusus central e ativo de Machado de Assis é de brasileiro, e como tal se revela no caráter essencial de sua obra de mestiço e até em várias roupagens exteriores quando ele assesta sua observação mais diretamente para as coisas pátrias.” Idem, 316. (...) “Ele não fica maior, mais imortalizado com essas metafísicas da crítica; é um produto normal, genuíno de seu tempo, de seu meio; e a história da inteligência brasileira desde o século XVII até hoje tem contado espíritos mais poderosos, que nem por isto ficaram inexplicáveis.” (Idem, 318)

para Machado em 1879, ou seja, a presença de Romero no texto “A nova geração”. O desdobramento é compreender esse artigo como mote de uma polêmica literária que, aliás, nunca encontrou respostas do lado machadiano. Privilegia-se, assim, a perspectiva romeriana, de uma réplica que não conheceu ataque primeiro; tomando para si um conjunto de críticas que não lhe era especialmente direcionado, Romero torna individual um confronto que, na verdade, era mais amplo.

O que estava em jogo centralmente para Machado, em 1879, era o questionamento da posição da Geração de 1870 ante a *apreensão do novo*, reivindicado enquanto tal, pelos letrados brasileiros. Tendo em vista que, para Machado, *o movimento do novo no Brasil é necessariamente apreendido, e não criado*, o tema central incitado pelo exame machadiano é o da recepção de ideias vindas de fora, notadamente, do novo paradigma científico europeu, solicitado pela nova geração brasileira como principal quadro de referências associado ao estatuto moderno. Posso afirmar até que, em Machado, a discussão avança para um caminho ainda mais amplo, importando-lhe compreender sobre a maneira através da qual uma nova geração pode (e deve) apropriar-se do passado que rompe e de um repertório de ideias que lhes é exterior.

O artigo disponibilizado por Machado de Assis ao público leitor da *Revista Brasileira*, desde 1º de dezembro de 1879, dialoga diretamente com a sua “Notícia atual da literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade”, publicada seis anos antes, e com o conjunto de sua produção crítica anterior, cujo primeiro pilar se encontra n’ “O presente, o passado e o futuro da literatura brasileira”, de 1858. No extrato abaixo esse ponto começa a ser elucidado.

Do que fica dito resulta que há uma inclinação nova nos espíritos, um sentimento diverso no dos primeiros e segundos românticos, mas não há ainda uma feição assaz característica e definitiva do movimento poético. Esta conclusão não chega a ser agravo à nossa mocidade; *eu sei que ela não pode por si mesma criar o movimento e caracteriza-lo, mas sim receberá o impulso estranho, como aconteceu às gerações precedentes*. A de 1840, por exemplo, só uma coisa não recebeu diretamente do movimento europeu de 1830: foi a tentativa de poesia americana ou indiática, tentativa excelente, se tinha de dar alguns produtos literários apenas, mas precária, e sem nenhum fundamento, se havia de converter em escola, o que foi demonstrado pelos fatos. *A atual geração, quaisquer que sejam os seus talentos, não pode esquivar-se às condições do meio*; afirmar-se-ia pela inspiração pessoal, pela caracterização do produto, *mas o influxo externo é que determina a direção do movimento: não há por ora no nosso ambiente a*

força necessária à invenção de doutrinas novas. [Grifo meu] (ASSIS, M.: 1962, 813, v. III)

Vemos Machado avançar aqui no debate sobre a incompletude da segunda independência brasileira – tema presente já em 1858, conforme vimos no primeiro capítulo. A autonomia do pensamento brasileiro apresenta-se, sobretudo, como obra incompleta. Comparando sucessivas gerações literárias das décadas de 1830, 40 e 70, Machado traz um novo elemento ao texto de 1879, complementando o que ele desenhara sobre a distinção intelectual brasileira: o influxo externo de ideias. Em 58, ele já alertava para a “emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina” (Idem, 787); em 73, usava a expressão “instinto de nacionalidade” para qualificar o motor do debate intelectual brasileiro vigente, relacionando-o ao contínuo desejo de emancipação; agora, em 79, ele salienta a força do *influxo externo*, na sentença que, aqui, merece destaque especial:

O influxo externo é que determina a direção do movimento: não há por ora no nosso ambiente a força necessária a invenção de doutrinas novas.

Decerto que o “instinto” não contrapõe o “influxo”, mas complementa-o: é a face brasileira de um movimento que lhe é externo e que se traduz, é adaptado, se refaz em terras brasileiras⁴⁹. Esse *impulso estranho* deu a direção a um movimento como o indianista, em contato direto com a poesia americana na década de 1840; ele se mantém vivo e forte, agora, nos anos 1870, consolidando-se como uma presença, da qual a atual geração não pode se esquivar.

⁴⁹ Cabe ressaltar, o argumento de Bernardo Ricupero, sobre a relação entre Romantismo Brasileiro e ideia de civilização: “O romantismo aqui não compartilha dos objetivos que tem na Europa. É um romantismo de meios, que proclama, como o europeu, a especificidade de suas sociedades nacionais, mas que pretende ao fim do caminho, encontrar a civilização europeia.” RICUPERO, Bernardo. Op. Cit. XXVIII. A abertura ao *influxo externo* das ideias é destacada por Márcia Naxara como uma permanência do pensamento social brasileiro oitocentista: “Foram olhares instrumentados e informados os que se voltaram para o Brasil no decorrer do século XIX, registrando para o futuro fatos, cenas, acontecimentos e paisagens, no objetivo de guardar na memória, tentar compreender e desvendar um mundo em grande parte desconhecido e contribuir para a formação de uma história. Permeados pelas teorias evolucionistas, tal como se desenvolveram no século XIX, e pelas alterações na concepção de progresso a elas vinculadas, na medida em que a alteração do registro da natureza humana ganhava contornos diferenciados da adoção da biologia como modelo de análise que perpassou o conhecimento, com modificações, ao longo do século XIX. A sua expansão e os aportes científicos daí decorrentes, que proporcionaram o aumento do conhecimento, foram simultâneos à percepção do quão grande é o desconhecimento do mundo natural, do mundo dos homens e da relação destes com o meio em que vivem.” NAXARA, Márcia Regina. *Cientificismo e sensibilidade romântica. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da UNB, 2004, 79. Ver também: VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: historia cultural e polemicas literárias no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras 1991.

Não é possível determinar a extensão nem a pertinência do atual movimento poético. *Circunstâncias externas podem acelera-lo ou defini-lo; ele pode também acabar ou transformar-se.* Creio, ainda assim, que alguns *poetas sairão deste movimento e continuarão pelo tempo adiante a obra dos primeiros dias.* Grande parte deles hão de absorver-se em outras aplicações mais concretas. [Grifo meu] (Idem, 836)

Não se sabe ao certo no que dará a circulação daquele *bando de ideias novas.* Se a direção do movimento vem de fora, é de lá que se determina a sua aceleração, transformação ou esgotamento. Sem saber o que pode acontecer, a única convicção de Machado é que haverá frutos deixados por essa geração à geração que lhe suceder. Trata-se da convicção na continuidade, já expressa no “Instinto de Nacionalidade” por meio da metáfora do pecúlio, a ser retomada aqui. É incerto definir até quando aquelas ideias se sustentarão, mas, de alguma maneira, elas já reúnem condições para enriquecer o pecúlio comum do pensamento brasileiro.

Na perspectiva machadiana, a contínua presença do *impulso estranho* confere peculiaridade ao meio brasileiro, mas Machado não define, a partir desta presença, uma condição brasileira atrasada ao que é externo. Em Machado, a não criação não é necessariamente negativa, ao contrário, veremos em sua obra crítica a defesa do funcionamento do princípio imitativo, desde que bem executado. O fato de a direção das ideias vir de uma matriz externa não torna o pensamento além, aquém ou atrasado. Machado conta, nesse sentido, com a capacidade da cultura brasileira de apropriar-se desse *impulso estranho* e transformá-lo em contato com o meio brasileiro. O que está em jogo é um modo de compreender como a literatura, bem como a cultura brasileira em geral lidava com esse influxo externo de ideias, ou seja, como a cultura brasileira se apropria do repertório literário e intelectual que lhe é acessível no presente e no passado – disponível enquanto pecúlio comum, para usar os termos do “Instinto de Nacionalidade”.

Nesse sentido, parece-me adequado tecer aqui, novamente,⁵⁰ um breve comentário ao princípio das “ideias do fora do lugar” como um movimento que singulariza o pensamento social brasileiro, conforme desenvolvido por Roberto Schwarz. O mote do crítico literário paulista é o mesmo que Machado propôs cerca de um século antes: este ressalta a presença de um “impulso estranho” ou

⁵⁰ Conforme desenvolvido aqui na Introdução.

“influxo externo” no ambiente intelectual brasileiro, aquele usa o termo “fora de centro em relação ao seu uso europeu”.

Partimos da observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil as ideias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu. E apresentamos uma explicação histórica para esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pela Capital. Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia-a-dia, fomos levados a refletir sobre o processo de colonização em seu conjunto, que é internacional. (SCHWARZ, R.: 2000, 30)

Machado ressaltava, em 1879, que não havia no ambiente intelectual brasileiro oitocentista “a força necessária para a invenção de doutrinas novas”: a cultura brasileira era essencialmente *receptiva*. Não se encontra nele uma reflexão sobre o papel da colonização portuguesa nesse sentido, conforme empreendida por Schwarz: mas se lembrarmos da importância do tema colonial no “Instinto de Nacionalidade” e n’ “O passado, o presente e o futuro da literatura brasileira”, fica evidente a relevância desse assunto no conjunto das reflexões machadianas. A aproximação entre os dois, no entanto, para por aí. A distância começa quando Schwarz, atendendo ao contexto de escrita de seu texto, na década de 1970⁵¹, menciona como explicação histórica central para o *deslocamento* brasileiro “a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa”. Em Machado, o ponto da vinculação intelectual existe – o termo “dependência” talvez seja mais adequado ao vocabulário de Silvio Romero – mas, nesse caso, esta não é gerada por questões econômicas. Não há nada que garanta a Machado que a independência econômica possa trazer consigo seu par intelectual, conforme o raciocínio de Schwarz. A vocação receptiva da cultura brasileira em Machado não encontra par econômico, político ou social; somente a própria condição brasileira pós-colonial parece dar conta dessa situação. Aqui eu abro um parêntese para pensar na experiência brasileira atual, saindo das décadas de 1870 e 1970: ostenta-

⁵¹ Roberto Schwarz se diz devedor dos debates ocorridos no Departamento de Sociologia da USP na década de 1970, especialmente de um grupo de professores que se reunia para estudar O Capital, de Karl Marx, visando interpretar a história brasileira – incluía-se nesse grupo, dentre outros, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Nas palavras do sociólogo: “O grupo chegara à audaciosa conclusão de que as marcas clássicas do atraso brasileiro não deviam ser consideradas como arcaísmo residual, e sim como parte integrante da reprodução da sociedade moderna, ou seja, como indicativo de uma forma perversa de progresso.” SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1990, p. 12-3. Ver também: SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

se para o Brasil o posto de sexta economia do mundo dentro do quadro econômico capitalista vigente, em 2012. Se quisermos operar com o quadro conceitual de Schwarz, é possível perguntar: de acordo com este modelo de desenvolvimento estabelecido, ainda somos uma economia capitalista dependente, que nos deixe em desvantagem em relação a outros países? Gastaria muitas linhas quem quisesse dizer que sim, ainda mais se considerarmos a dependência do capital privado, condição que iguala todas as economias capitalistas atuais. Indaguemos, agora, seu par intelectual, ainda em termos schwarzianos: nossa cultura e pensamento atuais são menos receptivos, ou “dependentes”, em relação ao centro europeu? Fecho parêntese.

O argumento de Schwarz – por sinal um arguto analista da obra ficcional machadiana, em especial no livro *Machado de Assis: mestre da periferia do capitalismo*, importantíssima referência para a leitura de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* – aparta-se ainda mais do de Machado quando a noção de *ideia fora do centro* explica não a singularidade, mas um *uso impróprio das ideias* no caso brasileiro.

Em consequência, um latifúndio pouco modificado viu passarem as maneiras barroca, neoclássica romântica, naturalista, modernista e outras, que na Europa acompanharam e refletiram transformações imensas na ordem social. *Seria de supor que aqui perdessem justeza, o que em parte se sucedeu. No entanto, vimos que é inevitável esse desajuste, ao qual estávamos condenados pela máquina do colonialismo, e ao qual, para que já fique indicado o seu alcance mais do que nacional, estava condenada a mesma máquina quando nos produzia. Para as artes, no caso, a solução parece mais fácil, pois sempre houve modo de adorar, citar, macaquear, saquear, adaptar ou devorar estas maneiras e modas todas, de modo que refletissem, na sua falha, a espécie de torcicolo cultural em nos reconhecemos. Mas, voltemos atrás. Em resumo, as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis.* (Idem, 25)

No trecho abaixo, já citado aqui na introdução, o ponto fica ainda mais claro.

Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, *sempre em sentido impróprio. É nesta qualidade que elas serão matéria e problema para a literatura.* (Idem, 29)

Não se pode negar a sofisticação do argumento. Schwarz reconhece a condição de inevitável desajuste entre ideia e experiência, considerando este um terreno fértil para problematização das ideias literárias no Brasil. Leopoldo Waizbort (2007) tem razão quando atribui a Schwarz o uso do princípio trotskista acerca da “lei do

desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo”⁵², pondo em evidência o contraste entre o desenvolvimento do capitalismo moderno e suas peculiaridades no contexto brasileiro, este ainda associado ao modelo de desenvolvimento capitalista antigo – nas palavras de Waizbort sobre Schwarz “tornamo-nos modernos, só que peculiarmente modernos, inscritos em um único movimento” (WAIZBORT, L.: , 2007, 35).

O argumento de Roberto Schwarz perde força, no entanto, quando relaciona “desajuste” a “sentido impróprio”, este relacionado ao “macaquear”, ao “refletir na sua falta” o uso justo dos termos, perdidos no caos de ideias brasileiras. Não há espaço aqui para contrapor Schwarz, lançando mão de outros casos, além do brasileiro, em que a experiência histórica do liberalismo europeu conviveu com a escravidão – Ricardo Salles (1996), por exemplo, é bastante convincente quando argumenta sobre as limitações dos princípios liberais na Europa oitocentista, considerando, inclusive, que nem todos os países europeus firmaram posição contrária à escravidão de maneira igual, em suas colônias ⁵³. A pergunta a ser colocada aqui é se o desajuste seria característica negativa reveladora do atraso brasileiro, impondo aos brasileiros a condição de *condenados, a carregar o seu passado colonial como fardo*; ou se é justamente esse desencaixe que qualifica qualquer relação entre conceito e experiência, se o

⁵² Para Leopoldo Waizbort o ponto central de Schwarz é a compreensão do atraso brasileiro como componente da atualidade do capitalismo mundial. O empenho schwarziano é em reconhecer as peculiaridades do realismo brasileiro: “Schwarz nos diz que as coisas são diferentes por aqui. Nosso realismo exige pensar desde baixo, desde a realidade social, desde as relações sociais em sua totalidade, de modo que a forma (literária) possa se constituir a partir dessa forma”. WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p. 56. Em outro trecho, propõe Waizbort “Aqui, o sistema global do capitalismo reproduz-se de modo igualmente desigual e combinado, de sorte que – para marcar a diferença com o desenvolvimento de Faoro – tornamo-nos modernos, de certo modo tão modernos quanto os outros (porque inscritos em um mesmo e único movimento), só que peculiarmente modernos. Precisamente esse aspecto é o núcleo da referência de Schwarz.” (Idem, p. 36).

⁵³ Ricardo Salles ressalta que o convívio entre ideais liberais e experiência da escravidão não é uma característica exclusivamente brasileira, tampouco a defesa do fim da escravidão compõem, necessariamente, o cerne do ideário liberal europeu. “A constatação das limitações dos princípios liberais na Europa em meados do século XIX – se comparadas com sua ampliação nos regimes democráticos que historicamente prevaleceram – suscita duas observações: 1) historicamente o liberalismo não só conviveu, como não teve o propósito de eliminar todas as desigualdades políticas e jurídicas e; 2) a aplicação concreta do ideário liberal não necessariamente deveria implicar na extensão do conceito de cidadania ao conjunto de uma formação social. A formação de um código político e jurídico baseado nas noções de indivíduo e igualdade legal entre cidadãos disse respeito primordialmente às relações no interior das classes dominantes. Secundariamente, por efeito das lutas populares e da necessidade de regulamentação de mercado de mão de obra e produtos cada vez mais amplo, este código foi estendido ao conjunto da sociedade.” (SALLES, Ricardo, Op.cit., p. 123).

conceito estiver sendo pensado em sua articulação com os modos de circulação e apropriação social. Minha interlocução principal aqui continua sendo com Elias Palti (2007) – conforme exposto na introdução dessa tese – e a sua reconfiguração do argumento schwarziano das “ideias fora do lugar”, pensado nos termos de uma história intelectual que considera “as ideias sempre parcialmente desencaixadas” (PALTI, E.: 2007, 306), mais ainda, se levada em conta a particularidade latino-americana. Ao indagar se a oposição modelo/cópia é capaz de dar conta do conjunto de assimetrias culturais próprias à experiência americana oitocentista (Idem, 287), Palti abre um importante caminho para voltarmos a Machado no artigo “A nova geração”, em sua apreciação sobre a recepção brasileira do repertório científico entre os novos da chamada Geração de 1870. Nas palavras do historiador argentino:

Lo cierto es que el tópico de la ‘imitación’ es mucho más complejo que lo que el concepto de Schwarz sugiere. Su aproximación en términos de ‘modelos’ y ‘desviaciones’ es, sin duda, una simplificación de los siempre infinitamente intrincados procesos de generación, transmisión, difusión y apropiación de ideas. (...)

La pregunta que surge aquí, concretamente, es si la oposición entre ‘modelo’ y ‘copia’ es una verdad apropiada para dar cuenta del tipo de asimetrías culturales que él se propone destacar y analizar.⁵⁴ (Idem, 286-7)

É bastante apropriado o argumento de Palti sobre a complexidade do tópico da imitação fora da lógica negativa do desajuste: no caso de Machado, o tema da imitação é, realmente, desenvolvido de maneira bastante peculiar, como começaremos a examinar a partir do próximo item.

2.1

Influxo externo, imitação e o Calcanhar de Aquiles dos novos

Lancemos luz à hipótese machadiana apresentada no artigo “A nova geração” sobre a marcante presença do *influxo externo* na literatura e no pensamento brasileiro, pondo em relevo, mais uma vez, o trecho que a sustenta.

⁵⁴ Tradução minha: “O certo é que o tópico da imitação é muito mais complexo que o que o conceito de Schwarz sugere. Sua aproximação em termos de modelos e ‘desvios’ é, sem dúvida, uma simplificação dos sempre infinitamente imbricados processos de geração, transmissão, difusão e apropriação de ideias.” (...)

“A pergunta que surge aqui, concretamente, é se a oposição entre ‘modelo’ e ‘cópia’ é uma verdade apropriada para dar conta do tipo de assimetrias culturais que ele se propõe a destacar e analisar.”

Eu sei que ela [a nova geração] não pode por si mesma criar o movimento e caracteriza-lo, mas sim receberá o impulso estranho, como aconteceu às gerações precedentes.

Para, agora, avançar em outro tema importante contido no artigo de 1879.

Reina em certa região da poesia nova *um reflexo mui direto de V. Hugo e Baudelaire*; é verdade. V.Hugo produziu já entre nós, principalmente no Norte, certo movimento de imitação, que começou em Pernambuco, a escola hugoísta, como dizem alguns, ou a escola *Condoreira*, expressão que li há algumas semanas num artigo bibliográfico do Sr. *Capistrano de Abreu, um dos nossos bons talentos modernos*. Daí vieram os versos dos Srs. Castro Alves, Tobias Barreto, Castro Rebelo Junior, Vitoriano Palhares, e outros engenhos mais ou menos vívidos. Esse movimento, porém, creio ter acabado com o poeta das *Vozes d'África*. Distinguia-o certa pompa, às vezes excessiva, certo intumescimento de ideia e de frase, um grande arrojado de metáforas, coisas todas que nunca jamais poderiam constituir virtudes de uma escola; por isso mesmo é que o movimento acabou. *Agora a imitação de V.Hugo é antes da forma conceituosa que da forma explosiva*; o jeito axiomático, a expressão antitética, a imagem, enfim, o contorno de metrificacão, *são muitas vezes reproduzidos, e não sem felicidade*. (...) *Quanto a Baudelaire, não sei se diga que a imitação é mais intencional do que feliz. O tom dos imitadores é demasiado cru*; e aliás não é outra a tradição de Baudelaire entre nós. Tradição errônea. (ASSIS, M.: 1962, 813-4, v. III)

Nota-se, aqui, que a simpatia intelectual de Capistrano em relação a Machado era recíproca. Esse é um dado importante tendo em vista o que leremos adiante nesse capítulo: em Capistrano há uma análise sobre a nova geração que em muito se aproxima da compreensão machadiana. A passagem acima, no entanto, elucida outra discussão. Repare no modo como Machado se reporta às leituras de Vitor Hugo e Baudelaire em terras brasileiras. Ele não reivindica que os hugoanos de Pernambuco, por exemplo, sejam originais em sua abordagem à obra do autor francês; tampouco que os leitores brasileiros de Baudelaire sejam capazes de ir além dele. Não é isso que está em jogo para Machado. Com relação a Hugo, o ponto central é se a imitação é “consciente e ponderada” ou “explosiva e apressada”. Há mérito em seus bons imitadores. No que tange a Baudelaire, cabe avaliar a maturidade ou não de seus imitadores – nos seus termos, se “o tom dos imitadores é demasiado cru” – ou se a imitação é bem executada ou somente uma intenção, ou seja, é possível depreender desse trecho uma questão que, ao cabo, estende-se por toda a sua produção crítico-literária: Machado não considera negativo que o *influxo do meio externo* na literatura brasileira ocorra por meio da imitação. Na verdade, o mérito ou não, estará na realização plena do molde.

Tal argumento aparece de maneira esparsa nos primeiros textos de Machado, no final da década de 1850⁵⁵, mas é depois de “O ideal do crítico”, de 1865, que o tópico da imitação se torna mais recorrente. Chamo a atenção de dois momentos representativos a esse respeito. Primeiro, na análise mais ampla que ele tece sobre “O teatro nacional”, na coluna “Semana Literária” do *Diário do Rio de Janeiro* de 13 de fevereiro de 1866.

Não é preciso dizer que a principal dessas causas [do teatro fluminense se encontrar em uma nova situação] foi a reforma romântica; desde que *a nova escola, constituída sob a direção de Vitor Hugo, pôde atravessar os mares, e penetrar no Brasil, o teatro, como era natural, cedeu ao impulso e aceitou a ideia triunfante*. Mas como? Todos sabem que a bandeira do Romanticismo cobriu muita mercadoria deteriorada; a ideia da reforma [dramática] foi levada até aos últimos limites, foi mesmo além deles, e daí nasceu essa coisa híbrida que ainda hoje se escreve, e que, por falta de mais decente designação, chama-se Ultraromanticismo. A cena brasileira, à exceção de algumas *peças excelentes, apresentou aos olhos do público uma longa série de obras monstruosas, criações informes, sem nexos, sem arte, sem gosto, nuvens negras que escureceram desde logo a aurora da revolução romântica*. (Idem, 862)

A reforma romântica do teatro brasileiro começa no lado europeu do Atlântico, para depois atravessar o mar e chegar ao Brasil. Destaco a ideia de naturalidade contida na passagem “*o teatro, como era natural, cedeu ao impulso e aceitou a ideia triunfante*”; não há menção a qualquer desacerto brasileiro ante a sua vocação em *ceder ao impulso*, pelo menos aqui, em 1866⁵⁶. O problema maior está na compreensão incorreta do teatro hugoano, desajuste formal que provocou “longa série de obras monstruosas” que “escureceram a aurora da revolução romântica”. A decisão em aderir a uma escola moderna, como a hugoana, tampouco lhe parecia suficiente – afinal, a adesão brasileira ao moderno romantismo, na década de 1860, resultara em “peças excelentes” e “obras monstruosas”. O erro, nesse caso, consiste em não atender plenamente aos pressupostos dramáticos da escola francesa.

Seguindo a mesma linha, a cópia correta do modelo do verso alexandrino será aplaudida, em 1879, no texto sobre “A nova geração”.

⁵⁵ Nos artigos de Machado sobre crítica teatral esse tópico aparece com menos intensidade, como teremos a oportunidade de ler no próximo capítulo, no item que analisa a produção crítica machadiana no teatro.

⁵⁶ A reivindicação de originalidade nacional aparece, somente, nos primeiros artigos de Machado acerca do teatro brasileiro, a serem analisados aqui no próximo capítulo. Cito como exemplo os textos reunidos na série “Ideias sobre o teatro” (1859). Sobre Machado, crítico-teatral, recomendo: ASSIS, Machado de. *Machado de Assis: do teatro. Textos escritos e artigos diversos* – João Roberto Faria (org) São Paulo: Perspectiva, 2008.

A influência francesa é ainda visível na parte métrica, na exclusão ou decadência do verso solto, e no uso frequente ou constante do alexandrino. É excelente esse metro; e para empregar um símile musical, não será tão melódico, como outros mais genuinamente nossos, mas é harmonioso como poucos. Não é novo na nossa língua, nem ainda entre nós; desde Bocage algumas tentativas houve para aclimata-lo; Castilho o trabalhou com muita perfeição. A objeção que se possa fazer à origem estrangeira do alexandrino é frouxa e sem valor; não somente as teorias literárias cansam, mas também as formas literárias precisam ser renovadas. Que fizeram nessa parte os românticos de 1830 e 1840, senão ir buscar e rejuvenescer algumas formas arcaicas? [Grifo Meu] (Idem, 814)

Para Machado, é inteiramente equivocado justificar a má qualidade do verso alexandrino por este ser estrangeiro. O critério nacionalista é nulificado, tal qual em 1873, no “Instinto de Nacionalidade”. A adequação do estrangeirismo não incide em ausência de valor literário, na mesma medida em que a nacionalidade não se converte em mérito. Repare também no comentário acima, Machado observa com certa naturalidade a aclimação e disseminação de uma matriz poética em contextos diversos ao de sua origem. Nesse caso, ele utiliza exemplos alheios ao contexto brasileiro. O metro alexandrino, de origem francesa, encontra tentativas de aclimação entre os portugueses Bocage e Castilho, não sendo, portanto, nova a tentativa de adequação do verso a nossa comum língua latina. Daí o erro dos nacionalistas em condenar a importação estrangeira do verso, pois assim o fizeram românticos e gerações anteriores a eles. Conclui-se também que a importação e aclimação das ideias e modelos literários não constituem qualidade exclusiva dos brasileiros do século XIX. Interessa mais a justa e correta adequação da forma, e menos o lugar de onde ela se origina.

A novidade radical ou o princípio da originalidade – para usar nos termos de Jauss, conforme citado no capítulo anterior – não se apresenta em Machado como condição capaz de elevar o valor literário: eis um pressuposto do “Instinto de Nacionalidade” retomado n’A nova geração”. As formas literárias podem e devem ser renovadas, mas não há problemas em fazer rejuvenescer formas tidas como arcaicas, como é o caso do verso alexandrino – ressaltado na passagem acima. Às escolas modernas cabe acrescentar e se apropriar do legado literário comum do Ocidente. Parece que, em 1879, ainda consta no horizonte machadiano a fórmula apresentada seis anos antes:

Cada tempo tem o seu estilo. Mas estudar-lhes as formas mais apuradas da linguagem, desentranhar deles mil riquezas, que, *à força das velhas se fazem novas – não me parece que se deva desprezar*. [Grifo meu] (Idem, 809)

Nesse sentido, Machado não descarta, para o seu tempo, a validade do princípio antigo da imitação de modelos estabelecidos no passado, cuja plenitude se alcança pela correta aplicação das leis poéticas, à moda dos antigos. Tal princípio foi comumente rechaçado por românticos e realistas brasileiros, impregnados que estavam pela nova forma de experimentar o tempo na modernidade, pautados na historicização da realidade e na consciência da singularidade do tempo presente. A presença do rigor clássico na matéria literária revelaria a incapacidade de expressar as novas demandas do século (ARAÚJO, V.: 2008, 89), inépcia identificada por Silvio Romero, em 1897, como a marca da obra de Machado de Assis. Em Gonçalves de Magalhães, o horror à imitação e a explosão dos modelos literários, vistos como inibidores da inspiração, aparecem claramente no prefácio a *Suspiros poéticos e Saudades*, seu livro de poesias publicado primeiramente em 1836.

Quanto à forma, isto é, a construção, por assim dizer, material das estrofes, e de cada cântico em particular, nenhuma ordem seguimos, exprimindo as ideias como elas se apresentaram, para não destruir o acento a inspiração; além de que, a igualdade dos versos, a regularidade das rimas, e a simetria das estâncias produz uma tal monotonia, e dá certa feição de concertado artifício que jamais podem agradar. (MAGALHÃES, G.: 1980, 40, v.I)

Em Machado, ao contrário, a adequação aos modelos aparece como potência que impulsiona a modernidade literária.

Isso não significa uma recusa de Machado ante ao sentimento moderno proposto pelos novos da década de 1870.

Falta unidade ao movimento, mas *sobram confiança e brilho*; e se as ideias trazem às vezes um cunho de vulgaridade uniforme, outras um aspecto de incoercível fantasia, *revela-se todavia esforço para fazer alguma coisa que não seja continuar literalmente o passado. Essa intenção é já um penhor de vitória*. [Grifo meu] (ASSIS, M.: 1962, 835, v. III)

O entusiasmo da nova geração, provocado pelo sentimento de ruptura moderna com o passado, é considerado vantajoso por Machado. A passagem acima refutaria a hipótese de Romantismo retardatário, proposta por Romero⁵⁷; além

⁵⁷ Nas palavras de Silvio Romero, em seu livro sobre Machado de Assis, de 1897: “E são destes e de outros exageros, tão comezinhos ainda hoje entre nós, que vão provocando a reação de que o

disso, reafirma uma forma de ver em duplo, considerando que, para ser justa, sua ponderação crítica deve admitir a coexistência de vícios e virtudes na nova geração que surge. Há, portanto, virtude nesse impulso para o novo, embora ele não seja satisfatório para dar forma e unidade ao movimento.

Esta qualidade positiva incorpora, igualmente, outro problema: a pressa, ou seja, a leitura apressada do novo repertório, inimiga frontal da ponderação e da recepção crítica. Eis o calcanhar de Aquiles dos novos.

De envolta com isto [esgotamento do modelo romântico], ocorreu uma circunstância grave, o desenvolvimento das ciências modernas, que *despovoaram o céu dos rapazes*, que lhe deram diferente noção das coisas, e o sentimento que de nenhuma maneira podia ser o da geração que os precedeu. Os naturalistas, refazendo a história das coisas, vinham chamar para o mundo externo todas as atenções de uma juventude, que já não podia entender as imprecisões do varão de Hus; ao contrário, parece que um dos caracteres da nova geração intelectual terá de ser um otimismo, não só tranquilo mas triunfante. (Idem, 810)

Para Machado, o movimento moderno só se torna pleno no meio brasileiro se admite, necessariamente, uma recepção não precipitada, se souber adequar a novidade ao sabor da reflexão ponderada, isto é, se as novas ideias vindas de fora não se deixarem dirimir pela pressa. Machado alerta para o perigo do deslumbramento apático, do otimismo bobó que retira a possibilidade de reação intelectual diante desse cientificismo moderno: eis o risco principal que corre a nova geração brasileira da década de 1870, ao absorver o novo repertório científico moderno. A recepção apressada do “influxo externo” invalida a capacidade crítica e, por conseguinte, anula a condição brasileira, notadamente receptiva, de realizar uma readequação das ideias. O desenvolvimento de um novo repertório científico moderno⁵⁸ – associado a categorias como “darwinismo”, “positivismo”, “spenciarismo”, “liberalismo” – criou, na nova geração brasileira, a

presente livro é apenas um caso. *Filho retardatário do romantismo, Machado de Assis não é, nem podia ser, um dos novos apóstolos do sistema no Brasil; era fatal que fosse apenas um prolongamento dele em sua decadência.* Espectador do nascer e do envolver das novas tendências também não foi o provocador delas.” (ROMERO, Silvio. Op. cit., p. 33)

⁵⁸ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império.* Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007; ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império.* São Paulo, Paz e Terra, 2002; VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polémicas literárias no Brasil 1870-1914.* São Paulo: Companhia das Letras 1991; A esse respeito, ver BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade.* São Paulo: Convívio/ Edusp, 1986; NAXARA, Márcia Regina. *Cientificismo e sensibilidade romântica. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX.* Brasília: Editora da UNB, 2004.

necessidade de estabelecer uma ruptura ante o passado, isto é, já não seria possível pautar as questões nacionais que lhes eram caras a partir das referências românticas. Houve a necessidade de ordenar as coisas sob outros prismas e Machado não vê problemas nisso, realçando a possibilidade de renovação contínua do pensamento humano, submetida à dinâmica do tempo. O que Machado põe em xeque é uma recepção passiva desse repertório e a transformação da cultura brasileira em laboratório dessas teorias. O problema estaria numa posição confortável dos letrados ante a adesão ao novo, geradora de um otimismo apático.

Erige-se, assim, o segundo movimento central da compreensão de Machado acerca da modernidade brasileira da década de 1870. O que está em jogo não é a imposição do influxo externo ao movimento, conforme vimos, essa seria uma condição do pensamento brasileiro. A presença do *impulso externo* não cria uma qualidade atrasada para o pensamento brasileiro, tampouco para a nova geração de 70; tal presença desloca para o centro do debate a dimensão receptiva. Em outros termos, trata-se de pensar sobre o modo como o novo repertório circula na ambiência brasileira, marcada ainda pelo tópico da independência intelectual incompleta. Com o artigo “A nova geração”, Machado problematiza a discussão sobre a inserção do Brasil no movimento de ideias do Ocidente Europeu, algo que Magalhães e Romero também fizeram com cuidado. Neles, a questão adquire um importante componente: o conceito de civilização, inteiramente relacionado à leitura historicizada da literatura, conforme mobilizada no contexto letrado brasileiro – a que me já referia no capítulo anterior.

A interlocução de Machado de Assis com seus contemporâneos implica, ao mesmo tempo, uma recusa, a que já tivemos oportunidade de começar a examinar nas primeiras linhas. Machado distancia-se do suposto da originalidade como sinal de superioridade e de uma recepção fácil da atmosfera moderna, como movimento inevitável ao qual não se poderia fugir – a que ele denomina *pressa juvenil*. Essa característica apressada encaminhará um segundo problema a ser enfrentado pelos novos: como lidar com a herança do passado romântico brasileiro, mobilizando e enriquecendo o, ainda escasso, pecúlio brasileiro – aqui ele avança em seu argumento do “Instinto de Nacionalidade”, de 1873. Nesse ponto, terá a nobre companhia de João Capistrano de Abreu, o mesmo que aplaudiu a coragem do autor que assinou o artigo “A nova geração”, em 1879.

Entusiasmado com o bando de ideias novas, veremos Capistrano pôr em xeque o modo pelo qual a nova geração tomava de empréstimo o novo repertório, mantendo em aberto a síndrome de inferioridade brasileira ante os europeus. De um modo e de outro, Machado de Assis colocará uma interrogação em um pressuposto caro, não só à apropriação brasileira, mas à própria matriz europeia que lhe precede: a ideia de progresso.

2.2

Filiação brasileira à civilização

O livro de Ferdinand Wolf, *Le Brésil Littéraire* (1863), tem sido, e continua a ser, com razão, *o oráculo de todos na matéria*; porque é único em seu gênero. O escritor austríaco foi o primeiro a fazer um *quadro mais ou menos inteiro de nossa literatura, quadro pálido e incorreto, é certo, mas que se impõe, por estar no singular*. E já lá vão bastantes anos que o livro foi publicado, e até bem pouco era o compêndio oficial de nossos cursos! [Grifo meu] (ROMERO, S.: 1902, 3)

Quem faz a análise acima acerca do livro de Ferdinand Wolf é Silvio Romero, no capítulo sobre os “Fatores da literatura brasileira”, inserido em sua *História da Literatura Brasileira*. A obra de Wolf atende parcialmente ao que Silvio Romero solicita de um livro de história literária, levando em conta que, na perspectiva romeriana, eram incompletas todas as obras anteriores a sua, que trataram a matéria literária e sua história. O desenvolvimento pleno só seria atendido à luz dos novos métodos da crítica moderna – como vimos no primeiro capítulo – e tal método não encontrava par no passado, este povoado por um imenso vazio. Romero menciona como equívoco de Wolf a periodização por ele utilizada⁵⁹, por não estar devidamente justificada dentro do novo critério de desenvolvimento das ideias.

O defeito desta enumeração de fases é ser demasiado fragmentada e não atender ao critério do desenvolvimento das ideias em sua determinação. Por que fazer dos primeiros cinquenta anos do século XVIII um período literário do Brasil? Que houve então de especial na evolução espiritual dos brasileiros? Não se

⁵⁹ Wolf diz lançar mão da periodização utilizada por Joaquim Norberto de Sousa e Silva, nos artigos que publicou na Revista Popular entre 1859 e 1862. Os pontos a que Romero mais se confronta nessa periodização são os quarto e quinto períodos, relativos ao século XIX pós independência política. Nas palavras de Wolf: “Do começo do século XIX e sobretudo da proclamação da independência do Brasil (1822) até a emancipação tanto política quanto literária da mãe pátria e do domínio exclusivo do pseudoclassicismo pela influencia dos românticos (1840). A literatura brasileira assume um caráter nacional cada vez mais pronunciado em meio a tempestades políticas e mercê da influencia direta das literaturas francesa e inglesa principalmente” (...)“De 1840 até hoje. (...) A literatura nacional propriamente dita desenvolve-se cada vez mais com o ascendente da escola romântica e dos elementos brasileiros.” WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955, p. 8.

percebe facilmente. Que motivos aconselham a marcar uma fase com os primeiros quarenta anos do século XIX? Menos justificável ainda é este período. (Idem, 7)

Mesmo reunindo, em 1862⁶⁰, um desenho “pálido e incorreto”, o livro de Wolf contava com o mérito, à leitura romeriana, de delinear “um quadro mais ou menos inteiro de nossa literatura”. A totalidade que Romero enaltecia passava, necessariamente, pelo modo como Wolf compreendia a inserção do Brasil no processo histórico da civilização. O movimento empreendido por Romero era, ao fim e ao cabo, complementar ao feito por Wolf: enquanto Romero oferecia ao público brasileiro uma análise que dava conta da apropriação do repertório moderno científico, civilizado e europeu, Wolf objetivava apresentar ao leitor europeu os avanços empreendidos pela literatura brasileira ao longo dos anos que se sucederam à independência política. Para o escritor austríaco, a literatura brasileira seria capaz de apresentar ao mundo civilizado europeu o estágio de desenvolvimento letrado do Brasil. Em outras palavras, para ser um *quadro mais ou menos inteiro de nossa literatura* ao exame romeriano, a condição era que a história literária de Wolf refletisse sobre a singularidade brasileira dentro do processo histórico maior de desenvolvimento da civilização.

A primeira circulação do *Brasil Literário* é sinal dessa expectativa, indicada no prefácio: “Meu livro tem em todo o caso o mérito relativo de ser o primeiro e único que até agora apareceu na Europa sobre o assunto” (WOLF, F. 1955, 5). Publicado primeiramente em Berlim, escrito originalmente em alemão, para depois ser traduzido para o francês, o livro tinha como primeiro alvo atrair a leitura da Europa civilizada para a cultura brasileira. Seu alcance, no entanto, tornou-se mais amplo, figurando entre os compêndios adotados na escola brasileira do século XIX⁶¹ (ACÍZELO, R.: 2007, 32). Wolf pretendia demonstrar, através da sua história literária, que a literatura brasileira não era mais um mero

⁶⁰ Romero refere-se ao texto de Wolf como tendo ido a público em 1863; a edição utilizada aqui se apresenta como 1862.

⁶¹ Sobre o papel da instrução pública, com vistas à formação do povo brasileiro no Império – tal qual o uso conferido à publicação de Ferdinand Wolf – afirma Ilmar R. de Mattos: “Assim, a instrução cumpria – ou deveria cumprir – um papel fundamental, que permitia – ou deveria permitir – que o Império se colocasse ao lado das ‘Nações civilizadas’. Instruir ‘todas as classes’ era, pois, o ato de difusão das Luzes que permitiam romper as trevas que caracterizavam o passado colonial; a possibilidade de estabelecer o primado da Razão, superando a barbárie dos ‘Sertões’ e a ‘desordem’ das Ruas; o meio de levar a efeito o espírito de Associação, ultrapassando as tendências localistas representadas pela Casa; além da oportunidade de usufruir os benefícios do Progresso, e assim romper com as concepções mágicas a respeito do mundo e da natureza.” MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994, P. 245-6.

apêndice da portuguesa, cabendo-lhe agora um lugar na história das literaturas universais – palavras de Wolf: “A literatura brasileira fez tais progressos, sobretudo de trinta anos a esta parte, que não se lhe pode recusar por mais tempo o lugar que lhe compete na história das literaturas universais” (WOLF, F.: 1955, 3). Segundo ele, a natureza brasileira e sua exuberância já tinham sido tomadas como objetos de investigação por viajantes europeus de todos os tipos; faltava, agora, um olhar direcionado à cultura.

O império do Brasil viu nestes últimos anos sua influência aumentar, a ponto de atrair a atenção de toda a história civilizada. Naturalistas, etnógrafos, historiadores, homens de estado, tomaram-no por objeto de seus estudos, de que resultou um número considerável de obras importantes. Apenas por um aspecto o Brasil continuou até agora uma terra desconhecida dos Europeus: sua literatura indígena e nacional conservou-se na obscuridade. Mal aparece entrevista em algumas obras sobre a literatura portuguesa, vindo inclusa como exíguo apêndice. (Idem, 3)

A publicação de Wolf contou com financiamento do Imperador D. Pedro II⁶² e subsídios intelectuais de letrados do período romântico, diretamente citados no texto, como Ferdinand Denis, Joaquim Norberto, Araújo de Porto-Alegre e, principalmente, Gonçalves de Magalhães⁶³ – este último prefaciou a edição brasileira publicada em 1865, a ser examinada, aqui, no próximo capítulo. Nas palavras de Roberto Ventura:

Wolf incorporou ideias do ‘Discurso sobre a história da literatura do Brasil’ de Magalhães, ministro do Brasil na Áustria, como a influencia do meio sobre a literatura, e destacou a ação da natureza para a criação da autonomia literária brasileira, considerada não apenas como elemento temático, mas como determinante das formas de expressão. Retomou também os trabalhos de Denis e Norberto de Sousa e Silva sobre a importância dos fatores raciais. (VENTURA, R.: 1991, 31)

Nos dizeres de Ventura, o livro enaltecido por Silvio Romero por dar conta de uma inteireza incomum aos congêneres de seu tempo, contava diretamente com o acúmulo conceitual empreendido pelos românticos da *Revista Niterói* e seus sucessores – destacava também a centralidade da Revista do Instituto Histórico

⁶² A respeito da participação de D. Pedro II na publicação, escreveu Wolf. “Ao Imperador deve-se a maior parte deste desenvolvimento. (...) Pedro II não faz das ciências e das artes pedestal para a sua ambição, ama-as por si mesmas e conhece a fundo a fundo numerosos ramos.” (WOLF, F. Op. Cit. p. 204)

⁶³ Sobre a importância de Gonçalves de Magalhães para o desenvolvimento do assunto do livro, escreveu Wolf: “E como sempre acontece nas épocas em que o coração de um país está prestes a transbordar, este homem apareceu também no Brasil e foi Domingos José Gonçalves de Magalhães, chefe da escola verdadeiramente nacional.” (WOLF, F. Op. cit. p. 209).

Geográfico Brasileiro para a sua pesquisa. Decerto que a ênfase dada por Wolf aos determinantes sociais da literatura brasileira agradava à leitura de Romero, que irá se concentrar intensamente neles em sua *História*. Encontraremos também em textos das décadas de 1840-50 muito do destaque dado por Wolf e Romero à ação do meio e da natureza como reveladores da singularidade brasileira⁶⁴ – é sintomático, nesse sentido, o texto do naturalista bávaro Friedrich von Martius, “Como se deve escrever a História do Brasil”, premiado pelo concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1847⁶⁵. A exploração do fator racial, no entanto, conforme matizada por Wolf, deve ter chamado à atenção de Romero de modo especial. Repare que, em 1862, Wolf já mobiliza termos caríssimos ao vocabulário romeriano, como a importância do caráter híbrido do povo brasileiro na formação literária nacional.

Foi só indiretamente que os habitantes primitivos do país mercê de sua união com os colonizadores e das raças híbridas (mamelucos e mestiços) que daí se derivaram é que se exerceram, sobre o desenvolvimento do caráter brasileiro e por conseguinte sobre a literatura deste povo, uma influencia, que vinha ainda aumentar a natureza rica e grandiosa do país. É assim que ao fim de dois séculos, o caráter nacional dos brasileiros e, portanto, o de sua literatura diferia essencialmente do dos portugueses. (WOLF, F.: 1955, 7)

Abaixo, o desenvolvimento do fator racial como motor da singularidade brasileira.

Esta raça, numa palavra, desenvolve-se sempre, cada vez mais, diferente de seus antepassados portugueses, sua organização física é modificada pelo clima e pela mestiçagem freqüente, sua maneira de ver padece uma metamorfose completa, aparecem interesses particulares, opiniões políticas próprias e encontramos-nos enfim diante de um povo de individualidade acusada. Vimos as particularidades procurando revelar-se na literatura, malgrado sua dependência das letras portuguesas (...) (Idem, 202)

⁶⁴ Márcia Naxara destaca o lugar ocupado pela natureza na definição da singularidade brasileira entre os primeiros românticos. “Literatura nacional, história nacional, historiografia que conta a nacionalidade, compreensíveis e inteligíveis em sua vinculação com o corpo político do Estado-nação em formação – uma busca das diferenças que pudessem conformar uma identidade própria e, no caso do Brasil, aproxima-lo do mundo civilizado e afastá-lo da barbárie: um cenário natural maravilhoso, pleno de potenciais, que precisava, no entanto, ser conhecido, domado e submetido ao controle dos homens.” NAXARA, Márcia Regina. *Cientificismo e sensibilidade romântica. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da UNB, 2004, p. 80.

⁶⁵ Sobre a escrita da história de Von Martius, associada aos modelos científicos disponíveis e mobilizados pelo autor C.f. GUIMARÃES, Manoel L. S.: ‘História e natureza em von Martius: esquadrihando o Brasil para construir a nação’. *História, Ciências, Saúde* — Manguinhos, vol. VII(2), 389-410, jul.-out. 2000.

Decerto que categorias como “raças híbridas”, “mestiçagem”, “metamorfose gerada pela ação do clima” conhecerão novos contornos em Romero. No entanto, ainda que se empenhe na instituição de um corte radical com o passado anterior a da sua geração, Romero não consegue se desfazer da rede interpretativa romântica: esse ponto se explicita na leitura do *Brasil Literário*, de um Ferdinand Wolf explicitamente leitor e devedor dos românticos, lido e reverenciado por Silvio Romero por atingir questões cruciais desenvolvidas na sua *História da Literatura Brasileira*. Nesse sentido, o argumento de Rodrigo Turin sobre Silvio Romero é bastante válido:

O seu esforço em desvencilhar-se e distinguir-se de um modo específico da produção letrada, aquilo que ele designa como romantismo, revela, contudo, uma enorme dificuldade em realizá-lo. *A ênfase na forma (entendendo-a estritamente como modo de abordagem, vinculado às teorias de que fazia uso), inclusive, talvez possa ser melhor compreendida se se tiver em conta essa dificuldade em desfazer-se de uma rede interpretativa legada pela tradição imperial.* O investimento em uma linguagem diferenciada, assim como em novas expressões científicas, não deixa de ser um meio de construir (ou pelo menos de realçar) uma diferença pela qual seriam suprimidas ou escamoteadas as linhas de continuidade em relação à tradição romântica [Grifo meu] (TURIN, R.: 2005, 70)

O texto de Ferdinand Wolf expõe a existência dessa rede interpretativa a que Turin se refere, da qual Romero tenta, sem sucesso, se desvencilhar. A saída encontrada por ele para realçar sua diferença em relação a Wolf está na ênfase que concede ao novo método crítico moderno – no que Turin chamou de “ênfase na forma” – incluindo assim, decisivamente, o papel da recepção do novo repertório europeu por parte da nova geração. Por esse movimento, vemos funcionar plenamente a fórmula machadiana contida em “A nova geração”: “o influxo externo é que determina a direção do movimento”, é ele que, ao critério de Romero, trará a diferença positiva para o seu texto de 1888, capaz de sair de uma concepção demasiado fragmentada – que caracterizaria a história de Wolf como incompleta - para um *novo critério de desenvolvimento das ideias*, do qual só o seu tempo foi capaz de atingir, *tendo em conta as novidades intelectuais do novo repertório que lhe era disponível.*

O que está em jogo para Ferdinand Wolf e Silvio Romero é um modo de inserir a literatura e o pensamento brasileiros no movimento maior de ideias do Ocidente, que implica, pela condição brasileira, um *movimento de atualização*. Trata-se da compreensão do processo histórico de desenvolvimento dos povos

pelo prisma da civilização⁶⁶, que inclui uma condição filial ao pensamento brasileiro. Não há uma mera interação entre a matriz conceitual europeia e a cultura brasileira, que toma emprestada referências externas para depois ressignificá-las, tendo em vista o novo contexto de experiência brasileiro. Em Romero, como veremos, essa questão da reapropriação é ponto forte, mas o problema da *entrada do influxo externo* não se esgota nele. Impõe-se uma escala de valores que, em consonância com a necessidade de atualização temporal, ou seja, em função do movimento de superioridade do presente ante o passado, que pressupõe a ideia de progresso, atribui uma condição de atraso/progresso entre os povos que se conectam por meio da história geral da civilização. Nesse sentido, à literatura caberia realizar essa atualização, não só inserindo o pensamento brasileiro na história do Ocidente civilizado, mas também acompanhando a sua trajetória ascendente. É um conceito que admite um poder mobilizador, universalizante – e até mesmo sagrado, como uma religião – buscando abarcar em um mesmo processo histórico os civilizados ou não. Minha interlocução principal, nesse sentido, é com Jean Starobinski.

O que convém sublinhar muito particularmente é que, graças aos seus valores associados, graças à sua aliança com a ideia de perfectibilidade e de progresso, a palavra *civilização* não designará apenas um processo complexo de refinamento dos costumes, de organização social, de equipamento técnico, de aumento dos conhecimentos, mas se carregará de uma aura sagrada, que a tornará apta, ora a reforçar os valores religiosos tradicionais, ora, em uma perspectiva inversa, a suplantá-los. A observação que se impõe (e que a história da palavra civilização nos ajuda a formular) é que, tão logo uma noção adquire uma autoridade sagrada, e, em consequência, exerce um poder mobilizador, não tarda a suscitar o conflito entre grupos políticos ou escolas de pensamento rivais, que se pretendem seus representantes e defensores, reivindicando, a esse título, o monopólio de sua propagação. (STAROBINSKI, J.: 2001, 32)

Para o avanço do argumento, convém tecer algumas breves considerações sobre a história do conceito de civilização⁶⁷, prossequindo na reflexão de Jean

⁶⁶ Tal compreensão de civilização estende-se ao contexto letrado latino-americano, como afirma Bernardo Ricupero: “No vocabulário romântico latino-americano, a palavra ‘civilização’ tem peso especial, o que provavelmente se explica pelo momento histórico que vive então no continente. Depois da independência política, procura-se tornar a América Latina ‘civilizada’, entendendo-se ‘civilização’ como uma nova forma de relacionar-se com o mundo, principalmente o centro capitalista. Ou seja, na nova situação, a relação com o exterior, que se intensifica, passa a ter que ser internalizada.” (RICUPERO, B. Op. Cit., XXV).

⁶⁷ Um estudo sobre os diferentes sentidos históricos atribuídos ao conceito de civilização se encontra em AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2003 [Tese de Doutorado].

Starobinski. O historiador suíço nos ensina que, até o fim do século XVIII, há a predominância do sentido jurídico do termo, compreendido como um ato de justiça que torna civil um processo criminal; há também uma associação entre civilização e polidez, em que os costumes civilizados se relacionam aos hábitos da sociedade de corte do Antigo Regime⁶⁸. Após as Luzes setecentistas, a civilização torna-se componente fundamental para compreender a história de todos os povos da humanidade, conectados sob o mesmo fio condutor do desenvolvimento dos progressos da razão⁶⁹. A história, entendida como filosofia da história, busca aproximar o imperativo da virtude associada à razão, capaz, não apenas de dotar a sociedade de uma ordem racional, mas de fazer com que essa ordem possa assegurar um ideal universal de felicidade. Compreendido como um processo universal, o conceito de civilização se atrela inteiramente ao desenvolvimento de uma concepção moderna história⁷⁰, entendida agora como um singular coletivo (KOSELLECK, R. 2006, 41) capaz de integrar a diversidade dos tempos singulares, isto é, das histórias particulares⁷¹, que encontram sua ordem dentro do processo histórico. Nessa perspectiva de história, o conceito de civilização adquire status de valor incontestável – “não se trata mais de avaliar os defeitos ou méritos da civilização, é preciso tomar seu partido, adotar sua causa” (STAROBINSKI, J.:

⁶⁸ De acordo com Norbert Elias, a gênese do termo "civilisation" se associa ao desenvolvimento de novos códigos de conduta e comportamento exigidos pelas elites das cidades europeias desde o Renascimento – tais como, postura adequada à mesa, hábitos de expressão corporal, dentre outros. C.f. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v.I.

⁶⁹ De acordo com Ernst Cassirer a razão iluminista concebia uma igualdade epistemológica entre natureza e cultura. A possibilidade de uma razão empírica baseada na observação e na experimentação dos fenômenos, dado novo trazido pela física newtoniana, podia ser ampliada para além dos domínios das ciências físicas e compreendida no nível dos acontecimentos históricos. Os fatos deviam se encaixar uns nos outros, como as leis mecânicas de causa e efeito, de modo que a relação interna entre eles pudesse se converter em um sistema maior. Nesse sentido, o caminho do pensamento faz-se do particular para o geral, na medida em que o percurso da normatização provém dos próprios fatos, no que Cassirer chamou de razão de aquisição. A razão é concebida como algo que provém do mundo sensível, um poder que leva a descobrir, estabelecer e consolidar verdades, onde a articulação é encontrada e demonstrada nos fatos. A esse respeito ver CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999.

⁷⁰ O conceito de história se insere em um programa maior que deseja explicar o nascimento e o desenvolvimento do homem racional, dentro da proposta iluminista de pensar um novo ideal de homem fundado no primado da razão. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006.

⁷¹ Nesse sentido, cabe lembrar a análise de Hans Gumbrecht: “Ela [a filosofia da História] transformou as estruturas do conhecimento sobre o passado, de uma coleção de histórias isoladas (ou ‘exemplos’) para a imagem totalizante da História como um movimento que transformaria continuamente as condições estruturais da ação humana.” GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926, vivendo no limite do tempo*. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2000, 460-1.

2001, 33) – fundamentando polos antagônicos relacionados à exaltação ou condenação: “tudo que não é a civilização, tudo que lhe resiste, tudo que a ameaça, fará figura de monstro ou de mal absoluto”. (Idem, 33)

Sob essa ótica, a experiência revolucionária francesa consagrará a França como farol da civilização moderna, por nela terem brotado os ideais universais da humanidade. A partir da experiência revolucionária, a civilização se consolida como um conceito unificador, inserindo os povos e a humanidade inteira na civilização, como se eles pudessem ser classificados em estágios de desenvolvimento. Nas palavras de Starobinski:

A linguagem pós-revolucionária consagrava-se a identificar os valores sagrados da Revolução com os da civilização e, em consequência, consagrava-se igualmente a identificar para a França, país da Revolução, *o privilégio de ser a vanguarda (ou o farol) da civilização*. (Idem, 35)

Ganha força, nesse sentido, a relação imediata entre o desenvolvimento do processo histórico civilizatório e da ideia de progresso⁷². Lemos ainda em Starobinski:

A palavra civilização, que designa um processo, sobrevém na história das ideias ao mesmo tempo que a acepção moderna de progresso. Civilização e progresso são termos destinados a manter as mais estreitas relações. Mas esses termos, embora possam ser empregados de maneira global e vaga, não tardam a exigir uma reflexão genética, preocupada em distinguir os momentos sucessivos: importa determinar com precisão as etapas do processo civilizador, os estágios do progresso das sociedades. A história, a reflexão de historiador, conjeturais ou empíricas, põem em mãos à obra para chegar a um ‘quadro dos progressos do espírito humano’,⁷³ a uma representação da marcha da civilização por meio de diversos estados de aperfeiçoamento sucessivos. (Idem, 15)

⁷² Nas palavras de Andre Azevedo. “Portanto, a essência do termo ‘civilização’ é ‘progresso’, pois civilização traduz mesmo o movimento histórico de desenvolvimento progressivo dos povos, sobretudo dos povos europeus. Para Guizot, ‘civilização’, entendida no singular, logo pensada como progresso da História, resulta fundamentalmente do aperfeiçoamento de dois aspectos de uma sociedade: do seu desenvolvimento social e do intelectual Para a perfeição de uma civilização, uma sociedade deveria aprimorar, ao longo do tempo, sua estrutura social e o nível intelectual de seus componentes.” (AZEVEDO, A. Op. cit., 41-2).

⁷³ A filosofia da História de Condorcet é exemplar acerca da ideia de progresso e do fio condutor da história balizado pelo desenvolvimento da razão humana. Nas palavras de Condorcet: “Se nos limitarmos a observar, a conhecer os fatos gerais e as leis constantes que o desenvolvimento dessas faculdades [de receber sensações] apresenta, naquilo que há de comum aos diversos indivíduos da espécie humana, esta ciência tem o nome de metafísica. Mas se considerarmos este mesmo desenvolvimento em seus resultados, relativamente aos indivíduos que existem na mesma época em um dado espaço, e se o seguimos de gerações em gerações, ele apresenta agora o quadro dos progressos do espírito humano. Este progresso está submetido às mesmas leis gerais que se observam no desenvolvimento individual de nossas faculdades, já que ele é o resultado deste desenvolvimento, considerando ao mesmo tempo em um grande número de indivíduos reunidos

Dentro dessa chave proposta por Starobinski, retenhamos aqui um ponto central, caro no desdobramento do argumento: a civilização é compreendida como um valor que se alcança, e a experiência da Revolução em França insere esse país como farol da civilização, capaz de atingir todos os tempos e espaços. Para Koselleck, o processo revolucionário francês forja uma nova experiência do tempo, fundada a partir da abertura de um abismo entre experiência e expectativa, separando o novo tempo do antigo: o próprio conceito de Revolução se modifica, não mais conduzindo de volta a situações anteriores, como em um movimento cíclico, mas a um futuro inteiramente desconhecido (KOSELLECK, R.: 2006, 69). Desde então, no argumento de Koselleck, a ideia de descontinuidade torna-se um critério decisivo da experiência histórica dos tempos modernos (KOSELLECK, R.: 1997, 84) e o presente é visto como um tempo em contínua transformação. Se entendido sob uma lógica civilizacional, a contínua transformação do presente, ainda que infinita, admite uma unidade: a do novo tempo da civilização, que encontra sua fundação na experiência francesa de 1789. Aos povos não civilizados ou menos civilizados, não haveria alternativa, senão buscar formas de inserção nesse processo, recebendo-o como algo inevitável.

Retornemos agora ao caso brasileiro oitocentista, supondo que o pequeno excursus realizado acima amplie o sentido das nossas leituras. Afinal, se a singularidade brasileira se define por sua vocação receptiva, ou seja, pela contínua presença do “influxo externo” nos termos de Machado em “A nova geração”, a questão central passa a ser como lidar com essa presença. Através da leitura de Ferdinand Wolf e seu *Brasil literário*, avançamos na conformação da proposta romeriana à mesma rede interpretativa da tradição romântica, ainda que ele insistisse do contrário. Foi possível perceber também o uso da literatura voltado à necessidade de atualização imposta às ideias brasileiras ante o repertório científico moderno: para Romero, o critério novo está associado a esse repertório e delimita a distinção de sua época. Eleva-se, desse modo, uma relação assimétrica do pensamento brasileiro ante ao Ocidente Europeu, qualificado como civilizado. Uma condição filial, de um filho que cresce simultaneamente ao pai, mas mantém, ao longo do tempo, a diferença de idade.

em sociedades.” In CONDORCET, Marie-Jean-Antoine-Nicolas Caritat. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993, p. 20.

Vejam agora como essa relação brasileira com o *influxo externo* funciona em Gonçalves de Magalhães, explicitamente citado como principal referência brasileira de Ferdinand Wolff em 1862. Leiamos o “Discurso sobre a história da literatura no Brasil” escrito, segundo Roque Spencer Maciel de Barros (1973), por um Magalhães completamente impregnado pelo clima romântico que respirava em sua viagem a Paris⁷⁴.

Se compararmos o estado atual da civilização do Brasil com o das épocas anteriores, tão notável diferença encontraremos como se entre o fim do século passado e o nosso tempo presente ao menos um século medeara. Devido a isso a causas que ninguém ignora. Com a expiração do domínio português muito se desenvolveram as ideias. *Hoje o Brasil é filho da civilização francesa, e como nação é filho dessa Revolução famosa* que abalou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura e os cedros dos reis. [Grifo meu] (MAGALHÃES, G.; 1980, 33, v. I)

Neste trecho, é clara a menção ao episódio da Revolução Francesa como acontecimento fundador de uma nova Era no processo histórico universal, do qual o Brasil seria herdeiro direto. A conquista da independência brasileira e a formação da nova nação, expoentes da liberdade brasileira adquirida pela inauguração desse novo tempo, são apresentadas como consequências diretas da Revolução. Assim, paralelos entre história do Brasil e história da França consolidam a nova condição brasileira.

Os acontecimentos notáveis da história do Brasil se apresentam neste século como espécies de contrapancadas ou ecos dos grandes fastos modernos da Europa. (Idem, 33) (...)

E quem pode opor-se a marcha de um povo que conhece a sua força, e firma a sua vontade? A independência foi proclamada em 1822 e reconhecida três anos depois. A Providência mostrou mais tarde que tudo não estava feito! Coisas há que se não se podem prever. Em 1830 caiu o trono da França, o rei que o ocupava, e no ano seguinte deu-se no Brasil, inesperadamente, análogo acontecimento! (Idem, 34)

⁷⁴ Sobre a importância da viagem de Magalhães a Europa entre 1833 e 36, com moradia em Paris, na formação do letrado brasileiro, comenta Roque Spencer Maciel de Barros. “A viagem à Europa e, principalmente, a estada (ou estadas) em Paris completa a formação do jovem Magalhães e o leva à clara formulação de seu projeto, que já aparecerá formulado no essencial nos seus dois trabalhos publicados na Niterói (...)” / “De um lado, ele se impregna de literatura romântica e medita sobre as lições de Garret, relacionado com os jovens brasileiros em Paris, e de Ferdinand Denis, além de viver o próprio *clima* romântico. (...)” “De outra parte, seja pela frequência a cursos no Colégio de França, seja, principalmente, pela leitura, impregna-se da filosofia que iria marcar as balizas da evolução de seu pensamento: o espiritualismo eclético.” BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Grijalbo, 1973, p. 25.

A emancipação política brasileira seria um eco direto da Revolução. Esta dispensaria a qualificação francesa, pois representava uma conquista não apenas daquele país em específico, mas de toda a humanidade. Vivia-se um novo tempo de liberdade, e não só os espaços – as nações modernas – apareciam conectados entre si por meio da Revolução, mas todos os tempos encerravam-se em um só tempo, o tempo da civilização e do contínuo progresso da humanidade.

Magalhães compartilha da visão disseminada no Ocidente Europeu de que, com a Revolução Francesa, os homens experimentaram a sensação de um tempo novo – conforme destaquei do ponto de Koselleck acerca da nova concepção de Revolução que se inaugura após a experiência francesa. A diferença é que na França o ineditismo era mais radical: nenhuma experiência anterior poderia ser comparável àquela radicalidade de ação e, além disso, ela disseminou seus ideais para além do território francês – “abalou todos os tronos da Europa”, nos dizeres de Magalhães. Por mais que ele quisesse estabelecer paralelos entre os acontecimentos franceses e brasileiros, no Brasil nada seria tão novo, visto que, aqui, as experiências são sempre análogas – “contrapancadas ou ecos dos grandes fastos modernos da Europa”: é um galho preso à grande árvore da civilização. Uma frase que representa bem o sentido inédito da experiência revolucionária francesa é a de Alexis de Tocqueville: “Depois que o passado deixou de lançar a sua luz sobre o futuro, a mente humana vagueia na obscuridade” (Apud. KOSELLECK, R.: 2006, 47) A radicalidade desta ruptura provavelmente jamais poderia ser estendida ao caso brasileiro, nas bases propostas por Magalhães: a presença da Revolução torna sempre os acontecimentos brasileiros, por sua condição filial, atados a ela por uma continuidade. O passado revolucionário francês, entendido dessa maneira como farol da civilização, acaba sempre lançando alguma luz sobre o presente e o futuro brasileiro.

Interessante é que, comparando o *estágio atual de civilização* em que o Brasil se encontra com o de cem anos antes, é uma condição brasileira que determina a mudança: o fim do domínio português, fator crucial que possibilitou o desenvolvimento das ideias. A liberdade brasileira advém da ruptura com a Metrópole. Dito de outro modo, ainda que inspirado pelo *impulso externo* francês farol da civilização, é a condição brasileira que move o seu próprio destino, ainda que ele esteja atrelado, quase que umbilicalmente, a um processo maior que lhe é anterior, externo e conhece *estágios* de desenvolvimento.

Nesse sentido, vale a pena, mais uma vez, trazer à tona o ponto desenvolvido por Valdeci Araujo. Para ele, com a historicização do conceito de civilização, o Brasil é chamado a contribuir com o que teria de singular enquanto nação, e o primeiro passo seria dar adeus a Portugal: “Para o novo país, parecia cada vez mais incômoda a posição de herdeiro do caminho lusitano de inserção na modernidade” (ARAÚJO, V.: 2008, 125). Por outro lado, assinala Araujo, “essa vinculação com a França parecia resolver o problema do *necessário vínculo civilizacional com o Velho Mundo*” [Grifo meu] (Idem, 127), inserindo o Brasil na “grande narrativa de progresso que embalava a Europa” (Idem, 127). Destaquei o termo *necessário vínculo* com a Europa, porque essa relação adquiria em Magalhães esse status de necessidade, quase uma inevitabilidade. Assim, inserir o Brasil nessa nova época civilizada significava inaugurar um novo tempo nacional, antecipando, no presente, novas expectativas quanto ao futuro.

Se, por um lado, poderia parecer inferiorizar a nova nação situando-a no passado, i.e, em atraso com relação ao Velho Mundo, por outro, esse movimento garantia que o futuro não poderia ser diferente do presente da civilização. O futuro é ocupado por uma promessa de progresso e segurança, só possível pela *compreensão plural do tempo* aberta pela consciência da simultaneidade do não simultâneo. (Idem, 128).

Lemos aqui a formulação koselleckiana de *simultaneidade do não simultâneo*⁷⁵, lida por Valdeci Araujo em adequação ao caso brasileiro: confere-se unidade temporal (civilização) a processos históricos diferentes e díspares (nacional). Desse modo, o episódio da independência traria uma dupla fundação: a partir dela, o Brasil se tornara autônomo de Portugal e capacitado a solicitar um espaço entre as nações civilizadas.

Vemos funcionar no trecho abaixo de Magalhães a associação entre essa concepção de civilização e o moderno conceito de história, dentro da particularidade brasileira.

Nós pertencemos ao futuro, como o passado nos pertence. (MAGALHÃES, G.: 1980, 27) (...)

Toca ao nosso século *restaurar as ruínas e reparar as faltas dos passados séculos.* Cada Nação livre reconhece hoje mais do que nunca a necessidade de marchar. *Marchar para uma Nação é engendrar-se moralmente, é desenvolver todos os elementos da civilização.* (Idem, 30) (...)

⁷⁵ KOSELLECK, Reinhart. “Modernidade: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade”. In *Futuro passado: Contribuição à semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006, principalmente, p. 282-96.

Jamais uma nação poderá prever o seu futuro, se não conhece o que ela é comparativamente com que ela foi. *Estudar o passado é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar para um futuro mais brilhante* [Grifo meu] (Idem, 31)

A conexão entre passado, presente e futuro que qualifica o conceito moderno de história é claramente expressa na primeira frase destacada: são tempos simultaneamente distintos, que constituem uma mesma linha de continuidade. A relação com o conceito de civilização aparece logo em seguida, quando ele acentua a necessidade de marcharmos rumo a um futuro descolado do presente e possivelmente melhor, em uma marcha que considere o desenvolvimento de *todos os elementos da civilização*. A escrita da história⁷⁶, inclusive a literária, atenderia ao propósito de apresentar os diversos estágios de aperfeiçoamento da identidade brasileira ao longo do tempo, atendendo a singularidade nacional e o processo histórico maior (civilizatório) ao mesmo tempo. Com isso, Magalhães espera engendrar moralmente o brasileiro do presente, tencionando agir sobre suas formas de conduta, expurgando-lhe o ranço colonial, para conduzi-lo ao caminho da civilização.

Em Magalhães, como vimos no primeiro capítulo, a condição brasileira de experiência se impõe, criando uma tensão em relação à consecução do projeto civilizador. Ainda que a compreensão da história como processo antecipe para o presente a possibilidade de um futuro redentor, a experiência do presente era marcada, ainda, pela continuidade da experiência escravista, que deixou seus lastros perversos para a sociedade brasileira oitocentista. É como se a força positiva do impulso externo, civilizadora em Magalhães, encontrasse forte resistência em terras brasileiras. Conforme propôs Marcelo Rangel:

Magalhães investiga o passado para colher exemplos úteis à cura do presente e isto orientado por uma compreensão teleológica da história, ou melhor, por sua compreensão de que o espírito do povo havia se concretizado de forma

⁷⁶ No que tange a preocupação em dotar o Brasil de uma escrita da história, capaz de inserir o Brasil no processo universal da civilização, o projeto de história literária de Gonçalves de Magalhães assemelha-se ao dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ocupados em produzir a escrita da história nacional nos primeiros anos do Império. Nas palavras de Manoel Guimarães: “A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao Iluminismo. (...) Construir a imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa nos trópicos é, sem dúvida, o projeto subjacente ao intenso contato que as duas instituições irão incentivar.” GUIMARÃES, Manoel L. S. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos históricos*, n° 1, Rio de Janeiro, 1988, p. 136.

progressiva. Mas o que acaba descobrindo é a força do modo de ser egoísta oferecido pelo colonizador. Então se apavora e volta a olhar para o seu próprio presente, e este aparece, também, como âmbito determinado pelo egoísmo, tempos de indignação. (RANGEL, M.: 2011, 148)

Retornemos a Silvio Romero e a sua *História da Literatura Brasileira*, de 1888. Sugerir, linhas acima, a força da noção de atualização em Romero, como se a reflexão sobre a literatura pudesse *não apenas inserir* o Brasil no processo histórico da civilização – conforme sugerido por Ferdinand Wolf, em 1863 – *mas também atualizar* o pensamento brasileiro em relação ao conjunto de novidades modernas. Vejamos agora a força do impulso externo contida na proposta romeriana.

A literatura no Brasil, a literatura em toda a América, *tem sido um processo de adaptação de ideias europeias às sociedades do continente*. Essa adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende-se a tornar-se compreensiva e deliberadamente feita. *Da imitação, tumultuária do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica. A darwinização da crítica é uma realidade tão grande quanto é a da biologia.*

A poderosa lei da concorrência vital por meio da seleção natural, a saber, da adaptação e da hereditariedade, é aplicável às literaturas, e à crítica incumbe comprová-la pela análise dos fatos. (ROMERO, S.; 1902, 10)

Em um determinado sentido, não parece haver confronto entre as ideias de Silvio Romero, Ferdinand Wolf, Gonçalves de Magalhães e Machado de Assis: há uma vocação histórica brasileira à abertura ao influxo externo de ideias europeias, uma cultura que se define pelo contato com essas ideias. Em Romero, a história do pensamento brasileiro é a história da adaptação das ideias europeias em solo americano, o que ratifica a posição machadiana de que “o influxo externo é que determina a direção do movimento”. Romero, ativo partícipe do novo movimento, exige do pensador brasileiro que ele consiga filtrar da doutrina europeia o que deve sobreviver no espaço nacional, comparando tal escolha ao princípio de seleção natural das espécies de Darwin, relevando o papel do pensador brasileiro em decidir sobre o que vai sobreviver aqui; ou seja, a metáfora da sobrevivência destaca a centralidade do princípio brasileiro de aquisição e recepção das ideias civilizadas, acrescidas, aqui, pelo lugar que ocupa o homem de letras brasileiro em impor-lhe a seleção. Por outro lado, é a mesma “darwinização da crítica” que sinaliza a existência do método moderno, presença tida por ele como diferença positiva da sua leitura: Silvio a considera “uma realidade tão grande quanto é a da

biologia”, ou seja, tal qual impulsos naturais impostos ao homem, trata-se de um caminho sobre o qual o homem não consegue reagir, senão simplesmente aceitar.

No parágrafo imediatamente anterior ao citado acima, Romero escrevera:

Todo e qualquer problema histórico e literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo grande mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao nosso país. [Grifo meu] (Idem, 10)

Não por acaso, intitula-se “Teorias da história do Brasil” o capítulo de onde foram retirados os dois fragmentos mencionados acima, acentuando que o propósito romeriano era reunir e sistematizar uma história literária, mas, mais do que isso, visava elucubrar sobre uma teoria da história literária no Brasil – e do pensamento brasileiro como um todo. A ambiguidade brasileira já elucidada por Magalhães se mantém e de maneira explícita: qualquer problema histórico e literário no Brasil tem duas faces, uma geral – a do processo histórico universal capitaneado pelo momento europeu – e outra particular – conformada pela situação nacional, ou seja, reafirma-se o suposto da dupla fundação brasileira enquanto nação nova e inserida no Novo Tempo. A particularidade da nação brasileira estaria sempre pautada pelo confronto com uma universalidade, notadamente, a do mundo letrado europeu, qualificado como conjunto das nações civilizadas do ocidente.

A diferença romeriana está na ênfase que ele atribui ao novo repertório científico moderno de que dispõe: novo repertório garante a passagem do “servilismo mental à seleção literária e científica”. Se na época colonial predominava o espírito de imitação servil ao elemento português, o salto do presente histórico dos oitocentos é a transformação da imitação servil em imitação selecionada. A vantagem que propicia o salto ante aos antepassados é a existência do novo repertório, ainda que ao contexto intelectual brasileiro caiba impor a seleção do que deve sobreviver no novo ambiente. No capítulo sobre “A filosofia da história de Buckle e o atraso do povo brasileiro” vemos o funcionamento dessa espécie de privilégio do impulso externo.

As ações humanas são regidas por um complexo de leis que inconscientemente para nós atiram-nos no caminho da vida como uns quase atores. Mas a história, que não é uma cadeia de fatos sempre novos e desarmônicos com seus antecedentes, como já se pretendeu, será certo que se repita? Os dados estatísticos não podem chegar até aí; a marcha da história é evolucionar, e tanto

basta para que não haja repetição, como não existe disparatada incoerência.
(Idem, 29)

A história é compreendida como marcha progressiva, nulificando a possibilidade de repetição dos fatos passados: se a trajetória ascende em linha reta, o futuro superior é sempre diferente do presente e do passado. Na passagem acima, apreendemos um traço intenso também presente em *A literatura e a crítica moderna*, seu livro de 1880: *a força das leis*, do princípio ordenador, que supera o caos de acontecimentos históricos sobre o qual se debruça. A força das leis é tão grande que ele afirma, “as ações humanas são regidas” por elas.

Desse modo, configura-se como objetivo central ao texto de Silvio Romero realizar a busca desse sentido explicativo, dessa lei que está por trás de todos os acontecimentos do passado, para, em seguida, vê-la em funcionamento nas diferentes etapas da história literária brasileira – em compreensão de literatura que inclui, como veremos no próximo capítulo, o conjunto das manifestações culturais de um povo. Daí vem a preocupação dele em balizar os fatores da literatura brasileira, título de um importante capítulo de sua *História*.

A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romantismo, a história dos tupis, ou, segundo o sonho de alguns dos representantes do africanismo entre nós, a dos negros em um Novo Mundo.

É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextitária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira.

Tudo quanto há contribuído para a *diferenciação nacional* deve ser estudado, e a medida do mérito dos escritores é este *critério novo*. [Grifo meu] (Idem, 4)

Para Silvio Romero, o brasileiro é resultado da mistura das três raças que carregam em si, cada qual, uma herança biológica imanente. Os outros fatores da definição do nacional seriam o meio físico e o contato com povos do exterior. A constituição do nacional passaria, necessariamente, pelo que o autor define por mestiçagem, do sangue ou das ideias – ponto salientado por Ferdinand Wolf e outros autores, como vimos linhas acima. O sentido dessa mestiçagem consistiria na apreensão de que a soma das diversidades raciais, aliada às condições do ambiente natural local, resultaria no surgimento de um elemento distinto e uno, o brasileiro. Em outras palavras, o nacional, o brasileiro, seria produto homogêneo e íntegro da soma dessas diferenças, capazes de distinguir um novo caráter.

Para Romero, o destino da mestiçagem definidora do caráter brasileiro mestiço é um só: o fim. A soma dessas diferenças que constituem o brasileiro terá no futuro uma dissolução e, em seu lugar, haverá o domínio da raça que Romero considera superior, a branca. A teoria do branqueamento romeriana indica a relevância da ideia de progresso contida na sua concepção de história. Estes são pontos especialmente desenvolvidos no capítulo VI, do livro primeiro da *História da Literatura Brasileira*, intitulado “Raças que constituíram o povo brasileiro – o mestiço”:

O lugar de honra deve ser dado ao português; porque ele, sem ser o único, é o principal agente de nossa cultura. (Idem, 57) (...)

As raças americanas são um produto do meio americano (Idem, 61) (...)

O negro é adaptável ao meio americano; é suscetível de aprender; não tem as desconfianças do índio; pode viver ao lado do branco, aliar-se a ele. (Idem, 74)

O elemento branco tende em todo o caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do índio, com a extinção do tráfico de africanos e com a imigração europeia, que promete continuar [Grifo Meu] (Idem, 76)

As diferenças entre os povos eram vistas por meio de uma escala de valores bem definida, a partir do binômio inferioridade/superioridade. Os brancos possuíam uma marcante herança de seus ancestrais que, por terem tomado posse do território mais privilegiado em termos de meios naturais, tornaram-se a raça mais avalizada para disseminar sua superioridade nos quatro cantos do mundo. Nesta linha de raciocínio, o português representaria a herança branca na formação do brasileiro, por isso o seu lugar de destaque. No futuro – concebido aqui como progresso, uma espécie de “progresso das raças”, termo não utilizado, mas plenamente adequado a Romero – a tendência era o desaparecimento de raças consideradas inferiores, como o negro e, principalmente o índio, prevalecendo, pela seleção natural, apenas o branco, raça mais forte e capaz de lidar com as adversidades do clima e do solo brasileiro. Cabe lembrar que, para o autor, a natureza brasileira oferecia vários obstáculos para o desenvolvimento do homem – leitura de Thomas Buckle, cara também a Capistrano de Abreu, como destacarei mais adiante. Dito de outro modo, o principal sinal da evolução do brasileiro seria o apagamento de toda e qualquer heterogeneidade em sua formação, com a consolidação do branco, puro e homogêneo. Na constituição do *brasileiro* vemos o funcionamento pleno do molde civilizatório: não há, meramente, a tensão por meio do contato entre uma nova cultura, formada a partir do contato com outras; o

contato define uma hierarquia, uma escala de valores negativos e positivos, cuja tendência é que o tempo e o processo civilizador dessem conta, progressivamente, do apagamento das diferenças, prevalecendo os tipos superiores. O que Romero não responde é se a homogeneização das diferenças conduziria a uma igualdade plena entre América e Europa no futuro; algo que, no limite, fá-lo-ia pensar em uma estagnação europeia, em face de uma evolução americana. Pouco provável: a relação assimétrica compõe o status civilizatório, de modo que os dois polos em oposição tendam a crescer sem nunca se encontrar, ou seja, a condição brasileira de *filho da civilização* nunca se rompe⁷⁷.

No caso de Silvio Romero, a identidade do brasileiro – motor de sua história literária – se afirma pela miscigenação, e isso nos mostra que o autor é capaz de matizar com cuidado o que Machado chamou, em 1879, de “presença do *influxo eterno*”, “sem esquivar-se às condições do meio brasileiro”. Tais diversidades são apreendidas como sinal de atraso, inferioridade ou, usando a adequada expressão de Antonio Candido, “uma especificidade lamentável [a diversidade brasileira], mas necessária à Civilização” (CANDIDO, A.: 1978, XXI). É como se a experiência histórica brasileira estivesse em choque com a civilização, com a reconhecida vitória da segunda, pois é o contato com ela e com o novo repertório moderno, que fornece a chave teórica para a compreensão do nacional, cabendo à crítica comprová-la (a lei) pela análise dos fatos. Na história literária romeriana, o passado não deixa de ser ressignificado pelas perspectivas do presente, com vistas à construção de um novo futuro – nos termos de Koselleck, há o deslocamento entre experiência e expectativa. Este futuro, porém, não é tão indefinido: ele redundará na confirmação de um princípio já conhecido no presente, e cujo passado teria deixado de herança, a saber, a preponderância da origem branca. Ao afirmar este ponto de vista monolítico, a história de Romero desautoriza uma completa independência do futuro em relação ao passado, posto que a experiência do devir é antecipada pela égide da inevitável determinação.

⁷⁷ Para Antônio Candido, Silvio Romero considerava a mistura que dava origem ao brasileiro uma espécie de mal necessário, ou seja, uma especificidade lamentável, mas necessária à civilização. Candido ressalta, ainda, o acréscimo de sentido que o termo mestiçagem ganha com a concepção romeriana: “Silvio englobou também o aspecto cultural no termo mestiçagem, de maneira a abranger a assimilação de bens culturais, a vasta mistura de usos, costumes, instituições, que ocorre incessantemente na formação do Brasil. Para ele, mestiçagem é racial e é também o que se chama hoje de contato cultural, difusão cultural, aculturação.” CANDIDO, Antonio. *Silvio Romero: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. XXI.

A inserção do Brasil no processo histórico da civilização já estava definida, tanto para Gonçalves de Magalhães quanto para Silvio Romero: o Brasil era um país novo que deveria carregar consigo o qualificativo de filho da civilização. Um filho que precisava ser devidamente educado – de onde vem o caráter pedagógico conferido à literatura e à tarefa do homem de letras, conforme veremos no próximo capítulo. Em Magalhães, a Revolução Francesa ou simplesmente a Revolução, capítulo primeiro de uma nova história universal da humanidade, é a árvore sobre a qual o galho brasileiro se prende. À sua proposta de história literária ele atribui uma função, como o faria Ferdinand Wolf, na publicação de seu *Brasil Literário*: inserir o Brasil e o pensamento brasileiro nesse processo maior, a civilização, sabendo de antemão o seu lugar de legítimo filho e resultado da Revolução, capaz de antecipar o futuro no presente e apresentando, de alguma forma, um caminho a seguir. No entanto, as perversas continuidades do passado colonial, ainda presentes em sua própria época – em especial, a persistência da escravidão negra e os prejuízos à sociedade que ela acarreta – impedem o pleno desenvolvimento da civilização no Brasil, tornando a proposta de Magalhães eivada pela tensão entre o ânimo por uma perspectiva teleológica/civilizacional em confronto com um contexto de experiência adverso. Silvio Romero, por sua vez, defende que a história da literatura brasileira é a história do processo de adaptação das letras europeias no Brasil, exigindo do pensador brasileiro que ele consiga filtrar da doutrina europeia o que deve sobreviver no solo americano. Tal como em Magalhães, a identidade nacional brasileira, no mundo das letras, é forjada a partir de uma referência a algo definido de fora, não apenas exterior, como superior, respaldado pela escala de valores admitida no conceito de civilização. A inclusão do critério racial no argumento histórico de Romero define uma diferença entre eles. A tensão exibida por Magalhães se resolve em Romero: o contexto de experiência presente é igualmente adverso, mas a teoria do branqueamento expõe a diferença superior do futuro em relação ao presente, tendo em vista a ideia de progresso nela contida. Trata-se de uma condição inevitável, capaz de comprovar uma hipótese primeira, definida no presente, em acordo com o repertório científico e atualizado ante a particularidade nacional: a miscigenação geradora do caráter brasileiro tende ao fim pela predominância de uma raça superior e mais civilizada.

2.3

Capistrano e o problema da leitura apressada do repertório externo

A afinidade intelectual entre Machado de Assis e Capistrano de Abreu não se avalia apenas pelas citações feitas de um ao outro, conforme vimos no comentário de Capistrano ao texto “A nova geração”, revelando “a opinião favorável sobre o artigo do Sr. Machado de Assis”, ou no momento em que Machado escreve com admiração sobre o texto “do Sr. Capistrano de Abreu, um dos nossos bons talentos modernos”. Veremos aqui um Capistrano ao lado de Machado em suas suspeitas ante ao modo como os novos da chamada Geração 1870 vinham lidando com a recepção do repertório científico moderno. Com o jovem Capistrano, teremos uma leitura desconfiada sobre o modo como os novos brasileiros recebiam e se apropriavam do discurso de modernidade característico à década de 1870.

Boa parte dessas reflexões chega ao público através dos artigos da série “A literatura brasileira contemporânea”, publicados no jornal *O GLOBO*, em 1875, mesmo ano em que ele desembarcou na Corte, vindo de sua Fortaleza natal⁷⁸. Josiane Oliveira (2011) nos fornece importantes apontamentos sobre o contexto de produção desses textos.

Retomando o momento conturbado da crítica literária, um mês após a referida polêmica entre Alencar e Nabuco nos jornais da capital, o autor cearense, recém-chegado ao Rio de Janeiro, publica seu primeiro artigo em jornal da corte. ‘A literatura brasileira contemporânea’, resultado das conferências na Escola Popular do Ceará, promovidas pela Academia Francesa, foi publicado no jornal *O Globo* de forma independente, na seção ‘ineditoriais’. Uma primeira versão do artigo havia vindo à público no *Jornal Constituição*, de Fortaleza, em janeiro de 1875, dois meses antes de sua viagem ao Rio. Dividido em quatro partes, ‘A literatura brasileira contemporânea’ aparece entre os dias 29 de novembro e 18 de dezembro do mesmo ano, contendo epígrafes de autores como Glennie, Spencer, Comte e Taine e sumários com os assuntos principais. Era a apresentação de Capistrano ao público leitor da Corte, principalmente aqueles que seriam os seus interlocutores nos debates intelectuais da ‘cabeça do Império’. (OLIVEIRA, J.; 2011, 45)

Seguindo a mesma linha proposta pela historiadora, encontro, nesses artigos, um Capistrano de Abreu disposto a refletir sobre as condições de produção literária

⁷⁸ De acordo com Daniel Mesquita, Capistrano desembarcou no Rio de Janeiro a 25 de abril de 1875, contando com o incentivo fundamental de José de Alencar. O primeiro trabalho remunerado foi um modesto posto na Livraria Garnier. Era encarregado de enviar notas sobre os livros editados pela livraria para a imprensa. Em 1876, ingressou como professor de português e Frances do Colégio Aquino, onde ficou até 1880. MESQUITA, Daniel. *Descobrimientos de Capistrano: a História do Brasil ‘a grandes traços e largas malhas’*. Rio de Janeiro: Apicuri: Ed. PUC-Rio, 2010, p. 25.

vigentes no Brasil, em especial sobre a necessidade do diálogo brasileiro com as novas referências científicas modernas. Desse modo, o ponto de partida de Capistrano era o mesmo apresentado por Romero anos depois, em sua *História da Literatura Brasileira*: compreender, à luz dos métodos modernos, os condicionantes sociais da produção literária brasileira, capazes de revelar, no final das contas, as condições de formação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, Capistrano avança em tópico recorrente ao debate letrado brasileiro: a relação entre emancipação política e intelectual. No artigo de 30 de novembro de 1875, ele segue a mesma linha traçada por Gonçalves de Magalhães em 1836, Machado, em 1858 e depois Silvio Romero, em 1888: traça paralelos entre a conjuntura política brasileira e a situação literária local, compreendendo a segunda como desdobramento da primeira.

O movimento emancipador foi político; deste caráter dimanam ao mesmo tempo a sua *força e a sua insuficiência*. Uma revolução política pode modificar a relação dos estados, as condições dos governados, as manifestações da autoridade; não modifica a estrutura social. *O sete de setembro transformou a colônia em povo soberano; não aboliu a outra dependência mais profunda, industrial, mental, moral, social em suma, em que estamos da Europa.* (ABREU, C.: 1975, 49, 1ª série)

Este assunto encontra desdobramento no texto de 18 de dezembro.

Dos efeitos literários da Independência, apenas indicarei três. O primeiro foi o estabelecimento de um dia de consciência nacional, em que, através do espaço e da distância, os diversos membros se reconheciam unos pelo passado. O segundo foi impedir que, como nos tempos coloniais, os nossos mais eminentes patrícios fossem além-mar procurar um centro mais vasto de ação, em que pudessem realizar suas aspirações. O terceiro foi o derramamento da instrução e da liberdade de imprensa. (Idem, 64)

Vemos vivo, aqui também, o argumento sobre a inconclusão da independência mental. Capistrano ressalta com clareza a condição ambígua *de força e insuficiência* do sete de setembro, sublinhando o que ele não extinguiu: a dependência moral, mental, industrial, todas constitutivas do amplo campo social. Isso não diminui a relevância do impacto da independência política, como vemos na segunda passagem selecionada. Enfim, há uma contribuição capistraniana no

debate, em aberto, acerca das lutas de inteligência, na linha do que desenvolvi no capítulo anterior⁷⁹.

Capistrano, assim como Machado e Romero, ressalta a necessidade brasileira de uma “outra independência”, a ser continuamente aperfeiçoada a cada novo presente. O acréscimo peculiar do binômio inferioridade/superioridade, como ele sugere no artigo de 30 de novembro, é o que o aproxima do autor da *História da Literatura Brasileira*.

Nosso estado atual reproduz um sentimento que floresceu nos tempos primitivos: então o Brasil julgava-se inferior a Portugal; hoje julga-se inferior aos outros países da Europa. O movimento emancipador será idêntico em ambos os casos? O sentimento de inferioridade à Europa desaparecerá como o sentimento de inferioridade a Portugal? O sentimento de superioridade se formará no futuro como já se formou no passado? [Grifo meu] (Idem, 49)

Em um primeiro momento, o colonial, a literatura produzida no Brasil era marcada por um *sentimento de inferioridade* em relação a Portugal; em segundo momento, pós-1822, haveria a mudança para uma *consciência de superioridade* em relação à ex-Metrópole, quando se estabelece a unidade de uma história propriamente brasileira. Depois de estabelecida essa nova condição, a pergunta passa a ser sobre a nova relação de inferioridade ante a Europa: se extinguirá um dia? Quando?

A questão posta no texto de 30 de novembro começa a ser respondida em 18 de dezembro:

Outra circunstância que a Independência não modificou foi a *emoção de inferioridade* à Europa. Esta emoção não é peculiar ao Brasil, nem à América, nem mesmo aos tempos modernos: *é um fato constante da história* e para se reconhecer sua força basta lembrar quão vivaz era a emoção de superioridade nos principais povos antigos. [Grifo meu] (Idem, 67)

⁷⁹ Cabe, nesse sentido, por lado a lado as passagens de Capistrano e Machado, evidenciando a semelhança nos termos. Primeiro, o historiador cearense: “O movimento emancipador foi político; deste caráter dimanam ao mesmo tempo a sua *força e a sua insuficiência*. Uma revolução política pode modificar a relação dos estados, as condições dos governados, as manifestações da autoridade; não modifica a estrutura social. *O sete de setembro transformou a colônia em povo soberano; não aboliu a outra dependência mais profunda, industrial, mental, moral, social em suma, em que estamos da Europa.*” ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e estudos: crítica e história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975, 1ª série, p. 49. Em seguida, Machado: “Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. *Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.*” ASSIS, J. M. Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1962, v. I, p. 801.

O sentimento de inferioridade encontra, inclusive, efeitos positivos para a literatura brasileira.

Sou obrigado a reconhecer que a influencia da Europa tem alguma coisa de bom: sem ela o nosso estilo e concepção não seriam tão elevados, *sem ela a literatura não seria a expressão mais ideal e amável de nossa sociedade, e nossa sociedade estagnaria em um bairrismo exclusivo e esterilizador*. [Grifo meu] (Idem, 67)

Capistrano está mais resignado aqui, bem próximo ao que Machado de Assis desenvolverá quatro anos depois, em 1879. A contínua recepção das ideias europeias é uma particularidade brasileira, mas não somente dele, o que diminui o impacto da inferioridade. Se a emoção de inferioridade ante a Europa é “fato *constante* da história”, não há nada que qualifique negativamente a particularidade brasileira, posto que, todos se encontram no mesmo patamar inferior. De qualquer modo, o termo “inferioridade” adjectiva um pouco mais do que a mera relação entre criação/recepção. Para caracterizar essa relação, Machado optará pelo emprego dos termos “influxo externo” e “impulso estranho”, esvaziando a dimensão valorativa. Em suma, para Capistrano de Abreu, a sociedade e o pensamento brasileiros, ainda que tivessem atingido o grau de nação autônoma ante ao governo e às letras portuguesas, preservava, do período colonial, um sentimento de inferioridade a algo externo que lhe parecia superior. Capistrano, entretanto, acrescenta um componente novo: admite uma dimensão positiva do sentido de inferioridade. Sem a contínua influência europeia, as letras brasileiras “estagnariam em um bairrismo exclusivo e esterilizador”; com elas, o mundo intelectual brasileiro teria sempre uma janela aberta para o exterior, capaz de enriquecer continuamente com esse elo.

Sinal desse vínculo é o adensamento dos chamados métodos modernos ao seu modo de compreender a crítica literária. No artigo de 28 de novembro, por exemplo, Capistrano mostra-se inteiramente afinado com as novas perspectivas dos estudos literários.

Há dois métodos de crítica em literatura: o método qualitativo e o método quantitativo. O primeiro considera o produto e fixa-lhe o valor apelando para uma idealidade. O segundo considera o processo, o característico, os antecedentes da realidade. Um julga; outro define. Aquele procura a beleza e a perfeição; este procura o estado psíquico e social.

Vou estudar a literatura brasileira quantitativamente. (Idem, 37)

Para ele, haveria duas formas de pensar a experiência literária: a qualitativa, que se fixa no produto, e a quantitativa, ocupada com o processo literário e os fatores que lhes são extrínsecos. O primeiro valoriza o fenômeno literário em sua particularidade, o segundo, as condições sociais de produção. Optando por este último, Capistrano não desmerece a validade do outro, claramente o escolhido por Machado de Assis. A preferência pelo *método quantitativo* ajusta Capistrano não apenas ao repertório intelectual científico moderno, mas também o vincula ao modo como o conceito de literatura era compreendido dentro do ambiente intelectual brasileiro desde o romantismo, ou seja, como conjunto amplo das manifestações da inteligência de um povo, incluindo o pensamento e a cultura nacionais. Em busca da regularidade dos acontecimentos literários, entendendo que somente esta seria capaz de dar conta da relação entre os elementos social e literário, Capistrano empreende sua análise a par do que propunha Henry Thomas Buckle – autor também mobilizado por Silvio Romero em sua *História*, usado para compreender os motivos do atraso do pensamento brasileiro⁸⁰ – considerando a literatura e sua história campos análogos às ciências naturais. A partir da divisão entre países frios e quentes, Buckle supõe que, em qualquer ambiente, quanto maior é a força da natureza, menor é a ação humana; países quentes, como o Brasil, estariam fadados ao atraso em relação à civilização⁸¹. Capistrano lança mão dessa proposição:

A literatura é a expressão da sociedade, e a sociedade é resultante de ações e reações: de ações da Natureza sobre o Homem, de reações do Homem sobre a Natureza. Está, pois, traçado o caminho: em primeiro lugar, tratarei das influencias físicas no Brasil; em segundo lugar, da sociedade que medrou sob essas influências e da literatura que exprime essa sociedade. (Idem, 37)

⁸⁰ Intitula-se “A filosofia da história de Buckle e o atraso do povo brasileiro” o capítulo III do livro I da *História da Literatura Brasileira*, de Silvio Romero, o que nos evidencia o modo como Romero mobiliza a filosofia cientificista de Buckle em sua história literária brasileira.

⁸¹ Sobre Buckle, afirma Roberto Ventura: “Buckle considerava a história como campo análogo às ciências naturais, que deveria examinar as leis pelas quais o meio físico age sobre o homem e a sociedade. A partir dessa divisão entre países frios e quentes, explica a formação da civilização na Europa, tida como centro da história humana, pela menor força da natureza, que teria permitido ao homem desenvolver o raciocínio e superar as superstições sugeridas pela imaginação. À civilização europeia, Buckle opõe as regiões tropicais, como o Brasil, condenadas ao ‘atraso’ pelo predomínio da natureza sobre o homem. Descreve, de forma feérica, as ameaçadoras selvas brasileiras, habitadas por terríveis répteis, e exclui o país do progresso e da civilização, devido ao esplendor da natureza e à barbárie de um povo ignorante e brutal. Tal é a profusão e abundância da vida que o Brasil se destaca entre os todos os países do planeta. Mas, no meio desta ponta e esplendor da Natureza, não há lugar para o Homem.” VENTURA, Roberto. *Estilo tropical : historia cultural e polemicas literárias no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras 1991, p. 91.

A relação de confronto entre homem e natureza dá o tom da aproximação de Capistrano com os referenciais do cientificismo moderno. A beleza da natureza brasileira torna-se proporcional a fraqueza dos homens. Institui-se, dessa forma, a condição negativa da sociedade brasileira, pautada, não na história e nas relações sociais, mas nas condições impostas pela natureza. Nesse caso, ele mantém o paradigma do atraso, caro ao conceito de civilização. Mas parece que a ele convém evidenciar, em primeiro plano, o espaço de tensão que caracteriza as relações entre homem e natureza, conforme contido na formulação “A literatura é a expressão da sociedade, e a sociedade é resultante de ações e reações: de ações da Natureza sobre o Homem, de reações do Homem sobre a Natureza”. Tal ponderação se repete na passagem abaixo:

Esta situação, que faz do Brasil um dos mais belos países do mundo, faz de seus habitantes um dos povos mais fracos. De fato, desde que a fertilidade é tão espantosa, entregamo-nos ao trabalho o menos possível, já que não podemos prescindir dele. (Idem, 39)

Faz sentido, a esse respeito, afirmação de Josiane Oliveira de que a tese de Buckle encontrou na leitura de Capistrano a ênfase no papel do meio, motivada pela explicação da formação do brasileiro e, por conseguinte, de sua literatura. Citando a passagem do autor cearense, de que “tão verdadeiro é o conceito de Buckle, que o único progresso efetivo depende não da bondade da natureza, mas da vontade do homem” (Idem, 43) a autora chama a atenção para uma constatação que se converte em mote do seu argumento:

Capistrano não utilizou em nenhum momento nesse artigo a ideia de que o brasileiro estaria inevitavelmente condenado ao atraso. Sua crença no progresso humano e, em certa medida no livre arbítrio, era ainda maior do que os fatores condenatórios ‘demonstrados’ pela ciência e os valores europeus da época. (OLIVEIRA, J.: 2011, 74)

Vemos assim, um jovem Capistrano de Abreu mobilizar, com entusiasmo, o novo repertório, desde que ele estivesse em função do que avaliava ser pertinente ao caso brasileiro. Recusava, desse modo, dotar à experiência brasileira o estatuto de *laboratório do novo repertório científico moderno*.

Eis o cerne de sua contenda com Silvio Romero⁸². Em 1876, o jovem crítico cearense publicou na *Gazeta de Notícias* um artigo criticando um texto de Romero chamado “O caráter nacional e as origens do povo brasileiro”. Coerente com o argumento que apresentará na *História da Literatura Brasileira* alguns anos depois, tomando a questão racial como fio condutor da formação do brasileiro, Romero atribui à presença dos negros na formação do povo brasileiro a qualidade diferencial dos brasileiros em relação aos portugueses. Em outra vertente, na mesma linha do que apresentou na série sobre a literatura brasileira contemporânea, Capistrano lança mão da leitura de Buckle sobre a importância do meio para afirmar a centralidade da ação da natureza na compreensão do caso brasileiro⁸³. O que pareceria, a princípio, uma disputa entre leitores mais ou menos dedicados a Thomas Buckle, expõe, ao cabo, a diferença entre Capistrano de Abreu e Silvio Romero acerca do modo como compreendem o lugar do novo repertório científico em suas análises – em termos machadianos, acentua-se a diferença no modo como eles entendem a presença do influxo externo em suas interpretações sobre o caráter brasileiro.

Leiamos o trecho abaixo, as primeiras linhas do artigo publicado a 9 de março de 1876, que não tocavam ainda na contenda entre meio e raça.

O Sr. Silvio Romero acaba de colecionar os artigos transcritos neste jornal sobre a obra do Sr. Couto de Magalhães juntando-lhes um apêndice com o título acima.[O caráter nacional e as origens do povo brasileiro]. Este artigo abunda em singularidade que não direi, como o autor, merecerem justa punição; mas que em todo o caso mereceriam de quem os escreveu mais seriedade e estudo. É impossível em tão pouco espaço emitir idéias tão incongruentes, baseadas em argumentos tão fracos, *tudo em nome da crítica moderna. A crítica moderna...* Se por outros títulos não reconhecesse a ilustração do Sr. Silvio Romero, diria: pobre crítica! *És com efeito tão moderna que teus maiores admiradores ainda não puderam aprender em que consiste.* (ABREU, C.: 1975, 3, 4ª série)

⁸² Alguns anos depois, em 1880, Capistrano voltaria a atacar Romero, pelos mesmos motivos da contenda de 1876. Ele publicou, na *Gazeta de Notícias*, três artigos intitulados “História Pátria”, criticando o recém-lançado livro de Romero *A literatura brasileira e a crítica moderna*. Capistrano buscava nas leis da ciência e na “verdade histórica” os argumentos para contradizer seu interlocutor. C.f. GONTIJO, Rebeca. “Capistrano de Abreu, Viajante”. *Revista Brasileira de História*; v.30; n°59; p.15-36 – 2010, p. 6.

⁸³ Nas palavras de Capistrano de Abreu: “A tese que o Sr. Silvio Romero defende pode resumir-se assim: o brasileiro distingue-se do português não por causa da natureza, por que esta teve que lutar contra estreiteza do tempo e contra a civilização europeia; não por causa da mescla com o tupi, porque o homem geológico, o homem da idade da pedra não pode ser numeroso; logo que o notardes de diverso entre o brasileiro e o ascendente europeu atribuí-lo em sua máxima parte ao preto. Chegamos a uma fórmula que podemos exprimir assim: brasileiro = português + negro.” ABREU, C. Op. cit., p. 4, 4ª série.

Repare que a contestação aqui é quanto ao procedimento de leitura empreendido por Romero em relação ao que ele entende ser a *crítica moderna*. O entusiasmo enfático romeriano soava-lhe como deslumbramento, ingenuidade, em suma, uma leitura apressada que anulava a possibilidade da recepção tornar-se crítico-reflexiva. Se quisermos, é como se a discordância estivesse no fato de Romero não conseguir empreender a leitura como um ato que necessita ser completado pela tarefa da recepção; as ideias circulantes no ambiente intelectual brasileiro, uma matriz conceitual comum europeia, mas cobram sentidos novos, de acordo com os contextos de enunciação aos quais estão associadas. Há, nesse sentido, uma intensa disputa intelectual no Brasil da década de 1870, e a contenda entre Silvio Romero e Capistrano de Abreu é mais um sinal das fraturas discursivas ante o novo repertório.

O confronto à ideia de raça romeriana põe em evidência uma querela acerca do que deva ser legitimado como critério brasileiro de leitura ante o novo, requisitado por Capistrano, como um ato de recepção que refaz as expectativas ante o novo.

Sem dúvida, a natureza, com as suas forças e seus aspectos e a raça, que admitamo-la como produto daquela, quer a consideremos como *fator originário e irreduzível, são dois motores que pesam fortemente na feitura de um caráter nacional e, por conseguinte, da estrutura da sociedade*. Entretanto não são os únicos. *Se eles agem sobre a sociedade, a sociedade reage sobre eles; o meio social de efeito passa a ser a causa; de resultante passa a ser o componente*. No Brasil é justamente o caso, e a influencia esquecida é a mais poderosa e ativa. Não é aqui o lugar próprio para demonstra-lo, *mas devo desde já chamar a atenção para esta falácia que vicia a composição do Sr. Silvio Romero* [Grifo meu] (Idem, 5)

A crítica direta de Capistrano é, portanto, a aplicação automática e natural das doutrinas europeias ao contexto brasileiro. Se acatarmos a sugestão de Elias Palti (2007), encontraremos aqui uma disputa conceitual que assegura ao letrado brasileiro, leitor do novo repertório, a condição de autor capaz de propor desvios fundados em premissas contingentes, baseadas no confronto da matriz conceitual com a experiência brasileira, e não somente na suposta exigência de modelos de pensamentos externos⁸⁴. A disputa colocada por Capistrano não era por quem

⁸⁴ Elias Palti propõe, nesse sentido, a existência um princípio de incompletude, constitutivo dos sistemas conceituais. Com esse princípio, se desfaz a premissa que sustenta o esquema dos modelos e dos desvios, ou ainda, de uma consistência e racionalidade dos tipos ideais. A ênfase nas linguagens, como sugere Palti, não são unidades logicamente integradas, mas histórica e

empreendeu uma leitura mais ou menos correta de Buckle. Repare o cerne do confronto do escritor cearense ante ao texto de Silvio Romero: ele atribui a Romero uma leitura tola do sentido da crítica moderna, como se a mera mobilização de um pressuposto considerado moderno pudesse ser legítimo por si só. “Pobre crítica que dependa da ação letrada de um Silvio Romero”, dizia Capistrano: trata-se de um entendimento de crítica que anula a ação do homem de letras, pois desfaz a tensão entre os fatores estruturantes de uma sociedade – “que pesam fortemente na feitura de um caráter nacional” – e a *capacidade de reação da sociedade sobre eles*. Para Capistrano, quando o peso da análise é exclusivo para o fator “originário e irreduzível”, perde-se de vista a capacidade de ação dos homens, logo, um dos dois lados “que pesam fortemente sobre a feitura de um caráter original”. Em suma, na leitura capistraniana, o equívoco crucial do escritor sergipano estaria na necessidade dele em compreender a modernidade como atualização, dando as costas para forças sociais que reagem sobre os fatores determinantes. Dito de outro modo, quando se nulifica a tensão gerada pela capacidade de ação das sociedades, tais elucidações tornam-se desprovidas de significação histórica. Tal análise parece fazer sentido quando evocamos a força da inevitabilidade que compõe a teoria do branqueamento, ou passagens romerianas, como a que lemos acima, tais como: “As ações humanas são regidas por um complexo de leis que inconscientemente para nós atiram nos no caminho da vida como uns quase atores” (ROMERO, S.: 1902, 29).

Nesse aspecto, a sugestão de Eduardo Ferraz Fellipe (2007) nos é válida e complementar.

Enquanto Romero privilegiou o quesito raça, Capistrano privilegiou a Natureza. O privilégio do primeiro faz com que a possível causa do nosso atraso somente seja ultrapassada através de uma solução vinculada ao influxo externo, como o branqueamento, por exemplo. Já Capistrano de Abreu, através da Natureza, dota o país de singularidade e aponta modificações para o futuro atreladas a ela. Assim, a solução para o futuro se remete ao passado, mas um passado que mantém uma influência permanente e longa, e que dotará de especificidade aquele que com ele travar contato. (FELLIPE, E.; 2007, 22)

Nos termos de Ferraz, a solução de futuro encontrada por Capistrano está na singularidade brasileira de seu passado, presença contínua e longa; a alternativa

precariamente articuladas. PALTÍ, Elias J. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 55.

romeriana impõe a força preponderante do influxo externo, capaz, inclusive, de suplantar o atraso brasileiro por meio de um futuro inevitavelmente branco.

Encontramos nos artigos desse jovem Capistrano de Abreu, crítico literário da corte dos anos 1870, a elevação da ponderação crítica – dos autores-receptores em desvio, nos termos de Palti – como necessidade de uma cultura receptiva como a brasileira, impregnada pelo *influxo externo* de ideias. Ele refutava o que lhe parecesse adequação automática ao novo, ou qualquer sinal de uma possível naturalização da inserção brasileira no processo universal da civilização. Três meses antes da publicação pela *Revista Brasileira* do artigo “A nova geração”, de Machado de Assis, visto por Capistrano como *ato de coragem*, o leitor da *Gazeta de Notícias* encontrava na edição de 2 de setembro de 1879, da coluna “Livros e Letras”, *apontamentos de coragem* do jovem escritor cearense direcionados ao novo estado de coisas delineado pela nova geração brasileira de 1870.

Um capítulo, principalmente, é muito notável – aquele em que autor pinta o estado moral da colônia, com a família constituída sobre o alicerce do terror com as festas religiosas a cada instante, com a ignorância imperando sobranceira, com a indústria peada e comprimida. Aqui ninguém ocupou-se deste assunto em livro elementar, talvez mesmo ninguém tenha sentido a necessidade de fazê-lo.

Estuda-se (?) a história, não nos originais que são raros e pouco atrativos, porém em compilações sem valor, sem ciência e sem consciência. Os que vão mais longe, *lêem uma página de Comte ou Buckle, e sem medita-la, sem pesar as condições sociais, sem procurar sob as ações mais complexas o elemento fundamental, aplicam à nossa sociedade, julgando ter levado ao cabo um grande empreendimento sociológico.*

E Comte tem um chavão que se aplica tão comodamente, que se maneja com tanta facilidade, que possui uma tal latitude: *o estado metafísico!* O Sr. Lafayette diz que foi republicano, porém que pensando melhor virou a casaca. Estado metafísico! O Cruzeiro diz que a cremação impede que sejam enterrados os catalépticos... Estado metafísico! Um autor propõe-se a tratar do assunto e fala de tudo menos do que promete... Estado metafísico! [Grifo meu] (ABREU, C.: 1975, 97, 4ª série)

Na passagem acima, o privilégio do critério receptivo está claramente colocado: não basta ler e citar Buckle ou Comte “sem meditá-lo, sem pesar as condições sociais”, tampouco aplicar à nossa sociedade “um grande empreendimento sociológico”; a irônica menção às citações ao estado metafísico de Comte acentua ainda mais o seu ponto. *A dimensão positiva da síndrome de inferioridade* só poderia se completar se a recepção brasileira fosse capaz de reconhecer as particularidades da experiência brasileira. O que Capistrano de Abreu condena efetivamente é uma recepção apressada e acrítica das ideias produzidas no Velho

Continente. Para ele, seria insuficiente analisar a sociedade e a história brasileiras como se o novo, o progresso, a razão ou a civilização pudessem se justificar por si mesmos. Em Capistrano funciona o princípio de que as novas ideias se tornam novas outra vez no contato com a experiência local americana. Eis o ponto que faz tocar os argumentos de Capistrano e Machado: os dois entendem a recepção crítica como ação, levando em conta a qualidade principal de culturas não autônomas, como a brasileira; ou seja, a busca pela autonomia é o próprio jogo ativo da apropriação.

2.4

Duas interrogações machadianas sobre o modo brasileiro de apreender o novo

A leitura a questões elucidadas pelas propostas de histórias literárias de Gonçalves de Magalhães e Silvio Romero nos ajudou a compreender a força do conceito de civilização no debate letrado brasileiro oitocentista, como chave para pensar sobre as relações entre literatura/pensamento brasileiros e o Ocidente Europeu. Através dos artigos de crítica de Capistrano de Abreu, na década de 1870, acompanhamos uma problematização à proposta romeriana, no que tange a uma inserção espontânea e natural das ideias brasileiras ao novo repertório científico, compreendido como avançado e moderno, conforme recepcionado por Romero e outros entusiastas da chamada “nova geração”. Definitivamente, Machado de Assis não estava isolado dos seus contemporâneos brasileiros quando escreveu “A nova geração”, mas seu argumento não foi apenas a confirmação das expectativas de leitura do contexto letrado brasileiro.

Podemos agora retornar ao Machado, já romancista de *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878), do artigo publicado na *Revista Brasileira* de dezembro de 1879 e também da “Notícia atual da literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade”, publicado seis anos antes. Do “Instinto” destaco, mais uma vez, a passagem abaixo.

Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo do Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo. [Grifo meu] (ASSIS, M.: 1962, 801, v. III)

Para, em seguida, compararmos com o ponto abaixo, contido n' "A nova geração":

A atual geração, quaisquer que sejam os seus talentos, *não pode esquivar-se às condições do meio*; afirmar-se-á pela inspiração pessoal, pela caracterização do produto, *mas o influxo externo é que determina a direção do movimento*: não há por ora *em nosso ambiente a força necessária à invenção de doutrinas novas*. [Grifo meu] (Idem, p. 813)

Chamo a atenção, agora, para quatro temas fundamentais que surgem das duas passagens: o lugar da natureza local e do meio como manancial para inspiração poética; a lenta e gradativa conquista de uma fisionomia própria ao pensamento nacional, obra de muitas gerações que "trabalharão para ela até perfazê-la de todo"; o diagnóstico de que o influxo externo é que determina a direção do novo movimento; e o conselho para que a nova geração não deixe de lado as condições próprias ao meio brasileiro. Este último ponto é peculiarmente interessante de sublinhar: mesmo diante de variados trabalhos que abordavam a cor local e o Brasil nas letras, desde pelo menos a década de 1830, Machado pedia para que os novos não se furtassem em considerar as condições do meio – na mesma linha sugerida por Capistrano de Abreu, que advertia sobre a capacidade da sociedade em reagir aos fatores "originários e irredutíveis", aqueles definidos pela correta aplicação das leis universais científicas modernas. Considerar o meio, em Machado – como em Capistrano – exige uma decisão qualitativa dos novos, que não implique simplesmente trazer assuntos nacionais para a pauta do debate letrado. Se Machado identifica no *instinto de nacionalidade* um traço distintivo fundamental das letras brasileiras – argumento do texto de 1873 – e, ao mesmo tempo, alerta para que a atual geração não se furte em considerar as condições do meio, podemos concluir que, em Machado, o problema central não era explorar o meio brasileiro, mas sim a possibilidade de tomá-lo a partir de em uma forma de ver moderna.

A outra independência brasileira, referida por Machado, a se constituir paulatinamente por mais de uma geração, incluiria, como requisito essencial, a presença do influxo externo – isso não significava um problema em si, como vimos no início do capítulo. O desafio principal da nova geração não seria anular a importância do *influxo externo*, mas tomá-lo criticamente na perspectiva de um diálogo horizontal ante o novo repertório intelectual. Tal horizontalidade significa

a possibilidade de ver a cultura e o pensamento brasileiros seguirem um percurso próprio de desenvolvimento, inserido, sim, no processo histórico mais amplo que constitui a tradição Ocidental, mas sem a referência de atraso/progresso, própria ao conceito de civilização.

É a partir dessa *condição de horizontalidade* que Machado forja a inserção do país no processo histórico universal, de dois modos. Primeiro, reconhecendo que a trajetória brasileira já possuía um repertório próprio, ou seja, um pecúlio brasileiro a ser mobilizado pela nova geração, tanto quanto as novas ideias europeias. Esse ponto não conduz Machado a uma visão nacionalista da literatura brasileira: está em jogo aí uma concepção universal de modernidade que só enxerga a possibilidade de edificação do novo por meio dos restos deixados pelo passado. A segunda condição de horizontalidade se compreende a partir do modo como Machado fará a crítica ao conceito de civilização e da ideia de progresso nele embutido: não há diferenças entre brasileiros, demais americanos e europeus, quando estes operam com a lógica da antecipação do futuro no presente, por meio da ideia de progresso. Todos, igualmente, plenamente civilizados ou não, esvaziam o espaço de ponderação crítica moderna quando tentam desfazer a coexistência tensa entre polos opostos em conflito e sem solução, inerentes a qualquer acontecimento histórico.

2.4.1

Pecúlio brasileiro, mais uma vez

Esse dia, que foi o Romantismo, teve as suas horas de arrebatamento, de cansaço e por fim de sonolência, até que sobreveio a tarde e negrejou a noite. (Idem, 810)

Quem assina o trecho acima, extraído de “A nova geração”, é Joaquim Maria Machado de Assis. Sua posição é muito clara quanto à possibilidade de sobrevivência do Romantismo na década de 1870. O Romantismo conhecera, até aquele presente momento, todo o percurso de um organismo vivo: nascimento, crescimento, arrefecimento e morte. Para Machado, as novas convicções do presente já não caberiam mais nas amarras românticas. E a experiência do fim é vista de maneira positiva.

A poesia subjetiva chegara efetivamente aos derradeiros limites da convenção, descera ao brinco pueril, a uma enfiada de coisas piegas e vulgares; os grandes dias de outrora tinham positivamente acabado. (Idem, 810)

Machado enxerga no presente da década de 1870 um momento de claro esgotamento da poesia romântica subjetiva, morte que evidencia a finitude de todas as coisas submetidas à ação do tempo. As mudanças são uma necessidade vital – não só no caso brasileiro, mas universalmente – e constituem o movimento de renovação poética.

A poesia não é, não pode ser eterna repetição; está dito e redito que ao período espontâneo e original sucede a fase da convenção e do processo técnico, e é então que a poesia, necessidade virtual do homem, forceja por *quebrar o molde e substituí-lo*. Tal é o destino da musa romântica. (Idem, 810)

A compreensão da *morte do Romantismo* não difere Machado de contemporâneos seus como Silvio Romero, de quem discordou em diversos momentos. A morte é necessária ao movimento das coisas humanas, incluindo as ideias em geral e a literatura: trata-se de uma necessidade vital que se sente, especialmente, em momentos como aqueles vividos na década de 1870, quando há um reconhecido “esforço [da nova geração] para fazer alguma coisa que não seja continuar literalmente o passado”. Tal movimento, para Machado, merece “um penhor de vitória” (Idem, 835)

O argumento começa a ganhar em complexidade na segunda parte da sentença, grifada abaixo.

A poesia não é, não pode ser eterna repetição; está dito e redito que ao período espontâneo e original sucede a fase da convenção e do processo técnico, e é então que a poesia, necessidade virtual do homem, forceja por quebrar o molde e substituí-lo. Tal é o destino da musa romântica. Mas não há só inadvertência naquele desdém dos moços; vejo aí também um pouco de ingratidão. A alguns deles, se é a musa nova que o amamenta *foi aquela grande moribunda que os gerou*; e até os há que ainda cheiram ao puro leite romântico. [Grifo meu] (Idem, 810)

A sutil diferença do ponto machadiano está no tanto de *ingratidão* da nova geração em relação aos românticos. Alguns sequer conseguem desvencilhar-se das amarras passadas, “cheirando ao puro leite romântico”; demonstram imensa vontade de superá-las, mas tal vontade parece ser insuficiente. Não há como fugir, pois “foi a grande moribunda [romântica] que os gerou [aos novos]”. Além disso, não é apenas o impulso transformador que efetiva a mudança. Tanto é que a nova geração brasileira, que a todo o tempo reivindicava a necessidade de ruptura com

o passado, ainda não teria conseguido delinear exatamente o sentido do novo movimento. Para Machado, era tudo ainda muito impreciso, reticente, indefinido.

Qual é, entretanto, a teoria e o ideal da poesia nova? Esta pergunta é tanto mais cabida quanto que uma das preocupações da recente geração é achar uma definição e um título. Aí, porém, flutuam as opiniões, afirmam-se divergências, domina a contradição e o vago; não há, enfim, um verdadeiro prefácio de Cromwell. (Idem, 811)

Há um impulso jovial para a mudança, mas há, sobretudo, pressa – da mesma natureza da que reclamava Capistrano de Abreu. Pressa em encontrar definições, polêmicas, contendas. Pressa em destruir tudo que pudesse ser considerado presença do passado no presente. Nada mais. A pergunta feita por Machado é: o que se constrói a partir de agora, ou melhor, como se edifica algo a partir de agora? Como lidar com a experiência da morte, do fim do Romantismo? Respostas que os *novos apressados* de 1870 ainda não teriam conseguido encontrar, sequer perguntar-se. É justamente essa pressa que reitera uma condição juvenil da nova geração brasileira, impedindo a devida ponderação, pausada e crítica, das ideias que vinham de fora. Por conseguinte, inviabilizava que a particularidade da cultura brasileira – isto é, a presença do *influxo externo* e sua consequente *janela aberta* para o Ocidente – se transformasse em dimensão positiva.

Não por acaso, Machado utilizou a produção letrada de Silvio Romero como exemplo síntese desse modo apressado de apreensão e recepção do novo. Romero não era o mote do artigo, como ele fez acreditar em suas réplicas posteriores ou na leitura de alguns de seus comentaristas – conforme vimos no início deste capítulo. A pressa juvenil de Romero, conforme identificada por Capistrano, incomodava profundamente também a Machado.

Não se contendo em apresentar apenas a divergência o Sr. Silvio Romero examina uma por uma das bandeiras hasteadas, e prontamente as derruba; nenhuma pode satisfazer as aspirações novas. A revolução foi parca de ideias, o Positivismo está acabado como sistema, o Socialismo não tem sequer o sentido altamente filosófico do Positivismo, o Romantismo transformado é uma fórmula vã, finalmente o idealismo metafísico equivale aos sonhos de um histérico; eis aí o extrato de três páginas. (Idem, 812)

Capistrano assinalara, em 1876, no artigo “O caráter nacional e as origens do povo brasileiro”, o uso de um escudo em forma de *retórica moderna* por trás de incongruências teóricas próprias a Silvio Romero: “És, com efeito, tão moderna [a

crítica romeriana] que teus maiores admiradores ainda não puderam aprender em que consiste.” (ABREU, C.: 1975, 3, 4ª série) Três anos depois, ironiza o uso indiscriminado do estado metafísico de Comte como argumentos de autoridade por parte dos novos brasileiros. Vemos acima Machado ter o mesmo procedimento: positivismo, romantismo, socialismo, idealismo metafísico, todos se transformam em fórmulas vãs, se examinadas sob a leitura romeriana. Incomoda-lhe a pressa. Se a mudança é uma necessidade vital, a mudança apressada é retrocesso. O ato de refutar o presente ou querer romper com o passado não é suficiente. Tampouco, a relação entre obra literária e espírito de um tempo pode ser reverenciada como novidade máxima da época; não há nada de novo em um raciocínio como este, que prima pela obviedade.

Não é outro o ponto controverso, e depois de ter refutado todas as teorias, o Sr. Silvio Romero conclui que a nova intuição literária nada conterà dogmático, - será um resultado do espírito geral da *crítica* contemporânea. Esta definição, que tem a desvantagem de não ser uma definição estética, traz em si uma idéia compreensível, assaz vasta, flexível, e adaptável a um tempo em que o espírito recua os seus horizontes. Mas não basta à poesia ser o resultado geral da crítica do tempo; e sem cair no dogmatismo, era justo afirmar alguma coisa mais. Dizer que a poesia há de corresponder ao tempo em que se desenvolve é somente afirmar uma verdade comum a todos os fenômenos artísticos. Ao demais, há um perigo na definição deste autor, o de cair na poesia científica, e, por dedução, na poesia didática, aliás inventada por Lucrécio. (ASSIS, M.: 1962, 813, v. III)

O argumento crítico-moderno romeriano representa para Machado a síntese de um sentimento meramente juvenil e destruidor que move, não apenas parte da nova geração brasileira de 1870, mas renova uma condição juvenil ao pensamento brasileiro, como se ele estivesse fadado a ser jovem em toda a sua trajetória. A remissão à juventude de ideias feita dessa maneira se converte em estagnação, incapacidade de crescimento.

Machado chega a reconhecer em Romero “um dos mais estudiosos representantes da nova geração; é laborioso e hábil” (Idem, p.812). Faltava-lhe, entretanto, no tratamento da matéria literária, dominar o *essencial* – nesse sentido, Machado é coerente com o que propôs, por exemplo, no “Instinto de Nacionalidade” e no “Ideal do crítico”. A obra literária romeriana era carente de forma poética, e sua expressão não traduzia devidamente as ideias.

Os Cantos do *Fim do Século* podem ser também documento de aplicação, mas não dão a conhecer um poeta; e para tudo dizer numa só palavra, o Sr. Romero não possui forma poética. Creio que o leitor não será tão inadvertido que suponha

referir-me a uma certa terminologia convencional; também não aludo especialmente à metrificacão. *Falo da forma poética, em seu genuíno sentido.* Um homem pode ter as mais elevadas ideias, as comoções mais fortes, e realçá-las todas por uma imaginação viva; dará com isso uma excelente página de prosa, se souber escreve-la; um trecho de grande ou maviosa poesia, se for poeta. *O que é indispensável é que possua a forma em que se exprimir.* Que o Sr. Romero tenha algumas ideias de poeta não lho negará a crítica; mas logo que a expressão não traduz as ideias, tanto importa não as ter absolutamente. Estou que muitas decepções literárias originam-se nesse contraste da concepção e da forma; o espírito, que formulou a ideia, a seu modo, supõe have-la transmitido nitidamente ao papel, e daí um equívoco. No livro do Sr. Silvio Romero achamos essa luta entre o pensamento que busca romper o cérebro, e a forma que não lhe acode ou só lhe acode reversa e obscura; *o que dá a impressão de um estrangeiro que apenas balbucia a língua nacional.* [Grifo meu] (Idem, p. 828)

O não domínio da forma impede, segundo Machado, que Romero desempenhe uma crítica apurada e verdadeira, do ponto de vista da verdade estética. Voltarei a esse ponto no próximo capítulo.

O mais importante aqui parece ser o destaque à inadequação romeriana em relação à forma de apreender o movimento do novo. Trata-se de um problema que não nasce com a nova geração de 1870, mas a perpassa. Machado de Assis expõe o problema em 1873, no “Instinto de Nacionalidade”.

Outra coisa de que eu quisera persuadir a mocidade é que a precipitação não lhe afiança muita vida aos seus escritos. Há um prurido de escrever muito e depressa; tira-se disso glória, e não posso negar que é caminho de aplausos. Há intenção de igualar as criações do espírito com as da matéria, como se elas não fossem neste caso inconciliáveis. Faça muito embora o homem a volta ao mundo em oitenta dias; para uma obra prima do espírito não precisos alguns mais. (Idem, 809)

Nos parágrafos abaixo, publicados treze anos antes do balanço sobre “A nova geração”, já vemos Machado identificando como grave problema a aclimatação passiva das ideias de fora, ocorrida em decorrência de certa pressa juvenil. Separei aqui uma passagem do artigo “Fagundes Varela: cantos e fantasias”, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* de 6 de fevereiro de 1866, na seção “Semana Literária”.

Houve um dia em que a poesia brasileira adoeceu do mal byronico; foi a grande sedução das imaginações juvenis pelo poeta inglês; tudo concorria nele para essa influência dominadora: a originalidade da poesia, a sua doença moral, o prodigioso do seu gênio, o romanesco da sua vida, as noites de Itália, as aventuras de Inglaterra, os amores de Guiccioli, e até a morte na terra de Homero e de Tibulo. Era, por assim dizer, o último poeta; deitou fora um belo dia as insínias de noble lord, desquitou-se das normas prosaicas da vida, fez-se romance, fez-se lenda, e foi imprimindo o seu gênio e sua individualidade em criações singulares e imorredouras. [Grifo meu] (Idem, 858)

No trecho abaixo, também destacado da seção “Semana Literária”, a questão se amplia.

Álvares de Azevedo era realmente um grande talento; só lhe faltou o tempo, como disse um dos seus necrológios. *Aquela imaginação vivaz, ambiciosa, inquieta, receberia com o tempo as modificações necessárias; discernindo no seu fundo intelectual aquilo que era próprio de si, e aquilo que era apenas reflexo alheio, impressão da juventude, Álvares de Azevedo, acabaria por afirmar a sua individualidade poética.* Era daqueles que o berço vota à imortalidade. Compare-se a idade com que morreu aos trabalhos que deixou, e ver-se-á que seiva poderosa não existia naquela organização rara. *Tinha os defeitos, as incertezas, os desvios, próprios de um talento novo, que não podia conter-se, nem buscava definir-se.* (Idem, 893) (...)

Ensaaiou-se na prosa, e escreveu muito; mas a sua prosa não é igual ao seu verso. Era frequentemente difuso e confuso; faltava-lhe precisão e concisão. Tinha os defeitos próprios das estreias, mesmo brilhantes como eram as dele. Procurava a abundância e caía no excesso. *A ideia lutava-lhe com a pena, e a erudição dominava a reflexão. Mas se não era tão prosador quanto poeta, pode-se afirmar, pelo menos que deixou ver e entrever, quanto se devia esperar dele, alguns anos mais.* (Idem, 894)

Data de 26 de junho do mesmo ano de 1866, referindo-se a “Álvares de Azevedo: Lira dos Vinte anos”. A pressa e a juventude das ideias continuam aparecendo de maneira negativa, mas com um remédio: a passagem do tempo. Ela seria capaz de promover uma melhor maturação das ideias, acompanhando um ritmo próprio de desenvolvimento, que envolve risco, tentativa, erro, acerto; ritmo de amadurecimento que se assemelha ao percorrido pelo Romantismo até encontrar seu esgotamento, na década de 1870. Pecado grave que voltaria a acometer os novos de 1870. A juventude, não só da idade, mas também a das ideias teria como traço negativo o fato de estar mais suscetível ao impulso destrutivo do novo. Sem a devida indagação e ponderação sobre a qualidade e o sentido do novo, as edificações humanas dissipar-se-iam. Eis o grande risco corrido por novos da década de 1870, como Silvio Romero: transformar o impulso destrutivo do novo em regra, tornando a condição negativa do jovem algo peculiar às ideias brasileiras. Sem a devida recepção crítica do novo repertório, que deve considerar decisivamente “as condições próprias ao meio”, o pensamento brasileiro caminharia para um destino obscuro aos olhos de Machado, isto é, uma condição eternamente jovem. A autoridade dos antigos se converteria em autoridade dos modernos, e a cultura brasileira, e a tal necessidade de atualização moderna, tão cara a Romero, redundaria na mais absoluta incapacidade de edificar algo consistente para o futuro.

Diferente do poeta Azevedo, cuja morte prematura impedira o apropriado amadurecimento das ideias e das reflexões sobre o percurso vivido no passado, a nova geração contava já com o acúmulo gerado pelos movimentos literários anteriores, um *pecúlio brasileiro*, que não poderia em hipótese alguma, ser descartado. Retoma-se, aqui, argumento caro ao “Instinto de Nacionalidade”. Mesmo morta, a musa do Romantismo deixara heranças, ruínas, das quais nem a nova geração do presente, nem outra nova geração do futuro poderiam prescindir. O *pecúlio brasileiro* estaria disponível para ser transformado em *peculiaridade brasileira*, uma particularidade do meio, a ser considerada pelos novos. A passagem abaixo de “A nova geração” é ponto-chave para o argumento deste capítulo.

A nova geração chasqueia às vezes do Romantismo. Não se pode exigir da extrema juventude a exata ponderação das coisas; não há como impor a reflexão ao entusiasmo. De outra sorte, essa geração teria advertido que a extinção de um grande movimento literário não importa a condenação formal e absoluta de tudo o que ele afirmou; alguma coisa entra e fica no *pecúlio* do espírito humano. Mais do que ninguém, estava ela obrigada a não ver no Romantismo um simples interregno, um brilhante pesadelo, um efeito sem causa, mas alguma mais que, se não deu tudo o que prometia, deixa quanto basta para legitimá-lo. Morre porque é mortal. (Idem, 810)

Lemos aqui um Machado preocupado em afirmar, sobretudo, o quanto os membros da nova geração eram devedores do arcabouço intelectual legado pela geração romântica que os antecedeu – “*mais do que ninguém*, estava ela obrigada a não ver no Romantismo um simples interregno”; Machado dizia mais do que ninguém pela pretensão da nova geração em instituir o novo. É uma análise que ultrapassa o contexto brasileiro, além dos limites do “instinto de nacionalidade”, comum aos românticos e à geração de 1870. A lição de que “a extinção de um grande movimento literário não importa a condenação formal e absoluta de tudo o que ele afirmou” é universalmente válida, para pensar não apenas a literatura brasileira, mas a literatura. A metáfora do enriquecimento do *pecúlio comum* nos apresenta um novo tipo de relação entre os contextos local e universal. *E também de um novo tipo de relação entre os movimentos literários e sua acepção histórica. Se a literatura sofre a ação do tempo, algo dela ficaria retido enquanto herança universal da humanidade.* Para Machado, sinal de lucidez de uma geração nova seria a percepção de que a afirmação de novos parâmetros não implicava na completa destruição do edifício construído pela geração passada,

mas sim que o crescimento literário decorria da interação do novo com o antigo. “Morre porque é mortal”: a consciência do fim e da mudança das ideias – já destacada em linhas anteriores – o faz perceber que as postulações daquele presente seriam o passado de um determinado futuro, mas que, nem por isso, aquelas ideias deveriam estar sujeitas ao esquecimento ou à mera substituição em virtude do fluxo do tempo.

Eis o primeiro grande problema identificado por Machado acerca da nova geração: a incapacidade de transformar o passado romântico – que é, sim, encerrado – em condição própria ao meio brasileiro. A literatura e o pensamento brasileiro possuíam um percurso que, se devidamente mobilizado, poderia ampliar o sentido do novo, transformando o impulso moderno em algo edificador, e não eternamente jovem e destruidor.

Aborrecer o passado ou idolatrá-lo vem a dar no mesmo vício; o vício de uns que não descobrem a filiação dos tempos, e datam de si mesmos a aurora humana, e de outros que imaginam que o espírito do homem deixou as asas no caminho e entra a pé num charco. *Da primeira opinião tem desculpa os moços, porque estão na idade em que a irreflexão é condição de bravura; em que um pouco de injustiça para com o passado é essencial à conquista do futuro. Nem os novos poetas aborrecem o que foi; limitam-se a procurar alguma coisa diferente.* [Grifo meu] (Idem, 836)

Machado observa que certo instinto de injustiça ante ao passado, ou ingratidão, é próprio do espírito juvenil. Pensar-se “como aurora humana” é recusar a possibilidade de produção de um acúmulo, de uma herança, de um pecúlio, isto é, é ver-se no futuro superado por um novo instinto de juventude.

Em agosto de 1875 – portanto, em momento intermediário à publicação dos dois artigos mais destacados aqui, o “Instinto de Nacionalidade” e “A nova geração” – Machado lançou no periódico *A crença*, um estudo sobre o poeta paulista Fagundes Varela. Lemos no parágrafo abaixo a retomada do crítico ao ponto em que tanto tem nos detido aqui.

A literatura brasileira é uma realidade e os talentos como o do nosso poeta [Fagundes Varela] o irão mostrando a cada geração nova, servindo ao mesmo tempo de estímulo e exemplo. A mocidade atual, tão cheia de talento e legítima ambição, deve pôr os olhos nos modelos que nos vão deixando os eleitos da glória, como aquele era – da glória e do infortúnio, tanta vez unidos na mesma cabeça. *A herança que lhe cabe é grande, e grave a responsabilidade.* [Grifo meu] [Grifo meu] (Idem, 903)

Quanto maior é a herança, maior é a responsabilidade dos novos. Daí que a renúncia ao legado é não só sinal da imaturidade e imprudência de quem opta pela eterna condição jovial, mas também abdica, ao cabo, à condição de amadurecimento própria à passagem do tempo, a qual todos os organismos vivos estão submetidos. Eis um conselho machadiano à nova geração brasileira.

O argumento machadiano que aparecia no “Instinto de Nacionalidade” e se amplia em “A nova geração” ressalva a possibilidade de a cultura e o pensamento brasileiros possuírem um repertório, a partir do qual, não só a nova, mas qualquer outra geração pode debruçar-se. Já seria possível, minimamente, voltar-se para dentro, mobilizar no presente o acúmulo brasileiro produzido ao longo do tempo. O que está em jogo não é a defesa de uma perspectiva nacionalista, mas uma compreensão de modernidade que não descarta o passado brasileiro – ao contrário, ressignifica-o enquanto pecúlio – e, ao mesmo tempo, mantém-se aberto à recepção do repertório moderno ocidental, do qual o Brasil faz parte e é capaz de intervir.

2.4.2

Rejeição ao impulso externo: Machado e sua aversão à ideia de progresso

Machado de Assis chama a atenção ao leitor de seu “A nova geração” sobre uma qualidade que considera essencial para o exercício crítico: a justa ponderação. A um só tempo, há qualidades positivas e negativas ao novo movimento poético, e o mérito do crítico será conseguir matizá-las: falta unidade, sobra confiança e brilho; a vulgaridade e a incoercível fantasia tem como contrapeso a vontade de não continuar o passado.

Qualquer que seja o grau de impressão do leitor, fio que não a terá exclusivamente benigna nem exclusivamente severa, mas ambas as coisas a um tempo, que é o que convém a nova geração. Viu que há talentos e talentos bons. Falta unidade ao movimento, mas sobram confiança e brilho; e se as ideias trazem às vezes um cunho de vulgaridade uniforme, outras um aspecto de incoercível fantasia, revela-se todavia esforço para fazer alguma coisa que não seja continuar literalmente o passado. Esta intenção é já um penhor de vitória. [Grifo Meu] (Idem, 835)

No trecho abaixo, Machado consegue ser coerente com essa premissa, ao analisar a obra poética de Afonso Celso Jr. Os méritos estão exibidos ao lado dos defeitos,

evidenciando ao seu leitor o movimento de características contrapostas em ação. Chamo a atenção para o modo como ele destaca a impaciência juvenil como defeito, ponto sublinhado no item anterior.

Vejo que o Sr. Afonso Celso Júnior procura inspiração na realidade exterior, e acha-a fecunda e nova. Tem o senso poético, tem os elementos do gosto e do estilo. A língua é vigorosa, conquanto não perfeita; o verso é fluente, se nem sempre castigado. Alguma vez a fantasia parece ornar a realidade mais do que convém à ficção poética, como na pintura dos sentimentos do soldado, na “Filha da Paz”; mas ali mesmo achamos a realidade transcrita com muita perspicácia e correção, como na pintura da casa, com o seu tamborete manco, a mesa carunchosa, o registro e o espelho pregados na parede. Os defeitos do poeta provém, creio eu, de alguma impaciência juvenil. Quem pode o mais pode o menos. Um poeta verdadeiro, como o Sr. Afonso Celso Junior, tem obrigação de o ser acabado; depende de si mesmo. (Idem, 822)

Se retornarmos à leitura de “O ideal do crítico”, publicado por Machado quatorze anos antes de “A nova geração”, em 1865, no *Diário do Rio de Janeiro*, notaremos que a requisição por justa ponderação aparece em primeiro plano, como componente de um ideal do crítico.

É preciso que o crítico seja tolerante, mesmo no terreno das diferenças de escola; se as preferências do crítico são pela escola romântica, cumpre não condenar, só por isso, as obras primas que a tradição clássica nos legou, nem as obras meditadas que a musa moderna inspira; do mesmo modo devem os clássicos fazer justiça às boas obras dos românticos e dos realistas, tão inteira justiça, como estes devem fazer boas obras daqueles. [Grifo meu] (Idem, 800)

Está vivo aqui também o confronto direto com uma posição moderna que supõe a natural superioridade do presente ante ao passado: o movimento de renovação não implica uma compatível elevação da beleza literária, pois as boas obras no campo literário superam quaisquer balizas temporais. Do mesmo modo, a virtude da tolerância/ponderação suplanta o princípio das diferenças entre escolas. Somente provido desta virtude, o crítico consegue aproveitar plenamente a possibilidade de confronto aberta pelos modernos. Se o princípio da autoridade do passado impedia o confronto, caberia à crítica moderna explorar o confronto antigos/modernos ao máximo, sem, contudo, resolvê-lo.

No trecho abaixo, retirado do artigo sobre o poema épico “Colombo”, de Araujo Porto-Alegre, publicado em 5 de junho de 1866, no *Diário do Rio de Janeiro*, vemos em ação a manifestação do confronto entre formas literárias e princípios temporais, dispostos em uma oposição que não se dissolve.

As formas poéticas podem modificar-se com o tempo, e essa é a natureza das manifestações de arte; o tempo, a religião e a índole influem no desenvolvimento das formas poéticas, mas não as aniquilam completamente; a tragédia francesa não é a tragédia grega, nem a tragédia shakespeariana, e todas são a mesma tragédia. Este acordo do moderno com o antigo era o pensamento de Chénier, que muitos séculos depois de Ovídio e Catulo ressuscitava o idílio e a elegia da antiguidade. [Grifo meu] (Idem, 892)

A leitura dessa passagem poderia nos fazer retornar ao desenvolvimento da metáfora do sentimento íntimo, conforme exposta em 1873, na “Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade”⁸⁵. O tema do “acordo do moderno com antigo”, já notório para Machado, em 1866, na obra do poeta francês André Chenier, poderia nos fazer voltar à fórmula moderna baudelairiana sobre a dupla dimensão do belo e seus desdobramentos na análise machadiana – conforme lemos no primeiro capítulo desta tese. Importa agora, contudo, salientar um pilar crítico fundamental a Machado, contido, tanto nesse artigo de 1866, quanto seis anos antes⁸⁶, ou quatorze anos depois, em 1879: a exposição de dois princípios em divergência contínua, sem que o movimento de um anule o outro, ou que, a partir da disputa, chegue-se a um terceiro princípio definitivo. Levando em conta este procedimento é que ele alça a primeiro plano a virtude da ponderação como base ao ideal do crítico.

Machado age como conselheiro de seu tempo, isto é, como alguém que, em contato com todos os tempos, é capaz de ver, “de fora”, os problemas de sua época. Ao espírito juvenil que impulsiona ao novo, carecia a ponderação própria da reflexão crítica, da qual, Machado fazia questão de assumir. Dois conselhos são

⁸⁵ Nesse artigo de 1866, Machado antecipa um ponto presente no artigo “Notícia atual da literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade”, de 1873, dos mais citados pela fortuna crítica machadiana. Em 1873, Machado diz: “Perguntarei mais se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Julio César*, a *Julieta e Romeu* tem alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês” ASSIS, M. Op. Cit, p. 804; enquanto que em 1866, ele afirma: “a tragédia francesa não é a tragédia grega, nem a tragédia shakespeariana, e todas são a mesma tragédia.” (Idem, 892).

⁸⁶ Enquanto dissertava sobre a peça *Mãe*, de José de Alencar, em 29 de março de 1860, na seção “Revista Dramática” do *Diário do Rio de Janeiro*, Machado diminuía, em seu argumento, o lugar das escolas literárias. “As minhas opiniões sobre o teatro são ecléticas em absoluto. Não subscrevo, em sua totalidade, as máximas da escola realista, nem aceito, em toda a sua plenitude, a escola das abstrações românticas; admito e aplaudo o drama como forma absoluta do teatro, mas nem por isso condeno as cenas admiráveis de Corneille e de Racine”.

“Tiro de cada coisa uma parte, e faço o meu ideal de arte, que abraço e defendo.”
 “Entendo que o belo pode existir mais revelado em uma forma menos imperfeita, mas não é exclusivo de uma só forma dramática. Encontro-o no verso valente da tragédia, como na frase ligeira e fácil com que a comédia nos fala ao espírito.” [Grifo meu] (ASSIS, M. Op. cit. p. 837)

centrais para que os novos pensem o futuro de seu movimento: o pedantismo e o espírito de seita. Em ambos, a carência é a mesma: a justa ponderação das coisas.

A nova geração freqüenta os escritores da ciência; não há aí poeta digno desse nome que não converse um pouco, ao menos, com os naturalistas e filósofos modernos. Devem, todavia, acautelarse de um mal: o pedantismo. Geralmente, a mocidade, sobretudo a mocidade de um tempo de renovação científica e literária, não tem outra preocupação mais do que mostrar às outras gentes que há uma porção de coisas que estas ignoram; e daí vem que os nomes ainda frescos na memória, a terminologia ainda apanhada pela rama, são logo transferidos ao papel, e quanto mais crespos forem os nomes as palavras, tanto melhor. P.836

Digo aos moços que a verdadeira ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; e que o modo eficaz de mostrar que se possui um processo científico, não é proclama-lo a todos os instantes, mas aplica-lo oportunamente. Nisto os melhores exemplos são os luminares da ciência; releiam os moços o seu Spencer e o seu Darwin. *Fujam também a outro perigo: o espírito de seita, mais próprios das gerações feitas e das instituições petrificadas.* [Grifo meu] (Idem, 836)

São estas *instituições petrificadas* que anulam a possibilidade de crítica e de produção efetiva do novo, e impede que este possa ser construído para sair mais duradouro, podendo ser aproveitado pelas gerações futuras.

O que está em jogo na crítica machadiana ao espírito juvenil da nova geração de 1870, em sua dimensão negativada enquanto meramente destrutiva e incapaz de superar uma condição juvenil das letras brasileiras, não é somente um problema de apropriação do *influxo externo*, mas do molde mesmo que é transformado pela experiência brasileira – da própria matriz das ideias, se quisermos usar nos termos de Roberto Schwarz – ou seja, o que o confronto machadiano volta-se ao conceito de civilização e à ideia de progresso que lhe é intrínseca. Quando a ponderação é enunciada como princípio basilar do exercício crítico, conforme vimos linhas acima, supondo a manutenção e exploração da disputa entre polos contrários em movimento, a anulação do conflito se ergue, ao fim e ao cabo, como principal equívoco a ser combatido. A ideia de progresso já estaria invalidada por Machado, se considerássemos a aversão dele ante a um suposto tido como moderno de superação automática do presente ante o passado – e vice-versa. Qualquer trajetória que implique o conhecimento prévio de uma linha de continuidade ascendente ou descendente descarta o que é, na verdade, a junção machadiana do princípio moralista (à moda dos antigos) da constância do jogo dos contrários, e que se submetem a condições inteiramente imprevisas no futuro (à moda dos modernos). Além disso, o progresso enquanto ideia fixa

antecipa para o presente uma dimensão ideal de futuro que elimina o polo negativo, logo, a tensão. Esse futuro melhor, abstraído do presente, elimina o lado negativo, impedindo, dessa forma, a crítica. Além disso, se o motor do presente é o processo histórico que lhe sobrepõe, tal como vimos em Silvio Romero, o resultado é o esvaziamento crítico do próprio presente e do espaço de ação dos homens – a capacidade de reação das sociedades, também ressaltada por Capistrano de Abreu.

3

“A realidade é boa, o realismo é que não presta pra nada”: Machado, a Escola Realista e a modernidade brasileira

3.1

O espanto de Capistrano e a sentença machadiana

O trecho abaixo foi publicado pela primeira vez em 1877, no jornal *O Globo*, assinado pelo jovem articulista cearense João Capistrano de Abreu.

A história quando é escrita com precipitação, sem o conhecimento exato dos fatos e de todas as circunstâncias que a ele se prendem, e onde o autor, poeta ou romancista, dá largas à sua imaginação, deixa de ser história, é romance, é poema, deleita, agrada, distrai, mas não instrui, e não adianta ideia alguma, e livros que não adiantam ideias, de pouca utilidade são.

Ou história verdadeira ou romance, tem-se a escolher, mas fazer um romance em assuntos sérios, só um espírito superior disso é capaz. [Grifo meu] (ABREU, C.: 1975, 39, 4ª série)

Capistrano escrevia sobre o livro *História da Fundação do Império Brasileiro*, do historiador João Manoel Pereira da Silva. O livro de Pereira da Silva, segundo Capistrano, carecia do conhecimento exato dos fatos e das circunstâncias que a ele se relacionavam, sem reunir, portanto, qualidades que desempenhassem funções requisitadas a um texto de história. História e romance aparecem em campos distintos: “Ou história verdadeira ou romance, tem-se a escolher”; o romance “deleita, agrada, distrai”, enquanto a história “instrui”. Pereira da Silva erra quando se propõe a escrever história deixando-se levar pela imaginação própria ao romance, cujo objetivo primeiro seria o de deleitar, mas sem instruir. Capistrano de Abreu, sabemos hoje, optará pela história.

A preocupação em delinear um campo específico para a escrita da história parece não ter sido uma questão cara apenas ao rapaz que, em 1877, dava seus primeiros passos na imprensa da Corte, mas perseguiria toda a trajetória intelectual do historiador João Capistrano de Abreu. Para Ricardo Benzaquen (1988), Capistrano de Abreu foi o historiador brasileiro oitocentista que melhor incorporou o ideal do historiador moderno, em sua busca por uma verdade pautada na extensa pesquisa de fontes históricas documentais, cuja exigência central seria a imparcialidade na determinação da verdade dos fatos: ao historiador caberia analisar documentos, confrontar testemunhos e estabelecer “quais textos

eram ou não confiáveis para se conseguir uma visão realista do mundo” (BENZAQUEN, R.: 1988, 28). A adoção de tal perspectiva não tornará Capistrano um escravo dos documentos: de acordo com Francisco Falcon, para o historiador cearense, a tarefa da escrita da história só se completava plenamente se contasse com a intervenção do historiador na proposição de questões e possíveis respostas, em nome de uma visão de conjunto da história do Brasil, ou seja, seria a partir do cotejo e disponibilização⁸⁷ do material documental coletado que o historiador deveria chegar a visões teórico-interpretativas (FALCON, F.: 2011, 158). Ilmar de Mattos explicará o funcionamento dessa perspectiva aludindo a tarefa do historiador às funções de juiz, detetive e espectador.

Empenhado em conseguir uma *visão realista do passado*, em alcançar a verdadeira natureza da sociedade por meio do conhecimento histórico, Capistrano transmuta-se no trato com os documentos: em juiz ouvindo - ou melhor, lendo! - os testemunhos, confrontando-os entre si e, afinal, decidindo de modo imparcial por um ou alguns deles; em detetive, avaliando quais são os depoimentos e dados confiáveis, em função antes de mais nada do caráter lógico do que era exposto; e em espectador - não raro, muito mais em espectador - que passa a "ver" - isto é, conhecer - o que aconteceu porque privilegia entre os relatos aquele que emana de uma testemunha ocular. (MATTOS, I.: s/d, s/p)⁸⁸

Tal exigência de imparcialidade como condição para alcance de uma verdade realista do passado conduz, necessariamente, a uma distinção extrema entre texto ficcional e escrita da história: eis um traço forte da proposta capistraniana salientado por Benzaquen, Falcon e Mattos. A identidade do historiador é forjada, portanto, a partir de um pretenso afastamento da escrita da história em relação à tarefa de romancistas e à literatura ficcional como um todo⁸⁹. Em suma, em

⁸⁷ Maria da Glória Oliveira ressalta que essa disponibilização do material não significa mera transcrição documental, mas uma tarefa seletiva e crítica metódica. “Restaurar e interpretar qualquer texto histórico compõe, portanto, a mesma e necessária operação para conferir credibilidade à sua edição crítica. Mesmo tendo em vista o objetivo primeiro de sua ‘vulgarização’, esse tipo de publicação não se limita a um expediente de transcrição inocente, pois entre os documentos inéditos e a sua pretendida reconstituição definitiva existe, quase sempre, a intermediação da cópia, objeto de suspeita ou da crença, das conjecturas e da crítica metódica do historiador.” OLIVEIRA, Maria da Glória. “Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu”, In GUIMARÃES, Manoel L. Salgado (org). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro : 7 Letras, 2007, p. 219.

⁸⁸ MATTOS, Ilmar R. de. “Capítulos de Capistrano.” Texto disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/frame.htm>. Acesso em abril de 2012.

⁸⁹ Sobre a relação a relação de Capistrano com o IHGB, e do afastamento entre história e literatura ficcional, escreve Ilmar de Mattos: “Do Instituto destacaria sempre o zelo proveniente de seus fundadores na coleta e organização dos documentos interessantes à história pátria, grande parte dos quais transcritos nas páginas de sua Revista Trimensal; daqueles fundadores, que ainda entendiam a História como uma ramo filológico das Belas Letras, guardaria distancia prudente por

Capistrano de Abreu há uma grande ocupação em definir para o campo da história um realismo histórico que lhe fosse específico, a partir da adoção de um método e de uma interpretação, afastado do equívoco e da falsidade característicos dos textos ficcionais.

Levando em conta a afirmação desse afastamento, Capistrano chega a uma conclusão em seu artigo sobre Pereira da Silva, de 1877: “Romance em assuntos sérios, só um espírito superior disso é capaz”. Quatro anos depois, o historiador cearense parece ter encontrado um desses espíritos em terras brasileiras. Pelo menos é isso que ele transparece ao leitor de sua crítica ao comentado romance de Joaquim Maria Machado de Assis, que acabara de ser editado em livro pela Garnier, depois de publicado em capítulos na *Revista Brasileira*⁹⁰. Capistrano aparenta certo espanto com as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em seu artigo na *Gazeta de Notícias* de 30 de janeiro de 1881.

As Memórias Póstumas de Brás Cubas serão um romance? Em todo o caso são mais alguma coisa. O romance aqui é simples acidente. O que é fundamental e orgânico é a descrição dos costumes, a filosofia social que está implícita. (ABREU, C.: 1975, 197, 4ª série)

O leitor que duvidava da possibilidade de um *romance sério* valorizava, em primeiro lugar, a filosofia que é implícita às *Memórias Póstumas*, segundo a qual,

O bem não existe; o mal não existe; a virtude é uma burla; o vício é um palavrão (Idem, 198) (...)

A humanidade reside no todo, mas reside igualmente no indivíduo. Como, por conseguinte, pode lesar-se a si própria? (Idem, 200)

Para Capistrano, o grande mérito do romance é ter conseguido superar as frivolidades, o “mero divertimento”, os assuntos sem utilidade imediata de seus textos congêneres, conseguindo, com isso, superar as expectativas de leitura guardadas a um texto romanesco entre o público leitor brasileiro oitocentista. O romance machadiano teria alcançado o mesmo patamar das fórmulas que instruem, logo, tem mais utilidade e são mais sérias. Eis os méritos encontrados

identificar na distinção extrema entre literatura e história - ou seja, entre ficção e verdade- a condição para fazer da História a genealogia científica do Estado-nação”. [Grifo meu] MATTOS, I. Op. cit., s/p

⁹⁰ O primeiro capítulo do livro saiu na edição de 15 de março de 1880 na *Revista Brasileira* e sua primeira edição em livro data provavelmente de janeiro de 1881. GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX* São Paulo: EDUSP, 2004, p. 183.

naquele texto de Machado à leitura de Capistrano, que fê-lo indagar pelo próprio estatuto do romanesco: aquilo é mesmo um romance? O que é aquilo?⁹¹

Capistrano ressalta a primazia dos *assuntos sérios* das *Memórias Póstumas*, em 1881, como se ela fosse incomum ao contexto brasileiro. Logo ele, leitor, admirador e amigo de José de Alencar⁹², a quem considerava o principal homem de letras brasileiro⁹³, um romancista que requisitou à sua produção literária muito mais do que “deleitar, agradar, distrair sem instruir”. Ao produzir um sentido histórico para seus romances, em 1872, Alencar submete o conjunto de sua produção ficcional a episódios da história da sociedade brasileira – por sinal, tema sério e caro ao mesmo Capistrano de Abreu, historiador. Em “Benção Paterna”, prefácio ao romance *Sonhos D’Ouro*, de 1872, Alencar mostra que sua produção romanesca está voltada à instrução de seu leitor brasileiro, lançando mão, inclusive, de um uso do passado brasileiro nesse sentido.

O período orgânico desta literatura conta já três fases.

A primitiva que se pode chamar aborígene são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalaram a infância do povo (...)

Iracema pertence a essa literatura primitiva cheia de santidade e enlevo (...)

⁹¹ O próprio Machado, no prólogo que publicou à terceira edição das *Memórias Póstumas*, ecoa a indagação feita por Capistrano de Abreu: “Capistrano de Abreu, noticiando a publicação do livro, perguntava: ‘As Memórias Póstumas de Brás Cubas são um romance?’ Macedo Soares, em carta que me escreveu por esse tempo, recordava amigamente as Viagens na minha terra. Ao primeiro respondia já o defunto Brás Cubas (como o leitor viu e verá no prólogo dele que vai adiante) que sim e que não, que era romance para uns, e não o era para outros. Quanto ao segundo, assim se explicou o finado: ‘Trata-se de uma obra difusa, na qual eu, Brás Cubas, se adotei a forma livre de um Sterne ou de um Xavier de Maistre, não sei se lhe meti algumas rabugens de pessimismo.’ Toda essa gente viajou: Xavier de Maistre à roda do quarto, Garret na terra dele, Sterne na terra dos outros. De Brás Cubas se pode dizer que viajou à roda da vida. O que faz do meu Brás Cubas um autor particular é o que ele chama ‘rabugens de pessimismo’. Há na alma deste livro, por mais risonho que pareça, um sentimento amargo e áspero, que está longe de vir de seus modelos. É taça que pode ter labores de igual escola, mas leva outro vinho. Não digo mais para não entrar na crítica de um defunto, que se pintou a si e a outros, conforme lhe pareceu melhor e mais certo.” ASSIS, M. *Obra Completa*. v. I

⁹² De acordo com Daniel Mesquita, o estímulo de José de Alencar foi decisivo para a resolução de Capistrano de ir para o Rio de Janeiro. O encontro entre os dois teria ocorrido pela primeira vez em 1874, quando da viagem de Alencar ao Ceará, para cuidar de sua saúde, àquela época já debilitada. Jose de Alencar ficou algum tempo no Ceará, fazendo pesquisas sobre folclore cearense, contando com o auxílio de Capistrano. MESQUITA, Daniel. *Descobrimientos de Capistrano: a História do Brasil ‘a grandes traços e largas malhas’* Rio de Janeiro: Apicuri: Ed. PUC-Rio, 2010, p. 24.

⁹³ “Para Capistrano, Alencar teria sido o ‘primeiro e principal homem de letras brasileiro’. Proferia essas palavras em 13 de dezembro de 1877, um dia após a morte do literato, num necrológico publicado pela Gazeta de Notícias, substituindo outro preparado por Machado de Assis. Não via substitutos a altura e defendia que ele era o fundador da literatura brasileira.” OLIVEIRA, Josiane R. *Um historiador em formação: os primeiros anos de Capistrano de Abreu (1875-1882)* Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011 [Tese de Doutorado], p. 40.

O segundo período é histórico: representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplendido. (...)

É a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor. Esse período colonial terminou com a independência.

A ele pertencem *O Guarani* e *As Minas de Prata*.(...)

A terceira fase, a infância da nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe dêem os últimos traços e formem o verdadeiro gosto nacional fazendo calar as pretensões hoje tão acesas de nos recolonizarem pela alma e pelo coração já que não o podem pelo braço.

Neste período a poesia brasileira, embora balbuciante ainda, ressoa, não já somente nos rumores da brisa e nos ecos da floresta, senão também nas singelas cantigas do povo e nos íntimos serões da família.

Onde não se propaga com rapidez a luz da civilização, que de repente cambia a cor local, encontra-se ainda em sua pureza original, sem mescla, esse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileiro. Há, não somente no país, como nas grandes cidades, até mesmo na côrte, desses recantos, que guardam intacto, ou quase, o passado. *O Tronco do Ipê*, *o Til* e *O Gaúcho*, vieram dali (...) (ALENCAR, J.: 1959, 697-9, v.I)

Alencar sugere a existência de uma relação intrínseca entre seus romances e momentos distintos e decisivos da história do Brasil, como se sua obra ficcional estivesse voltada à compreensão dos diferentes capítulos da história da sociedade brasileira. Em correspondência privada a um amigo, Alencar vai além e autodenomina-se um *historiador a sua maneira*.

Demais sou um historiador à minha maneira; não escrevo os anaes de um povo, e sim a vida de uma cidade; colijo os fatos, as lembranças, as tradições, as conjecturas, os usos e costumes; faço de uma terra selvagem, ou uma molle de casas um livro; copio a crônica de um lugar, como escreveria as reminiscências de um homem, ou as memórias literárias de um escritor. [Grifo Meu] (FREIXEIRO, F.: 1977, 110)

“Ou história verdadeira ou romance, tem-se a escolher”, diria Capistrano. Entre uma e outro, Alencar ficou entre os dois, à sua maneira. O que as passagens acima nos indicam é que, para Alencar, era possível conciliar um projeto de literatura a um *tipo especial de escrita da história*, mais próxima à vida nas cidades e ao cotidiano de um povo do que aos anais políticos escritos a respeito dele – ao se admitir como historiador à sua maneira, ele reconhece a possibilidade de aproximação, mas também a distinção das tarefas do romancista e do historiador. O princípio da verdade histórica parecia fundamental ao uso pedagógico que Alencar conferia à sua produção romanesca. Submetendo a sua produção letrada ao objetivo de construir a nação brasileira através das letras, Alencar considerava o passado e a história componentes fundamentais – contribuindo, ao seu modo,

para as lutas de inteligência de sua época na contínua busca pela segunda independência brasileira, nos termos que desenvolvi no primeiro capítulo. Nesse ponto, vemos Alencar bastante próximo ao que Gonçalves de Magalhães e Silvio Romero requisitavam para o conceito de literatura em suas histórias literárias. A peculiaridade de Alencar reside no fato de que, nele, o problema literário não se submete à definição do nacional. Pelo menos é dessa maneira que Machado de Assis, o crítico, apresentar-nos-á a José de Alencar, romancista e dramaturgo. Se concordarmos com Machado, Alencar não se filia imediatamente à tradição do *instinto de nacionalidade*, na dimensão negativa que esta comporta – isto é, reduzindo o mérito literário ao valor nacional – conforme veremos ao longo do presente capítulo.

Leitor e admirador de Alencar, tanto quanto Capistrano, Machado de Assis publicou no jornal carioca *O Cruzeiro*, nas edições de 16 e 30 de Abril de 1878 – portanto, três anos antes da publicação em livro das *Memórias Póstumas*, sob o pseudônimo Eleazar, dois textos acerca do festejado romance *O Primo Basílio*, do português Eça de Queirós⁹⁴. No trecho abaixo, vemos Machado comentar as repercussões de seus artigos na crítica⁹⁵.

⁹⁴ Publicado em fevereiro de 1878, o segundo romance de Eça de Queirós conheceu, de acordo com Paulo Franchetti, um “sucesso [...] grande e imediato. Uma primeira edição de três mil exemplares se esgotou rapidamente e uma segunda, com revisões do autor, saiu ainda no mesmo ano de 1878” FRANCHETTI, Paulo. “Apresentação.” In QUEIRÓS, Eça de. *O Primo Basílio. Episódio doméstico*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. p. 21-22.

No Brasil, a crítica antecedeu à própria chegada do romance, através do folhetim publicado por Ramalho Ortigão, que exaltava a qualidade do livro. A esse respeito, afirma Magalhães Junior: “A primeira crítica de ‘O Primo Basílio’ no Brasil foi uma de suas ‘Cartas Portuguesas’, enviada de Lisboa e publicada na Gazeta de Notícias a 25 de março de 1878. Começava por estas palavras: ‘Ontem foi posto a venda em Lisboa O Primo Basílio (Episódio Doméstico), novo romance de Eça de Queirós. Sou amigo particular do autor deste livro. Fui seu inseparável companheiro de trabalho durante anos.’ (...) A seguir dizia conhecer Eça de Queirós mais intimamente do que qualquer dos seus leitores e possuía elementos para julgar com justiça. Depois, resumia a intriga de *O Primo Basílio*, acrescentando: ‘Este livro, superior pela forma ao *Crime do Padre Amaro*, está, no entanto, abaixo dele, como intenção crítica e como influencia social. O *Crime do Padre Amaro*, demolindo o prestígio clerical, descarnando a imoralidade do celibato eclesiástico, fazia uma obra de justiça e aditava o progresso humano. O *Primo Basílio*, atacando a burguesia, que é uma formação social não transitória, mas definitiva, que não pode ser demolida, e que hoje em dia precisa muito mais de ser instruída do que injuriada, pratica um fato sem alcance na direção mental do seu tempo.’ (MAGALHÃES JUNIOR, R. Op. cit., p. 233, v. 2)

⁹⁵ De acordo com as informações de Raimundo Magalhães Junior: “Quem primeiro se manifestou sobre o artigo de Machado de Assis foi um português, Henrique Chaves, que viera ao Brasil para exercer a profissão de taquígrafo e, também, o jornalismo. [Citando Chaves] ‘Sob o pseudônimo de Sr. Saraiva, com que costumava assinar folhetins de crítica teatral, ele escreveu na Gazeta de Notícias a 20 de abril de 1878 (...) /Não discuto preferências de escolas: de nada serviria para o caso em questão. O que parece, todavia, é que desde que há pontos de vistas diferentes, a crítica não pode ser exercida com imparcialidade e sem preocupações de gênero. Eleazar é evidentemente adverso à escola que se filia o autor de *O Crime do Padre Amaro* e, necessariamente, por isso é

Há quinze dias, escrevi nestas colunas uma apreciação crítica do segundo romance do Sr. Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, e daí para cá apareceram dois artigos em resposta ao meu, e porventura algum mais em defesa do romance. Parece que a certa porção de leitores desagradou a severidade da crítica. Não admira; nem a severidade está muito nos hábitos da terra, *nem a doutrina realista é tão nova que não conte já, entre nós, mais de fêrvido religionário*. Criticar o livro, era muito: *refutar a doutrina, era demais*. Urgia, portanto, destruir as objeções e aquietar os ânimos assustados; foi o que se pretendeu fazer e foi que não se fez. [Grifo meu] (ASSIS, M.: 1962, 909, v. III)

Ao comentar as réplicas ao seu primeiro texto, Machado observa que sua pena bélica, destinada a atingir os pressupostos realistas contidos no romance do escritor português, resvalava também em literatos brasileiros que, tal qual Eça, identificavam-se com a nova escola. Conforme veremos mais detalhadamente ao longo deste capítulo, mais do que ao livro, os artigos de Machado dirigiam-se à doutrina, tida como moderna por seus entusiastas, na década de 1870. Mais do que isso, os pressupostos do Realismo como escola atendem inteiramente ao cânon literário brasileiro – exemplificado aqui com as apreciações de Gonçalves de Magalhães e Silvio Romero – traçado pelo debate crítico-literário desde os primeiros românticos brasileiros.

O principal equívoco contido no livro do seu amigo português e, principalmente, na escola a que pretende se filiar está no fato de ele confundir a verdade moral e a verdade estética em textos literários. Desse modo, Machado retomava um argumento central ao artigo “Notícia atual da literatura brasileira – Instinto de Nacionalidade”, publicado em 1873, que reclamava o mesmo em relação aos textos que atribuíam valor literário por medidas nacionais.

Um dos meus contendores louva o livro do Sr. Eça de Queirós, por dizer a verdade, e atribui a algum hipócrita a máxima de que nem todas as verdades se dizem. *Vejo que confunde a arte com a moral; vejo mais se*

obrigado a combater a causa e o efeito, a escola e o livro. O adversário não poderá ser nunca o melhor juiz.’ [Fim da citação] Entendia Henrique Chaves que Machado devia ter dito se *O Primo Basílio* era obra malfeita, ou se correspondia às exigências do gênero. Se era inverossímil a ação do romance ou falsos os caracteres que nele figuram, ou se as palavras estavam em contradição com suas maneiras de agir. (...) Quatro dias depois, a 24 de abril, a crítica de Machado de Assis provocou outra longa contestação, ainda na Gazeta de Notícias, onde Ataliba de Gomensoro, médico oculista, autor de comédias e folhetins, parodiava em rodapés semanais as Cartas Persas, de Montequieu, numas ‘Cartas Egípcias’, assinadas com pseudônimos. (...) Ataliba de Gomensoro procurou demonstrar que Eleazar não tinha razão na hipótese que sustentara sobre o romance de Eça de Queirós, pois o mesmo argumento poderia ser aplicado a qualquer outro livro ou situação histórica. (...) O folhetinista atacava, sobretudo, o moralismo de Machado de Assis. Idem, 239-40

combate a si próprio. Se todas as verdades se dizem, por que excluir algumas? (Idem, 913)

Embora no verdor dos anos, no auge da apreensão da escola enquanto novidade moderna, na década de 1870, a escola realista, segundo Machado, já nascia fadada ao fracasso. Carregava consigo um mal de origem, um elemento avesso aos princípios literários, isto é, a não distinção da verdade estética própria a uma obra de arte literária. Por isso já era caduca e ultrapassada em seu próprio arvorecer.

Resta-me concluir, e concluir aconselhando aos jovens talentos de ambas as terras da nossa língua, que não se deixem seduzir por uma *doutrina caduca, embora no verdor dos anos. Este messianismo literário não tem a força da universalidade nem da vitalidade; traz consigo a decrepitude*. Inclui, decerto, em bom sentido, e até certo ponto, não para substituir as doutrinas aceitas, mas corrigir o excesso de sua aplicação. Nada mais. [Grifo meu] (Idem, 913)

O trecho acima aparece no artigo “A nova geração” – objeto principal do capítulo anterior – publicado na *Revista Brasileira* em 1879, um ano depois dos artigos sobre o *Primo Basílio*. Avesso ao espírito de messianismo, vendo neste a oposição à reflexão crítica e à ponderação, Machado assume seu lugar, mais uma vez, na cadeira de conselheiro de seu próprio tempo, não só dos brasileiros, mas também de portugueses e leitores de qualquer nacionalidade. Ainda em “A nova geração”, Machado sentencia a morte da literatura se os pressupostos da escola Realista passarem a ser mais do que um mero modismo.

Ia-me esquecendo uma bandeira hasteada por alguns, o Realismo, a mais frágil de todas, porque é a negação mesma do princípio da arte. (...) Todavia, creio que de todas as que possam atrair a nossa mocidade, esta é a que menos subsistirá, e com razão: não há nela nada que possa seduzir longamente uma vocação poética. Neste ponto todas as escolas se congoçam; e o sentimento de Racine será o mesmo de Sófocles. Um poeta V.Hugo, dirá que há um limite intrascendível entre a realidade, segundo a arte, e a realidade, segundo a natureza. Um crítico, Taine, escreverá que se a exata cópia das coisas fosse o fim das arte, o melhor romance ou o melhor drama seria a reprodução taquigráfica de um processo judicial. Creio que aquele não é clássico, nem este romântico. Tal é o princípio são, superior às contendas e teorias particulares de todos os tempos. (Idem, 813)

O incômodo machadiano decorre da associação imediata entre Escola Realista e discurso de modernidade. Como vimos nos capítulos anteriores, Machado confrontou a adesão automática ao novo como critério literário, posto que tal critério fosse incapaz de contar com a virtude da ponderação crítica do presente. Além disso, não existia sentimento moderno capaz de anular a condição de ser da

literatura, e se o Realismo é a “negação mesma do princípio da arte”, não haveria fórmula temporal que pudesse superar essa condição, ou seja, tratava-se de uma conclusão superior a teorias particulares de qualquer tempo.

Ainda n’ “A nova geração”, Machado expõe diretamente a sentença-chave do presente capítulo.

A realidade é boa, o realismo é que não presta para nada (Idem, 830)

Dessa maneira, o literato retomava o ponto central de sua crítica ao *Primo Basílio* e à Escola Realista, publicada um ano antes, em 1878, onde ele também asseverava:

Voltemos os olhos para a realidade, mas excluamos o Realismo, *assim não sacrificaremos a verdade estética*. (Idem, 913)

O que está em jogo, de maneira decisiva para Machado, em toda a sua produção crítica entre as décadas de 1850 e 70, igualmente sistematizada em sua crítica ao *Primo Basílio* de Eça de Queirós, é a constituição de um campo específico para a literatura, capaz de *não sacrificar a verdade estética*, ponto continuamente reafirmado em face do debate crítico brasileiro e das repercussões da Escola Realista na década de 1870. Na formação do cânon literário brasileiro oitocentista, que encontra nas propostas de histórias literárias de Gonçalves de Magalhães e de Silvio Romero balizas fundamentais, o conceito *literatura* adquire funções ético-pedagógicas, voltadas para a explicação do Brasil e da cultura brasileira, que requisitam da literatura a sua dimensão realista e documental, como se à literatura coubesse cumprir uma função atribuída por algo que lhe fosse exterior. No caso brasileiro, dentro dessa perspectiva canônica, os pressupostos da Escola Realista questionados por Machado na crítica a Eça de Queirós já estavam colocados desde antes da década de 1870, quando o Realismo é assumindo enquanto escola e associado ao estatuto do moderno. Eis o cerne do primeiro movimento deste capítulo: compreender o que estava em jogo nessa exigência realista do cânon literário brasileiro, entendendo a força que adquirem os fatores determinantes extrínsecos ao fenômeno literário, todos em função de uma perspectiva orientadora ante as coisas do mundo. Tal apreensão lançará mão de princípios que começavam a se delinear enquanto estatuto de verdade historiográfica – encontrando em Capistrano de Abreu um ponto de chegada, se

concordarmos com a conclusão de que ele reúne as qualidades de primeiro historiador moderno – tendo como resultado duas características atribuídas por Machado ao romance realista de Eça de Queirós: o “sacrifício da verdade estética” própria ao fenômeno literário e “confusão da arte com a moral”. O próprio Machado flerta com esse segundo princípio em seus textos sobre teatro.

A exploração da realidade brasileira (e de seu passado) enquanto matéria literária era vista com bons olhos pelo Machado de Assis crítico literário. Um e outro, no entanto, deveriam estar subordinados à experiência da literatura e o que ela poderia proporcionar enquanto possibilidade de descentramento ante o mundo real. Interessante, nesse sentido, é a abordagem machadiana em relação à obra de José de Alencar. Vista em uma determinada perspectiva, a obra alencariana é a síntese do uso da literatura para fins éticos e pedagógicos, em completa adequação aos cânones definidos pela crítica e historiografia literária de Gonçalves de Magalhães e Silvio Romero. O próprio Alencar confirma essa suposição, como vimos, em “Benção Paterna”, quando constrói um sentido histórico para seus romances. Machado, no entanto, enaltece a literatura alencariana, notando nela a preservação do princípio da verdade estética, ainda que atrelada ao projeto de delineamento nacional através das letras. A leitura de Machado a Alencar acentua um tópico que aparecerá com força no “Instinto de Nacionalidade”, de 1873: a recusa machadiana não está na exploração da realidade ou da história brasileira através das letras, mas na conversão da nacionalidade em critério de valor literário, submetendo a experiência da literatura à prisão de determinações reais extrínsecas a ela. Eis o cerne do segundo argumento do capítulo.

No terceiro movimento, retornarei à crítica de Machado a Eça de Queirós, compreendendo-a como ponto de chegada de uma discussão acumulada por ele ao longo de toda a sua produção crítica, desde o artigo “O passado, o presente e o futuro da literatura brasileira”, de 1858. A questão que se apresenta é como explorar a realidade na matéria literária sem atender aos supostos da Escola Realista da década de 1870 que, segundo Machado, sob as vestes de uma retórica moderna, representariam a morte da literatura. Nesse sentido, é como se Machado invertesse a questão de Capistrano seguindo-lhe a mesma lógica: este, ocupado em definir para a história uma forma capaz de distinguir uma verdade historiográfica, com uma trajetória própria de desenvolvimento; aquele, acentuando a verdade estética que não reconhece outro parâmetro de referência,

senão nela mesma. Trata-se de um caminho que não inibe a interação da história ou da literatura com a realidade, mas preserva uma forma específica de agir sobre ela.

3.2

A literatura, o realismo e sua função orientadora para a ação

O Discurso que aqui transcrevemos sobre a História da Literatura no Brasil saiu pela primeira vez impresso em 1836 na *Niterói, Revista Brasiliense*, e o *destinávamos a servir de introdução a uma obra com esse título*, da qual mais alguns artigos apareceram depois em uma folha periódica do Rio de Janeiro; trabalho que empreendemos no entusiasmo da juventude com o fim de *chamar a atenção da mocidade literária para o estudo dos documentos esquecidos da nossa limitada glória literária, a excitá-la ao mesmo tempo a engrandecê-la e relevá-la com novos escritos originais, que mais exprimissem nossos sentimentos, religião, crenças e costumes, e melhor revelassem a nossa nacionalidade*. [Grifo meu] (MAGALHAES, G.: 1980, 23, v. I)

O trecho acima aparece pela primeira vez na reedição do “Discurso sobre a história da literatura no Brasil”, datada de 1863, inserida como prólogo da edição brasileira do *Brasil literário (história da literatura brasileira)* de Ferdinand Wolf – examinado aqui no segundo capítulo. Comentando a centralidade de seu texto de 1836, Magalhães ressalta o fim pedagógico de seu empreendimento intelectual: trazer à tona o passado brasileiro para despertar nas novas gerações os sentimentos de nacionalidade. Os estudos literários e sua história deveriam ser capazes: 1) de exprimir “nossos sentimentos, religião, crenças e costumes”, ou seja, definindo a unidade do nacional nos diferentes domínios da produção de cultura, a partir da reunião dos documentos esquecidos da “nossa limitada glória literária”; 2) distinguir tal unidade daquilo que se queria ver distante, isto é, a literatura portuguesa; 3) incluir esta unidade em outro horizonte de totalidade, a Europa Ocidental.

Em 1863, Magalhães se referia a seu primeiro texto como possível introdução a uma obra maior que, ao final, nunca se concretizou. Diferente de Silvio Romero, que reuniu e sistematizou em 1888 uma longa *História da Literatura Brasileira*, a história literária de Gonçalves de Magalhães nunca deixou de ser um projeto. Não foi por isso que seu texto teve uma função menos orientadora ante a seus contemporâneos. O destaque do *como se deve proceder*, no caso de Magalhães, *suplantou o próprio proceder em si*, ou seja, mais do que empreender efetivamente a escrita da história dos principais literatos “brasileiros”

do passado, seria instituir uma determinada maneira de compreender a história literária nacional. Da inserção do Brasil no mundo civilizado das letras – e na nova Era inaugurada pela Revolução, como vimos no capítulo anterior – dependia a construção de uma literatura brasileira, compatível com aquele novo momento. Uma literatura moderna, que pudesse mostrar ao mundo civilizado, como mostrou Ferdinand Wolf, os reflexos progressivos de sua inteligência, após ela ter-se desfeito do domínio opressor português.

Entendido deste modo, o conceito de literatura reúne em torno de si diversas noções relacionadas à expressão dos sentimentos nacionais, como crenças, costumes, conjunto das manifestações de inteligência de um povo, enfim. Uma concepção ampliada no que pretende abarcar, e ao mesmo tempo, restrita no objetivo que tenciona atingir, isto é, a formação do brasileiro. Eis um ponto que pode ser entendido já no primeiro parágrafo do artigo de 1836.

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais belo na natureza; é o quadro animado de suas virtudes e paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência; e quando esse povo, ou essa geração, desaparece da superfície da terra com todas as suas instituições, crenças e costumes, escapa a literatura aos rigores da importância do povo, do qual é ela o único representante de sua posteridade. [Grifo meu] (Idem, 24)

A literatura não é somente a manifestação de um gênio individual em seu contato com a natureza e proximidade com Deus – se quisermos associar Magalhães ao contexto das sensibilidades românticas, como ele, aliás, esteve inteiramente associado⁹⁶. A literatura é, sobretudo, patrimônio de um povo: é a manifestação mais bem acabada daquilo que ele deixou em sua passagem sobre a Terra, representando, especialmente, o desenvolvimento e o reflexo progressivo de sua inteligência. Ela deve ser mobilizada como testemunho qualificado de uma época, a ser lembrado enquanto exemplo na posteridade⁹⁷. Por isso que cabe a ela ser devota da realidade que representa: seu papel será, nas palavras de Valdeci Araujo,

⁹⁶ A esse respeito ver RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói: Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011 [Tese de Doutorado] e BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Grijalbo, 1973.

⁹⁷ Nas palavras de Valdeci Araujo: “Como registro da atividade espiritual de tempo e local determinados, a literatura funciona como memória, como uma espécie de *cápsula do tempo* direcionada à posteridade e que deve dar testemunho do grau de civilização e do caráter de um povo ou geração.” (ARAÚJO, Valdeci L. Op. cit., p.120)

“guardar a memória de uma geração ou povo destinados inexoravelmente à extinção” (ARAÚJO, V.: 2008, 120).

Além disso, o texto literário do passado adquire uma dimensão ética, assegurando aos seus autores do passado um lugar no panteão de heróis nacionais, cujos exemplos de conduta intelectual devem ser seguidos entre os homens do presente. Marcelo Rangel nos expõe com bastante clareza o que está em jogo nessa concepção de literatura de Magalhães, cujo foco é uma função orientadora para ações no mundo, mundo do qual ela faz parte.

A literatura é um exercício que visa a ‘desenvolver’, o que significa evidenciar amiúde, *o que deve ser e instruir adequadamente. Ela é um exercício reflexivo responsável pela tarefa de perceber (organizar) e de evidenciar as ideias e os costumes que precisavam ser concretizados*, ou seja, os sentidos necessários à boa existência de todos no interior do ‘Brasil’, uma atividade que poderia ser levada a cabo *pela história, pela filosofia e pela poesia, pela química e pela física ou ainda pela astronomia e pela economia política*. (RANGEL, M.: 2011, 138)

A instrução para a ação está em primeiro plano. Requisita-se da literatura a face que mais a aproxima da realidade das coisas do mundo. Ela atende a uma espécie de “totalização das diferentes dimensões da realidade” (ARAÚJO, V.: 2008, 119). As verdades moral e a estética são, ao cabo, uma só. Daí que pouco importa o meio pelo qual elas serão expostas, mas sim o quanto ela é capaz de “evidenciar os costumes que precisavam ser concretizados”.

Leiamos agora Sílvio Romero, no capítulo “Os estudos de história literária do Brasil” da primeira edição da sua *História da Literatura Brasileira*, de 1888:

Para mim a expressão literatura tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações de inteligência de um povo: política, economia, arte, criações populares, ciências, ...e não, como era de supor-se no Brasil, somente as intituladas belas-letas, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na poesia!... (ROMERO, S.; 1902-3, 10-11).

Observe que Magalhães e Romero utilizam termos semelhantes para designar o termo literatura: enquanto para o primeiro ela é o “reflexo da inteligência de um povo”, para o segundo, ela diz respeito a “todas as manifestações da inteligência de um povo.” Ambos elevam as condições temporais e locais como linhas constantes para a distinção do caráter literário – conforme vimos aqui no primeiro capítulo. Para o homem de letras sergipano, a literatura é tudo aquilo que envolve a inteligência nacional, incluindo agora, de maneira decisiva, o lugar das criações

populares⁹⁸. Em Romero mantém-se a compreensão da literatura como testemunho vivo e qualificado da presença de um povo no passado, guardando aquilo que deveria ser considerado memorável e digno de ser lembrado no futuro. A literatura revelava tal qual em Magalhães, o estágio de evolução do pensamento nacional em relação ao processo histórico da civilização – dessa vez à luz dos considerados novos métodos modernos.

No prólogo da primeira edição da *História...*, Silvio Romero põe em evidência um ponto, também acentuado por Gonçalves de Magalhães, que, na verdade, paira por toda a sua concepção de literatura: a suposição de um papel missionário caro ao homem de letras.

Nossos problemas capitais na atualidade se me afiguram ser alguns reais, outros levantados pela impaciência e desorientação dos agitadores de opinião.

Uns e outros na hora atual são: pela face política – federalismo, república e organização municipal; pela face econômica – o velho e temeroso problema da emancipação dos escravos está substituído por três outros – o aproveitamento da força produtora do proletariado, a organização do trabalho em geral, a boa distribuição da propriedade territorial – pelo lado social – colonização estrangeira, grande naturalização, reforma do ensino teórico e técnico.

Todo homem que empunha uma pena no Brasil deve ter uma vista assentada sobre tais assuntos, se ele não quer faltar aos seus deveres, se não quer embaixar o povo. (ROMERO, S.: 1980, 422, v. I)

Um texto de história da literatura, segundo ele, não poderia se furtar de pensar nas determinações sociais que, a princípio, afetavam diretamente os textos literários. A pena do homem de letras deveria estar a serviço da compreensão e possível solução dos problemas do seu tempo. Rodrigo Turin (2009) emprega

⁹⁸ As reflexões de Silvio Romero sobre as criações populares são reunidas de maneira mais sistematizada no livro *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, de 1888. A esse respeito, comenta Maria Aparecida Rezende Motta: “Um dos livros mais transparentes quanto aos modelos teóricos escolhidos por Romero para compreender a realidade brasileira é o ‘Estudos sobre a poesia popular do Brasil’, de 1888, onde aplicou as teses de Herder e de Spencer às nossas manifestações culturais. Analisando costumes, festas, cantigas e histórias populares, bem ao estilo herderiano da busca do ‘espírito do povo’, certificou-se de que havia uma uniformidade na cultura, apesar das peculiaridades de cada região do Brasil, acentuadas pela diversidade das atividades econômicas. A prova era a existência de uma poesia popular especificamente brasileira, diferente do lirismo herdado pelos portugueses. Essa poesia, conforme suas palavras, era a que mais de perto nos pertencia e nos individualiza.” MOTA, Maria Aparecida R. *Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 89.

Alberto Schneider acrescenta, ainda, que o objetivo de Romero com esses estudos seria oferecer subsídios à cultura letrada, lançando mão, para isso, do repertório científico moderno. “A tradição popular não deveria apenas servir para a vaga inspiração literária dos romancistas e dos poetas, mas, uma vez catalogada em registros objetivos e rigorosos, deveria estar apta a frequentar o repertório culto de cientistas, sociólogos e historiadores. Dessa maneira, após minuciosa chancela douta, as tradições populares ingressariam nos museus e academias, como autêntico depositário das experiências anônimas do povo, além de oferecer subsídios à literatura culta.” SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Silvio Romero, hermenêutica do Brasil*. São Paulo: Anablume, 2005, p.67.

apropriadamente o termo *historiador-cidadão* para qualificar esse tipo de relação entre homem de letras/ texto/ leitor, garantindo um novo tipo de inserção do autor no espaço público, autônoma em relação a um poder instituído.

A face moral dessa ação, a escrita patriótica, garante-lhe já uma legitimidade para a obra. O que é necessário destacar, contudo, é o fato de que a legitimidade dessa “face moral” se dá não pela delegação de outrem, mas pela própria formação individual do autor e sua inserção em um espaço público. (...) Não mais o escritor monárquico-constitucional de Martius e Varnhagen, mas um escritor que se apresente como e sob uma nova figura que garanta a legitimidade da enunciação. Esse historiador-cidadão não submete seu juízo a nenhuma outra instância que não a humanidade, ou, no caso de Romero, o povo. (TURIN, R.: 2009, 22)

Não se pode dizer que Silvio Romero desconhecesse as dificuldades das condições de circulação das ideias no Brasil. Ao contrário, ele tinha plena consciência de que a República das Letras brasileira era um círculo extremamente restrito, limitado pelas condições sociais de pobreza e analfabetismo que assolavam a imensa maioria da população brasileira, como ele diz em sua *História*:

No meio de tudo isto, quem entre nós escreve e quem entre nós lê? Não são, decerto, os lavradores, os criadores, os industriais, os políticos nem os administradores. Somente as classes acadêmicas e alguns empregados públicos saídos dessas classes. É a regra geral. A mais completa indiferença pelo que é produto intelectual brasileiro aqui reina. Os poucos que tem a moléstia das letras e se esforçam por aviventar o pensamento nacional ao contato das grandes idéias do mundo culto, sem afogar esta nacionalidade nascente num pélago de imitações sem critério, esses não são ouvidos pelo geral do público, ocupado em bater palmas ao último folhetim ou aos versinhos chegados de Lisboa ou de Paris. [Grifo Meu] (ROMERO, S.: 1902-3, 97)

Se, para Romero, as condições de leitura entre os mais pobres eram praticamente impossíveis, o contexto entre a elite consumidora de livros e de produtos culturais é diverso, mas igualmente problemática: pairava entre as elites a concordância passiva de tudo que se remetia ao mundo europeu civilizado. Ao homem de letras cabia, assim, ultrapassar uma dupla ausência no estado de coisas vigente: a falta de letramento da maioria mais pobre e a carência de crítica ante ao que vem de fora por parte da minoria abastada. Nesse sentido, para Romero, competia aos homens de letras darem voz àquilo que brotava espontaneamente das raízes populares, daí a ênfase dada pelo autor aos trabalhos de folclore e cultura popular. E, por outro lado, ser o agente do darwinismo crítico, isto é, o homem de letras se apresenta como sujeito apto a traduzir para o contexto nacional a experiência

positiva da civilização, trazendo consigo o olhar cuidadoso daquele que domina o novo repertório intelectual moderno – como analisamos mais detidamente aqui no segundo capítulo. O letrado age na fronteira entre o local e o universal, atuando como outro (civilizado) e devidamente autorizado a definir o que é próprio ao mesmo (nacional), por possuírem um pé lá e outro cá, isto é, por serem brasileiros e compartilharem dos avanços da civilização⁹⁹, por terem a possibilidade de pensar sobre a peculiaridade da cultura brasileira à luz de um Haeckel, de um Buckle ou de um Taine.

Em suma, tanto o problema da literatura quanto o da história estariam subordinados, em Romero, a dois problemas fundamentais: a adequação ao novo critério crítico moderno – ponto mencionado e explorado nos dois capítulos anteriores – e à agenda sociopolítica colocada pelos literatos brasileiros, desde a década de 1870. A história literária e os estudos literários, de um modo geral, são explicitamente citados como formas de acesso à realidade, subordinados à consolidação de uma interpretação do Brasil e da sociedade brasileira, cujo epicentro é o presente, mas que utiliza o passado e aponta possibilidades de futuro. A *face moral da empresa* é o que mais importa, guiando perguntas e orientando possíveis respostas úteis à sociedade. O argumento de Roque Spencer Maciel de Barros é bastante válido, nesse sentido, quando ele chama de ilustração brasileira o movimento intelectual da geração de 1870, pela crença comum no poder das ideias e na confiança disseminada de que “a educação é o único caminho legítimo para melhorar os homens, para dar-lhes inclusive um destino moral” (BARROS, R.: 1986, 22-23). Nas palavras Barros:

O que afirmamos é que, sob o influxo dos autores ‘populares’ do século XIX, criamos um momento ‘ilustrado’ que, sob nova forma, de certo modo desempenhou um papel semelhante ao do iluminismo na Europa do século XVIII. Deste, a nossa ‘ilustração’ guardou a crença absoluta no poder das ideias; a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual é o caminho

⁹⁹ Para Roberto Ventura o olhar que um homem de letras brasileiro como Silvio Romero cria para o seu próprio país se produz a partir da idealização das Metrôpoles européias, de tal modo que o intelectual ‘periférico’ percebe a realidade que o circunda como exótica. Constrói-se, assim, um auto-exotismo do homem de letras na relação entre ele e o mundo letrado de seu país, que lhe permite por um lado, o estranhamento ante os costumes da própria sociedade, trazendo a alteridade no olhar; por outro, introduz negatividade na sua auto-representação, que leva à uma visão etnocêntrica das culturas populares de origem africana, indígena ou mista. Um ponto que se desdobra na seguinte conclusão: “Introduziu-se, na literatura e na crítica brasileira, uma visão exótica ou um olhar de fora, que trouxe uma imagem negativa da sociedade e da cultura local, expressa na oscilação entre ufanismo e cosmopolitismo, na tensão entre a ideologia civilizatória e o projeto nacionalista.” (VENTURA, R. Op. Cit, p. 43)

legítimo para melhorar os homens, para dar-lhes inclusive um destino moral – traços todos estes característicos também desses autores ‘populares’ do oitocentos que, herdeiros do iluminismo, abriam, entretanto, para essas convicções, uma dimensão nova, que o século XVIII não compreendia totalmente: a dimensão histórica. (Idem, 23)

O acréscimo da dimensão histórica do iluminismo talvez não seja uma novidade aberta pelo caso brasileiro¹⁰⁰. O que é válido sublinhar, no entanto, do ponto de vista de Barros, é o profundo atrelamento existente entre os atributos intelectual e ético, acrescido, talvez de maneira mais decisiva, da questão nacional. Nos termos romerianos, “a verdade e o patriotismo foram os guias”. A pena do historiador literário, portanto, estaria em função daquela dupla missão definida no presente, orientado por esse novo *historiador-cidadão*: de um lado, o debate das questões sociopolíticas nacionais, de outro, a atualização ante o novo repertório moderno e civilizado. Eis a condição essencial para a elaboração de uma história literária verdadeira, o que confere ao texto literário o mesmo caráter documental, testemunhal e exemplar que já aparecia em Magalhães.

A leitura dos trechos acima nos faz chegar a algumas conclusões acerca dos usos atribuídos ao conceito de leitura nas histórias literárias de Gonçalves de Magalhães e Silvio Romero, representantes protagonistas do debate literário canônico das duas gerações brasileiras da década de 1870. Em ambos, o destaque não está na compreensão do fenômeno literário em sua historicidade, mas sim nos determinantes sociais extrínsecos a ela, isto é, na função que a literatura deve desempenhar em seu tempo, enquanto *forma inteligente* de acesso à realidade. A eles não bastava redescobrir o passado brasileiro através das letras, estabelecendo uma mera coleção das diversidades do passado, mas sim definir um sentido que lhes permitisse retornar ao presente e pensar os problemas de seu tempo: Magalhães sequer foi adiante, em seu projeto de escrita da história literária, contentou-lhe apresentar o molde; Romero apresentou como novidade principal a descoberta de um princípio explicativo que atendessem à escrita de trabalhos semelhantes do presente e do futuro. Ambos atribuem à literatura um caráter missionário ante seu tempo. O tratamento da questão literária nacional é um contínuo exercício entre a pena e o espelho, em que o ato da escrita implica a recorrente reflexão acerca do papel do homem de letras, voltado à proposição de

¹⁰⁰ Para Ernest Cassirer, a conquista do mundo histórico decorre do próprio desenvolvimento da filosofia das luzes. CASSIRER, Ernest. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

orientações aos homens de seu tempo. O resultado é a atribuição de uma perspectiva que privilegia a literatura em seu caráter realista documental e testemunhal, ou seja, reconhecendo, de um lado, a condição especial do texto literário, pois escrito pela inteligência nacional ao longo do tempo, e, de outro, buscando neles a semelhança das atitudes que consideram ideais ao seu próprio presente. Verdade moral e verdade estética, para pensar nos termos crítica machadiana, confundem-se diretamente e de maneira intencional.

Então, se pensamos com Machado e entendemos como principais características da Escola Realista a compreensão de que o valor literário deriva da realidade, como se fosse possível unir em um mesmo plano o mundo dos fatos, das normas e das ideias por meio da afirmação de um determinado tipo de conduta moral, há total compatibilidade entre os pressupostos dessa escola e o debate literário brasileiro, conforme instituído por Gonçalves de Magalhães e Silvio Romero. Dito de outro modo, a Escola Realista, apreendida como moderna na década de 1870 e detonada em seu princípio por Machado de Assis, em sua crítica a *Eça de Queirós* em 1878, já aparecia antes, em alguns de seus traços essenciais, entre os literatos brasileiros do instinto de nacionalidade. Daí que a indistinção entre as verdades moral e literária é, nos anos 1870, uma característica tão própria ao meio intelectual brasileiro, quanto uma novidade imposta pelo meio externo, a partir da apreensão do novo repertório.

3.2.1 Machado e o teatro

No trecho abaixo vemos Machado de Assis analisando a situação do teatro brasileiro, em meio ao balanço que empreendia na sua “Notícia atual da literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade”, de 1873.

Não há atualmente teatro brasileiro, nenhuma peça nacional se escreve, raríssima peça nacional se representa. As cenas nacionais deste país viveram apenas de traduções. (...) Os autores cedo se enfiaram da cena que a pouco e pouco foi decaindo até chegar ao que temos hoje, que é nada. (ASSIS, M.: 1962, 808, v. III)

Encontramos, aqui, um tom de profunda decepção nas palavras de Machado: a ausência de um teatro brasileiro parecia-lhe, àquela altura, completamente

inadmissível. Há o diagnóstico de uma falta que, na verdade, indica o que ele esperava ver em cena nos palcos nacionais, ou seja, a própria vida brasileira.

Na década de 1870, Machado não exercia mais cotidianamente a crítica teatral, como o fez por cerca de quinze anos – entre 1858 e 1870¹⁰¹. Ronaldes de Melo e Sousa afirma que pode ter brotado dessa época o que se converteria mais tarde em grande diferença qualitativa da narrativa romanesca machadiana, ou seja, a capacidade do narrador fazer-se dramaturgo e personificar múltiplos papéis, em acordo com a cena do mundo histórico-social. Nas palavras de Melo e Sousa:

O narrador se intromete constantemente com as suas reflexões dramáticas, interpondo o fluxo inercial do estilo narrativo tradicional. Desde *Ressurreição*, e não numa suposta segunda fase, o romance machadiano dramaticamente se representa na sinfonia das reflexões do narrador, e não simplesmente na monotonia das ações logicamente concatenadas. (MELO E SOUZA, R.: 2006, 79)

Chamarei a atenção, no entanto, para outro aspecto da produção crítica teatral exercida por esse jovem Machado. Foi desempenhando essa tarefa que ele experimentou, mais veementemente, um jornalismo de “Engajamento” – nos termos de Jean Michel Massa (1971) – cujo intuito principal, citando João Roberto Faria, “era reproduzir em cena a vida social para corrigi-la com lições moralizadoras” (FARIA, J.: 2008, 25). O jovem Machado da crítica teatral era um ávido defensor de mudanças no mundo e no teatro, ou melhor, no mundo a partir do teatro. Nas palavras de Massa:

A escolha desse gênero se explica, não apenas por um interesse pessoal, mas ainda porque, segundo ele, o escritor cumpria melhor sua missão utilizando a cena. O teatro, graças ao seu poder de sugestão, permitia impor a verdade. (MASSA, J.: 1971, 264)

Quando o assunto é teatro, principalmente em seus primeiros escritos enquanto engatinhava nas letras da Corte, Machado defende algo que não desenvolverá depois nos romances que lhe consagraram, principalmente a partir da década de 1880: uma função social e pedagógica para a literatura. Trata-se de uma postura

¹⁰¹ De acordo com João Roberto Faria, datam de 1856 os primeiros escritos de Machado sobre o teatro. O *Diário do Rio de Janeiro* acolheu a maior parte dos seus escritos entre os anos de 1860 e 1867, incluindo dezesseis pareceres emitidos para o Conservatório Dramático entre 1862 e 1864. A partir de 1870 o interesse de Machado pelo teatro diminui, mas não a ponto de afastá-lo completamente dessa forma de arte. FARIA, João Roberto. “Machado de Assis e o teatro de seu tempo” In ASSIS, Machado de. *Machado de Assis: do teatro. Textos escritos e artigos diversos* – João Roberto Faria (org). São Paulo: Perspectiva, 2008, p.23.

compatível aos seus anos de juventude no jornalismo. Raimundo de Magalhães Junior (1981, v. 2) atribui a esse engajamento o convívio de Machado na redação do *Diário do Rio de Janeiro*, especial reduto de entusiastas do Partido Liberal, especialmente em função da amizade que cultivou com Quintino Bocaiúva¹⁰². Nessa época chegou a ter seu nome lembrado para candidatar-se ao cargo de deputado pelos liberais. Sobretudo no ano de 1864, usou sua pena em favor de “causas contra o Imperialismo europeu e a liberdade de crença contra os privilégios da religião oficial do Império” (MAGALHÃES JUNIOR, R.: 1981, 289, v. 2). Na crítica teatral, portanto, o temperamento de Machado mostrou-se inteiramente disposto à controvérsia¹⁰³. Em 1861, inclusive, o moço Machado esteve envolvido em uma polêmica com Macedo Soares, em favor de um teatro que se voltasse para a formação de padrões morais do público espectador, contrário à postura de Soares, defensor de uma indústria teatral voltada ao comércio e ao entretenimento¹⁰⁴.

¹⁰² Sobre o envolvimento de Machado na política, afirma Astrojildo Pereira: “Sabe-se que Machado de Assis ingressou na redação do *Diário do Rio de Janeiro*, como profissional, ainda muito jovem, levado pela mão amiga de Quintino Bocaiúva, e ali exerceu funções de redator político, tanto no período em que o jornal apoiava o governo como depois, na fase de oposição. (...) Justamente por essa época foi o nome de Machado de Assis lembrado para deputado pelo partido liberal, a que pertencia o jornal e que era o partido das simpatias do moço escritor. A queda dos liberais, frustrou qualquer possibilidade próxima de o fazer eleger para o Parlamento. Não se repetiria a oportunidade, e parece que Machado de Assis nunca mais se preocupou com o caso. A verdade é que as suas ambições parlamentares eram muito escassas, sobretudo porque não se coadunavam com o seu temperamento e de algum modo se chocavam com outras ambições mais poderosas, ditadas pela paixão artística e literária que o abrasava.” PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. São Paulo: Livraria São José, 1959, p. 90.

¹⁰³ Um termo que faz alusão ao capítulo de D. Casmurro, que revelaria um temperamento avesso a contendas literárias e políticas de Machado de Assis. A expressão foi consagrada por Mario Casassanta, no livro que publicou em 1933, CASASSANTA, Mario. *Machado de Assis e o tédio à controvérsia*. Belo Horizonte: Ed. Os Amigos do Livro, 1933.

¹⁰⁴ Sobre a polêmica com Macedo Soares, nos auxilia a rica biografia escrita por Raimundo de Magalhães Junior. Desde o texto “Ideias vagas” publicados na Marmota Fluminense de 31 de julho de 1856, Machado já falava da importância do teatro para conhecer o estágio de civilização de um povo, apoiando a formação de uma comissão por parte do governo que encaminhasse o teatro para ganhos mais reais. Macedo Soares defenderia o teatro como uma “indústria”, exaltando a liberdade e a concorrência. “[Soares] Declarava-se contrário ao monopólio e, em novo artigo [no *Correio Mercantil*], a 9 de dezembro de 1861, continuou a atacar as ideias que Machado professava desde a Marmota Fluminense e o Espelho. ‘O teatro é uma empresa industrial, que vive de capital ajudado pelo trabalho. Em uma sala de espetáculos há, de um lado, artistas que satisfazem às necessidades estéticas do público; e, do outro lado, espectadores que pagam o prazer do espetáculo’. Nos artigos de Machado no *Diário do Rio de Janeiro* de 16 de dezembro de 1861, e de 24 de dezembro, atacou o ponto defendido por Macedo Soares: ‘O Sr. Macedo Soares, nos seus dois últimos artigos, apesar do talento e da sua ilustração, não pode demonstrar que o teatro escapa à lei econômica que rege as corporações industriais; eu continuo convencido do contrário.’” (MAGALHAES JUNIOR, R. Op. cit., p. 170)

No artigo “O passado, o presente e o futuro da literatura brasileira”, publicado na *Marmota*, em 1858 – que antecipou várias questões do “Instinto de Nacionalidade”, conforme vimos no primeiro capítulo – lemos a enfática passagem abaixo, sobre o papel do homem de letras ante a sociedade, com vistas à educação de seu povo. Uma passagem que poderia ser assinada por Gonçalves de Magalhães, José de Alencar ou Silvio Romero.

Removidos os obstáculos que impedem a criação do teatro nacional, as vocações dramáticas devem estudar a escola moderna. Se uma parte do povo está ainda aferrada às antigas ideias, cumpre ao talento educa-la, chamá-la à esfera das ideias novas, das reformas, dos princípios dominantes. (ASSIS, M.: 1962, 789, v. III)

Passagens dessa natureza podem ser encontradas também na série de artigos “Ideias sobre o teatro” de 1859, publicada no periódico *O Espelho*. É nesse conjunto de escritos que encontramos, de maneira mais sistematizada, as proposições de Machado para o teatro brasileiro, envolvendo um uso pedagógico e moral dele, em função de um desenvolvimento cultural da sociedade brasileira. O trecho que segue abaixo é retirado do escrito de 2 de outubro.

Não só o teatro é um *meio de propaganda*, como também é o meio mais eficaz, mais firme, mais insinuante. (...) *As massas que necessitam de verdades, não as encontrarão no teatro destinado à reprodução material e improdutiva de concepções deslocadas da nossa civilização* – e trazem em si o cunho de sociedades afastadas. [Grifo meu] (Idem, 794)

Machado é claro em seu intento propagador de virtudes morais a partir do teatro. Ao empregar termos como “as massas que necessitam de verdades”, poderíamos considerar que Machado ignorasse o círculo limitado do público que freqüentava as peças encenadas na corte¹⁰⁵. No entanto, o próprio Machado refuta tal possibilidade, explicitando a necessidade de ampliação do público – leitor,

¹⁰⁵ Helio Guimarães defende que os românticos não tinham plena consciência do alcance e da repercussão de seus textos na sociedade, como se falassem em nome das massas somente para o restrito círculo letrado que compunham – e Machado, assumindo um discurso romântico em seus primeiros escritos sobre o teatro, seguiria a mesma tendência. Nas palavras de Seixas: “Nas décadas de 60 e 70, Machado de Assis vê no teatro e no jornal as tribunas privilegiadas para a reforma do gosto público. (...) A nota nacionalista, localista, missionária e levemente xenófoba, tão típica do Romantismo brasileiro, perpassa todo o texto que, por outro lado, emprega termos como massas, multidões, inadequados para descrever as plateias dos teatros do Rio de Janeiro”. GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2004, p.109.

ouvinte e espectador – como passo decisivo para as pretensões pedagógicas que apresentava.

A iniciativa em arte dramática não se limita ao estreito círculo do tablado – vai além da rampa, ao povo. As plateias estão aqui perfeitamente educadas? A resposta é negativa. (Idem, 790) (...)

A arena da arte dramática entre nós é tão limitada, que é difícil fazer aplicações sem parecer assinalar fatos, ou ferir individualidades. (...) A reforma da arte dramática estendeu-se até nós e pareceu dominar definitivamente uma fração da sociedade. *Mas isso é o resultado de um esforço isolado operado por um grupo de homens. Não tem ação larga sobre a sociedade.* (Idem, 791) (...)

A iniciativa, pois, deve ter uma mira: a educação. Demonstrar aos iniciados as verdades e as concepções de arte; é conduzir os espíritos flutuantes e contraídos da plateia à esfera dessas concepções e dessas verdades. Desta harmonia recíproca de direções acontece que a plateia e o talento nunca se acham arredados no caminho da civilização. [Grifo meu] (Idem, 795)

Ressalta-se no teatro a sua capacidade de incitar iniciativas de moral e civilização, daí a preferência por temas ligados à realidade, que admite ser copiada no palco. A arte busca se identificar com o apelo das massas, submetida ao seu tempo e ao povo que a molda.

Ainda no artigo de 2 de outubro, Machado lamenta a mera aclimatação dos valores europeus em solo brasileiro.

O teatro tornou-se uma escola de aclimatação intelectual para que se transplantaram as concepções de estranhas atmosferas, de céus remotos. *A missão nacional renegou-a ele em seu caminhar na civilização; não tem cunho local; reflete as sociedades estranhas, vai ao impulso de sociedades alheias* que representa, presbita da arte que não enxerga o que se move debaixo das mãos. [Grifo meu] (Idem, 792)

O jovem Machado está neste trecho respirando intensamente a atmosfera romântica brasileira. Ele identifica como grave problema a separação da arte dramática da sociedade que a gera. As plateias, seguindo os autores, também tinham seu gosto moldado pelo que vinha de fora. Desse modo, o teatro perdia a sua principal vocação, isto é, encenar o cotidiano nacional. A arte perdia a sua função de vanguarda da sociedade, para se transformar em mera cópia de sociedades alheias.

São bastante coerentes a esses princípios, as decisões de Machado de Assis como membro do Conservatório Dramático, órgão responsável por julgar e emitir pareceres, selecionando o que poderia ser exibido, ou não, ao público da Corte,

levando-se em conta conformidades com o decoro e com a religião¹⁰⁶. Machado atuou como censor do Conservatório entre 1862 e 1864. Na série “Ideias teatrais”, no texto de 25 de dezembro de 1859, Machado defende que o corpo de membros do Conservatório tivesse o poder de julgar o mérito literário das peças, impedindo que fossem a público, apresentações impróprias de um ponto de vista dramático.

A literatura dramática tem, como todo o povo constituído, um corpo policial, que lhe serve se censura e pena: é o conservatório. Dois são, ou devem ser, os fins desta instituição: o moral e o intelectual. *Preenche o primeiro na correção das feições menos decentes das concepções dramáticas; atinge o segundo analisando e decidindo sobre o mérito literário.* [Grifo meu] (Idem, 795)

Há também, para Machado, uma função civilizadora associada a essa empreitada.

Julgar do valor literário de uma composição é exercer uma função civilizadora, ao mesmo que praticar um direito do espírito: é tomar um caráter menos vassalo e de mais iniciativa e deliberação. [Grifo meu] (Idem, 795)

Alguns anos mais tarde, em 1866¹⁰⁷, seguindo o mesmo raciocínio, ele defenderá a necessidade de uma reforma dramática capitaneada pelo Estado.

A iniciativa desta medida (da criação de um teatro normal, de um conservatório dramático) só pode partir dos poderes do Estado; o Estado, que sustenta uma academia de pintura, arquitetura e estatuária, não achará razão plausível para eximir-se de criar uma academia dramática, uma cena escola, onde as musas achem terreno digno delas, e que possa servir para a reforma necessária no gosto público. (Idem, 862) (...)

O governo do Brasil tem-se aplicado um pouco a este assunto, e era conveniente aproveitar-lhe os bons desejos e propor logo uma organização completa e definitiva. (Idem, 863)

Além do engajamento político e do flerte com ideias liberais que ajudaram a forjar uma exigência pedagógica ao teatro, expressa nesses artigos de crítica,

¹⁰⁶ Sobre a atuação de Machado de Assis no Conservatório Dramático, João Roberto Faria nos fornece informações relevantes. “Machado emitiu dezesseis pareceres para o Conservatório Dramático, nos quais julgou dezessete peças. O primeiro, a 16 de março de 1862, o último, a 12 de março de 1864. É evidente que o convite para tornar-se censor foi uma decorrência de sua atividade jornalística, do reconhecimento público de sua capacidade intelectual. (...) No artigo “Ideias teatrais” (1859), Machado faz uma crítica à limitação imposta ao censor, que na sua opinião deveria julgar também o mérito literário das peças, e quando necessário, proibi-las de subir à cena com base nesse julgamento.” (FARIA, J., Op. cit., 61-2)

¹⁰⁷ No artigo “O teatro nacional”, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* de 13 de fevereiro de 1866.

convém considerar outros fatores que podem ter levado Machado a essa tomada de posição. João Roberto Faria atribui a esse peculiar olhar de Machado de Assis sobre o teatro – peculiar em relação ao que se transformou depois a obra de Machado – a sua formação enquanto leitor e espectador de peças teatrais. Freqüentador do Ginásio Dramático, ele acompanhou de perto a exibição de peças, em acordo com o perfil da casa, tinham “um caráter edificante e moralizador, empenhando-se na defesa dos valores éticos da burguesia, a classe social com a qual se identificavam” (FARIA, J.: 2008, 26). Os temas centravam-se naquilo que se prezava como virtude burguesa, com um olho e um pé na França, país de onde se originava a maior parte das traduções. Machado de Assis, o jovem liberal, assistiria da primeira fila os temas trazidos ao palco.

O casamento, a família, a fidelidade conjugal, o trabalho, a inteligência, a honestidade, a honradez – são o tempo todo contrapostas aos vícios que devem ser combatidos – o casamento por conveniência, o adultério, a prostituição, a agiotagem, o enriquecimento ilícito, o ócio, etc. Não é preciso dizer que o maniqueísmo servia perfeitamente ao propósito moralizador, uma vez que o embate resultava sempre na vitória esmagadora do bem. E mais: essa dramaturgia pintava um retrato da sociedade francesa que fazia inveja aos brasileiros. Não foi sem razão que as peças francesas seduziram nossos jovens intelectuais, principalmente aqueles que, nessa altura, já se mostravam simpáticos ao pensamento liberal. (Idem, 27)

Com a leitura dos exemplares do dramaturgo francês Victor Hugo, Machado teria aprendido, segundo Faria, o conceito de teatro como missão, defendendo que o dramaturgo pôs sua pena à disposição das reformas sociais de seu tempo (Idem, 42). Nesse sentido, José de Alencar foi igualmente uma referência importante, tendo-lhe chamado à atenção por conseguir conciliar dois princípios básicos da comédia realista: a moralidade e a naturalidade.

De um lado, a influência clássica, trazendo à tona a ideia horaciana do utilitarismo da arte; de outro, a realista, de seu próprio tempo, contribuição de Dumas Filho. Na síntese desses dois princípios, o *‘daguerreótipo moral’*, isto é, a *peça que fotografa a realidade, mas acrescentando ao retrato o retoque moralizador*. [Grifo meu] (Idem, 30)

A noção de “daguerreótipo moral” consegue sintetizar boa parte dessa leitura machadiana acerca do teatro: de um lado, a tentativa de cópia da realidade da sociedade local; de outro, o acréscimo de distorções moralizadoras, voltadas a um novo tipo de ação no mundo por parte do espectador. Cabe acrescentar, no entanto, um terceiro componente, que talvez se relacione de maneira mais

coerente com o conjunto da sua produção crítico-literária: a chamada por ele, “partícula artística”.

A defesa de um uso pedagógico para o teatro destaca um tipo incomum – no conjunto da produção crítica e ficcional de Machado – de relação entre literatura e realidade: o mundo real encontra no teatro uma forma de orientação. Acentua-se, assim, o contexto local e temporal da obra e sua circulação, incluindo para esta um caráter missionário e pedagógico. Encontramos Machado aqui, na década de 1850, em intensa interação com os românticos e com o que proporão os realistas mais tarde, na década de 1870. Mesmo admitindo e resguardando esse uso moral para o teatro, Machado não abre mão da peculiaridade estética que define o essencial em matéria dramática; aquilo que ele chamará de “partícula artística”, capaz de elevar a arte para além de um plano meramente mundano e temporal. De alguma maneira, em sua atuação no Conservatório Dramático, este tema já aparece, quando Machado requisita que obras pobres de um ponto de vista dramático estejam submetidas ao corte da censura. Em suma, mesmo no momento em que Machado de Assis mais se empenha em destacar objetivos pedagógicos extrínsecos e precedentes a uma obra de caráter artístico-literário – aproximando-se a contemporâneos seus, brasileiros ou não – ele ressalta a *força do belo eterno* em matéria teatral – pensando aqui nos termos propostos por Baudelaire, conforme vimos no primeiro capítulo. O teatro pode até admitir usos, desde que estes não se sobreponham à matéria literária que lhe é inerente. Portanto, a verdade estética, posta à prova em todo momento em uma abordagem como esta, parece sobreviver.

Vejamos o funcionamento desse argumento em três exemplos. Primeiro, quando Machado apresenta os motivos capazes de alçar o teatro de José de Alencar a um patamar especial em 1860, no artigo sobre a peça *Mãe* – publicado na seção “Revista Dramática”, do *Diário do Rio de Janeiro* de 29 de março de 1860.

Com efeito, desde que se levantou o pano, o público começou a ver que o espírito dramático, entre nós, podia ser uma verdade. E, quando a frase final caiu esplêndida no meio da plateia, ela sentiu que a arte nacional entrou em um período mais avantajado de gosto e de aperfeiçoamento.

Esta peça intitula-se Mãe.

Revela-se a primeira vista que o autor do novo drama conhece o caminho mais curto do triunfo; que, dando todo o desenvolvimento à fibra da sensibilidade, praticou as regras e prescrições da arte sem dispensar as sutilezas da cor local.

A ação é altamente dramática; as cenas sucedem-se com a natureza da verdade; os lances são preparados com essa lógica dramática a que não podem atingir as vistas curtas.

Altamente dramática é a ação, disse eu; mas não para aí; é também altamente simples. [Grifo meu] (ASSIS, M.: 1962, 838, v. III)

Depois, em 1866, em texto que tratava de maneira mais ampla o teatro de Alencar – intitulado “O teatro de Alencar”, publicado também na coluna “Semana Literária”, do *Diário do Rio de Janeiro*, em 6 de março. Separo aqui o momento em que ele disserta sobre *O demônio familiar*.

Há, sobretudo, um traço no talento dramático do Sr. Alencar, que já ali aparece de maneira viva e distinta; é a observação das coisas, que vai até as menores minuciosidades da vida, e a virtude do autor resulta dos esforços que faz por não fazer cair em excesso aquela qualidade preciosa. É sem dúvida necessário que *uma obra dramática, para ser de seu tempo e do seu país, reflita uma certa parte dos hábitos externos, e das condições e usos peculiares da sociedade em que nasce*; mas além disto, quer a *lei dramática* que o poeta aplique o valioso dom da observação a uma ordem de ideias mais elevadas e é isso justamente o que não esqueceu o autor d’*O Demônio Familiar*. [Grifo meu] (Idem, 871)

Por fim, também em 1866, na análise de Machado ao “Teatro de Gonçalves de Magalhães” – publicado em 13 de fevereiro no mesmo periódico:

Reconhecendo os serviços do poeta em relação à arte dramática, o bom exemplo que deu, a consciência com que procurou haver-se no desempenho de uma missão toda voluntária, nem por isso lhe ocultaremos que, aos nossos olhos, *as suas tendências não são dramáticas*; isto posto, crescem de vulto as belezas das suas peças, do mesmo modo que lhe diminuem as imperfeições. [Grifo meu] (Idem, 869)

Publicadas em diferentes momentos no *Diário do Rio de Janeiro*, a despeito de algumas nuances, as três passagens indicam um mesmo ponto. José de Alencar estava bem próximo de atingir um ideal dramático pleno, ao descrever com detalhamento os costumes sociais, conferindo, assim, realidade a sua cena; e também, por atender às leis poéticas próprias ao gênero dramático – destaque de suas palavras, “praticou as regras e prescrições da arte sem dispensar as sutilezas da cor local”. Em 1866, ele é ainda mais direto, antecipando, de alguma maneira, o argumento acerca do *sentimento íntimo*, presente no “Instinto de Nacionalidade”, em 1873. Para Machado, Alencar avança em um plano artístico mais amplo, pois suas peças refletem os usos peculiares da sociedade em que nasce, à luz de leis dramáticas, capazes de torna-lo dramaturgo “de seu tempo e do seu país”. Por fim, ao realizar a crítica ao teatro de Magalhães, observamos

Machado pôr em xeque a validade universal de princípios morais estendida ao campo literário. O poeta romântico, reconhecidamente, prestou serviços e deu bom exemplo à missão voluntária que se propôs, ou seja, instituir uma arte dramática nacional. Ainda no mesmo artigo sobre o “Teatro de Magalhães”, propõe Machado.

O nome do Sr.Dr. Magalhães, autor de Antonio José, está ligado à história do teatro brasileiro; aos seus esforços deve-se a reforma da cena tocante à arte de declamação, e as suas tragédias foram realmente passo firme da arte nacional. Foi na intenção de encaminhar o gosto público, que o Sr. Dr. Magalhães, tentou aquela dupla reforma, e se mais tarde voltou à antiga situação, nem por isso se devem esquecer os intuitos do poeta e os resultados da sua benéfica influência. (Idem, 866).

Esse reconhecimento, no entanto, não inibe outro, de que suas tendências não são propriamente dramáticas: “O autor de *Olgiato* [Magalhães] não é um talento dramático na acepção restrita da expressão” (Idem, 866). Em suma, a verdade moral, especialmente cara ao teatro, não poderia se sobrepor à verdade estética.

3.3

Machado e o realismo de Alencar

A literatura nacional que outra coisa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contato de outros povos e ao influxo da civilização? (ALENCAR, J.: 1959, 697, v.I)

As linhas acima são assinadas por José de Alencar, retiradas do texto “Benção Paterna”, incluído como prefácio do romance *Sonhos d’Ouro*, publicado em 1872 – conforme mencionei no primeiro item deste capítulo. É nesse texto que Alencar relaciona o enredo de seus romances a fases ou capítulos da história da sociedade brasileira, como se pairasse sobre a sua produção ficcional certo projeto de escrita da história da sociedade brasileira. Pelo menos nesse prefácio, Alencar submete a sua produção literária a um projeto exterior a ela, cujo epicentro seria a afirmação da nacionalidade brasileira – impregnada pelo impulso externo vindo da Europa, e em função da independência intelectual do presente. O trecho acima é sintomático, nesse sentido: a literatura é vista como a “alma da pátria”, que “transmigrou” para este solo virgem e transformou-se em contato com a seiva americana. O Alencar da década de 1870, crítico de sua própria obra, está

inteiramente integrado ao grupo brasileiro, romântico ou realista, partilhando da concepção que associa literatura a um instinto de nacionalidade – nos termos de Machado. Enquanto Alencar se refere à literatura como alma da pátria, anos antes, Magalhães tratou-a como reflexo progressivo da inteligência de um povo, desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias; Silvio Romero, anos depois, considerou-a nos mesmos termos, só que embebida pelos novos métodos modernos. Há nos três, portanto, uma compreensão da literatura como patrimônio intelectual de um povo.

Ainda no mesmo texto, Alencar dirá sobre a aproximação da sociedade brasileira com culturas exteriores, contato este que se reflete na formação da literatura brasileira.

Palheta, onde o pintor deita laivos de cores diferentes, que juntas e mescladas entre si, dão uma nova tinta de tons mais delicados, tal é a nossa sociedade atualmente. Notam-se aí, através do gênio brasileiro, umas vezes embebendo-se dele, outras invadindo-o traços de várias nacionalidades adventícias; é a inglesa, a italiana, a espanhola, a americana, porém especialmente a inglesa e a francesa, que todas flutuam, e a pouco e pouco vão diluindo-se para infundir-se n' alma da pátria adotiva, e formar a nova e grande nacionalidade brasileira. [Grifo meu]
(Idem, 698)

Desse modo, a nacionalidade brasileira se constitui pela experiência de contato direto com o *influxo externo* – pensando com Machado – ou com a absorção do *bando de ideias novas*, se quisermos usar os termos de Romero. Não faltaria em Alencar a defesa de certo instinto de missão temporal a ser cumprido pelo homem de letras oitocentista contemporâneo seu.

Sobretudo compreendam os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo.. Palavra que inventa a multidão, inovação que adota o uso, caprichos que surgem no espírito do idiota inspirado: tudo isto lança o poeta no seu cadinho, para escoima-lo das fezes que porventura lhe ficaram no chão onde esteve, e apurar o ouro fino. (Idem, 698)

Está claro aqui que os homens de letras, no entender de Alencar, possuem uma missão histórica com seu povo, seu presente e seu futuro – na mesma linha de Magalhães e Romero. Ele dispõe sua produção literária a essa missão, de tal maneira que se admite como *mero operário de seu tempo*. Na perspectiva de

Alencar, a literatura é viva e dinâmica, a ponto de modificar-se aos critérios do seu povo e de sua época.

Há, ainda, outra missão própria ao homem de letras. Tendo em vista o momento especial de formação do povo – e, por conseguinte, formação literária dele – caberia ao literato ser capaz “escoimar as fezes” e “apurar o ouro fino”, isto é, estar em contato direto com o que era falado e escrito por seu povo, sabendo modificá-lo corretamente em função de propriedades literárias. Nesse sentido, a literatura não é apenas o reflexo de seu tempo, mas é, a todo o momento, comparada a um conjunto literário maior, que lhe distingue enquanto forma, a partir da qual nenhum literato pode desvencilhar-se. Neste ponto, Alencar está ao lado de Machado no que ele defendeu com mais veemência em seu exercício crítico, isto é, a distinção de um campo literário autônomo, capaz de traçar uma trajetória própria de desenvolvimento histórico. Alencar, talvez como nenhum outro de seu tempo, caminha entre essa concepção de literatura que valoriza o fenômeno literário em sua particularidade, por isso pede que o literato consiga “separar o joio do trigo”, mas se oferece para ser “operário de seu tempo”, um *tempo ambíguo* de formação da nacionalidade.

Em certo momento, Alencar admite comparar a verdade literária exposta por seu romance àquela conformada pela escrita da história, a qual Capistrano de Abreu, seu afilhado intelectual, tanto se empenhou em delimitar. Lancemos luz, nesse sentido, a uma passagem da “Advertência” dirigida aos leitores do romance *Ubirajara*, de 1874. Repare que ele chega a usar termos como “crítica severa das fontes” e “fatos comprovados” em contraposição às fábulas, para questionar verdades expostas nos documentos que utiliza.

Os historiadores, cronistas e viajantes da primeira época, senão de todo o período colonial, devem ser lidos à luz de uma crítica severa. É indispensável sobretudo escoimar os fatos comprovados, das fábulas a que serviam de mote, e das apreciações a que os sujeitavam espíritos acanhados, por demais imbuídos de uma tolerância ríspida. (ALENCAR, J.; 1960, 327, v. III) (...)

Faço estas advertências para que ao lerem as palavras textuais dos cronistas citados nas notas seguintes não se deixem impressionar por suas apreciações muitas vezes ridículas. É indispensável *escoimar* o fato dos comentários de que vem acompanhado, para fazer uma idéia exata dos costumes e índole dos selvagens. [grifo meu] (Idem, 328)

O uso de métodos historiográficos poderia conferir ao Realismo dos seus romances um tom ainda mais verdadeiro. A Alencar interessava que as cenas

históricas de seu texto ficcional não estivessem abertas a margens que possibilitassem ao leitor a recepção de inverdades sobre o passado brasileiro – “escoimando os fatos comprovados das fábulas a que serviam de mote”. Dessa maneira, ele apresenta um modo primordialmente pedagógico de inserção do leitor no texto literário. Ao apresentar ao leitor o conjunto de fontes primárias que utilizou para chegar àquelas conclusões, Alencar tenta direcionar as expectativas de leitura, de modo que sua tese esteja assegurada. *Ubirajara*, *O Guarani* e *Iracema*, por exemplo – chamados por ele em “Benção Paterna” de romances do período histórico – são romances recheados de notas de rodapé explicativas, que põem em xeque muitas explicações dadas por historiadores. Usando nos termos de Wolfgang Iser, o uso desses procedimentos explicativos dentro do texto ficcional, caracterizariam esses como romances de tese, pois ligam as expectativas e disposições do público a que se dirige o conteúdo, sendo capazes de garantir e priorizar a conectibilidade dos esquemas textuais: deixando sob controle o espaço de participação do leitor no texto, o autor consegue direcioná-lo a posição que ele considera correta. (ISER, W.: 1979, 115, v. I).

Vista por esse prisma, a proposição realista de verdade do romance alencariano, pautada no mundo dos acontecimentos reais e enunciada enquanto verdade histórica confirma a inseparabilidade entre as verdades moral e estética, repelida por Machado de Assis, não só em 1878, na crítica ao *Primo Basílio* e ao Realismo como escola, mas no conjunto de sua produção crítico-literária – vide “Instinto de Nacionalidade”. O que explica, portanto, a recorrente reverência prestada por Machado a Alencar, se este encontra o sentido de sua literatura fora dela, tolhendo a sua condição de autonomia? Alencar não estaria, nesse sentido, percorrendo o caminho inverso ao de Machado?

A relação entre Machado e Alencar foi marcada sempre pela admiração mútua, manifestada publicamente em diversas ocasiões. Em 22 de fevereiro de 1868, o jornal *Correio Mercantil* publicou uma carta aberta escrita por José de Alencar e dirigida a Machado de Assis, cujo objetivo era apresentar ao público leitor da corte um jovem poeta baiano chamado Antonio Frederico de Castro Alves¹⁰⁸. Alencar pedia a Machado que ele prosseguisse na leitura e crítica dos

¹⁰⁸ Segue abaixo, trecho da carta de José de Alencar a Machado de Assis, publicada no *Correio Mercantil* de 18 de fevereiro de 1868.

poemas e peças do hugoano Castro Alves, já autor de “Gonzaga”, drama sobre o episódio histórico da Conjuração Mineira. O Alencar afeito a polêmicas literárias, literato armado do século XIX¹⁰⁹, ao dirigir-se a Machado sossegava sua pena.

O senhor foi o único de nossos modernos escritores, que se dedicou sinceramente à cultura dessa difícil ciência que se chama crítica. Uma porção de talento que recebeu da natureza, em vez de aproveitá-lo em criações próprias, teve a abnegação de aplicá-lo a formar o gosto e desenvolver a literatura pátria. — Do senhor, pois, do primeiro crítico brasileiro, confio a brilhante vocação literária, que se revelou com tanto vigor. (ALENCAR, J.: 1959, 935, v. IV)

A resposta publicada uma semana depois por Machado em artigo no *Diário do Rio de Janeiro* segue a mesma tendência: ele recebe como prêmio e reconhecimento os comentários feitos por Alencar aos seus textos de crítica¹¹⁰.

“Ilmo Sr. Machado de Assis. — Recebi ontem a visita de um poeta. — O Rio de Janeiro não o conhece ainda; muito breve o há de conhecer o Brasil. Bem entendido, falo do Brasil que sente; do coração e não do resto. — O Sr. Castro Alves é hóspede desta grande cidade, alguns dias apenas. Vai a S. Paulo concluir o curso que encetou em Olinda. — Nasceu na Bahia, a pátria de tão belos talentos; a Atenas brasileira que não cansa de produzir estadistas, oradores, poetas e guerreiros. — Podia acrescentar que é filho de um médico ilustre. Mas para quê? A genealogia dos poetas começa com o seu primeiro poema. E que pergaminhos valem estes selados por Deus?”

“O Sr. Castro Alves lembrava-se, como o senhor e alguns poucos amigos, de uma antiguidade de minha vida; que eu outrora escrevera para o teatro. Avaliando sobre medida minha experiência neste ramo difícil da literatura, desejei ler-me um drama, primícia de seu talento. — Essa produção já passou pelas provas públicas em cena competente para julgá-la. A Bahia aplaudiu com júbilo de mãe a ascensão da nova estrela de seu firmamento. Depois de tão brilhante manifestação, duvidar de si, não é modéstia unicamente, é respeito à santidade de sua missão de poeta. — Gonzaga é o título do drama que lemos em breves horas. O assunto, colhido na tentativa revolucionária de Minas, grande manancial de poesia histórica ainda tão pouco explorado, foi enriquecido pelo autor com episódios de vivo interesse. O Sr. Castro Alves é um discípulo de Vítor Hugo, na arquitetura do drama, como no colorido da ideia. O poema pertence à mesma escola do ideal; o estilo tem os mesmos toques brilhantes. — Imitar Vítor Hugo só é dado às inteligências de primor.”

“Não obstante, sob essa imitação de um modelo sublime desponta no drama a inspiração original, que mais tarde há de formar a individualidade literária do autor. Palpita em sua obra o poderoso sentimento da nacionalidade, essa alma da pátria, que faz os grandes poetas, como os grandes cidadãos. — Não se admire de assimilar eu o cidadão e o poeta, duas entidades que no espírito de muitos andam inteiramente desencontradas. O cidadão é o poeta do direito e da justiça; o poeta é o cidadão do belo e da arte.” ALENCAR, Jose de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 195, 904-5, v. IV.

¹⁰⁹ Cf. RODRIGUES, Antonio Edmilson M. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

¹¹⁰ No artigo inicial da série “Semana Literária”, de 9 de janeiro de 1886, em que expõe o “Propósito” – título do texto – daquela série, Machado de Assis lamenta a indiferença com que o romance *Iracema* foi recebido pelo público leitor da corte: “Se a ausência de uma opinião literária torna difícil a publicação dos livros, não é esse o menor dos seus inconvenientes; há outro, de maior alcance porque é de futuro: é o cansaço que se apodera dos escritores, na luta entre a vocação e a indiferença. (...) Um exemplo: apareceu há meses um livro primoroso, uma obra selada por um verdadeiro talento, aliás, conhecido e celebrado. *Iracema* foi lida, foi apreciada, mas não encontrou agasalho que uma obra daquelas merecia. (...) Houve, na Corte, quem se ocupasse igualmente com o livro, mas a apreciação do escritor, reduzida a uma opinião isolada, não foi suficiente para encaminhar a opinião e promover as palmas a que o autor tinha incontestável direito. Ora, se depois desta prova, o Sr. Conselheiro José de Alencar atirasse a sua pena a um

A musa do Sr. Castro Alves não podia ter mais feliz intróito na vida literária. (ASSIS, M.: 1962, 895, v.III) (...)

A tarefa da crítica precisa destes parabéns; é tão árdua de praticar, já pelos estudos que exige, já pelas lutas que impõe, que a palavra eloquente de um chefe é muitas vezes necessária para reavivar as forças exaustas e reerguer o ânimo abatido. (Idem, 895)

Como podemos constatar, há clara manifestação de afinidade intelectual entre os dois, Machado e Alencar. Tendo em vista o que já destaquei dos dois autores aqui, a pergunta a ser feita é: por que o critério da autonomia do campo da literatura, tão caro a Machado – vide “O ideal do crítico”, de 1865, analisado aqui no primeiro capítulo – não foi estendido à sua leitura a Alencar?

Sobre *Iracema*, Machado escreveu em 1866, na “Semana Literária” do *Diário do Rio de Janeiro*.

Há um argumento histórico, sacado das crônicas, mas esse é apenas a tela que serve ao poeta; o resto é obra da imaginação. Sem perder de vista os dados colhidos nas velhas crônicas, criou o autor uma ação interessante, episódios originais e mais que tudo, a figura bela e poética de Iracema. Apesar do valor histórico de alguns personagens, como Martim e Poti (o célebre Camarão, da guerra holandesa) a maior soma de interesse encontra-se na deliciosa filha de Arakén. A pena do cantor d’O Guarani é feliz nas criações femininas; as mulheres dos seus livros trazem sempre um cunho de originalidade, de delicadeza, e de graça, que se nos gravam logo na memória e no coração. Iracema é da mesma família. [Grifo meu] (Idem, 850)

Note que Machado enaltece a acuidade da pesquisa documental feita por Alencar. O mote é histórico, extraído das crônicas coloniais, e há mérito nisso. O valor maior, no entanto, não está aí, mas na protagonista que intitula o romance, Iracema. A admiração é pela personagem feminina, comparável a outras desenhadas pelo mesmo autor. Vemos aqui a história se apresentar a serviço da matéria literária em dois sentidos. Primeiro, pela abertura à experiência de alteridade que o estudo do passado admite, contando para isso, com uma extensa pesquisa documental que torne possível a pintura do indígena em suas próprias cores:

Estudando profundamente a língua e os costumes dos selvagens obrigou-nos o autor a entrar mais ao fundo da poesia americana; entendia ele, e entendia bem, que a poesia americana não estava completamente achada; que era preciso

canto, e se limitasse a servir ao país no cargo público que ocupa, é triste dizê-lo, mas nós cremos que a sua abstenção estava justificada.” (ASSIS, M. Op. Cit, p. 842)

prevenir-se contra o anacronismo moral, que consiste em dar ideias modernas e civilizadas aos filhos incultos da floresta. (Idem, 849)

Segundo, pela criação de Iracema, personagem que não é apenas um tipo histórico associado ao ameríndio, mas adquire vida própria enquanto criação poética, assumindo atitudes atípicas próprias à *persona* de uma personagem.

Eis o que é Iracema, criatura copiada da natureza, idealizada pela arte, mostrando através da rusticidade dos costumes, uma alma própria para amar e para sentir. (Idem, 850)

Marcelo Peloggio, estudando os usos da história nos romances históricos de Alencar, ajuda-nos a compreender a leitura de Machado à *Iracema*.

Em José de Alencar, *a história deve, pois, ser encarada apenas como objeto estético*. Por isso, a importância central da imaginação poética na reformulação do pensamento historiográfico. É o que explica o desconforto da crítica ante a forte presença do “inverossímil” em seus romances: há neles, com efeito, um quê de fabuloso. E seu estudo formal o atesta: cenas repetidas, um sem-número de aparições e feitos espetaculares. [Grifo meu] (PELOGGIO, M.: 2004, 90)

O dado documental da realidade histórica atenderia ao propósito de criação de outra realidade, a ficcional. Há uma lógica de reconstrução imaginativa do real, no entender de Peloggio,

Importa menos se os documentos retratam fielmente a realidade que levar a efeito seu mais elevado propósito: fazer da reminiscência mesma um ato puramente enunciativo, em que conta a poesia em toda a sua beleza plástica e ao mesmo tempo a história (Idem, 85).

Nesse sentido, as fontes compõem em sobreplano o enredo de paisagens e personagens¹¹¹. Como escreveu Machado, “*Há um argumento histórico, sacado das crônicas, mas esse é apenas a tela que serve ao poeta*”. O que se configura como painel ao poeta, estará em relevo a um historiador como Capistrano de Abreu. O ponto desenvolvido por Maria da Glória Oliveira nos é caro nesse

¹¹¹ Danielle Ramos desenvolve um relevante argumento acerca do narrador romanesco de Alencar. “O narrador aparece, assim, como o repositório de uma história que deve ser contada para divertir, saciar a curiosidade, levar à reflexão e ao aperfeiçoamento moral... Ficcionalmente, o narrador assume a responsabilidade por tornar a memória a história que lhe foi confiada, tecendo uma relação entre oralidade e romance.” RAMOS, Danielle Mendes Pereira. “Da arte de tecer enganos: memória e literatura no Brasil dos oitocentos” In (orgs) Helena, Lúcia *Nação-invenção: ensaios sobre o nacional em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Livraria Contra Capa/CNPq, 2004, p.165.

sentido: para ela, em Capistrano, os documentos agem com tamanha intensidade sobre a sua escrita que, em nome da aferição de uma credibilidade, a ele convém grifar seu desempenho como compilador, ocultando-se na narrativa porque escreve primordialmente as palavras dos outros (OLIVEIRA, M.: 2007, 218). A voz autoral, tão importante a Alencar, porque capaz de agir sobre os documentos que lança mão, é tida como secundária (“impossível e necessária”) a Capistrano, ocupado primeiro em completar a tarefa de seus antecessores. Nas palavras de Oliveira.

A preeminência com que, para o historiador, se impunham as práticas de leitura, pesquisa, compilação e edição de documentos era justificada pelas exigências de uma história que se pretendia mais completa que a de seus antecessores. Tais tarefas não o eximiam, contudo, do trabalho da ‘impossível e necessária’ escrita, exercida na anotação e no comentário de textos, expedientes através dos quais o historiador acreditava convertê-los em fonte histórica. Com essas operações, delimitam-se as regras primordiais por meio das quais o conhecimento histórico, ao longo do século XIX, seria construído metódica e disciplinarmente. (Idem, 233)

À leitura machadiana, a competência de Alencar em lançar mão de um acontecimento histórico verdadeiro e transformá-lo em matéria literária aparece como critério central definidor da beleza de seu romance. Lemos abaixo, ainda, o artigo sobre *Iracema*.

A verdade é que relemos atentamente o livro do Sr. José de Alencar, e o efeito que ele nos causa é exatamente o mesmo a que o autor entende que se deve destinar ao poeta americano; tudo ali nos parece primitivo; a ingenuidade dos sentimentos, o pitoresco da linguagem, tudo, até a parte narrativa do livro, que nem parece obra de um poeta moderno, mas uma história de bardo indígena, contada aos irmãos, a porta da cabana, aos últimos raios do sol que se entristece. A conclusão a tirar daqui é que o autor houve-se nisto como uma ciência e uma consciência, para as quais todos os louvores são poucos. (ASSIS, M.: 1962, 849, v. III)

A leitura machadiana sobre *Iracema* expõe, ao fim e ao cabo, o que Machado requisita como condição de uso da realidade da história em matéria literária: que ela seja capaz de potencializar a verdade estética própria à literatura, não inibi-la¹¹². A dimensão histórica assume o seu lugar, mas abstrai-se do *mesmo* que

¹¹² Alencar considera que *Iracema* sintetiza suas ideias a respeito da literatura nacional, reconhecendo em seu texto méritos semelhantes aos elevados por Machado de Assis em sua crítica. Um romance que é ao mesmo tempo ensaio sobre os indígenas. “Este livro é pois um ensaio ou antes mostra. Verá realizadas nele minhas ideias a respeito da literatura nacional; e achará aí poesia inteiramente brasileira, haurida na língua dos selvagens. A etimologia dos nomes das diversas localidades, e certos modos de dizer tirados de composição das palavras, são de cunho

compõe a realidade do presente, em nome da compreensão do indígena enquanto *alteridade*.

Ratifica essa perspectiva o comentário de Machado acerca de “Os inconfidentes”, de Castro Alves – fazendo-nos crer que o procedimento de leitura empreendido à *Iracema* de Alencar pode ser estendido a outros casos:

Para avaliar um drama histórico, *não se pode deixar de recorrer à história; suprimir esta condição é expor-se a crítica e não entender o poeta.*

Quem vê o Tiradentes do drama não reconhece logo aquele conjurado impaciente e ativo, nobremente estouvado, que tudo arrisca e empreende, que confia mais que todos no sucesso da causa, e paga enfim as demasias do seu caráter com a força e a profanação do cadáver? (...)

Em tudo isso é de louvar a consciência literária do autor. *A história nas suas mãos não foi um pretexto; não quis profanar as figuras do passado, dando-lhes feições caprichosas. Apenas empregou aquela exageração artística, necessária ao teatro, onde os caracteres precisam de relevo, onde é mister concentrar em pequeno espaço todos os traços de uma individualidade, todos os caracteres essenciais de uma época ou de um acontecimento.* [Grifo meu] (Idem, 898)

Trata-se do momento em que Machado apresenta Castro Alves ao público da Corte, em 1868, respondendo a Alencar. O crítico acentua mais uma vez o lugar que cabe à história em um texto que se disponha a utilizá-la enquanto recurso literário. Nos termos machadianos, não se pode deixar de recorrer à história quando se pretende realizar um drama histórico; convém apropriar-se dela, trazendo à tona os caracteres essenciais de uma época ou acontecimento passado. Está claro, no entanto, que a questão não se encerra aí: é fundamental levar em conta o traço de *exageração artística* que distingue a forma *teatro*.

Foi esse mesmo pressuposto que baseou sua apreciação ao teatro de Gonçalves de Magalhães, no mesmo *Diário do Rio de Janeiro* em 1866. Bem ao seu feitio, Machado primeiro apresenta uma constatação universal, que serviria a Magalhães ou a qualquer outro tipo de texto.

A poesia não tem o papel de copiar integralmente a história sem cair no papel secundário e passivo do cronista. (Idem, 869)

Para, em seguida, analisar o caso de Magalhães.

original.” ALENCAR, José de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1959, p. 111, v. I. Alencar busca a síntese entre os valores indígenas e civilizados na forma do romance: “Sem dúvida que o poeta brasileiro tem de traduzir em língua as ideias, embora rudes e grosseiras, dos índios; mas nessa tradução está a grande dificuldade; é preciso que a língua civilizada se molde o quanto possa à singeleza primitiva da língua bárbara: e não represente as imagens e pensamentos indígenas senão por termos e frases que ao leitor pareçam naturais na boca do selvagem.” (Idem, 109).

Previendo esta objeção, o Sr. Dr. Magalhães diz que não podia alterar a realidade histórica, porque fazia uma tragédia – e não um drama. Não compreendemos esta distinção e se ela exprime o que nos quer parecer, estamos em pleno desacordo com o poeta. Por que motivo haverá duas leis especiais para fazer servir a história à forma dramática e à forma trágica? A tragédia, a comédia e o drama são três formas distintas, de índole diversa: mas quando o poeta, seja trágico, dramático ou cômico, vai estudar no passado os modelos históricos, uma única lei deve guiá-lo, a mesma lei que deve guiar no estudo da natureza, e essa lei impõe-lhe o dever de alterar, segundo os preceitos da boa arte, a realidade da natureza e da história. [Grifo meu] (Idem, p. 869)

O cronista aparece aqui como um receptor passivo da realidade e, de certa maneira, menor do que ela – tal como Capistrano de Abreu se apresentava ante os documentos do passado que lidava. Ao buscar copiar integralmente a realidade da história, Magalhães inverte o que deveria ser, ao critério de Machado, a ênfase dos planos da matéria literária. Em Alencar, o argumento histórico seria, corretamente, pano de fundo; aqui, no teatro de Magalhães, ele se converte em relevo. Será exatamente esse o problema maior das peças de Magalhães: ao meramente copiar o cronista, ele não age sobre a realidade, alterando-a, como convém à arte.

Na crítica ao teatro de Magalhães está em funcionamento o mesmo princípio que rege a análise de Machado a Alencar e a Castro Alves e, igualmente, em seu propagado afastamento dos pressupostos da Escola Realista, expostos no *Primo Basílio*, de Eça de Queirós, qual seja: a literatura pode e deve servir-se da realidade e da história – vista como expressão da realidade do passado – desde que estes sirvam à ampliação do horizonte de possibilidades da experiência literária. A Escola Realista, no modo como se delineava na década de 1870, representaria a morte desse princípio, tornando o escritor menor que a realidade em sua vã intenção de buscá-la em sua completude. Assim, esse realismo extingue do literário o que lhe compõe de modo mais basilar, ou seja, a sua capacidade de explorar o real, mas deixá-lo em estado de suspensão.

3.4

“A realidade é boa”: tesouro a ser explorado pela literatura

A sociedade, Deus seja Louvado!, é uma mina a explorar, é um mundo caprichoso, onde o talento pode descobrir, copiar, analisar uma aluvião de tipos e caracteres de todas as categorias. Estudem-na: eis o que aconselhamos às vocações da época. [Grifo meu] (Idem, 789)

Eis a conclusão a que chegava o Machado de Assis ainda bem jovem do artigo “O passado, o presente e o futuro da literatura brasileira”, de 1858 – texto já examinado aqui, no capítulo 1. Na flor dos seus dezenove anos, Machado já se traveste de conselheiro de seu tempo e recomenda às vocações de sua época: a sociedade é um grande tesouro a explorar, um mundo caprichoso a partir do qual o literato pode e deve servir-se. Conselho que Joaquim Maria, o futuro romancista, terá ouvido e seguido à risca.

Desde os primeiros escritos na imprensa até os últimos romances que lhe consagraram como principal nome da literatura brasileira oitocentista, a realidade social apresentou-se como preocupação constante das reflexões de Machado de Assis. Inquietação esta que envolvia, não apenas pôr em ação uma peculiar leitura da realidade na produção ficcional, senão por meio de uma problematização em sua produção crítica acerca do uso da realidade na literatura.

Esta problematização expõe o deslocamento machadiano ante os literatos brasileiros que partilhavam do *instinto de nacionalidade* e dos usos que requisitavam do conceito literatura, enquanto documento e testemunho da inteligência de uma época, acomodando a literatura a preocupações extrínsecas e anteriores a ela. As considerações machadianas sobre o teatro e a leitura empreendida por ele aos textos de Alencar – explicitamente “operário de seu tempo”, defensor da vinculação entre literatura e nacionalidade – nos apresentam uma complicação, pois a coerência do argumento machadiano não aparece pela recusa direta e imediata do projeto nacionalista empreendido por aqueles brasileiros de sua época. O ponto comum entre essas críticas que aceitam atribuições pedagógicas do literário é o mesmo ponto saliente em 1873, no artigo “Notícia atual da literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade”, ou seja, a defesa de compreensão do fenômeno literário em sua trajetória própria de desenvolvimento. Mesmo acatando e acentuando o papel moralizador do teatro, ele não abre mão de enfatizar a *partícula artística* que lhe é própria; na mesma linha, a contribuição de Alencar se eleva a partir do modo como ele criou, ficcionalmente, por exemplo, *Iracema*, em diálogo com uma pesquisa documental que conseguiria ampliar as possibilidades ficcionais do romance. Portanto, a exploração do nacional não implica limite ou empobrecimento à literatura de Alencar, o que nos faz concluir que o confronto crítico dele não era com o nacional, mas com os usos e desdobramentos que decorriam dele – ainda que ele,

Machado, não tenha optado por manter em sua produção ficcional o caminho aberto por Alencar, no que tange à ênfase na pintura das cores brasileiras.

O desafio proposto por Machado, em 1878, em seus artigos sobre *O Primo Basílio* de Eça de Queirós terá a mesma direção traçada por seus textos críticos anteriores: como pensar o uso da realidade ao critério literário? Ou ainda, nos termos do texto de 1858, como *explorar essa mina*, esse mundo demasiado caprichoso, que salta aos olhos do ficcionista quando ele gira ao redor de si, no mundo da experiência? A estas questões, acrescentam-se outras, próprias à década de 1870, reunidas nos artigos sobre o romance de Eça: como pensar a realidade na literatura fora da referência da Escola Realista? Ainda mais em um momento em que ela adquire o qualificativo *moderno* e se adéqua no Brasil a um quadro interpretativo realista/documental, já colocado desde os primeiros românticos.

Há ainda um terceiro componente importante a ser considerado. Precede a essa concepção de literatura, conforme posta no debate letrado brasileiro, uma dimensão moral, ou seja, atribui-se à literatura e sua história um papel missionário voltado ao questionamento e proposição de soluções para o mundo real do presente da escrita – concepção da qual o próprio Machado participa em suas proposições sobre o teatro. Uma tomada de posição diferente desta tende a ser vista como sinal de desilusão ante o potencial transformador da literatura: é nesse caso que se encontra a obra de Machado de Assis. Uma tradição de leitura aos textos machadianos, em vida e depois, inclui a literatura machadiana no rol do absentismo do mundo, alheamento e pessimismo ante as questões que movimentam a experiência real¹¹³. Faz sentido a sugestão de Gustavo Bernardo a esse respeito.

É o caso de Machado de Assis, volta e meia considerado acomodado, reacionário ou niilista, por conta da sua identificação e de seus personagens com a postura cética. Ainda que suas crônicas e romances veiculem uma crítica bastante ácida à sociedade e seus preconceitos, nunca se posicionou claramente a favor de mudanças, em geral, ou a favor da abolição da escravatura, em particular (apesar de mulato ele mesmo, enfatizariam seus detratores), quer porque não concordasse com as mudanças propostas, quer porque suspeitasse que elas provocariam problemas maiores do que os que tentavam solucionar (suspeita essa premonitória, como hoje sabemos). (BERNARDO, G.: 2007, 238)

¹¹³ Podemos citar, dentre outros estudiosos que fizeram coro ao discurso que apresentava Machado como um absentista: Lucia Miguel-Pereira, Luiza Lobo e Mario Casassanta.

É sintomática, nesse sentido, a opinião de Silvio Romero, expressa em seu livro sobre Machado de Assis, em 1897. A obra machadiana é qualificada como pessimista e, para entendê-la, seria necessário compreender a posição de Machado ante o que ele, Romero, espera da literatura e de suas funções sociais.

Esta questão do pessimismo, para ser aprofundada, deveria esmiuçar o problema da sensibilidade e da intelectualidade dos escritores, lado subjetivo do assunto, e, ao mesmo tempo, a ação das peripécias, das pressões da sociedade sobre eles, lado objetivo do fenômeno. Só um estudo, assim completo, sobre cada autor, poder-se-ia conhecer a natureza de sua intuição pessimista ou não sobre o mundo e a experiência.

Pelo que toca aos vaivens da sociedade, bem se vê como ele atuam diversamente sobre os homens e daí a variedade de casos que se nos deparam. (ROMERO, S.: 1992, 259)

Para Romero, o pessimismo machadiano é expressão de seu comportamento titubeante diante do mundo¹¹⁴.

Há os sofrendores, que, por circunstâncias várias da sensibilidade e da inteligência, chegam a certo pessimismo apenas teórico, espécie de protesto para uma mais perfeita organização das coisas.

Creio que nesse grupo é, como já deixei indicado que se pode colocar o nosso Machado de Assis. (Idem, 259)

Em suma, a expectativa gerada a partir da concepção romeriana de literatura, que defendia a inclusão do componente moral como essencial à matéria literária, não encontraria respaldo na produção literária de Machado de Assis. Em constante contato com o real, a experiência ficcional machadiana se caracteriza, justamente, por deixar seu leitor em completa desorientação em relação a como agir no mundo. O primado que paira é o da dúvida ante qualquer tipo de situação¹¹⁵ e a realidade se impõe em seu texto ficcional sob a égide do fértil terreno do improvável.

¹¹⁴ Para Romero, esse comportamento indeciso de Machado é revelador de seu espírito brasileiro. “Machado de Assis é, disse eu, um representante do espírito brasileiro, mas num momento mórbido, indeciso, anuviado, e por um modo incompleto, indireto, e como que a medo.” ROMERO, Silvio. Op. cit., 153.

¹¹⁵ Ver MELO E SOUZA, Ronalds. *O romance tragicômico de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006; BERNARDO, Gustavo. “O bruxo contra o comunista ou: o incômodo ceticismo de Machado de Assis.” *KRITERION*, Belo Horizonte, nº 115, Jun/2007, p. 235-247; PALTI, Elias José. “O Espelho Vazio. Representação, subjetividade e História em Machado de Assis”. In: *A obra de Machado de Assis. Ensaios premiados no 1º Concurso Internacional Machado de Assis*. Ministério das Relações Exteriores. Governo Federal, 2006.

Embebido pelo engajamento que caracteriza seus primeiros anos de jornalismo, Machado aparece, em 1858, ocupado em discorrer sobre a tarefa e a dimensão social do homem de letras do seu tempo.

No estado atual das cousas, a literatura não pode ser perfeitamente um culto, um dogma intelectual, e o literato não pode aspirar a uma existência independente, mas sim *tornar-se um homem social, participando dos movimentos da sociedade em que vive e de que depende*. [Grifo meu] (ASSIS, M.: 1962, 788, v. III)

A se julgar por esse trecho, Machado de Assis nunca poderia ser chamado de absenteísta. Afinal, a requisição social da literatura aparece em primeiro plano. O literato não tem uma existência isolada de seu tempo. Ele deve pensar, imerso nele, sobre os problemas de sua sociedade. Mesmo assim, o literato/homem social de Machado não chega a apontar caminhos efetivos para a ação. A reflexão já se configura como ação, em face das mudanças decorrentes do progresso material, e no modo como tais inovações afetariam os comportamentos humanos:

A sociedade atual não é decerto compassiva, não acolhe o talento como deve fazê-lo. Compreendam-nos! Nós não somos inimigo encarniado do *progresso material*. Chateaubriand o disse: ‘Quando se aperfeiçoar ao vapor, quando unido ao telégrafo tiver feito desaparecer as distâncias, não hão de ser só as mercadorias que hão de viajar de um lado a outro do globo, com a rapidez do relâmpago; hão de ser também as ideias.’ Este pensamento daquele restaurador do cristianismo – é justamente o nosso; – nem é o desenvolvimento material que acusamos e atacamos.

O que nós queremos, o querem todas as vocações, todos os talentos da atualidade literária, é que a sociedade *não se lance exclusivamente na realização desse progresso material*, magnífico pretexto da especulação, para certos espíritos positivos que se alentam no fluxo e refluxo das operações monetárias. O predomínio exclusivo dessa realeza parva, legitimidade fundada numa letra de câmbio, é bem fatal às inteligências; o talento pede e tem também direito aos olhares piedosos da sociedade moderna: negar-lhos é matar-lhes todas as aspirações, *é nulificar-lhe todos os esforços aplicados na realização das ideias mais generosas, dos princípios mais salutares e nos germens mais fecundos do progresso e da civilização*. [Grifo meu] (Idem, 787)

Machado expõe um problema que abarca a sociedade brasileira em sua época, mas não somente. Os males da especulação financeira, a introdução do crédito especulativo em detrimento do produtivo, o deslumbramento provocado pelos progressos materiais, enfim, não são questões exclusivamente *brasileiras*, tampouco *oitocentistas*. Não é à toa que Antonio Candido sugerirá, anos depois¹¹⁶,

¹¹⁶ Para Antonio Candido, Machado revela profunda compreensão das estruturas sociais, explorando em sua produção ficcional a relação devoradora de homem a homem, chamando a atenção para o risco de transformação do homem em objeto de seus semelhantes. São recorrentes em seus romances e contos, temas como, ganho, lucro, soberania do interesse, dentre outros, que

que Machado antecipa nesse momento um tópico caro ao debate sobre os impactos da modernização material, geradores de um olhar inebriado e reificado do homem em face de si. Daí se eleva o papel das ideias, como capazes de impor reflexão onde só há êxtase. Tal reflexão não representa um caminho ao qual o leitor possa se apoiar, mas contenta-se em por a interrogação.

Vejamos como funciona essa perspectiva do literato social em Machado em seu olhar acerca de um tema espinhoso de seu tempo, especialmente para ele, por sua condição racial e origem social: a escravidão negra. Um tema arriscado, sem dúvida, como afirmou Gustavo Bernardo, citado linhas acima: “nunca se posicionou claramente a favor de mudanças, em geral, ou a favor da abolição da escravatura, em particular (apesar de mulato ele mesmo, enfatizariam seus detratores)”. Uma alternativa a esse tipo de ênfase de leitura do *bruxo-absenteísta*, recolhido nas letras ante o mundo que lhe cerca, pode ser o destaque de seu total oposto, como o faz Sidney Chalhoub, em sua busca pelo funcionário público e pelo “historiador” que estariam por trás do romancista. Perseguindo esse objetivo, Chalhoub chega a afirmar:

Em 1873, Machado de Assis tornou-se funcionário do Ministério da Agricultura; a partir de meados de 1876, passou a chefiar a seção desse ministério, encarregada de estudar e acompanhar a aplicação da lei de emancipação. O romancista formou-se e transformou-se ao longo dos anos 1870 em diálogo constante com a experiência do funcionário público e do cidadão. De fato, é possível até mesmo investigar as relações entre a experiência do funcionário e a famosa virada narrativa do romancista, ocorrida entre 1870 e 1880, ou entre *Iaiá Garcia* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. (CHALHOUB, S.: 2003, 139)

O leitor que concorda com essa premissa entende a produção ficcional de Machado associada à experiência dele como funcionário público e cidadão. Não somente associada, mas submetida. Algo que o próprio Machado discordaria, certamente, se coerente ao que propôs em toda a sua produção letrada, crítica e ficcional. Explicar a verdade estética contida em romances como *Iaiá Garcia* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* pelo contexto político da lei de emancipação, e pela atuação profissional dele como funcionário, é o mesmo que dizer que não existe verdade estética.

ajudariam a entender a percepção machadiana acerca da sociedade capitalista. CANDIDO, Antonio. “Esquema Machado de Assis” In *Vários Escritos* São Paulo: Duas Cidades, 1995.

A leitura mais cautelosa de Astrojildo Pereira, não menos preocupado que Chalhoub em revelar a face cidadã da literatura machadiana, parece-me bem mais apropriada.

Certamente, ninguém pretende emprestar à participação de Machado de Assis na luta contra a escravidão o mesmo caráter ou o mesmo feitiço que lhe deram Castro Alves, Luis Gama, Nabuco, Patrocínio, Rebouças, Joaquim Serra, Ferreira de Araujo, Ferreira de Meneses, Rui Barbosa.

Machado de Assis participava da luta comum ao seu modo, com os seus próprios métodos e suas próprias armas. Cumpriu o seu dever como podia e como sabia. (...)

E o fez, convém acrescentar, *não só como escritor, mas também como funcionário público*, precisamente em função do cargo que ocupava na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura. [Grifo meu] (PEREIRA, A.: 1959, 93-4)

Repare que Astrojildo Pereira, leitor marxista da obra machadiana e fundador do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, reconhece que Machado de Assis, escritor e funcionário público, lançava mão de instrumentos completamente diferentes, no Ministério e nas letras, em prol de um mesmo objetivo. Para Pereira, Machado exerce importante papel enquanto um funcionário público que tomava medidas em favor da abolição. No entanto, essas medidas não se tornam mote para a explicação de seus romances – tal como expresso por Chalhoub – visto que à literatura cabe uma forma de intervenção distinta no mundo. Astrojildo Pereira acerta quando acentua que Machado, o ficcionista, participava das lutas sociais de seu tempo *com os métodos e armas de que dispunha* – e de que queria fazer dispor, acrescento. Nesse sentido, a pergunta central colocada por Machado passaria a ser: como tornar a literatura arma para as lutas de seu tempo? Levando-se em conta, ainda, que a vocação social não se impunha como condição obrigatória para a matéria literária em Machado.

O espinhoso tema da escravidão aparece com bastante destaque na série de artigos publicada por Machado no *Diário do Rio de Janeiro*, em março de 1866. Leiamos, primeiro, os comentários acerca de *O Demônio Familiar*, peça de José de Alencar que tratava diretamente dos desdobramentos da escravidão na sociedade brasileira.

O Demônio Familiar apresenta um quadro da família com o verdadeiro cunho da família brasileira; reina ali um ar de convivência e de paz doméstica, que encanta desde logo; só as intrigas de Pedro transtornam aquela superfície: corre a ação ligeira, interessante, comovente mesmo, através de quatro anos, bem deduzidos e bem terminados. *No desfecho da peça, Eduardo dá a liberdade ao escravo fazendo-lhe ver a grave responsabilidade que desse dia em diante deve pesar*

sobre ele, a quem só a sociedade pedirá contas. O traço é novo, a lição é profunda. Não supomos que o Sr. Alencar dê às suas comédias um caráter de demonstração; outro é o destino da arte; mas a verdade é que as conclusões d'O Demônio Familiar, como as conclusões de Mãe, têm um caráter social que consolam a consciência; ambas as peças, sem saírem das condições da arte, mas pela própria pintura dos sentimentos e dos fatos, são um protesto contra a instituição do cativo. [Grifo meu] (ASSIS, M.: 1962, 872, v. I)

Em seguida, a leitura que ele empreende sobre *Mãe*, também de Alencar, na mesma série.

Assistíamos ao melhor de todos os dramas nacionais até hoje representados; estávamos diante de uma verdadeiramente obra dramática, profundamente humana, bem concebida, bem executada, bem concluída. (...)

Se ainda fosse preciso inspirar ao povo o horror pela instituição do cativo, cremos que a representação do novo drama do Sr. José de Alencar faria mais do que todos os discursos que se pudessem proferir no recinto do corpo legislativo, e isso sem que Mãe seja um corpo demonstrativo e argumentador, mas pela simples impressão que produz no espírito do espectador, como convém a uma obra de arte. A maternidade da mulher escrava, a mãe cativa do próprio filho, eis a situação da peça. Achada a situação, era preciso saber apresenta-la, concluí-la; tornava-se preciso *tirar dela todos os efeitos*, todas as consequências, todos os lances possíveis; do contrário, seria desvirginá-la sem fecundá-la. O autor não só compreendeu, como o executou com uma consciência e uma inspiração que não nos cansamos de louvar. [Grifo meu] (Idem, 875)

Para, por fim, acompanhar o funcionamento da mesma lógica na carta pública sobre Castro Alves, de 1868.

Eu não podia, por exemplo, deixar de mencionar aqui a figura do preto Luis. Em uma conspiração para a liberdade, era justo aventar a ideia de abolição. Luis representa o elemento escravo. Contudo o Sr. Castro Alves não lhe deu exclusivamente a paixão pela liberdade. *Achou mais dramático por naquele coração os desesperos do amor paterno. Quis tornar mais odiosa a situação do escravo na luta entre a natureza e o fato social, entre a lei e o coração.* Luis espera da revolução, antes da liberdade, a restituição da filha; *é a primeira afirmação da personalidade humana; o cidadão virá depois.* Por isso, no terceiro ato Luís encontra a filha já cadáver, e prorrompe em exclamações e soluços, o coração chora com ele, e a memória, se a memória pode dominar tais comoções, nos traz aos olhos a bela cena do rei Lear, carregando nos braços Cordélia morta. *Quem os compara não vê o rei nem o escravo: vê o homem.* (Idem, 899)

Mais do que analisar que tipo de crítica social está contida na obra que examina, importa a Machado refletir sobre as possibilidades de a literatura transformar-se em arma, sem abrir mão das qualidades essenciais de que dispunha – nos termos de Astrojildo Pereira, intervir no presente “com os seus próprios métodos e suas próprias armas”. Em “O Demônio familiar” agrada a Machado o desenvolvimento da trama, ocorrida em seio doméstico, onde é marcante a presença do escravo no

cotidiano de uma família burguesa brasileira. Se na primeira parte da história a escravidão aparece como situação acomodada aos costumes e à rotina familiar, rotina que se interrompe apenas por ações cafajestes do escravo, é o desfecho que mais chama a atenção de Machado. Eduardo, o protagonista, dá liberdade ao cativo, responsabilizando-se a si e à sociedade brasileira como um todo, pelo desenrolar atribulado daquela situação. Ainda que se refira à lição que a peça transmite – ponto coerente com a concepção de teatro que desenvolve em sua crítica – Machado procura, mais uma vez, resguardar o lugar do teatro enquanto obra de arte: “*Não supomos que o Sr. Alencar dê às suas comédias um caráter de demonstração; outro é o destino da arte*”. O protesto contra a instituição do cativo não concorre com o princípio artístico que rege textos dramáticos, e é isso que eleva as peças de Alencar a um patamar especial.

No exame sobre *Mãe*, incluímos mais um componente nessa análise. Lemos Machado destacar o quanto uma peça teatral pode “inspirar ao povo o horror pela instituição do cativo”, “pela simples impressão que produz no espírito do espectador, como convém a uma obra de arte”: ou seja, o desenrolar da história provoca na plateia asco, nojo, arrepio, um conjunto de impressões que impactam o espectador ante o que está vendo no palco e ao seu redor na sociedade. O mérito de Alencar estaria não só na escolha da situação – mãe cativa do próprio filho – mas na exploração dos efeitos e lances possíveis. Ao mesmo tempo, o autor provoca um conjunto de sensações peculiarmente causadas por uma obra de caráter literário, cuja qualidade é não ser apenas demonstrativa a partir de argumentos consistentes. O caso é o mesmo quando ele examina a presença de uma personagem escrava no drama *Gonzaga* de Castro Alves. As relações familiares entre senhores e escravos voltam a chamar a atenção de Machado: agora é o vínculo pai/filho que se sobrepõe ao senhor/escravo, isto é, o conflito entre uma situação natural e outra social. É a condição humana do escravo que aparece em primeiro plano, em completa desarmonia com seu status social: “quem os compara não vê o rei nem o escravo: vê o homem”. Estaria aqui, nas leituras a Alencar e Castro Alves, o mote para “Pai contra Mãe”, famoso conto machadiano surgido anos mais tarde, cujo tema central, como indica o

título, envolve o conflito entre as condições materna e paterna no contexto dos últimos anos da escravidão?¹¹⁷

Os exemplos mencionados acima, retirados da produção crítico-literária machadiana, corroboram um traço marcante na pena romanesca machadiana, que lhe consagraria especialmente a partir da década de 1880: o tema da representação da realidade social brasileira na literatura. A realidade apresentava-se para ele como tesouro a ser explorado e transformado pela literatura. Se compararmos o modo como Machado encaminha essa discussão, com o desenvolvido por contemporâneos seus como Gonçalves de Magalhães e Silvio Romero, chegaremos à seguinte conclusão: há, aqui também, uma relação de apropriação e recusa entre o debate crítico machadiano e o proposto pelo cânon literário brasileiro. Vimos o quanto a dimensão real do mundo era basilar à concepção ampla de literatura proposta por Magalhães e Romero: entendida como conjunto das manifestações da inteligência de um povo e testemunho de uma época, vincula-se a essa reflexão sobre literatura uma dimensão realista/documental e profundamente ética, porque voltada ao levantamento dos problemas do próprio presente – e, especialmente, à proposição de princípios orientadores aos leitores brasileiros, sobre como agir coletivamente em prol de um novo futuro.

Machado traz para primeiro plano a tematização da realidade em sua proposição crítica e nisso se apropria do debate oitocentista brasileiro. Em “O passado, o presente e o futuro da literatura brasileira”, de 1858, ele aconselha que seus congêneres explorem o *mundo caprichoso da realidade a ser descortinado pela literatura*, com sua aluvião de tipos de todas as categorias. Há, ainda, a requisição de que o *literato se torne um homem social* apto a contribuir com “os movimentos da sociedade em que vive e de que depende”. Encanta-lhe no teatro de Alencar o modo como ele dispõe a pintura de sentimentos e fatos associados ao elemento servil, em protesto e inspirando ao povo contra a instituição do cativo. Em suma, ainda que não defenda a vocação social como requisito obrigatório à

¹¹⁷ Conto publicado no volume *Relíquias de Casa Velha*, em 1906. O título do conto, “Pai contra mãe”, é representativo da luta travada entre Cândido Neves e Arminda, com o objetivo de proteger a sobrevivência de seus respectivos filhos. Ela, grávida, queria dar a luz a um filho livre, por isso havia fugido do domínio do senhor que a tinha como propriedade. Ele só poderia garantir a permanência do filho recém-nascido junto à família caso conseguisse algum dinheiro para diminuir a miséria dos seus. Pobres e escravos – duas condições sociais – lutavam pela sobrevivência de si e de seus filhos – situação natural: eis o mote da trama.

experiência literária, ele aplaude com veemência iniciativas que ampliem os sentidos da realidade a partir do que a literatura pode proporcionar.

A recusa ante as gerações do instinto de nacionalidade está, conforme suposta nas histórias de Magalhães e Romero, na implicação documental e testemunhal que compõe essa concepção ampla de literatura. O problema estaria em afirmar uma condição moral e pedagógica que inviabilizasse a literatura como forma específica de pensar o mundo, supondo que o valor literário de uma obra pudesse ser verificado a partir de critérios que lhes fossem exteriores. Em outras palavras, pedia que a literatura se voltasse para a realidade sem o sacrifício da verdade estética – antecipo, aqui, a prerrogativa que perpassa a crítica de Machado ao *Primo Basílio* de Eça de Queirós e à escola Realista que lhe sustenta.

Além dessa característica que, ao fim e ao cabo, perpassa a produção crítica machadiana, há um ponto peculiar de recusa/apoio acerca do papel orientador da literatura. Machado sublinha a importância do literato como homem social, assegurando, inclusive, na crítica teatral, uma função orientadora para a arte – desde que o cumprimento dessa função não implique inibição ou anulação do efeito provocado pela literatura. Ele defende, além disso, o uso da literatura como instrumento capaz de deixar evidentes as feridas da sociedade, mas sem que esta explicita alternativas de ação. Quando José de Alencar expõe a horrenda situação entre a condição da mãe cativa do próprio filho, ou quando Castro Alves exhibe o desespero do amor paterno, na luta entre a natureza (da relação pai/filho) e o fato social (da relação escravo/senhor), o que Machado de Assis, o crítico, valoriza nos dois é o efeito literário que eles retiram da situação. Ele não complementa as lições expostas por Alencar e Castro Alves, não expõe um caminho a seguir. Nesse sentido, não há saída evidente a ser proposta pela literatura, pois a solução para os problemas sociais não se encontra na literatura em si, mas na vida. Em Machado o ponto central não é o modo como a realidade permeia a literatura, mas sim o lugar que a literatura ocupa na realidade.

3.5 “O realismo é que não presta para nada”

Não quis estar sem mais tempo sem agradecer a V.S. o seu excelente artigo do dia 16. Apesar de me ser em geral adverso, e de ser *inspirado por uma hostilidade quase partidária à Escola Realista* – esse artigo, todavia, pela sua elevação e pelo talento com que está feito, honra o meu livro, quase lhe aumenta a autoridade. Quando conhecer os outros artigos de V.S. poderei permitir-me discutir as suas opiniões sobre esta – *não em defesa dos graves defeitos dos meus romances, mas em defesa da Escola que eles representam e que eu considero um elevado fator do progresso moral da sociedade moderna.*

Quero também por esta carta rogar a V.S. queira em meu nome oferecer o meu recolhimento aos colegas de literatura e de jornal, pela *honrosa aceitação que lhes mereceu o Primo Basílio*. Um tal acolhimento da parte duma literatura tão original e tão progressiva como a do Brasil é para mim uma honra inestimável – e para o Realismo, no fim de tudo, uma confirmação esplêndida de influência e vitalidade.

Esperando ter em breve a oportunidade de conversar sobre V.S. – através do oceano – sobre estas elevadas questões de Arte, rogo-lhe aceitar a expressão do meu grande respeito pelo seu belo talento. (QUEIRÓS, Eça. Apud. MAGALHÃES JUNIOR, R.: 1955, 247)

Eça de Queirós já era um respeitado romancista português quando publicou a carta acima, a 29 de junho de 1878, no jornal inglês “Newcastle-On-Tyne”. Dirigia-se a Eleazar, pseudônimo de Machado de Assis, que em abril daquele ano publicara dois artigos de crítica sobre o mais novo romance de Eça, *O Primo Basílio*¹¹⁸. O escritor português assume aqui um tom modesto, agradecendo ao congêneres brasileiro pelo espaço disponibilizado à sua obra junto ao público brasileiro. Para Alberto Rosa (1979), inclusive, Eça de Queirós teria acatado várias sugestões de Machado ao reescrever o romance *O crime do Padre Amaro*¹¹⁹. Ao aceitar a validade dos comentários pontuais do crítico brasileiro, o romancista português ressalta, por outro lado, que o ponto central da divergência machadiana não se encontra em uma ou outra discordância literária quanto a um personagem, enredo ou desenvolvimento da trama, mas sim na adoção da perspectiva realista que assume. Conforme lemos no texto acima, se quisesse entrar em uma contenda com Machado, Eça não optaria por advogar sobre os “graves defeitos dos meus romances, mas em defesa da Escola que eles

¹¹⁸ Para Paulo Franchetti, a crítica de Machado a Eça até hoje orienta os diferentes exames críticos d’ *O Primo Basílio*. (FRANCHETTI, P. Op. cit., p. 23).

¹¹⁹ Nas palavras de Rosa: “a influência de Machado de Assis é mais que uma hipótese [...] simboliza a fecundação do mais luminoso artista de Portugal pelo mais profundo espírito do Brasil, e a união das duas pátrias” (ROSA, A. Op. Cit., p. 301).

representam”, uma Escola que ele considera “elevado fator do progresso moral da sociedade moderna”.

Eça de Queirós tem razão em encaminhar a discussão nesses termos: o ponto central da crítica de Machado ao seu *Primo Basílio* não está dirigido ao autor e à sua obra, tão somente; mas aos pressupostos da escola, da qual o romance português é tributário. Esse é o ponto central que percorre os dois artigos de Machado, o que pode ser evidenciado no trecho abaixo, extraído do primeiro artigo de 16 de abril de 1878:

Ora bem, compreende-se a ruidosa aceitação d’*O Crime do Padre Amaro*. Era *realismo implacável*, conseqüente, lógico, levado a puerilidade e à obscuridade. Víamos aparecer na nossa língua um realismo sem rebuço, sem atenuações, sem melindres, resoluto a vibrar o camartelo no mármore da outra escola, que aos olhos do Sr. Eça de Queirós parecia uma simples ruína, uma tradição acabada. *Não se conhecia no nosso idioma aquela reprodução fotográfica e servil das coisas mínimas e ignóbeis*. Pela primeira vez, aparecia um livro em que o escuso e o – digamos o próprio termo, pois *tratamos de repelir a doutrina, não o talento, e menos o homem*, - em que o escuso e o torpe eram tratados com um carinho minucioso e relacionados com uma exação de inventário. *A gente de gosto leu com prazer alguns quadros*, excelentemente acabados, em que o Sr. Eça de Queirós *esquecia por minutos as preocupações da escola*; e, ainda no quadro que lhe destoavam, achou mais de um rasgo feliz, mais de uma expressão verdadeira; a maioria, porém, atirou-se ao inventário. Pois que havia de fazer a maioria, senão admirar a fidelidade de um autor, que não esquece nada, e não oculta nada? *Porque a nova poética é isto, e só chegará a perfeição no dia em que nos disser o número exato dos fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha*. Quanto à ação em si, e os episódios que a esmaltam, foram um dos atrativos d’*O Crime do Padre Amaro*, e o maior deles; tinham o mérito do pomo defeso. E tudo isso, *saindo das mãos de um homem de talento*, produziu o sucesso da obra. (ASSIS, M.: 1962, 904, v. III)

Ou, ainda, no texto de 30 de abril.

Certo da vitória, o Sr. Eça de Queirós reincidiu no gênero, e trouxe-nos *O Primo Basílio*, cujo êxito é evidentemente maior do que o do primeiro romance, sem que, aliás, a ação seja mais intensa, mais interessante, mais vivaz, nem mais perfeito o estilo. A que atribuir a maior aceitação deste livro? Ao próprio fato da reincidência, e, outrossim, ao requinte de certos lances, que não destoaram do paladar público. (Idem, 905)

O cerne da crítica ao *Primo Basílio* serve igualmente ao *Crime do Padre Amaro*. A recusa de Machado é ante o princípio da escola realista, donde vem a necessidade de cortar o mal pela raiz em língua portuguesa – cabe ressaltar que Machado escreve sobre Eça dirigindo-se, primeiramente, ao público leitor brasileiro. Note que, para Machado, quanto mais Eça atinge a plenitude da Escola Realista, mais problemas há em seu texto. Admirador da poesia de Baudelaire,

Machado fará questão de separá-lo do rótulo de realista em 1879, em “A nova geração”: “os termos Baudelaire e realismo não se correspondem tão inteiramente como ao escritor lhe parece. Ao próprio Baudelaire repugnava a classificação de realista – *cette grossière épithème*, escreveu ele em uma nota.” (Idem, 811)

Machado afirma que está em jogo mais do que uma mera contenda entre escolas: o confronto é ante uma concepção de literatura que fere seus preceitos fundamentais.

Se tal suceder, *o Realismo na nossa língua será estrangulado no berço; e a arte pura*, apropriando-se do que ele contiver aproveitável (porque o há, quando se não despenha no excessivo, no tedioso, no obsceno e até no ridículo), a arte pura, digo eu, voltará a beber naquelas águas sadias d’*O Monge de Cister*, d’*O Arco de Sant’Ana* e d’*O Guarani*. (Idem, 908)

Como vimos no item anterior, para Machado, a realidade oferecia um rico manancial à matéria literária. Repugnava-lhe, no entanto, a forma como a realidade era apreendida pela Escola Realista. Com ela, anula-se o princípio de autonomia da verdade estética, caro a Machado. Em outras palavras, a pena machadiana dirigida ao romance de Eça refaz com novas tonalidades um argumento que, na verdade, aparece desde antes da década de 1870, isto é, a defesa da distinção entre verdade moral e verdade estética, tópico que percorre o conjunto da obra crítica machadiana – lembro mais uma vez nesse sentido, “O ideal do crítico”, de 1865 e “Notícia atual da literatura brasileira: instinto de nacionalidade”, de 1873.

A leitura de Emile Zola – citado diretamente por Machado e Eça como expoente-chefe da Escola Realista – em suas considerações sobre o romance, é elucidativa para a compreensão da perspectiva machadiana.

Portanto, para me resumir, o romancista e o crítico *partem hoje do mesmo ponto*, o meio exato e o documento humano apreendido na natureza, e empregam, em seguida, *o mesmo método para chegar ao conhecimento e à explicação*, de um lado, da obra escrita de um homem, e, do outro, dos atos de uma personagem. A obra escrita e os atos são como os produtos da máquina humana *submetida a determinadas influências*. Daí, é evidente que um romancista naturalista é um excelente crítico. Basta-lhe introduzir no estudo de um escritor qualquer o instrumento de observação e análise do qual se serviu para estudar as personagens que ele apreendeu na natureza. (ZOLA, E.: 1995, 40)

Ressalto, no ponto de Zola, a centralidade das determinações dos meios social e natural na construção do enredo do romance, algo bem próximo ao defendido por Silvio Romero e Capistrano de Abreu em suas análises sobre a literatura brasileira – conforme lemos no segundo capítulo desta tese. Seria o meio capaz de determinar e completar o homem em sua plenitude, cabendo ao narrador romanesco não deixar passar, em suas palavras, “um único fenômeno de seu cérebro ou de seu coração sem procurar as causas ou as consequências no meio” (Idem, 43). Desse modo, o narrador ficcional do romance adotaria o mesmo ponto de vista do cientista moderno, pautando-se em critérios comuns de observação e experimentação, buscando alcançar a pintura da verdade plena através da literatura “a exata impressão da vida” (Idem, 44). Sob essa perspectiva científicista de apreensão dos fatos sociais, transpostos à matéria literária, caberia ainda, ocultar o ponto de vista do narrador, como se a realidade admitisse um grau de autonomia que necessitasse apenas da sua transcrição no texto. O valor maior derivaria da própria realidade. No trecho abaixo lemos um Zola preocupado em reivindicar uma neutralidade de perspectiva afastada, inclusive, de perspectivas morais. Nesse momento ele busca se distinguir da associação entre realismo/orientação moral requisitada pelas literaturas realistas delineadas por Silvio Romero e Eça de Queirós, por exemplo. Respondendo a Machado, por exemplo, Eça diz sair “*em defesa da Escola que eles representam e que eu considero um elevado fator do progresso moral da sociedade moderna*”. Para Zola o romancista é um anatomista.

O romancista naturalista procura desaparecer por trás da ação que narra. Ele é o *metteur en scène* oculto do drama. Nunca se mostra ao fim de uma frase. Não o ouvimos nem rir nem chorar com suas personagens, assim como ele não se permite julgar seus atos. É inclusive esse interesse aparente o traço mais distintivo. Procuraríamos em vão uma conclusão, uma moralidade, uma lição qualquer extraída dos fatos. Não há exposições, esclarecimentos, unicamente fatos, louváveis ou condenáveis. O autor não é um moralista, mas um anatomista que se contenta em dizer o que encontra no cadáver humano, pois procura desaparecer, completamente por trás da ação que narra. (Idem, 98)

É inócuo, no entanto, o esforço de Zola, em ocultar o fundo moralista de sua narrativa por trás da verdade mesma dos fatos: eis a conclusão a que podemos chegar se concordamos com a convincente análise de Eric Auerbach sobre o realismo de Emile Zola. Auerbach chama a atenção para o quanto esse elogio da

verdade em Zola converte-se em incitação a ação, em prol de uma reforma social, tornando sua obra a serviço dos grandes problemas de seu tempo. (AUERBACH, E.: 1976, 459). Em *Germinal*, Zola teria apresentado, segundo Auerbach, “com clareza e simplicidade modelares a situação do quarto estado e o seu despertar, num estágio temporão da época de transição em que ainda nos encontramos” (Idem, 460). Ainda nas palavras do filólogo alemão.

A lenta transição da embotada submissão à consciência da própria situação, o germinar de esperanças e planos, as diferentes posições das gerações e, junto a isto, o lóbrego, miserável e esfumaçado do ambiente, os seres humanos apinhados, a simples praticidade das palavras que surgem: tudo isto dá um quadro modelar da classe operária da primeira época socialista, e hoje ninguém quererá ainda negar seriamente a importância histórico-universal do tema. (Idem, 462)

Em coerência com os pressupostos que defendeu ao longo de sua produção crítica Machado recusará a Escola Realista, principalmente em três pontos centrais: 1) na impossibilidade de a verdade literária ser medida pela realidade da vida – naquilo que Zola chamou de “exata impressão da vida” pintada na literatura; 2) questionamento da possibilidade da literatura oferecer um caminho orientador para a ação, posto que o papel primordial da literatura esteja em expor as feridas da sociedade, sem que esta exposição seja capaz, necessariamente, de controlar a ação dos leitores na vida; 3) da incapacidade da realidade ser apreendida em sua plenitude, pois ela é resignadamente incompleta, pois inteiramente dirigida pela perspectiva do observador. O primeiro argumento é o mais acentuado em Machado, percorrendo toda a sua produção crítica da década de 1870 em conexão com a anterior. O segundo, mais espinhoso, pois vimos que a crítica machadiana conhece um afastamento gradativo do uso da literatura em uma função orientadora para a vida – vide à requisição moral de sua crítica teatral e do papel do literato como homem social em seus primeiros escritos na década de 1850. Esta uma visão começa a se modificar já nos anos 1860, principalmente pós “O ideal do crítico”, até chegar ao “Instinto de Nacionalidade” e à crítica ao *Primo Basílio*, quando a literatura já perde a sua função orientadora de ações no mundo, sem que, com isso, perca a sua função social. O terceiro ponto, sobre a importância do ponto de vista do narrador, talvez seja o mais novo trazido à baila por Machado em seu exame sobre *O Primo Basílio*, comparado ao conjunto de sua produção anterior. Cabe citar, nesse sentido, a crítica à descrição externalista

empreendida pelo Eça de Queirós seguidor de Zola. Primeiro ele expõe o ponto de vista de seus antagonistas:

Quanto ao Sr. Eça de Queirós e aos seus amigos deste lado do Atlântico, repetirei que o autor d' *O Primo Basílio* tem em mim um admirador de seus talentos, adversário de suas doutrinas, desejoso de o ver aplicar, por modo diferente, as fortes qualidades que possui; que, se admiro também muitos dotes de seu estilo, faço restrições à linguagem; *que o seu dom de observação, aliás pujante, é complacente em demasia; sobretudo, é exterior, é superficial.* (ASSIS, M.: 1962, 913, v. III)

Em contrapartida, Machado apresenta sua predileção pelos fatos internos à mente humana,

Ora, o realismo dos Srs. Zola e Eça de Queirós, apesar de tudo, ainda não esgotou todos os aspectos da realidade. *Há atos íntimos e ínfimos, vícios ocultos, secreções sociais que não podem ser preteridas nessa exposição de todas as coisas.* Se são naturais, para que escondê-los? (Idem, 913)

A visão externalista dos fatos, valorizada por Zola, é vista por Machado como confortável e superficial. Sem as tensões e os conflitos com o sujeito, que reconhece como especifica cada situação dada pelo mundo real, a exploração da realidade não se encontra esgotada em todas as suas possibilidades. É como se o apagamento do sujeito não fosse próprio somente ao narrador, mas também às personagens que compõem a trama. Daí se origina a tremenda implicância machadiana com Luísa, a heroína de *O Primo Basílio*: faltava-lhe consciência subjetiva que impusesse tensões entre a exterioridade dos fatos e a percepção de quem os vive.

Repito, é um títere; não quero dizer que não tenha nervos e músculos; não tem mesmo outra coisa; não lhe peçam paixões nem remorsos; menos ainda consciência. (...)

Luisa resvala no lodo, sem vontade, sem repulsa, sem consciência; Basílio não fez mais do que empuxá-la, como matéria inerte, que é. Uma vez rolada ao erro, como nenhuma flama espiritual a alenta, não acha ali a saciedade das grandes paixões criminosas: rebolca-se simplesmente. [Grifo meu] (Idem, 905)

Márcia Kieling nos fornece uma explicação relevante nesse sentido. Para ela, as personagens realistas à leitura machadiana,

Convertem-se em ‘cobaias’ ou elementos que, submetidos a certas condições, reagem de uma forma unívoca e já prevista pelo autor do “experimento” (palavra da qual Zola fez derivar o qualificativo de seu romance: experimental), carecendo de individualidade. (KIELING, M.: 2010, 118)

Dessa maneira, a ação das personagens da Escola Realista ocorreria de fora para dentro, de modo que suas ações atendessem sempre a expectativas já direcionadas pelo meio. A essa afirmação, acrescento: o incômodo machadiano não resulta somente do fato de ele atribuir aos personagens realistas a designação de meras marionetes de seu contexto; o incômodo resulta da descrença machadiana de que a realidade possa ser apreendida em sua totalidade, pois ela é inteiramente dirigida pela perspectiva do sujeito que interage com o mundo em que vive. A realidade só se realiza enquanto um tesouro a explorar se considera a perspectiva daqueles que a apreendem em seus “atos íntimos e ínfimos, vícios ocultos, secreções sociais”.

Em Machado, *o realismo não presta para nada* quando sacrifica a verdade estética e nega ao texto literário a sua capacidade de abstrair-se do mundo real, criando a partir deste, *uma segunda vida*¹²⁰. A decisão realista de fotografar o panorama da realidade e pretender transpô-lo ao texto literário como ele é torna-se, ao fim, uma grande quimera: na perspectiva machadiana nenhuma realidade pode ser plenamente apreendida, por isso o ressaltado dele em relação ao lugar do sujeito observador parcial do mundo. O ponto de Gustavo Bernardo é bastante elucidativo nesse sentido.

Dizer-se ‘realista’ implica anunciar-se capaz de mostrar a realidade ‘como ela é’, e não como determinada perspectiva a vê. Acreditar-se capaz de mostrar a realidade “como ela é”, por sua vez, implica uma *hybris* relativamente escandalosa, como se alguém se supusesse capaz de ver ou de deter a realidade-toda. Ora, como nenhuma perspectiva já se mostrou competente para ver ou deter a realidade toda, vale dizer, tudo o que acontece, aconteceu ou acontecerá em todo e qualquer lugar, o que se pode dizer com alguma segurança é que aquilo a que chamamos ‘realidade’ é, no mínimo, não-todo: a realidade é não-toda. (BERNARDO, G.: 2007, 237)

Machado parecia resignado com sua condição *menor que a realidade* em face da experiência mundana. Reconhecendo-se incapaz de apreendê-la no todo, trazia, para as segundas vidas geradas a partir de seus romances, o protagonismo do ponto de vista de um sujeito em formação e em contato com as coisas do mundo.

¹²⁰ Minha interlocução aqui é com Patrick Pessoa (2008), empenhado em refletir sobre a emergência da *segunda vida de Brás Cubas*, por meio da tensão autor/personagem gerada a partir do ato da leitura da obra. PESSOA, Patrick. *A segunda vida de Brás Cubas: a filosofia da arte de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

4

Considerações finais

A produção crítica machadiana enquanto pecúlio de sua obra

“As *Memórias Póstumas de Brás Cubas* serão um romance?”, repito aqui a pergunta feita por Capistrano de Abreu em 1881. Eis um espanto que parece se reiterar a cada nova experiência de leitura àquele livro, renovado ainda hoje, lá se vão mais de cento e trinta anos desde que ele foi a público pela primeira vez. Capistrano questionava, a partir das *Memórias Póstumas*, o próprio estatuto do romance: o que seria aquilo, um ensaio? Uma pintura de si, uma autobiografia que pinta essa passagem finita, mundana e pequena dos homens diante das coisas do mundo? Sem linearidade temporal e narrativa, sem saber de antemão onde Brás nos quer levar a nós leitores com tudo aquilo, vemos em cada página nova um futuro aberto a ser preenchido, para logo depois ser dissolvido, em função de uma passagem do tempo que caminha para a morte, o fim. “O que esse cara queria com isso? Quem ele pensa que é?”, perguntei-me, com um pouco de raiva, depois da primeira vez que li.

Quando as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* começaram a ser escritas? Uma pergunta como esta, vinda de alguém que acabou de escrever um texto sobre a produção crítica machadiana na década de 1870 e anterior ela, parece ter resposta certa: as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* começaram a ser escritas em 1858, passando por momentos importantes nos anos 60 – em especial n’ “O ideal do crítico” – até chegar a lances decisivos na década de 1870, em 1873, no “Instinto de Nacionalidade”, 1878, na crítica ao *Primo Basílio* de Eça de Queirós e 1879, em “A nova geração”. Então você, caro leitor, se perguntaria: “isso é hora de fazer uma pergunta como esta, em meio às considerações finais?! A tese está prestes a acabar – repare que faltam poucas páginas! – e o autor aparece agora com uma nova hipótese?”

Calma. O presente texto está sim nas últimas – morre ou nasce? perguntaria Brás Cubas. A princípio, não vejo o jovem Machado de Assis, nos anos iniciais de sua carreira literária, quando publicava artigos de crítica literária nos periódicos da corte, caminhando para ser o autor de *Dom Casmurro* ou *Esau e Jacó*. Um texto crítico possui autonomia suficiente para não ser pensado em

coerência com o nome do romancista que se formou posteriormente. Seria como ler a crítica como uma espécie de *prefácio explicativo*, a orientar as escolhas literárias empreendidas pelo futuro romancista. Futuro romancista *consagrado* pós *Memórias Póstumas*, diga-se de passagem, porque na década de 1870, enquanto publicava os três artigos decisivos aqui, Machado dava a luz aos seus primeiros quatro romances – *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878), considerados por boa parte de seus analistas a primeira fase da obra machadiana. O próprio Machado indaga, em 1878, sobre o sentido de se usar apresentações e prefácios explicativos voltados à explanação crítica de um livro.

Meu caro poeta, - *Pede-me a mais fácil e a mais inútil das tarefas literárias: apresentar um poeta ao público*. Custa pouco dizer em algumas linhas ou em algumas páginas, de um modo simpático e benévolo, – porque a benevolência é necessária aos talentos sinceros, como o seu, – custa pouco dizer que impressões nos deixaram os primeiros produtos de uma vocação juvenil. *Mas não é, ao mesmo tempo, uma tarefa inútil? Um livro é um livro; vale o que efetivamente é*. O leitor quer julga-lo por si mesmo; e, se não acha no escrito que o precede, - ou a autoridade do nome, - ou a perfeição do estilo e a justeza das ideias, - mal se pode furtar a um tal ou qual sentimento de enfado. O estilo e as ideias dar-lhe-iam a ler uma boa página, - um regalo de sobra; a autoridade do nome enche-lô-ia de orgulho, se a impressão da crítica coincidira com a dele. Suponho ter ideias justas: mas onde estão as outras duas vantagens? *Seu livro vai ter uma página inútil*. [Grifo meu] (ASSIS, M.: 1962, 914, v. III)

Trata-se de uma Carta-prefácio ao livro de poesias *Harmonias Errantes*, de Francisco de Castro. Está em funcionamento aqui um pressuposto de seu “Ideal do Crítico”, publicado treze anos antes: a crítica é o poder judiciário da República das Letras, age sobre uma obra concluída pelo autor e reaberta pelo crítico. Desse modo, à crítica não cabe antecipar e guiar leituras, seria inútil o seu propósito se quisesse preparar o leitor para o que vem nas páginas que se seguem. Nas palavras de Machado, “*Um livro é um livro; vale o que efetivamente é*”, ou seja, dispensa apresentações, a obra é mais do que a autoridade do autor, é nela que o autor se faz. Assim, eu anularia a força desse argumento se quisesse entender o conjunto da produção crítica machadiana como prefácio ao que ele veio a se tornar depois: para entender como Machado se formou como autor, não há outro caminho senão ler a sua obra.

Por outro lado, não deixa de ser profundamente incômodo comparar a passagem acima ao prefácio assinado por Brás Cubas em 1881, isto é, em um

intervalo de três anos. Vale a pena, nesse sentido, colocar os dois trechos lado a lado, primeiro Machado:

Mas não é, ao mesmo tempo, uma tarefa inútil? *Um livro é um livro; vale o que efetivamente é.* O leitor quer julga-lo por si mesmo; e, se não acha no escrito que o precede, - ou a autoridade do nome, - ou a perfeição do estilo e a justeza das ideias, - mal se pode furtar a um tal ou qual sentimento de enfado.

Agora Brás.

Mas eu ainda espero angariar as simpatias da opinião, e *o primeiro remédio é fugir a um prólogo explícito e longo.* O melhor prólogo é o que contém menos cousas, ou os que as diz de um jeito obscuro e truncado. Consequentemente, evito contar o processo extraordinário que empreguei na composição destas Memórias, trabalhadas cá no outro mundo. Seria curioso, mas nimiamente extenso, e aliás *desnecessário ao entendimento da obra. A obra em si mesma é tudo:* se te agradar, fino leitor, pago-me da tarefa; se te não agradar, pago-te com um piparote, e adeus. [Grifo meu] (ASSIS, M.: 1962, 511, v. I)

A conclusão é inevitável: há semelhança no argumento. Não é possível (nem fecundo) saber se Machado já tinha em mente as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* quando publicou aquela “Carta-prefácio” em 1878. A busca desse princípio de coerência contraria a própria fórmula machadiana de que “a obra em si mesma é tudo”, portanto, não convém à crítica, ou a história, explicar o que está por detrás dela. Não se trata de desvendar o segredo machadiano por meio da crítica que ele empreendeu no verdor dos anos, entendendo-a como enunciação de um programa que veio a cumprir depois.

Por outro lado, é certo que algo dessa experiência ficou retido em sua formação, sendo acrescentada a cada nova experiência de escrita do Machado ficcionista. Podemos pensar, portanto, que a produção crítica dos primeiros anos de vida literária na corte foi mobilizada pelo romancista e contista enquanto pecúlio. Opero aqui com essa categoria central à análise machadiana acerca da modernidade brasileira na década de 1870, mas que também elucida questões fundamentais aos que se dispõem a pensar com/sobre a história nos dias de hoje. Afinal, me parece bastante pertinente pensar com Machado em acúmulo, herança, pecúlio, em um contexto como o atual, em que vigora cada vez mais o primado da aceleração, da velocidade das informações e do esforço de contínua atualização, em nome da substituição do velho pelo novo. O que se retém do passado na edificação do moderno? Eis uma pergunta feita por Machado naqueles anos 1870, e que admite renovação na nossa própria época.

Admitir a possibilidade de os primeiros artigos críticos de Machado serem lidos como pecúlio de sua obra ficcional posterior, significa discordar da leitura que acentua a divisão da obra machadiana em fases inteiramente distintas, entendendo *Memórias Póstumas* não só como ponto de inflexão, mas como ruptura completa que se preenche a partir de um completo vazio. Leremos esse caminho interpretativo em João Cezar de Castro Rocha:

Minha proposta é muito simples: os dois artigos sobre *O Primo Basílio* não foram escritos com a pena da galhofa e a tinta da melancolia do defunto autor que apenas nasce-ria em 1880. Pelo contrário, o autor dos dois artigos sobre *O Primo Basílio* foi o apenas razoável romancista dos primeiros 4 títulos publicados por Machado nesse gênero. Para tudo dizê-lo numa sentença: o leitor de *O Primo Basílio* foi o autor de *Iaiá Garcia* e não o criador de *Brás Cubas*. Ou seja, salvo engano, um equívoco hermenêutico transformou-se em leitura corrente: trata-se de um anacronismo nada deliberado e por isso mesmo muito pouco borgiano. O Machado que criticou *O Primo Basílio* baseou seu juízo em critérios estéticos que precisamente um romance como as *Memórias póstumas de Brás Cubas* tornaram ultrapassados e mesmo caricatos! Os critérios do leitor de *O Primo Basílio* não são os mesmos do autor de *Memórias póstumas*. E que critérios são esses? Questionar os pressupostos da leitura machadiana é o primeiro passo para renovar o entendimento da polêmica envolvendo *O Primo Basílio*. (CASTRO ROCHA, J.: 2011, 132) (...)

Em suma, eis minha hipótese: a fim de produzir a revolução de Brás Cubas, Machado precisou despedir-se do leitor de *O Primo Basílio*: se não me equivoco, a crítica machadiana não tem sido capaz de dizê-lo com a clareza necessária porque parte sempre do pressuposto otimista de que o leitor do romance de Eça e o autor das *Memórias* é o mesmo criador. (Idem, 129)

É como se o deslocamento imposto pelas *Memórias Póstumas* pusesse em confronto dois Machados de Assis. Uma interrogação, no entanto, incomoda o leitor de Castro Rocha: o que teria motivado a mudança revolucionária e repentina de Machado no intervalo de apenas três anos? Repare que ele é veemente em seu argumento, pois há claro antagonismo entre os dois Machados! Empenhado em procurar pais, avós e bisavós de Brás Cubas, Castro Rocha parece não ter conseguido enxergar Machado fora daquele eixo familiar. Não quero afirmar, com isso, que o impacto e a inflexão das *Memórias Póstumas* sejam menores: não descarto, no entanto, a produção crítica que precedeu ao nascimento de Brás.

A acusação machadiana em relação à Escola Realista, de que ela não distingue verdade moral e verdade estética, abrindo mão, assim, de uma condição essencial à matéria literária – isto é, tomá-la de maneira autônoma enquanto campo discursivo – é um suposto que constitui o nexo dos dois artigos sobre Eça de Queirós de 1878, mas que, no final das contas, não apresenta novidade em

relação ao que ele já defendia em textos críticos anteriores. Para ratificar a existência de um percurso argumentativo machadiano, leiamos brevemente, como em um *flash back*, os exemplos abaixo, já mencionados ao longo da tese. Na crítica ao *Primo Basílio* ele propunha:

Voltemos os olhos para a realidade, mas excluamos o Realismo, assim não sacrificaremos a verdade estética. (ASSIS, M.: 1962, 913, v.I)

Ou ainda, no mesmo texto de 1878:

Um dos meus contendores louva o livro do Sr. Eça de Queirós, por dizer a verdade, e atribui a algum hipócrita a máxima de que nem todas as verdades se dizem. Vejo que confunde a arte com a moral; vejo mais se combate a si próprio. Se todas as verdades se dizem, por que excluir algumas? (Idem, 913)

Em 1865, no “O ideal do crítico”.

Com efeito, se o crítico, nas manifestações de seu juízo, deixa-se impressionar por circunstâncias estranhas às questões literárias, há de cair frequentemente na contradição, e os seus juízos de hoje serão a condenação de suas apreciações de ontem. (Idem, 798)

Em 1873, no “Instinto de Nacionalidade”.

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecem. O que se deve exigir antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o tornem homem de seu tempo e de seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. (Idem, 804)

Em “A nova geração”, de 1879.

Mas essa aspiração ao reinado da Justiça (que é afinal uma simples transcrição de Proudhon) não pode ser uma doutrina literária; é uma aspiração e nada mais. Pode ser também uma cruzada se não me desagradam as cruzadas em verso. Garrett, ingênuo às vezes, como um grande poeta que era, atribui aos versos uma porção de grandes coisas sociais que eles não fizeram, os pobres versos; mas em suma, venham eles e cantem alguma coisa nova – essa justiça, por exemplo, que oxalá desminta algum dia o conceito de Pascal. Mas entre uma aspiração social e um conceito estético vai diferença; o que se precisa é de uma definição estética. (Idem, 812)

Os exemplos se multiplicam: há em Machado de Assis, crítico literário entre fins dos anos 1850 até a década de 1870, uma reiterada preocupação, com mais acento ou menos (como na crítica teatral) em compreender a experiência literária

enquanto um campo autônomo, dotado de uma trajetória histórica própria em relação ao mundo real e social.

Tal acúmulo foi apropriado enquanto pecúlio na construção de um livro como *Memórias Póstumas de Brás Cubas* – e, provavelmente, nos romances que lhe sucederam. Ao discorrer sobre o problema da autonomia literária em *Memórias Póstumas*, Patrick Pessoa nos fornece importantes pistas.

‘A obra em si mesma, é tudo’. Com relação ao problema da interpretação, não poderia haver tomada de posição mais explícita do que essa. Nesse aforismo, o autor apresenta-nos a sua própria compreensão do modo como a sua obra deve ser interpretada, ou, se se preferir, a sua própria teoria da interpretação. Essa tem como pilar fundamental a afirmação da autonomia da obra de arte – e a exigência de que o leitor lhe seja fiel. (PESSOA, P.: 2008, 56) (...)

Uma obra de arte autônoma, como já se discutiu anteriormente, é aquela que não se deixa pensar como um mero ‘suporte para um sentido que poder ser igualmente expressado por outros suportes’: é aquela em que matéria e forma, signifiante e significado, intenção e realização, não se deixam separar; é aquela, em suma, que reivindica do leitor a suspensão provisória de seus preconceitos e a disposição de abandonar-se à dinâmica da própria obra. (Idem,57)

Ao afirmar que sua obra não é nem instrumento didático nem serve da diversão, Brás estaria afirmando que a especificidade da experiência estética que constitui a obra de arte é a sua recusa do pensamento instrumental. Uma obra de arte, em princípio, não serve para o conhecimento de objetos da natureza (experiência teórica) ou de preceitos morais (experiência prática), nem para agradar os sentidos. Uma obra de arte, em princípio, não serve para nada, não serve a nada. O prazer que ela gera deve ser um prazer desinteressado, na medida em que, se fosse serva dos interesses teóricos, práticos ou fisiológicos do homem, a obra de arte não seria autônoma. A afirmação de sua autonomia, de que é a arte que concede a si própria (*autós*) a sua própria lei (*nomos*), entretanto, não implica a negação da possibilidade de a arte, mediatamente, ser posta a serviço de interesses estranhos a si própria, como os interesses ligados ao conhecimento, à moral e à diversão. (Idem, 61-2)

A adoção dessa perspectiva nos faz acreditar que em Brás Cubas os pressupostos críticos do jovem Joaquim Maria apareciam e eram ampliados de maneira radical! Com isso, podemos dizer que está desvendado o segredo do assombro de Capistrano de Abreu e de outros leitores ainda hoje, ante aquele romance? A resposta é não! O segredo está em aberto e a pergunta se renova: até quando *esse Machado de Assis* será capaz de nos causar espanto?

5

Bibliografia e fontes

Textos de Machado de Assis

ASSIS, J. M. Machado de. *Obra completa* Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1962, 3 v.

_____ *Crítica teatral*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1937.

_____ *Crítica literária*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1957.

Outras fontes

ABREU, João Capistrano de. *Ensaios e estudos: crítica e história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série.

ALENCAR, José de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1959, 4 v.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Discurso sobre a história da literatura no Brasil”. In COUTINHO, Afrânio(org) *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro, Pallas; Brasília INL, 1980, Vol I.

_____ *A confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: SEC, 1994.

_____ “Lede” In COUTINHO, Afrânio(org) *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro, Pallas; Brasília INL, 1980, Vol I.

ROMERO, Sílvio. *O Brasil social e outros estudos sociológicos* Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2001

_____ “Introdução de *A literatura brasileira e a crítica moderna*.” In CANDIDO, Sílvio Romero: *teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

_____ *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____ *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____ “A poesia de hoje” In *Cantos do Fim do Século* In COUTINHO, Afrânio(org) *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro, Pallas; Brasília INL, 1980, Vol I.

_____. *História da literatura brasileira* Rio de Janeiro: Garnier, 1902, 2 vols.

DENIS, Ferdinand. “Resumo da história literária do Brasil”. In CESAR, Guilhermino (org). *Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição européia: crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. SOUZA, Roberto A. Q. de (org.) *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002.

WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.

Bibliografia complementar

ACÍZELO, Roberto. *Introdução à historiografia da literatura brasileira* Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ATAÍDE, Tristão de. “Machado de Assis, o crítico”. In ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1962, v. III.

AUERBACH, Erich. *Mimeses: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2003 [Tese de Doutorado]

BANN, Stephen. *As invenções da História*. São Paulo: Unesp, 1994.

_____. *Romanticism and rise of History*. New York: Twaine Publishers, 1995.

BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo: Convívio/ Edusp, 1986.

_____ *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães.* São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Grijalbo, 1973

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENZAQUEN, Ricardo. “História e Narrativa”. In MATTOS, Ilmar R. *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador.* Rio de Janeiro: Access, 1998.

_____ “Ronda Noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu.” *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1(1), 1988.

BERNARDO, Gustavo. “O Bruxo contra o comunista ou: o incômodo ceticismo de Machado de Assis.” *KRITERION*, Belo Horizonte, nº 115, Jun/2007, p. 235-247.

BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar.* São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007

CANDIDO, Antonio *Silvio Romero: teoria, crítica e história literária.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

_____ “Esquema Machado de Assis”. In *Vários Escritos* São Paulo: Duas Cidades, 1995.

_____ *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos.* Belo horizonte, MG: Editora Itatiaia, 2000.

_____ *O método crítico de Silvio Romero.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CASASSANTA, Mario. *Machado de Assis e o tédio à controvérsia.* Belo Horizonte: Ed. Os Amigos do Livro, 1933.

CASSIRER, Ernest. *A Filosofia do Iluminismo.* Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

CASTRO ROCHA, João Cezar. “Machado de Assis e Eça de Queirós: formas de apropriação.” Ano VII, n. 9, p. 119-146, jan./jun. 2011

CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos”. In NEVES, Lucia M.B.P. (org) [et all] *Estudos de historiografia brasileira.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CONDORCET, Marie-Jean-Antoine-Nicolas Caritat. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

COSTA LIMA, Luiz. “A teoria da literatura entre nós”. *Floema* – Ano II, n. 2 A, p. 33-40, out.2006.

_____ “Machado: mestre de capoeira” In SECCHIN, Antonio Carlos (org) et all. *Machado de Assis: uma revisão*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998.

_____. *Dispersa Demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981

_____. *O controle do imaginário: razão e imaginação nos Tempos Modernos* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. *Trilogia do controle: O controle do Imaginário; Sociedade de discurso ficcional; O fingidor e o censor* Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

_____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada (O espírito de nacionalidade na crítica brasileira)*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro; José Olympio, 1968.

_____. *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro; Brasília: Pallas; INL, 1980.

CRUZ COSTA, João. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

DEJEAN, Joan. *Antigos contra modernos: as guerras culturais e a construção de um fim de siècle*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ELIAS, Nortbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v.I.

FAORO, Raimundo. *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1974.

FARIA, João Roberto. “Machado de Assis e o teatro de seu tempo” In ASSIS, Machado de. *Machado de Assis: do teatro. Textos escritos e artigos diversos* – João Roberto Faria (org). São Paulo: Perspectiva, 2008.

FELLIPE, Eduardo F. *Formação e Dissolução: a inacabada História de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007 [Dissertação de Mestrado]

FRANCHETTI, Paulo. “Apresentação.” In QUEIRÓS, Eça de. *O Primo Basílio. Episódio doméstico*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

FREIXIEIRO, Fábio. *Alencar: os bastidores e a posteridade*. Rio de Janeiro: Museu histórico nacional, 1977.

GLEDSON, John. *Machado de Assis, impostura e realismo: uma reinterpretação de Dom Casmurro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Machado de Assis – Ficção e história* São Paulo: Paz e Terra, 1986.

GONTIJO, Rebeca. “Capistrano de Abreu, viajante”. *Revista Brasileira de História* v.30; nº59, 2010. p. 15-36.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2004.

GUIMARÃES, Manoel L. S. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos históricos*, nº 1, Rio de Janeiro, 1988.

_____. “História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação”. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VII(2), 389-410, jul.-out. 2000.

_____. “Reinventando a tradição: sobre o antiquariado e a Escrita da História”. In *Humanas. Revista de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre, v. 23, n. 1/ 2, 2000.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926, vivendo no limite do tempo*. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed.34, 1998.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Ed. 34, 1999, 2 Vols.

JAUSS, Hans R. “Tradição literária e consciência atual da modernidade”. In OLINTO, Heindrun Krieger. *Histórias de Literatura. As novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1997.

_____. *Las transformaciones de lo moderno: estudios sobre las etapas de la modernidad estética* La balsa de la Medusa: Madrid, 2004.

JOBIM, José Luís. (org.). *A Biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

KIELING, Marcia. O crítico Machado de Assis: da tradição à renovação. Porto Alegre: PUC-RS, 2010. [Tese de Doutorado]

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006.

_____. *historia/História* Madrid: Minima Trotta, 2010.

_____. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1997.

LOBO, Luiza. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1981. 4 v.

MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis 1839-1870: ensaio de biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.

MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994

_____. “Capítulos de Capistrano.” Texto disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/frame.htm>. Acesso em abril de 2012.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MELO E SOUZA, Ronaldes. *O romance tragicômico de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

MESQUITA, Daniel. *Descobrimientos de Capistrano: a História do Brasil ‘a grandes traços e largas malhas’*. Rio de Janeiro: Apicuri: Ed. PUC-Rio, 2010.

MEYER, Augusto. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro; Liv. do Globo, 1935.

MEYERS, Jorge. “Lingua, história e política na identidade argentina” In PAMPLONA, Marco A. e DOYLE, Don H. *Nacionalismo no novo mundo: a formação de estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Reccord, 2008.

MIGUEL-PEREIRA, Lucia. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

MOREIRA, Vânia. “O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império” In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 53-72 – 2010.

MOREIRA, Maria Eunice & ZILBERMAN, Regina (orgs.). *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

MOTA, Maria Aparecida R. *Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NAXARA, Márcia Regina. *Cientificismo e sensibilidade romântica. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da UNB, 2004.

NEVES, Lucia M.B.P. (org) [et all] *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

OLIVEIRA, Josiane R. *Um historiador em formação: os primeiros anos de Capistrano de Abreu (1875-1882)*. Rio de Janeiro: COC/ FIOCRUZ, 2011 [Tese de Doutorado]

OLIVEIRA, Maria da Gloria. “Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu” In GUIMARÃES, Manoel L. S. (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

_____ “Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista.” In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 37-52 – 2010.

_____ “A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu.” *História da historiografia*, número 02 , março de 2009, 86-99.

PALTI, Elias José. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

_____ "O Espelho Vazio. Representação, subjetividade e História em Machado de Assis". In: *A obra de Machado de Assis. Ensaios*

premiados no 1º Concurso Internacional Machado de Assis. Ministério das Relações Exteriores. Governo Federal / 2006.

_____ “La nueva historia intelectual y sus repercusiones em America Latina” In *História Unisinos* 11(3) 297-305, Setembro/Dezembro, 2007.

PELOGGIO, Marcelo. “José de Alencar: um historiador à sua maneira.” In *Revista ALEA* Volume 6, no 1, jan-jun 2004, p. 81-95.

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. São Paulo: Livraria São José, 1959.

PESSOA, Patrick. *A segunda vida de Brás Cubas: a filosofia da arte de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

PINHA, Daniel. “Os modernos contra o antigo: José de Alencar e o debate letrado de 1870.” In *SAECULUM* Revista de História [v. 20] João Pessoa, jan/jun. 2009.

RAMOS, Danielle Mendes Pereira. “Da arte de tecer enganos: memória e literatura no Brasil dos oitocentos” In (orgs) HELENA, Lúcia. *Nação-invenção: ensaios sobre o nacional em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Livraria Contra Capa/CNPq, 2004.

RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil* Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011 [Tese de Doutorado]

RENAN, Ernest. “O que é uma nação”. In ROUANET, Maria Helena. *Nacionalidade em questão*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: IL, 1997.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M. “A querela entre antigos e modernos: genealogia da modernidade”. In FALCON, Francisco José C. e RODRIGUES, Antonio Edmilson M. *Tempos Modernos: ensaios de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____ *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____ “As artimanhas do Bruxo: os caminhos e descaminhos da sorte e da fortuna em Machado de Assis” In *Revista Rio de Janeiro*, n. 20-21, jan.-dez. 2007.

ROSA, Alberto Machado da. *Eça, discípulo e Machado?* Lisboa: Editorial Presença, 1979.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas* São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Topbooks, Rio de Janeiro, 1996.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Silvio Romero, hermenêuta do Brasil*. São Paulo: Anablume, 2005.

SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história – Indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Liv. Duas Cidades/ Editora 34, 2000.

_____ *Sequências brasileiras* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____ *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização – ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____ *Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história*. Rio de Janeiro: Achimé, 1984.

TURIN, Rodrigo. “Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista” In *História da Historiografia*, número 02, março de 2009.

_____ *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista* Porto Alegre: UFRGS, 2005
[Dissertação de Mestrado]

Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. [Tese de Doutorado]

VENTURA, Roberto. *O Estilo Tropical História Cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914.* São Paulo: Cia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira* (1916), 2ª ed. Rio de Janeiro/Paris: Francisco Alves & Cia./Aillaud & Bertrand, 1929.

WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia.* São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ZILBERMAN, Regina. “História da Literatura e Identidade Nacional”, *In* José Luis Jobim (org), *Literatura e identidades*, Rio de Janeiro, Ed. Uerj, 1999.

ZOLA, Emile. *Do romance: Stendhal, Flaubert e os Goncourt.* São Paulo: Editora Imaginário: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.